

# MULHERES PAN-AMAZÔNIDAS

ENCICLOPÉDIA COOPERATIVA DE BIOGRAFIAS

**LIGIA T. LOPES SIMONIAN**

**Organizadora**



Série Icamiabas  
Volume 1



# MULHERES PAN- AMAZÔNIDAS:

ENCICLOPÉDIA COOPERATIVA DE BIOGRAFIAS

Série Icamíabas  
Volume 1

## **Editora do NAEA**

### **Comitê editorial**

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro;

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragón

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

### **Comitê Científico da Enciclopédia**

Rosa E. Acevedo-Marin (NAEA-UFPA)

Walena Brasil (Pesquisadora independente)

Denise Machado Cardoso (UFPA)

Louis Forline (UNevada-US)

Eduardo Gomes (UFPA)

Ana Lidia Nauar Pantoja (INCRA-PA)

Patricia Tovar Rojas (JJC, CUNY-US)

Eliseu Riscarolli (UFT)

Elenise Faria Scherer (UFAM)

Laura Arlene Saré Ximenes Ponte (UFPA)

### **Revisoras**

Estér Roseli Baptista (FACFARMA-UFPA)

Ligia T. Lopes Simonian (NAEA-UFPA)

Socorro Ruivo (SEDUC-PA; Arquivo Público Municipal de Curuçá)

### **Revisora do espanhol**

Nara Arzivenko Gesing

### **E-Books – Série Icamiabas:**

Coordenação: Ligia T. Lopes Simonian

### **Capa**

Ligia T. Lopes Simonian; Ione Sena

### **Imagem da capa**

Thevet, 1558, *apud Imagens da formação territorial*. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. p. 77.

### **Projeto editorial**

Ione Sena

# MULHERES PAN- AMAZÔNIDAS:

ENCICLOPÉDIA COOPERATIVA DE BIOGRAFIAS

Organizada por Ligia T. Lopes Simonian

Série Icamíabas  
Volume 1

Belém  
NAEA/UFPA  
2011

Dados Internacionais de Catalogação de publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Mulheres pan-amazônidas: Enciclopédia cooperativa de biografias/Ligia T. Lopes Simonian, organizadora. – Belém: NAEA, 2011.

384 p. ; il. – (Série Icamiabas; 1)

Inclui bibliografias

ISBN 978-85-7143-091-4

1. Mulheres – Amazônia – Enciclopédia. 2. Mulheres – Amazônia – Biografia. I. Simonian, Ligia T. Lopes.

CDD 22. ed. 305.4209811

---

Todos direitos autorais reservados © Ligia T. Lopes Simonian

*Dedica-se esta enciclopédia que ora se inicia*

*\* às Amazonas da proto-história, por terem vencido em um meio inóspito e simultaneamente dadivoso;*

*\* às Amazonas do início dos tempos coloniais, que se não existiram, se tornaram poderosas ao povoar o imaginário dos conquistadores europeus;*

*\* às Amazonas que viveram ou vivem a enfrentar adversidades de toda ordem na Pan-Amazônia e que mesmo assim resistiram ou persistem em busca de dias melhores.*



# Agradecimentos

Aproveita-se o volume um da Enciclopédia Cooperativa sobre Mulheres Pan-Amazônicas para agradecer às pessoas e instituições que, de um modo ou outro, contribuíram para que essa obra se tornasse uma realidade. Na condição de organizadora, agradeço ao NAEA-UFPA pelo apoio direto e indireto às pesquisas que venho fazendo há anos sobre mulheres da região pan-amazônica. Em especial, por ter aprovado o projeto de pesquisa que deu origem a esta obra.

Também, aproveito para agradecer às pesquisadoras e aos pesquisadores que entenderam a importância do projeto e da Enciclopédia que ora se inicia. Precisamente, a todas e todos que como eu produziram os capítulos que seguem e que tratam de mulheres importantes nos contextos locais e regional, quer no passado, quer no presente. E em especial, agradeço à Laura Arlene Saré Ximenes Ponte, à Mercedes Mejía Leudo e ao Paulo Henrique dos Santos Ferreira, pelo compromisso com as produções em que são, respectivamente minhas coautoras e meu coautor.

Como autora e coautora de algumas de tais entradas nominiais, agradeço aos familiares, amigos, conhecidos das mulheres biografadas. Assim, agradecimentos são devidos à Ana Maria, a filha de Annita Hurley que vive em Belém, por ter colaborado com informações sobre a mãe. E ainda por ter permitido que se fotografasse obras artísticas da mãe que se encontram no seu acervo e no de sua filha e neta de Annita, bem como fotos de um álbum de fotografias preparado pela mãe e que guarda até hoje, aliás, uma preciosidade documental e imagética.

Também, parentes que vivem em Curuçá e em Belém contribuíram com informações e/ou com obras de Annita Hurley. Dentre esses é de se destacar os nomes de Alexandre Cunha, de Laíde Cabral Borges, de Alcílio

Alves Campos, Maria de Fátima Pinheiro de Sousa e de Maria Veras Alves de Campos. Inclusive, Alcílio tinha as obras identificadas como medalhões, feitas em gesso e pintadas – um autorretrato e uma imagem de Santa Terezinha; ele ainda tinha em seu poder uma carta emocionante, escrita para uma tia pela então jovem filha Ana Maria sobre sua mãe; de posse do contato com Ana, por mim repassado, Alcilio entregou a ela tal documento e também o autorretrato.

Todavia, aproveito para agradecer às filhas e filhos de Maria Benedita Brito ou Maria do Andirá – Jacira, Maria Andrônica, Antônio e Nestor –, pelas entrevistas, por terem me recebido, cedido uma foto para ser inserida no capítulo respectivo ou permitido que se fotografasse a casa onde viveu por muitos anos. Inclusive, pôde-se fotografar o altar que ela usara e que, de acordo com os filhos, se encontra como ela deixara. Ainda, agradeço pelas informações prestadas pela “mãe de santo” Maria Pedroso Ferreira ou Maria Pretinha, uma das que foram preparadas espiritualmente por Maria do Andirá; e à Maria do Rosário, sendo que essa foi por ela curada.

Ainda no que se refere à Maria do Andirá, agradeço a Raimundo Carlos por informações sobre ela; e à Lindianny Dias Azevedo, pela gentileza de ter me acompanhado à localidade de Andirá e à casa dessa pajé, por duas vezes; isso para entrevistar Antônio e Nestor e para fazer a documentação fotográfica. E em especial agradeço à Maria do Socorro Pinheiro Ruivo e Édson Borges da Silva, pela acolhida em sua casa, bem como à Joana, com suas comidas mais que gostosas.

As autoras do capítulo sobre Ruthe Chelala, Ana da Silva Santos e Valdenira Maria de Jesus Moreira agradecem especialmente à Maristela Chelala, filha de Ruthe, pela apresentação da mãe que ela conheceu pelos escritos de Antonieta (Mimica), sua avó; também, à Cleide Conduru, cunhada da homenageada, pela partilha das recordações da família Conduru; e à filha de Cleide, a Marise, pela indicação de pessoas que poderiam contribuir com pesquisa para esse capítulo.

Ainda, as mesmas são gratas à Ceres Beckmann, viúva do Dr. Clodoaldo Beckmann, amicíssimo da biografada, pela recepção gentil e disponibilização da biblioteca de sua residência para a pesquisa. Agradecimentos são, todavia, feitos às professoras Celina Maciel Neves e Lucia Almeida, contemporâneas de Ruthe no Curso de Biblioteconomia e na Biblioteca Central da UFPA. Ainda, ao Conselho Regional de Biblioteconomia e à Associação Paraense de Bibliotecários.

Leila Cristina Leite Ferreira aproveita para agradecer à Carmen Lúcia Barbosa – a Ckalu – sobre quem escrevera para este volume desta enciclopédia. Tal agradecimento refere-se à entrevista concedida, mesmo que efetivada via *Internet* e também por ter cedido fotos sobre si e seu trabalho como artista. Ainda, agradece a Fernando d’Pádua pelas fotos do tempo do Projeto Pichando Arte, implementado em 2002, em Belém do Pará.

As demais autoras e os autores agradecem a disponibilidade de suas entrevistadas e/ou seus entrevistados. Também, pela acolhida e paciência no decorrer do processo de produção de dados; e por terem cedido fotografias e outros materiais, o que possibilitou a produção dos capítulos deste volume um da enciclopédia.

Algumas destas pessoas são as próprias biografadas, a saber: Beatriz de Almeida (Bia), Carmen Lúcia Barbosa (Ckalu), Maria Veras Alves de Campos, Mónica Chuji Gualinga, Esmeralda Maria da Conceição, Dercy Teles de Carvalho Cunha (Dercy Teles), Dulcinéia Lima, Antônia Maria Gomes da Silva, Celina Cadena da Silva (Celina Baré), Luzarina Varela da Silva, Regina Lúcia Barata Pinheiro de Sousa (Regina Barata) e Valda Ibañez Braga Wajuru.

Também, agradecimentos *post mortem* são devidos às biografadas falecidas recentemente ou há algum tempo. São elas Laura da Silva Mendes, Maria de Lourdes Gomes Sadala (Marina) e Maria Hyluisa Pinto Ferreira (Glória). Nesses casos, a autora e autores tiveram contato quando elas ainda viviam e que depois receberam apoio de parentes e amigos para poderem

produzir os capítulos que constam deste volume e desta enciclopédia. Assim, agradece-se também aos familiares e/ou amigas e amigos pelas entrevistas, pelas fotografias cedidas etc.

Agradece-se ainda *post mortem* às biografadas falecidas há mais tempo e com quem as autoras e um autor não conheceram. São elas: Anna de Christo Cabral Hurley (Annita Hurley), Anna María Sybilla Merian, Emília Snethlage, Maria Benedita Costa Neves de Brito (Maria do Andirá), Raimunda Moreno da Silva (Alma Raimunda de Bom Sucesso) e Ruthe Pinheiro Conduru Chelala. Como familiares e/ou amigas e amigos concordaram em ser entrevistados e cederam fotografias e outros materiais, todas e todos também merecem agradecimentos.

No caso das mulheres míticas ou lendárias Iaçá, Jurewati e Princesa do Ipomonga, agradecimentos a todas e todos que vêm transmitindo oralmente suas trajetórias de geração em geração. Também, a quem transcreveu a/ou as versões hoje conhecidas. Ainda, a quem vêm imaginando suas aparências e performances e a partir dessas perspectivas, estão a produzir imagens a respeito. Como para essa última não se encontrou uma imagem, a partir dos elementos da lenda se produziu uma.

Todavia, muitas pessoas contribuíram para que este volume da enciclopédia que com ele se inicia, se concretizasse. Desse modo, agradecimentos são devidos às pessoas que integram o Conselho Científico da enciclopédia, aos revisores, aos responsáveis pela Editora e pelo Setor de Informática do NAEA; ainda, à Ione Sena pelo trabalho técnico de editoração e coautoria na produção da capa e a Norberto Tavares Ferreira pela arte digital etc. No mais, é esperar-se pela continuidade da enciclopédia, mas pelos capítulos que já chegaram para o volume dois, é de supor-se que a mesma terá vida longa.

A organizadora

# Prefácio

O aprofundamento de estudos acerca da sociodiversidade amazônica é um imperativo para aqueles que se interessam pela construção de políticas de sustentabilidade regional. E por certo, dentro deste esforço se situa a formulação aqui apresentada, o desvendamento do papel ocupado pelas mulheres amazônicas nesse cenário de percepção de crise socioambiental que requer a formulação de respostas a serem compostas sob diversas óticas.

A iniciativa da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ligia Simonian, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos é certamente um presente memorável à história das mulheres da Pan-Amazônia, uma história preenchida por processos de negação de suas singularidades e anulação de sua importância diante da lógica instrumental e produtivista que relega às mulheres a uma condição de subalternidade.

Esta Enciclopédia ilustra uma tentativa séria de construir uma contra lógica que se dirige à compreensão das mulheres biografadas como construtoras de uma história amazônica que pode ser contada a partir das vozes próprias de suas autoras ou de parentes, amigos, pesquisadores, histórias que se entrecruzam e se movimentam na busca de uma construção identitária pluralizada. São mulheres que viveram e vivem muito intensamente a condição feminina e sua relação com a natureza amazônica. Enfim, as biografadas são mulheres de vários cenários, tempos e origens pan-amazônicas.

São mulheres de origem mítica (Iaçá e Jurewati, ambas princesas indígenas, a Princesa do Ipomonga, de Curuçá, e Raimunda Morena Silva – Alma Milagrosa num seringal acreano) signos de uma cultura que se afirma nas tentativas de explicações da realidade por meio de apelos à simbologia mítica. De uma cultura fundada nas relações entre natureza e cultura, como ilustrado nas biografias das personagens citadas, cujas trajetórias míticas continuam ainda fortemente presentes na vida cultural dos povos da floresta.

São mulheres com uma intervenção política forte. E que ao assumirem sua força feminina na luta pelos direitos de seus povos demonstram a sua capacidade de trilhar caminhos considerados “guetos masculinos”. A inserção delas na vida política se faz de modo a considerar a complexidade das relações socioambientais interpostas no cotidiano da vida amazônica, seja ela vivida nos núcleos urbanos ou em outros.

Assim, tem-se a biografia de Maria de Lourdes Sadala de Almerim no Pará, seja ela vivida no interior das florestas, na defesa pelos direitos das populações extrativistas, como ilustrado na experiência de Dercy Cunha, no Xapuri, Acre, Dulcinéia Lima, no Amazonas, ou na defesa pelos direitos das populações indígenas como nas experiências vividas por Chuji Gualinga na Amazônia equatoriana, e das populações quilombolas como nos demonstra as experiências da centenária, Esmeralda Maria da Conceição.

São mulheres que curam, tanto no exercício da vida profissional com exemplos de doação plena ao trabalho, vista na experiência de Maria Hyluiza Pinto Ferreira. Também, na vida religiosa das mulheres vinculadas às religiões de matriz afro-descendente, “as mulheres do santo”, que conseguiram demonstrar, seja de modo mais público e engajado nas lutas sociais ou não. A respeito tem-se a na experiência de Mãe Bia no Marajó (Beatriz Almeida), que ao lado dos preconceitos sofridos em função da opção religiosa, de matriz afro-descendente, também enfrenta os preconceitos por sua própria condição feminina. Ainda e de modo mais reservado, como a experiência de Maria do Andirá (Maria Benedita Brito), que se constituiu autoridade na arte da cura por meio da prática religiosa.

Essas mulheres sofrem por serem representantes da religiosidade e espiritualidade ainda vista com olhares preconceituosos. E são “herdeiras do santo” que ao receberem suas entidades, seus encantados, passam a carregar consigo a força, os segredos, da encantaria, que as ajudam a ensinar e aprender melhor a condição humana e em meio à natureza.

São mulheres que educam, que produzem arte como Annita e Ckalu, que produzem ciência em tempos onde a atividades científica era ainda mais circunscrita aos círculos masculinos. Mulheres que se deslocam de suas terras para construir encontros com desafios políticos, científicos, sociais, religiosos, educacionais e tantos outros demonstrados pela trajetória das biografias apresentadas neste volume da Enciclopédia.

O encontro com a história dessas mulheres nos demonstra que muito ainda temos a caminhar para compreender a importância da valorização da mulher no cenário mundial e em especial na Pan-Amazônia. Nesse sentido, o trabalho da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Lígia Simonian na organização desta obra que se inicia reveste-se de uma importância singular, pois contribui com um debate importante sobre a condição e o exercício de ser mulher circunstanciada na ambiência pan-amazônica.

E ao mesmo tempo em que convida todos os leitores a uma reflexão acerca do papel atribuído às mulheres na história da Pan-Amazônia, e como esse papel se distancia daquilo que elas são e sentem em suas existências e vivências particulares. Trata-se, portanto, de um trabalho que abre portas e janelas para a compreensão dos sentidos atribuídos à vida regional, especialmente, por suas autoras: as mulheres pan-amazônicas.

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marilena Loureiro da Silva  
Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio  
Ambiente/GEAM/PPGED/ICED/UFPA



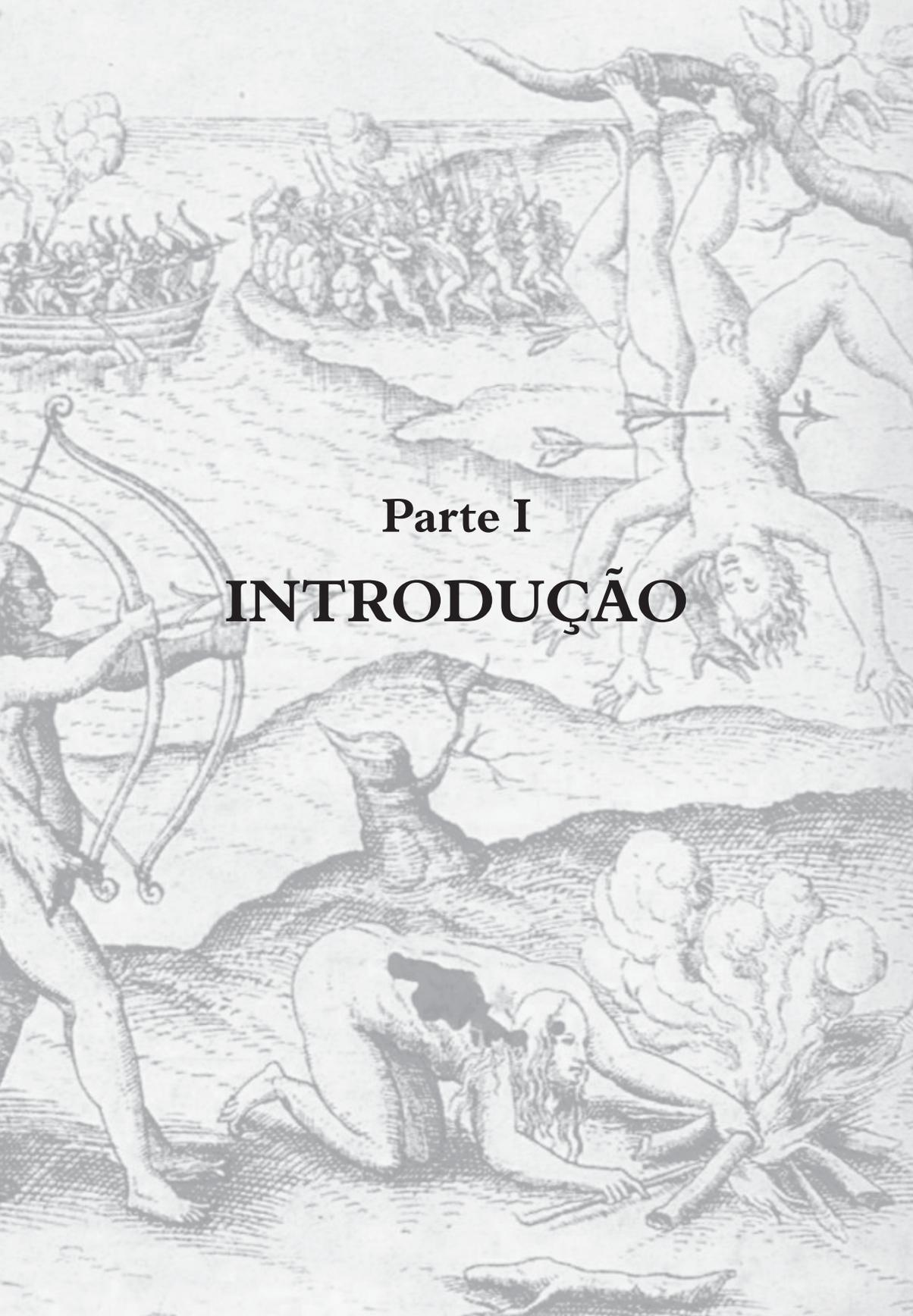
# Sumário

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	vii
<b>PREFÁCIO</b> .....	xi
<b>PARTE I</b>	
INTRODUÇÃO .....	01
<i>Ligia T. Lopes Simonian.</i>	
<b>PARTE II</b>	
<b>BIOGRAFIAS</b>	
ALMEIDA, Beatriz de – 1978 - .....	19
MULHER TRANSEXUAL E ATIVISTA DE SALVATERRA, PARÁ <i>Rubens da Silva Ferreira</i>	
BARBOSA, Carmen Lúcia – 1965 - .....	35
ARTE NA VIDA DE CKALU <i>Leila Cristina Leite Ferreira</i>	
BRITO, Maria Benedita Costa Neves de – 1923-1994 .....	47
54 ANOS DE PAJELANÇA EM CURUÇÁ <i>Ligia T. Lopes Simonian</i> <i>Laura Arlene Saré Ximenes Ponte</i>	
CAMPOS, Maria Veras Alves de – 1924 - .....	61
“PRIMAVERAS”: O EXEMPLO DE UMA TRAJETÓRIA VITORIOSA <i>Maria do Socorro Pinheiro Ruivo</i>	

CHELALA, Ruthe Pinheiro Conduru – 1932-1974 .....	73
PIONEIRISMO E DEDICAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA DO PARÁ	
<i>Ana da Silva Santos</i>	
<i>Valdenira Maria de Jesus Moreira</i>	
CHUJI GUALINGA, Mónica – 1973 - .....	87
MUJER, KICHWA, Y EL RETORNO DE LOS TIEMPOS BUENOS DEL SUMAK KAWSAY	
<i>Guadalupe Rodríguez</i>	
CONCEIÇÃO, Esmeralda Maria da, 1910 - .....	103
E SUA NARRATIVA DA MISÉRIA DO MUNDO DOS FAZENDEIROS DE MARAJÓ	
<i>Rosa Elizabeth Acevedo Marin</i>	
<i>Eliana Teles Rodrigues</i>	
CUNHA, Dercy Teles de Carvalho – 1954 - .....	117
MEMÓRIA BIOGRÁFICA DE UMA LÍDER SINDICAL	
<i>Marcos Montysuma</i>	
FERREIRA, Maria Hyluiza Pinto – 1917-1981 .....	131
BIOGRAFIA DE GLÓRIA	
<i>Alexandre Cunha</i>	
HURLEY, Anna de Christo Cabral – 1911-1958 .....	145
ARTISTA PLÁSTICA, CURUÇÁ/BELÉM, PARÁ	
<i>Ligia T. Lopes Simonian</i>	
<i>Paulo Henrique dos Santos Ferreira</i>	

IAÇÁ – tempo imemorial - .....	161
O SOFRIMENTO DE MULHER INDÍGENA PRODUZ O AÇAÍ	
<i>Ligia T. Lopes Simonian</i>	
JUREWATI – tempo imemorial - .....	175
PRINCESA DE LA LAGUNA GUAYCABA, CAQUETÁ/ COLOMBIA	
<i>Ligia T. Lopes Simonian</i>	
<i>Mercedes Mejía Leudo</i>	
LIMA, Dulcinéia – 1970 - .....	189
LIDERANÇA SERINGUEIRA DA PARTE MÉDIA DO RIO JURUÁ, AMAZONAS	
<i>Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt</i>	
MENDES, Laura da Silva – 1918-2009 .....	203
PROFESSORA E GESTORA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, CURUÇÁ	
<i>Paulo Henrique dos Santos Ferreira</i>	
MERIAM, Anna Maria Sybilla – 1647-1717 .....	219
NATURALISTA Y PINTORA: ENTRE EL ARTE Y LA CIÊNCIA EN SURINAME	
<i>Patricia Tovar</i>	
PRINCESA DE IPOMONGA – tempo imemorial - .....	233
ENCANTAMENTOS EM CURUÇÁ, PARÁ	
<i>Raimundo Carlos de Moraes Santos</i>	
<i>Maria Socorro Pinheiro Ruivo</i>	
SADALA, Maria de Lourdes Gomes – 1930-2005 .....	245
BALATEIRA, PROFESSORA, VEREADORA DE ALMEIRIM, PARÁ	
<i>Denise Machado Cardoso</i>	

SILVA, Antonia Maria Gomes da – 1952 - .....	259
MULHER DOS RIOS E FUIROS DE BELÉM	
<i>Eduardo Lima dos Santos Gomes</i>	
SILVA, Celina Cadena da – 1955 - .....	273
LÍDER INDÍGENA DE MANAUS	
<i>Elvira Elisa França</i>	
SILVA, Luzarina Varela da – 1961 - .....	287
DO MUNDO DAS ÁGUAS AO MUNDO DO MOVIMENTO DAS MULHERES EM MANAUS	
<i>Elenise Faria Scherer</i>	
SILVA, Raimunda Moreno da – 1882 - circa 1910 .....	301
ALMA MILAGROSA DE SANTA RAIMUNDA DO SERINGAL ICURIÃ, ACRE	
<i>Maria do Socorro Soares Oliveira</i>	
SNETHLAGE, Maria Emília – 1868-1929 .....	313
UMA CIENTISTA ALEMÃ NA AMAZÔNIA	
<i>Miriam Junghans</i>	
SOUSA, Lúcia Barata Pinheiro de – 1960 - ... ..	327
REGINA BARATA, ESSA PETISTA É ÓTIMA!	
<i>Izaquiel Mateus Macedo Gomes</i>	
WAJURU, Valda Ibañez Braga – 1977 - .....	341
UMA VIDA EM DEFESA DAS CAUSAS INDÍGENA E AFRO- BRASILEIRA	
<i>Tereza Almeida Cruz</i>	
<b>PARTE III</b>	
AUTORAS E AUTORES .....	357



Parte I  
**INTRODUÇÃO**



# Introdução

*Ligia T. Lopes Simonian*

[...] todo indivíduo vive, de uma geração até a seguinte, numa determinada sociedade; que vive uma biografia, e que vive dentro de uma seqüência histórica. E pelo fato de viver, contribui, por menos que seja, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado pela sociedade e pelo seu processo histórico (Mills, 1965 [1959], p. 12).

É mínima a produção biográfica sobre mulheres no contexto cultural/acadêmico pan-amazônida. Nem o Dicionário Mulheres do Brasil (2000) contribuiu no sentido de mudar tal tendência<sup>1</sup>. A pensar-se em publicações de alcance maior quanto ao público, tem-se as biografias de Helena Valero (Yo, 1984), de A. M. Sybilla Merian e filhas (Wettengl, 1998), de Eunice Michelis (Barbosa, 2006) e de Marina Silva (Cézar, 2010). Produziu-se sobre mais mulheres, mas as biografias tendem a circunscrever-se à academia.

A obra *Mulheres da Pan-Amazônia: enciclopédia cooperativa de biografias* – que ora se inicia com o volume um – envolve entradas nominais e a produção de capítulos com biografias introdutórias de mulheres da região. Isso desde os tempos pré-coloniais, sendo que tais trabalhos refletem a relação indivíduo-natureza-sociedade. Essa enciclopédia implica em trabalho cooperativo de autores e autoras, no sentido de revelar a importância das mulheres que habitaram e/ou vivem nesse *locus* pleno de diversidades<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> De fato, dentre centenas de verbetes, apenas 17 são sobre as mulheres da Amazônia brasileira.

<sup>2</sup> Ainda, a expectativa é de que se revele sua participação e relevância na sociedade, cultura e relações de trabalho, no meio rural e no urbano pan-amazônico e ao longo de suas vidas e em uma perspectiva biográfica.

As narrativas orais trouxeram à atualidade elementos sobre mulheres míticas e lendárias da Pan-Amazônia e suas trajetórias. Elas surgem como rainhas, princesas e como origem lendária ou mítica envolvendo alimentos ou outros aspectos da realidade. Inclusive, muitas lendas relativas aos recursos naturais têm figuras femininas como a sua essência, em especial quanto aos comestíveis. Exemplos nessa perspectiva e como posto por Pereira (2001) e Silva (1967), tem-se as lendas de Iaçá e a de Mani dentre outras.

Em eras prístinas, por certo muitas mulheres se destacaram na região que veio a ser conhecida como Pan-Amazônia; mas sobre elas se pode apenas conjecturar. Apesar disso, como se depreende de Roosevelt (1988), figuras de mulher em cerâmica encontradas em sítios arqueológico persistem, assim como nas pinturas rupestres, imagens poucas das suas vidas e performances. Nesse ponto, é de perguntar-se se a produção de tais imagens resultou de observações de mulheres reais ou são fruto da imaginação de artistas.

Uma instância tem-se nas pinturas rupestres de sítios arqueológicos de Monte Alegre, Pará. Como se depreende das fotografias de Simonian (2001a) a respeito, tem-se a representação de uma mulher em trabalho de parto. Também, a imagem de uma bailarina. Entretanto, além de tais fragmentos a que se tem acesso na contemporaneidade – isso apesar dos vandalismos tantos –, dificilmente se saberá como elas eram em suas individualidades e como atuavam nos contextos ambientais e sociais em que viviam.

Já na era pré-colonial, muitas cacicas e “princesas” existiram. E foi uma das rainhas das Amazonas ou Icamíabas – a Coñorí – a que mais sucesso fez no imaginário europeu (Carvajal [1540-1542] 1941, p. 112). Conforme os registros do início da colonização europeia, ela vivia numa cidade que reluzia ouro e tinha um séquito de mulheres nobres (sic), “[...] servindo-se [...] em baixelas de ouro e prata” [...]. Assim, mulheres fortes viveram desde muito nessa região, fossem da elite, do povo, de etnias diversas etc.

Muitas outras mulheres têm tido sua individualidade disseminada no meio social em que viveram ou vivem. A respeito, Lima, Simonian (2012), Ofner (1999), Simonian (2009a-d, 2006, 2005, 2001b), Valentina Nieto (2007) e Wolff (1999) revelam a centralidade das mulheres amazônidas no

contexto da relação sociedade e natureza e da produção das condições de reprodução biológica e cultural. Por sua vez, Salles (1956) argumenta que a vovó e a titia caboclas “São enciclopédias vivas da melhor literatura oral [...]”<sup>3</sup>. Mas apesar de sua importância no que diz respeito à transmissão de conhecimentos, seus nomes ficaram no passado.

No período colonial pan-amazônico, mulheres míticas ou não ficaram conhecidas, ainda que poucas. *Data venia*, Coñorí – a rainha das Amazonas era a mulher mais poderosa em seu mundo mítico ou não, e a mais conhecida na região e fora dela. De fato, desde 1639, com Acuña ([1639] 1941), ela aparece em muitas obras que circularam de modo amplo na Europa e nas Américas. Já a Mulher Maracá ficou conhecida em fins do século XIX, quando da realização de pesquisas e do encontro do seu sepulcro no rio Maracá, Amapá (Guedes, 1897). Pela descrição existente, ela era uma mulher jovem, de estrato social superior e pelos adornos encontrados, presume-se que era vaidosa.

Todavia, neste período e no século XVIII, mulheres europeias se destacaram na região e se tornaram objeto de estudos. A alemã María Sybilla Merian viveu e trabalhou como botânica e artista no Suriname,<sup>4</sup> entre 1699 e 1701<sup>5</sup>. Na segunda metade do século XVIII e depois de esperar por 20 anos o marido francês, a equatoriana Isabel Grandmaison ou Mme. Godin des Odonais desceu o Amazonas a procurá-lo (Odonais, 1773)<sup>6</sup>. Índios Canelos a acolheram e os missionários a transportaram ao Oiapoque para encontrá-lo.

Tem-se ainda fragmentos sobre mulheres da região, tanto inseridos em documentos oficiais, na produção científica, prosa etc. E os autores do

---

<sup>3</sup> Inclusive, “[...] passando para as imaginações inquietas dos curumins e cunhantãs as fantasias inspiradas pela natureza ubérrima, satisfazendo com a narrativa de mitos e superstições o espírito cúria dos pequenos tapuios” (*id.*, *ibid.*).

<sup>4</sup> Sobre Merian e sua obra existem uma biografia e estudos, como a de Patricia Tovar, mais adiante.

<sup>5</sup> Para ressaltar sua importância para o país e sua cultura, o Museu do Suriname (Paramaribo), apresentou faz pouco ao público uma exposição sobre a vida e obra científica e artística dessa notável (Simonian, 2009d).

<sup>6</sup> Neste projeto, ela foi perdendo uma a uma as pessoas que a acompanhavam, inclusive dois irmãos.

século XIX foram profícuos em dar nomes a muitas, como Agassiz, Agassiz ([1865-1866] 1975), Bates [1863] 1873, Coudreau (1897), Florence ([1825-1829] 1941), Moura ([1910] 1989), de Wallace ([1853] 1939) e elas estão também em obras recentes (Valente Júnior, 1987). Assim, tem-se a cabana Margarida de Jesus Cunha, a kayapó Macabaió, a Guaraní Jombré Scherer, a “D. Antônia”, da fazenda Buriti (próxima à Cuiabá), a cafuza e “ajudante de naturalista” Alexandrina etc.

A pensar-se em estudos biográficos ou biografias completas de mulheres específicas, a produção é bem mais recente. Uma dessas biografias é a de Helena Valero, uma menina ribeirinha do Amazonas que os Yanomami raptaram, viveu entre eles, se casou e teve filhos com um deles (Yo, 1984)<sup>7</sup>. E como não poderia ser diferente, nessa obra tem-se uma percepção processual acerca da cultura desses indígenas.

Depois disto e inspirada em obras de Chryssides (1993) e Ofner (1993), produtoras de biografias sobre lideranças indígenas da Austrália e a Nova Zelândia, Simonian (2012a, b, c, no prelo) fez pesquisa sobre três mulheres amazônidas. Elas são Verônica Tembê – a capitã dos Tembê; Maria Rodrigues de Souza – uma agroextrativista do rio Aripuanã; e Ronôré – a “mamãe grande” dos Akrãtikatêjê (Simonian, 2012a-b; Simonian, Valadão, 2012). Ainda, a autora revela a importância social e política dessas mulheres nos contextos onde viveram ou vivem.

Na contemporaneidade, mulheres estão a se destacar na Pan-Amazônia e nos campos políticoadministrativo, econômicoeducacional e sociocultural. Sobre duas que atuam no Brasil, produziu-se biografias. Elas são mulheres inseridas no contexto político-partidário mais alto da nação. Uma dessas biografias trata da ex-senadora pelo Amazonas Eunice Michelis (Barbosa, 2006) e a outra da senadora pelo Acre, Marina Silva (César, 2010). Na primeira, enfatiza-se feitos da ex-primeira senadora do país e seus impactos na sociedade; na segunda, bandeiras políticas da senadora, notadamente no campo ambiental.

---

<sup>7</sup> Em sua essência, essa é uma autobiografia produzida a partir de um relato detalhado de Helena.

Neste ponto, é de destacar-se que não há consenso sobre a importância dos estudos biográficos nos âmbitos cultural, social e político. Mas muitas autoras e muitos autores têm se adentrado nessa discussão e lançado luzes que permitem reconhecer tal importância, a exemplo de Alberti (2000), de Bourdieu (1996), de Ferrarotti (1991), Montagner (2007). De todo modo, apesar das contradições que elas e eles possam revelar, constituem-se em instrumentos a mais e capazes de orientar a compreensão sobre o papel das mulheres enquanto indivíduos a atuarem em seus contextos ambientais e culturais mais amplos.

Neste volume um, contou-se com o esforço cooperativo e com o compromisso político com a produção de conhecimento de muitas autoras e autores. E procurou-se produzir evidências por meio de pesquisa documental, fotográfica, história oral e entrevistas de natureza biográfica sobre mulheres pan-amazônidas, com ênfase no trabalho de campo e na história oral (Malinowski, 1967; Oliveira, 1996; Simonian, 2007; Thompson, 2000). Desse modo, buscou-se recuperar dados fragmentados, pesquisar e produzir imagens sobre mulheres pan-amazônidas, em parte aproveitados nesta publicação.

\*\*\*\*\*

A enciclopédia que se inicia com este volume está organizada a partir de entradas nominiais, sendo que cada uma delas compõe um capítulo. Ao todo, são 24 capítulos que integram este volume. Nele, as trajetórias das mulheres pan-amazônidas apresentadas são instigadoras e exigem reflexão. A seu modo, autoras/autores que submeteram os textos de natureza biográfica foram perspicazes na escolha de mulheres que tiveram o que dizer e fizeram ao longo de suas vidas, ou que apresentam essas mesmas condições no presente.

No primeiro destes capítulos, Rubens da Silva Ferreira apresenta e analisa as experiências de trânsito entre os gêneros na vida de Beatriz Almeida – a Bia, 33 anos, uma maranhense que vive no Pará desde a infância.

Dentre outros aspectos, tratou também sobre a cirurgia que ela fez de adequação sexual a qual foi submetida no Hospital de Base de São José do Rio Preto (SP), em 2000. Ainda, sobre sua inserção política nas questões ligadas ao segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros – LBBTTT e da cultura de origem afroreligiosa.

Depois, tem-se a trajetória da artista e arte-educadora Carmen Lucia Barbosa – a Ckalu, 46 anos, nascida em Belém, e que Leila Cristina Leite Ferreira produziu. Ela é formada em pedagogia pela UFPA e, dentre outros trabalhos que faz, a mesma desenvolve os de grafite. Nos anos de 1990, ela participou do Projeto Pichando Arte, isso em Belém. E, mais recentemente, ela está a pesquisar e trabalhar com materiais reciclados e se declara militante da arte e das liberdades feminina e artística.

O terceiro capítulo versa sobre Maria Benedita Costa Neves de Brito – a Maria do Andirá, pajé curuçaense que viveu entre 1923-1994. De acordo com a pesquisa de Ligia T. Lopes Simonian, 61 anos, e de Laura Arlene Saré Ximenes Ponte, ela foi uma pajé importante e cumpriu uma função social importante quanto à cura em Curuçá, num tempo em que ali médicos, enfermeiras formadas etc. não existiam. Ainda, ela preparou algumas das mães de santo que hoje atuam nesse município.

A seguir, tem-se o capítulo quatro, uma produção sobre Maria Veras Alves de Campos, 87 anos, também referida como Professora Marizinha e como “Primaveras”. Em linguagem poética, Socorro Ruivo – 51 anos – diz que “Fé e Razão traçaram seus caminhos, equilibrando seus passos, suas escolhas; também encanto e magia floriram seus jardins ao longo da vida [...]”. Ainda, revela que Maria Veras teve uma vida de superação e de ganhos pessoais e sociais ao dedicar-se a trabalhos públicos, nos âmbitos da educação e do poder judiciário.

A quinta homenageada nesta enciclopédia é Ruthe Pinheiro Conduru Chelala, que nasceu em Belém em 1932 e nessa cidade viveu e faleceu em 1974, tendo sido uma pioneira no campo da biblioteconomia. A partir de pesquisa sobre a trajetória de vida de Ruthe Chelala, Ana da Silva Santos e Valdenira Maria de Jesus Moreira revelam a sua importância para a

constituição da Biblioteca Central da Universidade Federal do Pará – UFPA, bem como para a implantação do curso superior de Biblioteconomia nessa Universidade. Ainda, Ana e Valdenira destacam a produção científica da mesma<sup>8</sup>.

El próximo capítulo se refiere a Mónica Chuji Galinga, una indígena ecuatoriana que nació en la Amazonia. Según Guadalupe Rodríguez – 38 años, en función de estar “[...] respaldada por una formación sólida como comunicadora y política [...]”, ella participó del movimiento indígena en defensa de los derechos y pudo asumir cargos importantes en el gobierno del país, también trabajó en el Congreso Constitucional en el año 2008 y participa de un foro de Organización de las Naciones Unidas – ONU para indígenas, además del movimiento Sumak Kawsay. Su posición política es de izquierda.

Em outro capítulo, Rosa Elizabeth Acevedo Marin e Eliana Rodrigues Teles, 41 anos, apresentam um pouco da vida mais que centenária de Esmeralda Maria da Conceição, que é quilombola marajoara. Ela nasceu em Cachoeira do Arari, em 1910, portanto, em 2011, completou 101 anos. Conforme as autoras, Esmeralda teve e continua tendo participação quanto à questão fundiária do Marajó, inclusive, fora expulsa junto com os seus de uma ocupação antiga. Dessa experiência, emana a importância de sua narrativa sobre tais acontecimentos, principalmente sobre a violência dos fazendeiros da região.

A trajetória de vida de Dercy Teles de Carvalho Cunha é tratada no oitavo capítulo. Ela nasceu em 1954, no seringal Boa Vista, município de Xapuri, Acre, onde vive na colocação Pimenteira. É liderança extrativista da Reserva Extrativista – RESEX Chico Mendes e no momento presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR do Município de Xapuri. Participa do debate sobre conservação dos recursos florestais amazônicos e tem defendido uma posição combativa em sua defesa.

---

<sup>8</sup> Isto num momento em que poucos se preocupavam com os aspectos formais da produção acadêmica.

Segue-se o capítulo sobre Maria Hyluíza Pinto Ferreira, a Glória ou “Da. Glória”, que nasceu em Ourém em 1917, estudou em Belém e viveu desde os 23 anos em Curuçá, onde fez carreira profissional e política; seu falecimento deu-se em 1981. Segundo Alexandre Cunha, ela exerceu muitas profissões, mas depois de fazer o “Curso de Parteira e Enfermeira”, promovido pela Faculdade de Medicina do Pará, com estágio na Santa Casa, voltou a Curuçá. Ali, desenvolveu vida pública como “modernizadora” [...]. Ainda, além de enfermeira obstetra, ela foi vereadora por Curuçá e política influente na região.

Em outro capítulo, tem-se uma introdução à biografia da artista plástica Anna de Christo Cabral Hurley, a Annita Hurley; conforme a pesquisadora Ligia T. Lopes Simonian e o pesquisador Paulo Henrique dos Santos Ferreira, ela nasceu em Curuçá, em 1911, e faleceu em Belém, em 1958. E a partir de levantamentos feitos nessas duas cidades, soube-se que ela estudou arte no Colégio Santa Catarina depois de casada. Ainda, encontrou-se obras assinadas por Annita e com motivações religiosas. Tais obras se encontram em poder de familiares e na igreja matriz da Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR, de Curuçá.

Uma mulher lendária, a Iaçá aparece no capítulo que segue. Ligia T. Lopes Simonian apresenta uma biografia dessa mulher, cuja identidade lendária começa com o amor materno, mas passa pelo sofrimento até chegar à morte da filha e ao renascimento, ainda que metamorfoseado em um recurso da natureza, também comestível. Também, a autora analisa a sua importância no contexto cultural pan-amazônico, bem como as imagens que vem sendo produzidas e muitas vezes veiculadas na *Internet*.

En uno de los capítulos de esa enciclopedia, Ligia T. Lopes Simonian, 61 años, y Mercedes Mejía Leudo, 44 años, sistematizan una biografía de la princesa Jurewati. Ésa aparece en la realidad mítica y leyendaria de la región de Caquetá, Colombia, y más precisamente de la ciudad de Florencia. Esa leyenda involucra una historia de amor que también enfrenta el poder paterno del cacique Guaycabá. Así, en el enredo, Jurewati pierde su amado

y de tanto llorar llena con sus lágrimas un área que se transformó en la laguna del Guyacaba. Las autoras presentan y analizan aún dos imágenes encontradas al respecto.

Dulcinéia Lima surge no capítulo produzido por Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt. De acordo com essa autora, Dulcinéia é uma liderança importante das seringueiras e é ainda pescadora, agricultora, esposa e mãe e atua na Reserva Extrativista – RESEX do Médio Rio Juruá, no município de Carauari, estado do Amazonas. Por meio da trajetória dessa seringueira, a autora também descreve e analisa os impasses e as possibilidades do viver e do envolver-se em política pública e social em uma área de floresta periférica em relação aos centros urbanos e políticos da região.

Paulo Henrique dos Santos Ferreira produziu o capítulo sobre Laura da Silva Mendes (1918-2009), uma professora de destaque em Curuçá e na cidade de Belém. Pelo que o autor expõe e analisa, Laura lutou contra os preconceitos contra as mulheres e buscou qualificação profissional. E atuou num tempo em que as dificuldades de acesso a serviços públicos eram enormes no interior do estado do Pará.

En el próximo capítulo, Anna Maria Sybilla Merian (1647-1717) surge en el escrito de Patricia Tovar, como una mujer que enfrentó muchas contradicciones y fue al mismo tiempo muy poderosa. Alemana de nacimiento – de Frankfurt am Main –, ella llegó a Surinam en el año 1699 y de allá regresó a Europa en 1701. Según Patricia, era “[...] una mujer extraordinaria y talentosa, conocedora de animales y plantas, pintora y naturalista”. Sus trabajos científicos fueron reconocidos y sus obras artísticas son admiradas hasta hoy.

De Curuçá vem, também, o capítulo sobre a Princesa do Ipomonga. Como posto por Raimundo Carlos de Moraes Santos e Maria do Socorro Pinheiro Ruivo, essa Princesa é uma figura feminina mítica, elemento muito comum na cultura e espiritualidade dos povos amazônidas. E esse mito se remete à ilha e praia homônimas, ambas localizadas na baía do rio Curuçá. Essa figura de mulher tem instigado o interesse de estudiosos do assunto,

bem como de muitos curuçaenses. Ainda, pelo que se conhece sobre o imaginário amazônida e pan-amazônida, a mesma faz parte de um panteão bem mais amplo.

O capítulo que segue se refere à Maria de Lourdes Gomes Sadala (nasceu em 1930 e faleceu em 2005 em Almeirim, PA), mais conhecida como Marina Sadala, em biografia produzida por Denise Machado Cardoso. Casou-se cedo e teve sete filhos, trabalhou na extração da balata, foi professora, dentre outras atividades desenvolvidas. E foi a primeira mulher eleita para a vereança de Almeirim, em 1954. Como posto por Denise, “Em sua fala foi possível notar as dificuldades das condições presentes no contexto da primeira metade do século XX”, em especial quanto a gênero e a Almeirim.

Antonia Maria Gomes da Silva é a biografada no capítulo próximo, sendo a autoria de Eduardo Lima dos Santos Gomes. Antonia é natural de Belém, tendo nascido em 1952, e lutado muito para concluir o curso superior. Em 1990, mudou-se para a ilha de Cotijuba, nesse mesmo município, e ali desenvolveu um trabalho voltado aos direitos de ilhoas e ilhéus e em especial aos das mulheres. Pela descrição de Eduardo, ela “[...] envolveu-se na Associação de Produtores Rurais de Cotijuba e fundou o Grupo de Mulheres de Cotijuba – GMC, mais tarde ampliado e denominado Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB”. Persiste com seus ideais, agora trabalhando em Breves, PA.

Elvira Eliza França produziu o capítulo sobre Celina Cadena da Silva ou Celina Baré como é mais conhecida; ela nasceu em 1946, no Amazonas, e é uma liderança indígena que vive em Manaus. Apesar das muitas dificuldades enfrentadas, formou-se em enfermagem e obstetrícia na Venezuela, onde também trabalhou em um hospital público. De volta ao Brasil, enfrentou problemas na regularização do diploma, e então teve que se envolver em trabalhos diversos. Mas notabilizou-se por trabalhos na área da saúde e no movimento social das mulheres indígenas.

Tem-se agora o capítulo sobre Luzarina Varela da Silva, ribeirinha das águas dos rios Amazonas/Solimões e nascida em 1961. Migrou para Manaus-

AM cedo em busca do eldorado novo – a Zona Franca – ZFM. Elenise Faria Scherer evidencia neste estudo biográfico a trajetória de Luzarina como liderança no chão das fábricas, nos sindicatos e em partido político. Trabalhou pela criação de um Departamento Feminino do sindicato “[...] com objetivo de demandar direitos tanto dentro das fábricas como de um sindicato predominantemente masculino”. Ainda, envolveu-se e participa de muitas organizações de mulheres em Manaus e no Amazonas.

No capítulo a seguir, trata-se de Raimunda Moreno da Silva (1881-1909), mais conhecida como Alma Raimunda do Bom Sucesso (ou Santa Raimunda), que é venerada há décadas, no município de Assis Brasil, Acre. Pelas informações sistematizadas por Maria do Socorro Soares de Oliveira nesta biografia sucinta, sabe-se que ela morreu em circunstâncias dramáticas no seringal Icuriã, tendo na oportunidade perdido um bebê. Com graças alcançadas por pessoas que pediam sua intercessão para resolver impasses da vida, foi transformada em “alma santa” e é reverenciada por brasileiros, bolivianos e peruanos anualmente em romaria até o *locus* onde foi enterrada e onde existe uma capela.

Emília Snethlage (1868-1929) aparece no capítulo que segue. Miriam Junghans aponta que essa naturalista alemã foi pioneira quanto a doutorar-se na Alemanha, isso em 1904. Um ano depois veio para Belém do Pará, a convite de Emílio Goeldi, que reestruturou a instituição que hoje conhecemos como Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG. Aqui trabalhou com ornitologia e, acompanhada por indígenas fez a primeira travessia do território entre o Xingu e o Tapajós.

Foi diretora desse Museu e sofreu perseguições no período da I Guerra Mundial. Entre 1922 e 1929 trabalhou no Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde permaneceu até falecer, em uma viagem ao rio Madeira, em 1929. Miriam ainda apresenta e analisa outros aspectos da trajetória dessa cientista.

No capítulo a seguir, tem-se a trajetória de Regina Lúcia Barata Pinheiro de Sousa, mais conhecida como Regina Barata. De acordo com Izaquiel Mateus Macedo Gomes, Regina nasceu em Belém do Pará, em

1960; é casada, mãe, advogada e defensora pública de carreira desde 1983. Elegeu-se vereadora e deputada estadual por quatro vezes e pelo Partido dos Trabalhadores – PT. Tem também trabalhado pela causa dos portadores de deficientes, tanto no âmbito do Pará, como no nacional e no internacional. Na eleição de 2010 não conseguiu reeleger-se, mas continua com seus trabalhos sociais e políticos e ainda representa o Brasil na Rede Ibero-Americana de Pessoas Deficientes – RIADS.

A trajetória de vida e de luta de Valda Ibañez Braga Wajuru, 34 anos de idade, natural do município de Alta Floresta D'Oeste, Rondônia, encontra-se no último capítulo deste volume. Por meio da biografia dessa mulher, Tereza Almeida Cruz discute as lutas de índios e negros pela regularização de suas terras bem como as suas interações com o meio ambiente e a defesa dos seus modos de vida. A biografia proposta se baseia no depoimento oral de Valda Wajuru e na bibliografia referente a gênero e meio ambiente. Entende-se que o relato pessoal dessa mulher retrata experiências socioculturais dos povos que habitam o vale do rio Guaporé na fronteira natural com a Bolívia.

Os próximos volumes da enciclopédia que ora se inicia irão depender da continuidade do esforço das pesquisadoras e dos pesquisadores que trabalham direta ou indiretamente com as mulheres da Pan-Amazônia. Também, de sua vontade em cooperar com um projeto que se espera seja duradouro. Nesses termos, a expectativa é que muitas mulheres passem a partir do trabalho de muitas e de muitos por esta obra que também pode ser considerada como uma passarela, mas por certo sua exibição dependerá dos feitos e das contribuições das biografadas em seu meio sociocultural.

## REFERÊNCIAS

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. *Viagem ao Brasil – 1865-1866*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1868] 1938. 654 p., il.; anexos. (Coleção Brasileira, 5ª. Série).

ALBERTI, V. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC; FGV, 2000. 5 p. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: dez. 2011.

BARBOSA, H.. *Eunice Michiles, a primeira senadora do Brasil*. São Paulo: RR Donnelley Moore, 2006. 356 p., il.

BATES, H. W. *The naturalist on the River Amazons*. New York, [1863] 1873. 260 p., il.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.

CARDOSO, D. M. Catadoras de caranguejo do Guarajubal (Marapanim-PA): relações de gênero e ambiente. Belém, 2001. 204 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal do Pará, 2001.

CARVAJAL, G. de. Descobrimento do rio Orellana. In: *Descobrimientos do rio das Amazonas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1941. p. 11-79. (Período da viagem: 1540-1542).

CÉZAR, M. de C. *Marina: uma vida por uma causa*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010. 256 p.

COUDREAU, H. *Voyage au rio Tocantins-Araguaia*. Paris: A. Lahure, 1897. 298 p., il. Carta geográfica produzida por O. Coudreau. (Viagem: 1886-1907).

CRYSSIDES, H. *Local heroes*. North Glackburn: Collins Dove, 1993.

*DICIONÁRIO mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade; biográfico e ilustrado*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000. (Org. por Shuma Shumaker e Érico Vital Brazil).

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia: problemas e práticas*, n. 9, p. 171-177, 1991.

FERREIRA, A. R. Memória sobre as cuias que fazem as índias de Monte Alegre e de Santarém. *Revista Nacional de Educação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 58-63, [1783-1792] 1933.

FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1941. 218 p., il. (Período da viagem: 1825-1829).

GUEDES, A. P. L. Relatório sobre uma missão ethnographica e archeologica aos rios Maracá e Anauerá-Pucú (Guiana Brasileira). *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographica*, Belém, v. 2, p. 42-63, 1897.

LIMA, T. L.; SIMONIAN, L. T. L. Quebradeiras de coco babaçu em São Miguel do Tocantins: identidade, trabalho e organização de extrativistas na Amazônia. In: SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres amazônidas de áreas de reservas e de áreas conservadas*. Belém: NAEA, 2011/no prelo.

MILLS, C. W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, [1959] 1965.

MONTAGNER, M. Â. Trajetórias e biografias... *Sociologias* [online], n. 17, p. 240-264, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 22.05.2010.

MOURA, I. B. D. *De Belém a São João do Araguaia: vale do rio Tocantins*. Belém: SECULT-PA, [1910] 1989. 376 p., il.

ODONAI, G. des. Carta do Sr. Godin des Odonais... In: CONDAMINE, C. M. de la. *Viagem na América meridional descendo o rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Editora Pan-Americana, S./A., [1745] 1944. p. 229-265, il.

OFNER, S. (Org.). *New Zeland women in the 19th century*. Auckland: MacMillan, 1993.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

ORCÉS, V. M. *Género, manglar y subsistencia*. Quito: Abya-Yala, 1999. 171 p., il.

ROOSEVELT, A. C. Interpreting certain female images in prehistoric art. In: MILLER, V. E. (Ed.). *The role of gender in pre-Colombian art and architecture*. Lanham: University Press of America, 1988. p. 1-34.

SALLES, V. Paisagem de Marajó; folclore. *Diário de Notícias*, RJ, 18 mar. 1956.

SILVA, A. M. F. da. *Saberes cotidianos e azeite de andiroba: a presença da mulher extrativista, no contexto histórico das práticas socioculturais dos sujeitos da ilha de Juba, Cametá/PA*. Belém, 2009. 369 f. Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal do Pará, 2009.

SIMONIAN, L. T. L. Maria Rodrigues de Souza, uma cabocla do vale do rio Aripuanã, AM. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Mulheres amazônidas de áreas de reservas e de áreas conservadas*. Belém: Editora do NAEA, 2012a. Il., no prelo.

\_\_\_\_\_. Ronôré – a “mamãe grande dos Akrãtikatêjê. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Mulheres amazônidas de áreas de reservas e de áreas conservadas*. Belém: Editora do NAEA, 2012b. Il., no prelo.

\_\_\_\_\_. Agua en la cultura riberiña y mujeres amazónidas. BERNAL-ZAMUDIO, H. (Org.). *El agua en la gran Amazonia continental suramericana... siglo XXI*. Leticia: Cátedra UNESCO Amazonia, OTCA y UNAMAZ; Zaragoza: UNESCO, 2009a. p. 347-360, il.

\_\_\_\_\_. Mujeres y conocimientos ancestrales en la Amazonía, Brasil. *Papers do NAEA*, Belém, n. 255, p. 3-23, il., 2009b.

\_\_\_\_\_. Mulheres enquanto políticas: desafios, possibilidades e experiências entre as indígenas. *Papers do NAEA*, Belém, n. 254, p. 3-34, il., 2009c.

\_\_\_\_\_. *Notas acerca a exposição sobre a vida e obra científica e artística de María Sybilla Merian, levada a efeito no Museu do Suriname, em Paramaribo e em 2009*. Paramaribo, 2009d.

\_\_\_\_\_. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha Trambioca, Barcarena, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Série Ciências Humanas*, Belém, v. 1, n. 2, p. 35-52, 2006.

\_\_\_\_\_. Political organization among Indigenous women of the Brazilian state of Roraima... In: NASH, J. (Ed.). *Social movements...* Malden: Blackwell

Publishing Ltd., 2005. p. 285-303.

\_\_\_\_\_. *Produção autoral em fotografia sobre as pinturas rupestres de Monte Alegre*. 2001a. (Arquivo pessoal da autora).

\_\_\_\_\_. *Mulheres da floresta amazônica...* Belém: Editora do NAEA, 2001. 270 p., il.

\_\_\_\_\_; VALADÃO, V. (*post mortem*). Verônica Tembê: *capitão*, líder cultural e curandeira. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Mulheres amazônidas de áreas de reservas e de áreas conservadas*. Belém: Editora do NAEA, 2012. Il., no prelo.

VALENTE JÚNIOR, J. D. Os cabanos de Aicaraú. In: *Belém: a resposta da comunidade a um concurso literário*. Belém: CEJUP, 1987. p. 73-75. (I Conc. Liter./FUNTELPA/Rádio Cultura).

VALENTINA NIETO, J. Mujeres de la abundancia. In: \_\_\_\_\_; PALACIO CASTAÑEDA, G. A. (Org.). *Amazonía desde dentro...* Imani Mundo II. Bogotá: UNC – Sede Amazônia, 2007. p. 25-50.

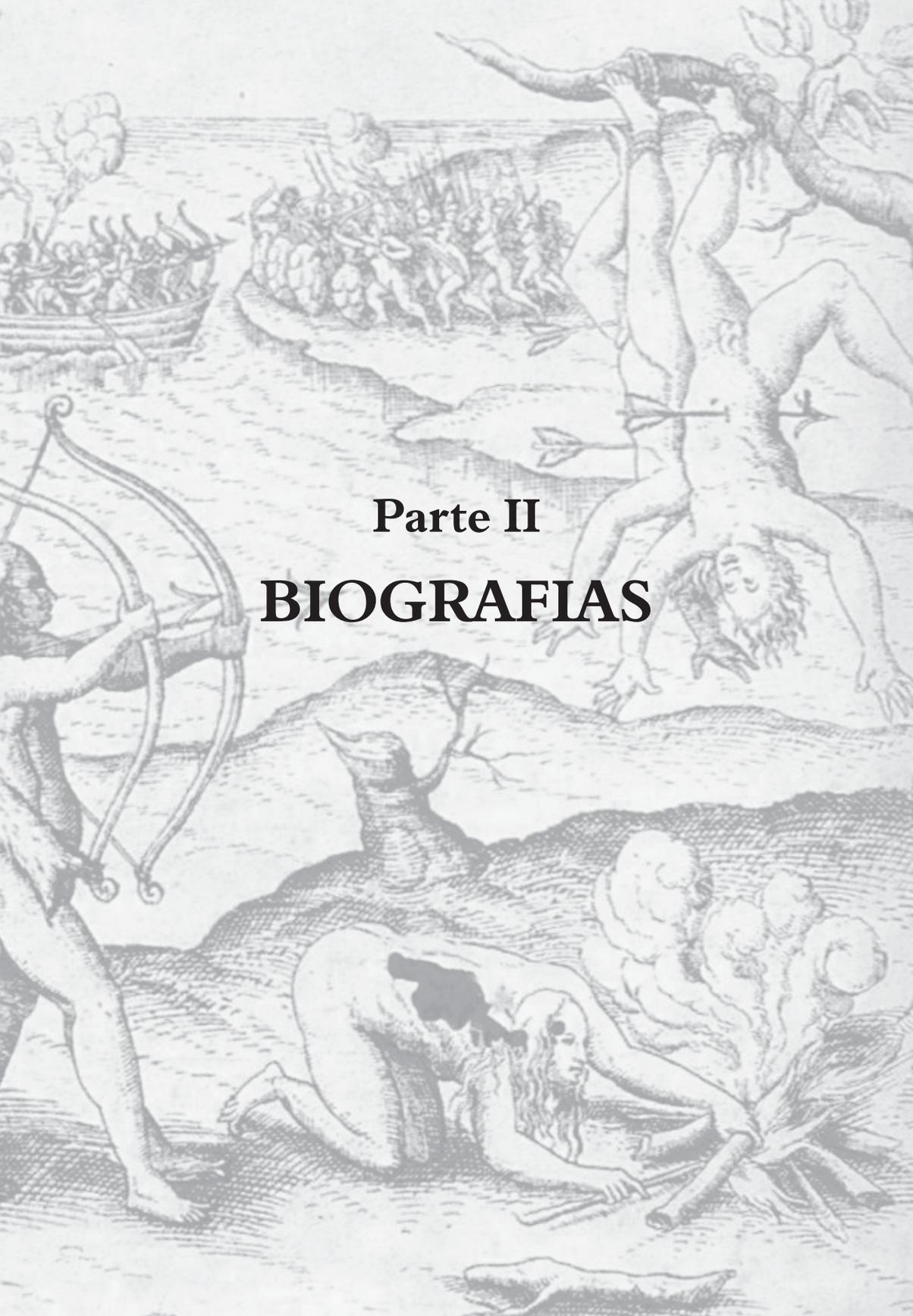
ZIMMERMANN, T. R.; MEDEIROS, M. M. de. Biografia e gênero: repensando o feminino. *Revista de História Regional*, v. 9, n. 1, p. 33-44, verão 2004.

WALLACE, A. R. *Viagens pelo Amazonas e rio Negro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 670 p. Ilustrado. (Originalmente publicado em 1853; *Brasiliana*, v. 156).

WETTENGL, K. (Ed.) *Maria Sybilla Merian (1647–1717): artist and naturalist*. Ostfildern: G. Hatje, 1998.

WOLFF, C. S. *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: HUCITEC, 1999. 291 p., il.

*YO soy Napëyoma*. Caracas: Fundación La Salle, 1984. (Livro a partir de relato de Helena Valero).



Parte II  
**BIOGRAFIAS**



# ALMEIDA, Beatriz de, 1978 - ... MULHER TRANSEXUAL, LÍDER ESPIRITUAL E ATIVISTA EM SALVATERRA, PARÁ

*Rubens da Silva Ferreira*

## 1 INTRODUÇÃO

A máxima da feminista Simone de Beauvoir sobre a construção sociocultural do *ser* feminino ajuda a compreender a trajetória de vida de muitas mulheres, inclusive das que precisam lutar contra o próprio corpo na expressão de sua essência. Assim, é emblemático o caso das mulheres transexuais, como Beatriz de Almeida, que em 21 de maio de 2010, após processo judicial impetrado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, via Comarca de Soure, na ilha do Marajó, PA, obteve o direito de ser reconhecida oficialmente como mulher. Na infância, percebendo-se como menina, Beatriz<sup>1</sup> passou a viver uma realidade contínua e conflitante com ela mesma e com o mundo a sua volta.

Para as transexuais femininas – também chamadas de mulheres transexuais ou, ainda, *Male to Female* (MtF), em inglês (Bento, 2008; Arán; Murta, 2009) –, a infância e a adolescência são marcadas por uma realidade permeada por experiências destoantes em relação àquilo que percebem ser e o que desejam para si. As roupas, as atitudes, os interesses lúdicos, pessoais, afetivos e sexuais são constantemente criticados e interditados. Por sua vez, isso causa angústia nesses indivíduos que se identificam com os elementos socioculturais próprios do universo feminino.

---

<sup>1</sup> Como a própria Beatriz – nascida em Santos, SP, e que é residente no Pará há anos – declara, a luta pelo reconhecimento da identidade sexual e do gênero “[...] não começou com a cirurgia [de transgenitalização], mas sim, desde o nascimento [sic] [...]”.

Diante destas considerações e neste capítulo, discute-se a experiência de Beatriz, uma mulher transexual que vive no Pará, a partir de entrevistas e conversas pessoais realizadas entre julho de 2010 e janeiro de 2012. Assim, a metodologia remete às questões de memória, gênero e à categoria mulher. Como posto por Zimmermann e Medeiros (2004, p. 34), a biografia vai além da história de vida e “[...] situa-se entre a individualidade do ser e o ser social”. E quanto a gênero e sexualidade, segundo Freitas (1998), todos e todas têm o direito de se posicionar e de lutar por sua sexualidade.

Após esta introdução, tem-se uma discussão sobre as categorias teóricas envolvidas nesta biografia. Depois, apresenta-se, ainda que sucintamente, a trajetória da vida de Beatriz, com todas as suas vicissitudes e avanços. Ao final são destacados os pontos conclusivos, o que é seguido das referências. As evidências e a análise que seguem sugerem avanços médicos e legais na resolução do conflito entre gênero e corpo que aflige indivíduos transexuais, por outro, as resistências sociais e morais ainda persistem.

## **2 DA TRANSEXUALIDADE MÍTICA À TRANSEXUALIDADE DO DIA A DIA**

Embora sociedades contemporâneas conservadoras de influência religiosa forte se recusem a reconhecer a complexidade do sistema sexo/gênero, o fato é que ela existe sob possibilidades diferentes de identificação humana. Nas ilhas da Polinésia, a tradição milenar dos *mahu* (Schmidt, 2005) os coloca em situação mais humana e integradora do que a realidade vivida pelas travestis e transexuais na sociedade ocidental<sup>2</sup>. E em que pesem os aperfeiçoamentos cirúrgicos e legais inclusive no Brasil, a experiência de vida transexual ainda segue algo difícil de lidar para muitos indivíduos e/ou familiares.

---

<sup>2</sup> Estas últimas, aliás, só mais recentemente têm conquistado maior visibilidade social, em especial pelos avanços na ciência médica que têm lhes permitido adequar o corpo à identificação com o gênero feminino.

Na socialização escolar e especialmente na adolescência, elas tendem a verbalizar os primeiros entendimentos sobre si. Porém, ao se sentirem inseguras diante da desaprovação da família, de outros adultos e de colegas, os ou as transexuais simulam ser o que não são (Ramsey, 1998)<sup>3</sup>. E segundo revelam estudos de Clements-Nolle, Marx e Katz (2006), Grossman e D’Augelli (2008), Haas *et al.* (2011) e outros, com efeito, nos casos mais graves, a dificuldade em lidar com as tensões em torno da própria condição morfológica pode resultar em suicídio entre os/as mais jovens.

Todos estes aspectos conflitantes são bem compreendidos por Beatriz. Ainda na infância, em Santos (SP), ela já se percebia como uma criança “diferente” das outras, mantendo-se impassível aos interesses habituais dos demais meninos de sua idade, preferindo brincar com o sexo oposto. As brincadeiras envolviam o uso de bonecas e a imitação de tarefas culturalmente associadas à mulher<sup>4</sup>.

A madrinha era proprietária da creche em que a mãe de Beatriz a deixava durante todo o dia para que pudesse se dedicar ao trabalho de comerciante. Preocupada com o comportamento do ou da afilhada, Ivete tratou logo de conversar sobre o assunto com a comadre e, a partir desse dia, a mãe decidiu empenhar-se para que a filha realizasse o processo cirúrgico de adequação sexual. Como usualmente acontece com pais de indivíduos transexuais, a mãe de Beatriz não compreendia a complexidade da condição do ou da filha, tampouco sabia onde ou como ajudá-lo ou a ajudar<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Na literatura especializada, muitas são as explicações sobre as estratégias de crianças e de adolescentes no trato de sua condição conflitante, quer consigo próprias quer com o meio social que as rodeia. A respeito, é paradigmático o entendimento de Ramsey (1998), psicólogo clínico que acompanhou muitos e muitas pacientes transexuais estadunidenses. Assim, na infância, por volta dos cinco anos, elas expressam os sentimentos por meio das ações. Nesse caso, a infelicidade se manifesta pelo choro, tal como nas situações em que lhes é proibida a participação em jogos e brincadeiras definidas como de meninas.

<sup>4</sup> Conforme as lembranças da infância, Beatriz recorda que desde cedo já se apresentava socialmente como menina, embora não tivesse a dimensão precisa do desconforto que isso causava aos adultos próximos. Foi essa atitude que chamou a atenção da madrinha Ivete, já falecida, de quem não se recorda o sobrenome.

<sup>5</sup> Pouco se ouvia falar a respeito nos anos de 1980 pelos meios de comunicação no Brasil. Então, a mãe de Beatriz tinha apenas informações vagas e imprecisas sobre a cirurgia de redesignação sexual que era realizada no exterior. No Brasil, essa cirurgia passou a ser

A possibilidade da “troca de sexo”<sup>6</sup> é relativamente recente no Brasil. Foi Luís Roberto Gambine Moreira quem a colocou em evidência no país, precisamente, ao tornar-se Roberta Gambine Moreira, a Roberta Close. Essa modelo transexual realizou a cirurgia de transgenitalização em Londres, em 1984 (Tepedino, 2003). Posteriormente, ela apareceu em capas da revista *Playboy* como ícone de beleza da mulher brasileira<sup>7</sup>.

O desejo de realização da cirurgia de redesignação sexual de Beatriz se concretizou antes do tempo previsto pela Resolução nº 1955/2010 do Conselho Federal de Medicina – CFM<sup>8</sup>. Embora o processo de acompanhamento das candidatas dure pelo menos dois anos até a consolidação do diagnóstico da transexualidade para a indicação cirúrgica (CFM, 2010), todas as condições eram favoráveis a ela. Assim, dia 27 de maio de 2000, com a ajuda de um amigo da Superintendência da Polícia Federal que forneceu as passagens, Beatriz seguiu de Belém, PA, para São

---

garantida aos e às transexuais por meio da Portaria nº 1.707 (Brasil, 2008), que beneficiou Beatriz e tantas outras cidadãs. Brasileiras na mesma condição tiveram o direito de alterar o nome civil e o sexo em todos os documentos. Anterior a essa norma, tem-se a Resolução nº 1482, de 10 de setembro de 1997, do Conselho Federal de Medicina (CFM, 1997), que instituiu a cirurgia, mas a título experimental, e definia os critérios que tornavam os indivíduos aptos a serem classificados como transexuais. Em seis de novembro de 2002, esse instrumento foi alterado pela Resolução nº 1652 do CFM (2002). Essa última inovava ao condicionar a cirurgia ao acompanhamento do/da paciente por uma equipe multidisciplinar pelo período mínimo de dois anos, até o diagnóstico da transexualidade e que a candidata atingisse a maioridade, apresentando características morfológicas apropriadas. Atualmente, o processo transgenitalizador é disciplinado pela Resolução nº 1955/12 ago. 2010 (CFM, 2010).

<sup>6</sup> Esta cirurgia não é recomendada na infância, o que se dá em função da irreversibilidade total do processo para o ou a transexual. Isso por mais que os pais desejem ajudar os filhos no acesso à mesma (Ramsey, 1998). Dessa maneira, a transgenitalização só se aplica à vida adulta, quando o indivíduo pode tomar decisões conscientes sobre as intervenções no próprio corpo. Ademais, do ponto de vista psicológico, conforme Ramsey (1998, p. 91), se uma “[...] criança for realmente transexual [...]”, nada no mundo a fará mudar de ideia sobre o que acredita ser. Daí decorre a necessidade de uma avaliação clínica rigorosa da pessoa transexual antes da indicação cirúrgica, o que se mostrou incontestado no caso de Beatriz.

<sup>7</sup> Ainda que segmentos mais reacionários da sociedade se sentissem agredidos pela morenidade e pela plasticidade corporal feminina de Roberta.

<sup>8</sup> Somente após a finalização deste texto, Beatriz revelou ter nascido hermafrodita, o que teria contribuído para a realização da cirurgia de redesignação sexual.

José do Rio Preto, SP<sup>9</sup>.

Em São José do Rio Preto, o acompanhamento pela equipe do Hospital de Base foi iniciado e concluído no mesmo ano, uma vez que a equipe não teve qualquer dúvida de que Beatriz se tratava de uma mulher transexual. Por fim, dia 31 de maio de 2000, às 16h, ela despertava do efeito da anestesia de uma cirurgia que se iniciara às 5h. Apesar dos riscos e dos cuidados pós-operatórios envolvidos, Beatriz acordou com a sensação de que havia nascido pela segunda vez, agora definitivamente como mulher.

### **3 DA INFÂNCIA EM SANTOS, SP, À ATUAÇÃO RELIGIOSA E POLÍTICA EM SALVATERRA, PA**

Beatriz de Almeida nasceu em 22 de março de 1978, na cidade portuária de Santos, litoral do estado de São Paulo, SP. Com sexo anatômico masculino, foi batizada com o nome de Alcybiades de Almeida, na Igreja Matriz de Santos, SP, no início dos anos de 1980. Filha de Maria Odete de Oliveira (Figura 1, Prancha I), comerciante, e de Severino Felix de Almeida, oleiro, ambos naturais da cidade de Bonito, em Pernambuco, Beatriz era a mais nova de três irmãos<sup>10</sup>. Ao contrário de muitas narrativas de experiências individuais de uma vida transexual infeliz e angustiante, Beatriz passou incólume às pressões da normatividade heterossexual na infância e na adolescência.

Em casa, ela crescia acolhida pelos pais, muito embora alguns parentes criticassem o tratamento dado ao então menino Alcybiades. Apesar disso,

---

<sup>9</sup> Antes da cirurgia, Beatriz, a mãe e o irmão Severino, num esforço coletivo, empenharam-se na venda de roupas para conseguir o montante de R\$ 10.000,00. Todo o dinheiro seria utilizado para cobrir as despesas hospitalares, que incluíam quinze dias de internação. Como explica Beatriz, na época, a cirurgia não era coberta pelo Sistema Único de Saúde (SUS), razão pela qual a família precisou trabalhar bastante.

<sup>10</sup> Precisamente, Severino de Almeida e Sérgio Luis de Almeida, este último assassinado brutalmente em uma tentativa de assalto.

a admoestação praticada por parte de familiares, como pelo tio paterno José Bernardino de Oliveira, é compreensível quando se toma como referência a origem familiar<sup>11</sup>. À revelia das críticas, o pai seguia compreensivo à condição do ou da filha, tratando-o ou a por vezes com substantivos e adjetivos femininos ou, ainda, presenteando Alcebyades com brinquedos “de meninas”.

De Santos, SP, a família migrou para Belém em 1986, quando Beatriz tinha dez anos de idade<sup>12</sup>. Segundo lembra, a vontade da mãe Odete em conhecer a capital do Pará motivou a viagem; encantada com as peculiaridades locais, essa resolveu se estabelecer nessa cidade. À época, como assinalado por Doimo (1995), o Brasil experimentava as diretrizes cidadãs de uma Constituição nova, instituída pós-regime autoritário<sup>13</sup>.

O movimento homossexual, que na década passada se aproximava do Partido dos Trabalhadores – PT, organizava-se pela conquista do direito à igualdade num clima de intolerância a gays, lésbicas, travestis e transexuais. Apesar da imagem de país complacente às diferenças sexuais, suscitado principalmente pelo Carnaval (Matta; 1983; Green, 2000), o certo é que ao longo de mais de três décadas, no Brasil, assiste-se à alternância entre momentos mais e menos hostis a tais segmentos da população. Recentemente, os mesmos são conhecidos pelo acrônimo extensivo LGBTTI<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> Os parentes relacionados ao pai e à mãe são provenientes da região Nordeste do país, marcada entre outras coisas pelo machismo, decorrente do patriarcalismo colonial de que se ocupa Freyre (2005) em sua discutida obra “Casa Grande e Senzala”.

<sup>12</sup> As mudanças de domicílio se refletem na escolarização de Beatriz. O ensino primário foi realizado em São Vicente, SP, na Escola Estadual – EE Professor Encios Vilas Boas. Em Ananindeua, PA, em 1990, ela retomou os estudos na EE de Ensino Fundamental Armando Farjado. O ensino médio é cursado no antigo Colégio Lauro Sodré e concluído em 1994, no Colégio Rutherford, ambos localizados na cidade de Belém, PA. Em 2009, no Marajó, Beatriz matriculou-se na Escola Tecnológica de Educação do Pará em Salvaterra no curso de Técnico em Computação, inconcluso (Segundo conversa realizada no dia 13 de janeiro de 2012).

<sup>13</sup> A mesma resultou da contribuição de pressões sociais de grupos diferentes e organizados em torno da inclusão de questões como habitação, meio ambiente, educação e gênero na agenda política do Estado.

<sup>14</sup> Ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, transexuais, interssexuais e simpatizantes. Todavia, no Brasil, a partir da I Conferência de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, realizada entre os dias 06 e 07 de junho de 2008, em Brasília, DF, adotou-se oficialmente a sigla LGBT (Brasil, 2008).

Em 1995, Beatriz fez a primeira de muitas outras viagens que faria à cidade de Salvaterra, na ilha do Marajó (PA), onde a mãe iniciou um comércio de roupas, de porte pequeno, que se mantém até a atualidade. Diante de um problema de saúde enfrentado por Odete, em 2005, a filha precisou instalar-se na cidade. Essa mudança permitiu que o espírito inconformado de Beatriz a levasse a vivenciar experiências de liderança junto à população local, bem como as resistências de sua atuação pela visibilidade das minorias sexuais e religiosas nesse município.

Beatriz é uma *vodunsi* (esposa de *vodun*), sacerdotisa do Tambor de Mina, iniciada em Belém pelo Babalorixá Orlando Machado da Silva (Pai Orlando Bassu), no Templo “Abassá Afro-Brasileiro Lecô Xapanã”, localizado no bairro do Guamá. Dedicada ao culto dos *voduns*,<sup>15</sup> entidades ancestrais dos africanos de Daomé (Ferreti, 2006), atual República Popular do Benin, em 1993 ela fundou o templo *Kwe Minna Jeje Nago Vodun Oronin*, em Ananindeua, no bairro do PAAR, transferindo-o em 2005 para Salvaterra<sup>16</sup>. E em razão da fé que advoga e da posição hierárquica que ocupa nesse culto ela é conhecida entre o povo de santo como Mãe Bia.

Ao perceber que os líderes e os religiosos adeptos de religiões de matriz africana possuíam quase ou nenhuma visibilidade em Salvaterra, Beatriz decidiu fundar, em 2007, a Associação Afrorreligiosa e Cultural Amigos do Marajó – ARCLAMA. Como informou em entrevista, o objetivo dessa organização sem fins lucrativos consiste em promover o fortalecimento da cultura afro-brasileira e, também, o bem-estar físico e espiritual do povo de terreiro e da população do município em questão. Inclusive, por todos esses feitos, muitos segmentos da sociedade local têm reconhecido a liderança de Beatriz.

Ainda, das articulações com outros líderes religiosos, Beatriz realizou o I Festival de Yemanjá de Salvaterra, em 08 de dezembro de 2007, e que

---

<sup>15</sup> De acordo com Ferreti (2006), os *voduns* são ancestrais divinizados difíceis de definir, que representam as forças da natureza na crença dos povos de Daomé. Ao citar Maupoil (1965), Ferreti informa um panteão entre 200 e 600 *voduns*.

<sup>16</sup> Também, foi nesse templo que venerou pela primeira vez *voduns*, *orisás*, encantados e caboclos.

se seguiu pelos anos de 2008 e 2009 (Figura 2, Prancha I). Nesses festejos em que contou com o apoio do deputado estadual Bira Barbosa, do Partido pela Social Democracia Brasileira – PSDB,<sup>17</sup> ela comenta ter obtido presença maior de representantes de terreiros da cidade de Soure<sup>18</sup>. Entre outras coisas, Beatriz acredita que a vergonha à exposição social de pais, mães e filhos de santo é muito grande no Marajó, sobretudo pela expansão do pentecostalismo entre os ilhéus e as ilhoas. Mas apesar disso, ela não se intimida e avança em seus projetos pessoais e sociais.

Além de preocupar-se com a realidade religiosa dos cultos de matriz africana, a vivência em Salvaterra fez Beatriz perceber a realidade problemática de gays, lésbicas e travestis. Relatos de discriminação e preconceito que chegavam ao Templo levaram a promover a visibilidade do segmento LGBT. Nessa direção, em 29 de novembro de 2008 e com o apoio do deputado federal Zenaldo Coutinho do PSDB, ela realizou a I Parada do Orgulho Gay de Salvaterra, registrada em parte na Figura 3, mais adiante.

Tal manifestação pública corresponde a uma mobilização internacional, cujas raízes remontam à resistência de lésbicas, gays, travestis e transexuais à truculência da polícia novaiorquina contra os frequentadores do bar *Stonewall Inn*, em 28 de junho de 1969 (Vieira Júnior, 2008; Canela, 2010). Desde então, em datas específicas, em todo o mundo, inclusive no Brasil, o segmento LGBT ganha as ruas em sua diversidade, símbolos e cores. E isso para expressar o orgulho de ser o que são e reivindicar direitos ainda interditos.

Esforços pela organização política de lésbicas, gays, travestis e transexuais em Salvaterra também foram realizados por Beatriz, embora sem sucesso. Fracasso que atribui ao desinteresse desse segmento da população pela militância contra o preconceito e pelo acesso a uma vida mais cidadã, tal como assegura a Constituição de 1998, na qual todos têm direito a receber tratamento igualitário por parte do Estado e da sociedade. Ademais, ao adotar

---

<sup>17</sup> Partido do qual Beatriz é filiada desde 2008.

<sup>18</sup> Este município é separado de Salvaterra pelo rio Paracauari, numa travessia fluvial de rabeta (embarcação motorizada de porte pequeno, comum na navegação nos rios brasileiros) de cerca de 30 minutos.

uma postura de vida contestatória que já se anunciava desde a infância, quando não aceitava sequer a imposição da natureza sobre o próprio corpo, em Salvaterra Beatriz passou a enfrentar a autoridade municipal.

Precisamente, José Maria Gomes Araújo, prefeito pelo Democratas – DEM em seu segundo mandato (2008-2012), tem imposto dificuldades à Beatriz, quer pela condição sexual, quer pela opção religiosa. A pedido dele, a Secretaria Municipal de Administração de Salvaterra noticiou à sacerdotisa Mina que teria de abandonar a residência (Salvaterra..., 2009); ainda no mesmo documento, revogou o alvará de funcionamento da loja de roupas que possui no centro comercial da cidade. O motivo da ação arbitrária foi uma entrevista sobre tolerância religiosa dada por Beatriz a dois professores do ensino municipal, que resultou inclusive na exoneração dos educadores.

A perseguição política e religiosa iniciada pelo prefeito evangélico José Araújo, de acordo com o que declara Beatriz, iniciou-se a partir da recusa de apoio à reeleição do mesmo. E contrastivamente, o templo Mina por ela chefiado funciona num terreno em frente à igreja Assembleia de Deus, às proximidades da orla de Salvaterra. A perseguição politicorreligiosa e o medo pela própria vida fizeram com que, em 2010, Beatriz deixasse esse município do Marajó em direção a Belém, onde reside no bairro Jaderlândia.

Na capital paraense, a vida de Beatriz ganhou rumo novo ao constituir família com Eliel Miranda de Souza (27 anos), belenense, vendedor, que conheceu em um salão de beleza. Em uma cerimônia civil simples, realizada dia 02 de agosto de 2011 na Defensoria Pública do Estado do Pará – DPEP (Figura 4, Prancha 1), a líder Mina casou-se realizando o que é o sonho de muitas mulheres transexuais. Por decisão de Beatriz, os noivos casaram em cerimônia reservada, preferindo informar os familiares após a oficialização da união<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Isso para evitar quaisquer embaraços, ainda que os pais de ambos fossem favoráveis ao relacionamento.

## Prancha I



Figura 1: D. Maria Odete, mãe de Bia.  
Fonte: Acervo pessoal de Beatriz de Almeida.



Figura 2: Cartaz de divulgação do II Festival de Iemanjá promovido por Mãe Bia em 1990.  
Fonte: Acervo pessoal de Beatriz de Almeida.



Foto 3: Beatriz segurando o símbolo do movimento LGBTTT na I Parada do Orgulho Gay organizada por ela em Salvaterra (PA).  
Fonte: Acervo pessoal de Beatriz de Almeida.



Foto 4: Beatriz ao lado do marido Eliel, portando o documento que registra a união civil do casal.  
Fonte: Acervo pessoal de Beatriz de Almeida.

No bairro Jaderlândia, Beatriz trabalha na construção de um templo novo com o apoio do marido, para promover a valorização à cultura do povo de terreiro. Também, se dedica à concretização de uma ideia esboçada em 2008, quando discutia com políticos do PT sobre a inclusão de um/uma representante de religiões de matriz africana no Conselho Estadual de Cultura do Pará. E assim, segue a vida de uma descendente do terreiro *Massynoukou Alapong*, que cumpre suas obrigações no terreiro *Ilê Axé Ota Olê*, em São Luís, MA, e que conseguiu na justiça e com a tecnologia médica, o direito de ser a mulher que é.

### 3 CONCLUSÕES

Diferente dos relatos na literatura sobre a transexualidade, sobretudo no que se refere aos casos de depressão e de suicídio entre indivíduos jovens e adultos com dificuldades em lidar com a própria condição, Beatriz destaca-se como um exemplo de sucesso. Durante as entrevistas e as conversas informais, era franco o orgulho sobre as conquistas obtidas ao longo da vida, muito embora as dificuldades tenham feito e ainda continuem a fazer parte da história dessa mulher que nasceu em Santos e veio morar na Amazônia. A convicção da própria identidade sexual e de gênero, o apoio familiar e a fé nos *voduns*, *orisás* e encantados forneceram as bases para que Beatriz construísse uma imagem positiva de si mesma.

Por fim, entender a transexualidade a partir da trajetória de Beatriz de Almeida implica tirar o tema do quadro exótico e excêntrico, o que em geral o mesmo suscita à sociedade. Não se trata de perceber o indivíduo transexual como aquele que deseja extirpar o sexo biológico por simples vaidade; mas, enxergá-lo em seu *eu* real e sensibilizar-se quanto ao desconforto sentido diante de uma anatomia conflitante com a autoimagem.

Além disso, tal como ensina Beatriz, os indivíduos em processo de acompanhamento pré-operatório precisam atribuir sentido à vida após a cirurgia. É dessa maneira que poderão seguir em frente capazes de enfrentar os desafios que a condição nova irá lhes impor. Ou seja, a de ser uma mulher transexual que continuará a lutar por ser reconhecida em uma sociedade que valoriza apenas o sexo biológico dos indivíduos.

## REFERÊNCIAS

ARÁN, M. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49-63, jan./jun. 2006.

\_\_\_\_\_; MURTA, D. Diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redescrições das experiências da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 15-41. 2009.

BENTO, B. A. de M. *O que é transexualismo*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

\_\_\_\_\_. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: PISCITELLI, A.; GREGORI, M. F.; CARRARA, S. (Org.). *Sexualidades e saberes: convenções e fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 143-172. (Coleção sexualidade, gênero e sociedade).

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.707; 18 ago. 2008. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo transexualizador... *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, n. 159, 19 ago. 2008. Seção 1, p. 43.

\_\_\_\_\_. *Dossier sobre a I Conferência de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais*. Brasília, 06 e 07 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.gov.br/brasilsem/IConf>>. Acesso em: 2011.

CANELA, M. A. R. *De sujeitos sociais a sujeitos de direitos: o Programa “Brasil sem homofobia” e a construção da cidadania homossexual*. Niterói, 2010, 105 f. Dissertação (Mestrado em Política Social)–Universidade Federal Fluminense, 2010.

CLEMENTS-NOLLE, K.; MARX, R.; KATZ, M. Attempted suicide among transgender persons... *Journal of Homosexuality*, v. 51, n. 3, p. 53–69, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1482, de 10 de setembro de 1997. Disponível: <<http://www.cremmerj.org.br/skel.php?page=legislacao/resultados.php>>. Acesso em: 18 nov. 2011. Revogada pela Resolução CFM nº 1.652/2002.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1652; 06 nov. 2002. Disponível em: <<http://www.cremerj.org.br/skel.php?page=legislacao/resultados.php>>. Acesso em: 18 nov. 2011. Revogada pela Resolução CFM n. 1955/2010.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 1955; 12 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.cremerj.org.br/skel.php?page=legislacao/resultados.php>>. Acesso em: 18 nov. 2011.

DOIMO, A. M. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

FERRETI, S. F. *Vóduns da Casa das Minas*. In: MOURA, C. E. M. de (Org.). *Culto aos orixás...* Rio de Janeiro: Pallas, 2006. p. 197-224.

FREITAS, M. C. *Meu sexo real: a origem somática, neurológica e inata da transexualidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 50. ed. São Paulo: Global, 2005.

GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000.

GROSSMAN, A. H.; D'AUGELLI, A. R. Transgender youth and life threatening behaviors. *Suicide and Life Threatening Behavior*, v. 37, n. 5, p. 527-537, 2008.

HAAS, A. P. *et al.* Suicide and suicide risk in lesbian, gay, bisexual, and transgender populations... *Journal of Homosexuality*, v. 58, p. 10-51, 2011.

LORBER, J. "Night to his day": The social construction of gender. In: \_\_\_\_\_. *Paradoxes of gender*. Yale: Yale University Press, 1994. p. 13-36.

MATTA, R. da. *Carnavais, malandros e heróis...* 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

RAMSEY, G. *Transexualidade: perguntas e respostas*. São Paulo: Sumos, 1998.

RIBEIRO, F. A luta pelo direito de ser mulher. *Revista Diário do Pará*, Belém, v. 4, n. 247, p. 18-21, mar. 2011.

SALVATERRA MPE ajuíza ação contra discriminação religiosa. *JusBrasil*, 21 out. 2009. Disponível em: <<http://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/1976234/salvatererra-mpe-ajuiza-acao-contra-discriminacao-religiosa>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

TEPEDINO, G. Cidadania e os direitos de personalidade. *Revista da Escola Superior da Magistratura de Sergipe*, Sergipe, n. 3, 22 f., 2002. Disponível em: <[http://www.estig.ipbeja.pt/~ac\\_direito/cidadania\\_direitos\\_personalidade.pdf](http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/cidadania_direitos_personalidade.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2011.

VIEIRA JÚNIOR, A. Do altar para as ruas: luta, resistência e construção identitária de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. *Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades*, Natal, v. 2, n. 2, p. 171-190, 2008.

ZIMMERMANN, T. R.; MEDEIROS, M. M. de. Biografia e gênero: repensando o feminino. *Revista de História Regional*, v. 9, n. 1, p. 33-44, 2004.

# BARBOSA, Carmen Lúcia, 1965 - ...

## ARTE NA VIDA DE CKALU

*Leila Cristina Leite Ferreira*

### 1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, trata-se da biografia de Carmen Lúcia Barbosa, mais conhecida como Ckalu no meio artístico de Belém, uma artista plástica paraense nascida em 28 de novembro de 1965, em Belém do Pará. Ela desenvolve trabalhos com *graffite*,<sup>1</sup> faz cartões postais, telas convencionais e/ou produzidas com sarrapilhas. Nesse ponto, note-se que a presença das mulheres na arte em Belém é ainda em número pequeno, mas as que estão produzindo e militando pela arte na cidade são sujeitos que conseguem deixar a sua marca na resistência artística.

Ckalu nasceu e se criou em um contexto familiar simples e urbano, de recursos parcos. Ambos já falecidos, seus pais foram Joana Soares Barbosa, que foi costureira; e Getulio Ephigenio Barbosa, que foi militar e músico. Ckalu tem um filho, o Victor Danton Soares Barbosa, esse nascido também em Belém, em 1993. Por certo, seus pais acabaram sendo inspiração dessa filha, a mãe com seus trabalhos manuais ligados à costura e à moda, e o pai com sua música. Há alguns anos, essa artista mudou-se para Fortaleza e, recentemente, para o estado da Bahia.

---

<sup>1</sup> Observe-se ainda que, no Brasil, poucos são os estudos sobre a participação das mulheres na arte da pichação ou do grafite. O *paper* de Cruz e Costa (2008) é um dos poucos que aparecem no Google Acadêmico, contudo menos ainda trata da participação das mulheres no grafite ou na pichação. De todo modo, muito já se produziu a respeito, notadamente na língua inglesa. Os trabalhos de Reich, Buss, Fein, Kurtz (1977) e de Stocker, Dutcher, Hargrove e Cook (1972) são alguns dos pioneiros e exemplares quanto à presença das mulheres e/gênero no grafite, mas muito mais se produziu a seguir.

Precisamente, esta artista plástica consegue trabalhar em campos diversos, a exemplo da pichação, do *graffite*, da reciclagem de materiais como no caso do CD e, também, da sarrapilha com os quais consegue produzir telas em diferentes formatos. Ela prefere ser chamada de arte-educadora, é pedagoga e ainda trabalhou ministrando oficinas de arte em cidades diversas do estado do Pará e ainda vendia nas ruas a sua produção para se manter e à família. Mais: ela grafita e conheceu essa arte na década de 1990.

Então, segundo Xavier (2000) aponta, a juventude se utilizava tanto do *graffite* quanto da pichação<sup>2</sup> como marcação de território. Ainda nesse período, a mesma reagia à invasão de seu espaço com violência, mas a artista aqui biografada estava com suas atenções voltadas à arte e à realização de projetos, portanto trabalhando muito. Na oportunidade, ela vinculou-se a um projeto da Prefeitura Municipal de Belém – PMB, o *Pichando Arte*.

A pesquisa constou de levantamentos de dados diversos, mas seguindo uma abordagem biográfica (Moraes, 2009). Precisamente, fez-se um *survey* envolvendo busca de bibliografia especializada, de documentos, inclusive fotografias, entrevistas realizadas pessoalmente e/ou por meio de *e-mail*, nesse caso, postada na *Internet* (Ferreira, 2010; Oliveira, 1996; Simonian, 2007), pois Ckalu estava residindo no estado do Ceará. O material reunido e o produzido são os que subsidiam esta entrada nominal.

A seguir, tem-se um resumo da trajetória pessoal de Ckalu. Logo depois, revelam uma artista plástica preocupada consigo e com sua família, mas também com as causas comunitárias e sociais, nas quais tem militado e a partir das quais atua como profissional. Então, apresenta-se o envolvimento dessa artista na produção de *graffite*, por certo a sua marca principal enquanto trabalhadora da arte-educação. E tem-se ainda as conclusões, onde ressalta-se a importância dessa mulher nos contextos familiar, artístico e educacional.

---

<sup>2</sup> Na compreensão de Arce (1999), o *graffite* e a pichação significam a mesma coisa e o primeiro só se diferencia do segundo pelo colorido colocado nos desenhos, enquanto que a pichação é escrita e normalmente feita com uma única cor; de todo modo, essas artes são produzidas nos muros e fazem parte de uma mesma realidade. Projetos de inserção social recentes vem desenvolvendo uma concepção diferente, em que se valoriza essa primeira modalidade em detrimento da segunda, como no *Arte sim, pichação não* (Cidade, 2010).

## 2 UMA TRAJETÓRIA BIOGRÁFICA: CKALU

Ckalu tem a liberdade como princípio e lida com a arte da mesma maneira como o faz com a vida. Para ela não existe nenhuma distinção entre as duas, muito pelo contrário, a arte e a vida se confundem. Foi em Belém que a mesma vivenciou a parte maior de sua militância artística e social junto com amigos artistas e não artistas.

Esta artista está na militância desde a década iniciada em 1990, quando entrou no curso de pedagogia na UFPA, na cidade de Cametá e, quando em Belém, conheceu o movimento estudantil e começou a buscar, junto com os demais integrantes, melhorias para os estudantes como um todo. Com esse grupo, ela sentia que algo estava faltando para que os estudantes conseguissem alcançar uma qualidade melhor de ensino/aprendizagem. O grupo utilizou o Vadião – um espaço de convivência do Campus da UFPA-Guamá – para a realização de sua militância.

Nele e nos anos iniciados em 1990, fazia-se festas, exposições, shows de bandas, recital de poesias. Inclusive, foi ali que Ckalu sempre usou de sua arte para protestar. E fez isso com suas pinturas em tela ou *grafittes* espalhados por todo o prédio.

Esta última modalidade de arte faz parte da vida de Ckalu desde esta mesma década, pois foi então que ela teve contato com o Projeto *Pichando Arte*<sup>3</sup>. Nessa época, essa artista ministrou oficinas para jovens e adolescentes que estavam ali para tentar “aprender a ser grafiteiro” e trocando a pichação pelo *graffite*. Todavia nesse contexto, Ckalu conseguiu desenvolver melhor seu conhecimento sobre a arte que para ela, naquele momento, ainda era uma novidade. Nesses termos, ela já buscava um conhecimento maior sobre suas técnicas, tanto para repassar a seus alunos como para aplicar em sua própria produção, questão que se discutirá mais adiante.

---

<sup>3</sup> Note-se que João Batsita Leão Figueiredo, autor acima referido, era o coordenador de tal projeto, à época.

E como uma artista que se envolve com tudo o que é mais atual, Ckalu também trabalha com o reaproveitamento de materiais como o CD. Ela reutiliza esse recurso quando ele perde a sua função para as demais pessoas e transforma em mini-quadros. Essa mesma abordagem ela desenvolve em relação à sarrapilha, que depois de esvaziada na feira ela reaproveita junto com seu amigo, o também artista plástico Sandro Pardal. Nesse caso, os dois fabricam telas para suas pinturas que não estão nas paredes. Ainda em dupla, esses dois artistas utilizam o cartão telefônico descartado que são transformados em cartão de natal para venda nas ruas da cidade.

Ckalu é uma artista plástica que não gosta de ser denominada assim, mesmo que saiba sobre a importância de sua ação no campo das artes plásticas. De fato, ela prefere ser identificada como arte-educadora, pois busca com a educação uma maneira de militância melhor por meio da arte (Figura 1 e 2). No seu entendimento, ela diz que

[...] com a arte, as pessoas podem construir um futuro diferente desde que isso signifique que a educação também esteja sendo priorizada, pois é por meio dessas duas formações, a educação e a arte, que as crianças podem fugir do mundo violento em que se está a viver e não reproduzirem todo esse caos (Barbosa, C. L., 2010, *apud* Ferreira, 2010, n. p.).

Mas apesar desse destaque dado por Ckalu para a relação arte-educação, é de lembrar-se as análises de Moraes (2009), nas quais revela as limitações, os impasses e as lutas dos trabalhadores da arte e da educação.



Figura 1 e 2: Ckalu se maquiando e em uma performance em Fortaleza.  
Fonte: Arquivo pessoal de Ckalu.

Ckalu também milita pelo direito das mulheres à liberdade de amar, de sonhar e, principalmente, de produzir arte em um espaço que é direito delas também. Tal direito implica em estar nas ruas e discutir a sua própria existência como uma realidade sem prisões, sem grades e sem mordagens. Nessa perspectiva, a mulher pode ir para as ruas e produzir arte, por exemplo, com a mesma facilidade com que faz o homem.

Essa artista se define assim: “[...] quando eu nasci um anjo desses tortos que gosta de viver na sombra me olhou e disse: vai Ckalu ser arte na vida” (Barbosa, C. L., 2010, *apud* Ferreira, 2010, n. p.). Todavia, ela diz que desse modo a arte começou em sua vida desde o momento em que nasceu, mas apenas aos cinco anos começou a desenhar e sua mãe colecionava os desenhos como obras de arte verdadeiras. Como uma admiradora de quadrinhos, ela diz que as miniaturas sempre a cativaram e envolveram e por isso também ela trabalha a produção com os cartões telefônicos.

O trabalho que Ckalu realiza com a reciclagem, ela sempre tenta fazer chamando a atenção para a importância que isso tem em todo o processo artístico. Essa é uma orientação pessoal que ela põe em prática tanto para a sua sobrevivência, quanto ao que produz apenas para exposição. E faz isso deixando claro para si e para outros que a arte é um processo de educação que está relacionada com o cotidiano em que os seres humanos estão inseridos, sem perder-se do contexto social em que a relação arte-educação está sendo pensada.

A primeira exposição que a artista realizou foi no Bar Teatro Carpe Diem, que existiu na praça Amazonas, em Belém, e aconteceu em julho de 2000. A mesma foi denominada *Estilhaço de pano* e constou de um conjunto de telas. Então, ela participou também do Projeto *Nem tudo que pinta na beira é sujeira*, que tinha como foco a arte, as questões estudantis e a reciclagem, onde buscou realizar a sua atividade de militância artística e social<sup>4</sup>; também fez parte do Projeto *Pichando Arte*, como se verá adiante. Ela ainda ministrou oficinas em cidades do estado do Pará e até hoje depende de sua produção para sobreviver e manter sua família.

### 3 CKALU NO CONTEXTO DO GRAFITE

Ckalu foi uma pioneira na arte do *graffite*. Esta, segundo Figueiredo (2004), é a arte que está nos muros das cidades espalhadas pelo mundo como um todo. Em geral, é produzida por jovens que moram afastados nas periferias urbanas e que buscam, por meio dessa arte, alcançar uma visibilidade. Eles a produzem em lugares altos e em formato grande para que sejam vistos e identificados principalmente por seus iguais, ou seja, por outros grafiteiros.

O *graffite* teve início em Belém na década de 1990 (Figueiredo, 2004). Esse também foi o momento em que as primeiras pichações nos muros das cidades começaram a aparecer. Ainda, sobre esse período, Xavier (2000) chama a atenção para a organização de gangues que rivalizavam entre si por meio da violência pelo domínio do espaço dentro dos bairros. Porém, isso não acontece nos dias atuais, pois na década em curso, os grafiteiros estão divididos em *crews*, grupos que rivalizam pelo espaço com *spray* e não mais pelo confronto corporal.

Observe-se que Ckalu começou a se envolver com o *graffite* neste período de violência, quando as gangues estavam nas ruas e pichando muros e paredes de casas, tanto na periferia da cidade quanto no centro. Precisamente,

---

<sup>4</sup> Isto com a Galera do NPC13.

seu envolvimento se deu a partir de um projeto, o já referido *Pichando Arte*. Esse projeto se desenvolveu, segundo Figueiredo (2004), dentro do bairro da Terra Firme, no prédio que à época pertencia à Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), também uma instituição da PMB. Mas também fez-se oficinas em escolas de outros bairros, o que as Figuras 3 e 4 evidenciam.



Figuras 3-4: Jovens que participaram do Projeto *Pichando Arte* na Escola Estadual de Ensino Fundamental Hilda Vieira, bairro da Marambaia.

Fonte: Fernando d'Ádua, 2002.

Este projeto tinha um objetivo muito preciso que era o de retirar do “mundo da bandidagem da pichação” jovens que estavam sendo discriminados pela sociedade, isso devido a sua atitude de “sujar” a cidade com tal arte (Figueiredo, 2004). De acordo com essa concepção, a expectativa era a de que o projeto os tornaria artistas que deixariam a partir do *graffite*, sua arte nos muros e paredes. E Ckalu foi a pessoa que ministrou oficinas dentro do projeto, isso para colaborar com o aperfeiçoamento dos conhecimentos técnicos dessas pessoas que ali estavam se disponibilizando para aprender sobre arte.

Mas, o *graffite* ainda está presente na vida de Ckalu nos dias atuais, pois durante o Projeto *Pichando Arte* ela também aproveitou para aperfeiçoar o uso do *spray* e continua grafitando. Porém, ela grafita não apenas em paredes. Nesses termos, ela se utiliza das técnicas envolvendo o uso do *spray* para também colorir os desenhos feitos ao confeccionar bolsas e pintar CD.

Depois de emigrar de Belém, esta artista e arte-educadora continuou a produzir e a comercializar suas obras. Afinal esse tem sido o seu modo de vida: é com sua arte que produz a sua sobrevivência e a de sua família. Ultimamente, ela tem levado essa experiência e trajetória para as cidades onde tem estado a residir, como em Fortaleza, no Ceará, e no estado da Bahia, para onde se mudou a pouco em busca de caminhos novos para o seu *metiér* e também para a sua vida.

Enquanto Ckalu buscou rumos novos, em Belém o *graffite* de paredes e muros persistiu, embora muitas vezes inovando no desenho e nas cores. Dentre as mudanças, destaca-se, em 2007, a exposição de fotografias da série intitulada “Pichação total”, um trabalho autoral de Ligia Simonian. Mais recentemente, em 2011, teve-se a exposição tipo instalação “Cidade Labirinto”, de Drika Chagas, uma arte elaborada que partiu do *graffite* e encantou à todos que a viram.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Carmen Lúcia Barbosa, a Ckalu, desenha desde quando era apenas uma criança e tem na arte o sentido de sua própria existência. Ela produz arte utilizando inicialmente materiais reciclados, mas não apenas eles, e isso na busca de conscientização de si e das pessoas que compram ou apenas observam seu processo de criação ou sua arte. Também, procura revelar que a arte é educação e está necessariamente vinculada ao contexto histórico e cultural em que é produzida.

Desde os anos 1990, que Ckalu está inserida em projetos voltados à inclusão social e dentro do movimento estudantil ou fora dele, pois para ela a arte precisa de liberdade. Ainda segundo a sua concepção, a arte tem que ser conquistada através da militância. Na trajetória dessa artista, ela realiza isso desde o primeiro momento em que se aproximou de um conhecimento mais específico e sofisticado a respeito.

O grafite faz parte de um de seus interesses enquanto artista, pois, como visto, ela participou de projetos como oficina, colaborando assim com o aprendizado de jovens artistas que ali estavam envolvidos, o que contribuiu para ampliar seu próprio conhecimento, aperfeiçoar suas técnicas com o *graffite* etc. Também, Ckalu milita nas lutas pela liberdade da mulher, nesse caso, discutindo sempre a maneira como elas se colocam diante da vida e faz isso utilizando a arte como arma, isso é observado em suas pinturas em todos os seus suportes. Segundo ela, é preciso que a mulher defenda seus direitos para que se possa impor com inteligência em espaços os mais diversos.

Enfim, Ckalu é uma artista que está na sua fase mais ativa, produzindo e discutindo arte como parte essencial de sua vida. E, mesmo no momento, morando na Bahia, ela está em contato constante com seus amigos, clientes e ex-alunos em Belém e em Fortaleza. Ainda, pelo que informou, ela planeja retornar à capital do Pará no futuro, para trazer um acúmulo de experiências, conhecimentos novos, sua produção atual e, por certo, tudo muito instigante.

## REFERÊNCIAS

ARCE, J. M. V. *Vida de barro duro*. Cu popular juvenil e grafite. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

ARTE sim, pichação não. *Boletim da Subprefeitura/Cidade Ademar*, São Paulo, p. 1, il., 2010.

[CKALU – fotos diversas]. Arquivo pessoal. Disponível em: <http://amormorto1.blogspot.com>. Acesso em: 2012 e 2010.

D’PÁDUA, F. *Fotos sobre jovens que participaram do Projeto Pichando com Arte na Escola Estadual de Ensino Fundamental Hilda Vieira, bairro da Marambaia*. Arquivo pessoal do autor. Belém, 2002.

FERREIRA, L. C. L. *Entrevista com Ckalu, artista plástica de Belém*. 2010. Fotografias. Disponível em: <http://amormorto1.blogspot.com>.

FIGUEIREDO, J. B. *De pichador a grafiteiro: valores e transformação da atividade artística em adolescentes*. Belém, 2004. 156 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e Pesquisa do Comportamento/ Psicologia Experimental)– Universidade Federal do Pará, 2004.

MORAES, S. M. Memória e reflexão: a biografia como metodologia de investigação e instrumento de (auto) formação de professores de arte. XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM ARTES PLÁSTICAS – ANPAP. *Anais...* Salvador, p. 3897-3911, 21-26 set. 2009.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

REICH, W.; BUSS, R.; FEIN, H.; KURTZ, T. Notes on Women’s Graffiti. *The Journal of American Folklore*, v. 90, n. 356, p. 188-191, Apr.-Jun., 1977.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Editora do NAEA, 2007. p. 15-52, il.

STOCKER, T. L.; DUTCHER, L. W.; HARGROVE, S. M.; COOK, E. A. Social analysis of Graffiti. *The Journal of American Folklore*, v. 85, n. 338, p. 356-366, Oct.-Dec., 1972.

XAVIER, M. J. B. *Nem Anjos, nem demônios!* Etnografia das formas de sociabilidade de uma galera de Belém. Belém, 2000. 134 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)–Universidade Federal do Pará, 2000.



# BRITO, Maria Benedita Costa Neves de, 1923-1994

## 54 ANOS DE PAJELANÇA EM CURUÇÁ

*Ligia T. Lopes Simonian*  
*Laura Arlene Saré Ximenes Ponte*

### 1 INTRODUÇÃO

O título deste capítulo sobre Maria Benedita Costa Neves de Brito, nascida em 1923 e falecida em 1994, em Curuçá, e conhecida como Maria do Andirá,<sup>1</sup> se justifica pelo período longo em que essa pajé desenvolveu seu trabalho na localidade de Andirá, município de Curuçá, Pará. Além de uma carteira de trabalho não assinada e das anotações na lápide de seu túmulo, tem-se a outra referência textual sobre ela em Macedo (1988, p. 18): ela seria Maria “Bia” e “[...] curandeira de fama re[...]gional de bondade extrema”. De fato, pelos seus feitos quanto aos processos e ações envolvendo cura, sua fama espalhou-se.

A biografia é, sabidamente, uma possibilidade que a produção científica vem, mais e mais, incorporando, enquanto abordagem de pesquisa. Nessa perspectiva, as premissas teóricas das ciências humanas e sociais são privilegiadas como possibilidades teóricas. E do ponto de vista metodológico, dentre outros, Alberti (2000), Bourdieu (1996) e Montaigner (2007) vêm colocando questões interessantes para que se possa produzir tal modalidade de trabalho científico.

---

<sup>1</sup> Assim, esta pajé será mencionada ao longo do texto, pois desde que começou a atuar em processos e ações de cura, passou a ser conhecida como tal (Simonian, 2010-2009). No que respeita ao ano de nascimento, existe uma controvérsia: na carteira de trabalho encontrada, aparece o ano de 1919 e na lápide de seu túmulo, no Cemitério Municipal São Benedito – CMSB, o ano de 1923. E como a documentação do cartório de Curuçá passou por um incêndio, em 22 de dezembro de 1997, não se pôde resolver essa questão.

Embora Bourdieu (1996) argumente sobre uma “ilusão da biografia”, por certo é possível recuperar um eu determinado, mesmo que a partir de fragmentos, ainda que minimamente. De fato, soube-se acerca de Maria do Andirá, quando da realização de pesquisas no interior de Curuçá, em 2009-2010 (Simonian, 2010-2009). Então, a partir de informes preliminares, fez-se uma pesquisa específica sobre ela, cujo resultado é a seguir apresentado.

Optou-se por uma metodologia qualitativa, com base em entrevistas, observação direta e pesquisa e produção fotográfica (Fernandes, Bastide, 1959; Oliveira, 1996). Assim, entrevistou-se familiares, precisamente, quatro filhos de Maria do Andirá que residem no município. Também, algumas pessoas que, por meio da intervenção dessa pajé foram curadas, ou da preparação enquanto mães-de-santo de ritos afro-brasileiros, e de outras que a conheceram de perto.

Ainda, fez-se uma incursão na pesquisa e produção imagética. Precisamente, a partir de Mead, Bateson (1942) e Simonian (2007), fez-se um levantamento e uma produção fotográfica junto a familiares<sup>2</sup> e na casa do Andirá em que Maria residiu a maior parte de sua vida. Segundo Ponte (2012) e Simonian, (2012), indígenas Andirá<sup>3</sup> viveram nessa localidade nos tempos coloniais, cujos descendentes ali vivem.

Do que se pôde produzir, enquanto evidências acerca de Maria do Andirá, duas questões emergiram como centrais: os cuidados que dispensou à família e à pajelança. Na esfera pública, essa última foi o ser pajé no seu cotidiano. E além de moradores de Curuçá (cidade/interior<sup>4</sup>), atendia muita gente de fora, em busca de cura. Inclusive, foi esse *metiér* que permitiu uma importância social que a tornaria objeto de pesquisa.

---

<sup>2</sup> Neste caso, encontrou-se apenas duas fotos do tipo fotodocumento, uma que aparece na carteira de trabalho nunca assinada, mas que se encontra danificada e, outra que se encontra nesta biografia, em condições melhores, ambas sob os cuidados de uma das filhas.

<sup>3</sup> Eles foram e são homenageados pelas autoridades e população curuçaense não só com o nome dessa localidade; a respeito, o salão paroquial da igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário foi e é denominado “Palácio dos Andirás” e, no passado, existiu uma agremiação carnavalesca denominada “Arranco dos Andirás” (Lima, 1995).

<sup>4</sup> Do interior do município, vinha gente de Algodoal, Boa Vista, Ramos, Flexeira, Beira Mar, Candeu etc.

O que se segue é uma tentativa de ordenar a vida de Maria do Andirá a partir de uma perspectiva historiográfica e de uma sequência temporal. Depois, tem-se um aporte sobre o processo que a transformou em pajé, o que é seguido de uma apresentação quanto ao seu trabalho de atendimento aos enfermos. Por fim, apresenta-se alguns aspectos conclusivos. Desse modo, a recuperação de sua história, ainda que fragmentada, constitui-se em homenagem à dedicação dessa pajé a seus pacientes e ainda enriquece a memória social e a cultura de Curuçá.

## 2 A VIDA PRIVADA DE MARIA DO ANDIRÁ

Maria do Andirá nasceu em Itajuba, um povoado do interior do município de Curuçá, em 19 de maio de 1923 (Oliveira, 2010). Era filha de Maria Andrônica de Lima e de Manuel Lameira, mas cedo perdeu a mãe. Pelos dados produzidos em campo, soube-se que ela tinha ascendência indígena.

Assim, fundamentalmente, Maria do Andirá foi filha adotiva. Eugênia Cordovil, uma moradora de São Bernardo, a adotou informalmente, levando-a para essa localidade, nas proximidades de Pinheiro e na margem esquerda do rio Curuçá. Foi em São Bernardo que Eugênia criou Maria. Na Figura 1, adiante, tem-se uma fotografia de Maria do Andirá, já em idade avançada.



Figura 1: Maria do Andirá, então com 63 anos.  
Fonte: Autoria desconhecida; acervo da família.

Uma das filhas informou que a mãe era analfabeta. Ela não teria estudado porque teve que ajudar a mãe adotiva, que teve um filho, mas morreu ainda criança, e não tinha marido (Oliveira, 2010). Então, segundo a mesma fonte, a menina Maria Benedita tinha que ajudá-la nas atividades do roçado, o que, junto à pesca, garantia às duas, a sobrevivência.

Esta curuçaense seguia simultaneamente a pajelança e, nesse contexto religioso e cultural, fazia o bem às pessoas que a procuravam em busca de cura, o que, aliás, é unanimidade entre os entrevistados. Mas, seguia a ‘linha de fundo’, do bem, e não a feitiçaria ou ‘linha negra’ (Oliveira, 2010). Ela trabalhava com os encantados e os espíritos da cabocla Mariana e do Preto Velho. Maria do Andirá começou a atuar num tempo em que quase não havia serviços de saúde em Curuçá e nos município próximos.

Maria do Andirá era católica. Nessa direção, essa pajé era devota de São Jorge, de Nossa Senhora da Conceição e na sala de sua casa tinha um altar com estátuas de ambos (Figura 2-3), o que em parte se observou quando em campo<sup>5</sup>. Todos os anos ela organizava uma festa em homenagem a essa N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. e fazia questão de promover a ladainha e de oferecer comida aos convidados (Costa Filho, 2010; Oliveira, 2010). Ainda, ela teve muitos afilhados!



Figuras 2-3: Última casa em que Maria do Andirá residiu e altar usado por ela.

Fonte: L. Simonian, 2010.

<sup>5</sup> A imagem de São Jorge já não existia, pois logo após o falecimento de Maria do Andirá, uma galinha (*Gallus gallus domesticus*) pulou no altar e com o movimento que fez, jogou a, quebrando-a.

Maria do Andirá, que desde pequena vivia em Pinheiro, mudou para Andirá, aos 22 anos, por ocasião de seu casamento com Nestor Neves de Brito (1912-1981), natural dessa localidade (Oliveira, 2010)<sup>6</sup>. Com ele formou família e tiveram sete filhos, sendo que quatro estão vivos; duas mulheres e dois homens, todos atualmente residentes em Curuçá. O casal ainda adotou mais duas filhas, que vivem em Belém<sup>7</sup>.

Como compunha uma família de poucas posses, Maria do Andirá não conseguiu dar uma formação sofisticada aos filhos. Ela e os seus viviam de um roçado pequeno, da pesca para o consumo próprio e da “arte dela”, como dizem os filhos, pelo que não cobrava. Se tinham condições, as pessoas doavam um porco (*Sus domesticus*), galinhas, xícaras, corte de vestido, toalhas etc. Um pagamento simbólico, embora importante para a família.

Assim, logo os filhos saíram de casa em busca de trabalhos que não exigissem mão-de-obra qualificada. Aliás, todos os que a ela se referiram foram unânimes em afirmar que não cobrava por seus serviços, mas que aceitava o que lhe davam. Note-se, como posto por Eliade (1951), que o pagamento pelos serviços xamânicos tem sido reiteradamente referido na literatura especializada e como parte de todo o processo ritualístico. Mas no caso de Maria do Andirá, até falecer, ela viveu em casa de pauapique e de barro batido, o que se viu acima.

Tal foi a residência de Maria do Andirá, onde morou até seu adoecimento. Ela sempre dizia que gostava muito de sua morada em Andirá: “Daqui só saio prá morada de nunca mais voltar [...]” e assim foi (Oliveira, 2010, n. p.). Teve três casas, mas uma próxima da outra, todas de pauapique e de barro batido<sup>8</sup>; a terceira é a que aparece acima. Foi nessa casa que ela

---

<sup>6</sup> O esposo era alcoólatra e frequentemente agredia Maria do Andirá, aliás, uma situação vivenciada por muitas famílias, tanto na região como no mundo todo (Simonian, 1994). Nesse caso, muitas pessoas presenciaram cenas violentas, como por Maria Pedrosa Ferreira (2011, n. p.), nascida em 1941 e mais conhecida como Maria Pretinha; conforme revelou em entrevista, “[eu estava lá, ele chegou, avançou sobre a Maria, quando deu uns tapas nela]”. Nessa oportunidade, a pajé saiu de casa; o próprio marido arrependido e Maria Pretinha saíram atrás e a encontraram muito magoada e longe de casa. Ainda segundo a mesma entrevistada, “[...] ela aceitou voltar comigo” (*id., ibid.*).

<sup>7</sup> Maria Novais e Neuza de tal.

<sup>8</sup> Nesta segunda casa, por muitos anos funcionou uma escola, sendo que a família cedeu o espaço.

adoeceu e onde seus filhos Nestor e Antônio viviam até a pouco e foram entrevistados<sup>9</sup>. Em 2010, a cozinha encontrava-se como Maria do Andirá a deixou.

Depois da morte do esposo, o filho Nestor retornou e passou a viver com Maria do Andirá. Isso depois de ter vivido por décadas em Belém (Costa Filho, 2010). Além da terra herdada, essa pajé também passou a receber uma pensão do marido, que se aposentara como trabalhador rural, a qual lhe foi paga entre 1981 e inícios de 1993.

Com 71 anos Maria do Andirá adoeceu, depois de levar uma queda e vomitar. Ela foi levada para Belém, onde chegou a passar alguns dias em um hospital, mas não resistiu e faleceu em 23 de fevereiro de 1994. Seu corpo foi transferido pelos filhos para Curuçá, onde o sepultaram no CMSB, nas proximidades da capela. De acordo com Maria Pedroso (2011, n. p.), 60 anos, conhecida como Maria Pretinha, “Maria do Andirá teve um dos enterros mais concorridos de Curuçá; muita gente com rosas e flores compareceu”.

Em que pese a vida simples e frugal, Maria do Andirá se impôs enquanto esposa, mãe e pajé. Como se discutirá adiante, por anos sua vida foi permeada por conflitos, pois seu esposo nem sempre aceitou o trabalho de caridade que desenvolvia enquanto pajé. Mas, Maria soube impor-se, e nunca deixou de atender a quem a procurasse.

### **3 DO RITUAL DE INICIAÇÃO À PAJELANÇA**

A pajelança é um elemento importante da cultura da região do Salgado paraense (Maués, 1990), justo onde Maria do Andirá nasceu e passou a sua vida. As evidências produzidas revelam que ainda muito jovem, aos 16 anos, Maria Benedita passou por um ritual de iniciação espiritual que a transformou em pajé. E embora os filhos tenham ouvido a mãe contar sobre tal experiência, pouco lembram dos detalhes<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Ao tempo da pesquisa, Antônio tinha construído uma casa de alvenaria no próprio terreno – uma herança de parte dos avós paternos –, para onde se mudou logo após.

<sup>10</sup> Mas, note-se, o que lembram é suficiente para permitir uma compreensão do que ocorreu.

Tais rituais variam de sociedade para sociedade e implicam em preceitos culturais muito particulares (Eliade, 1951; Harner, 1973). Assim, Maria passou por um ritual de iniciação que envolveu dois processos. O primeiro deles se manifestou aos 16 anos, por meio da água e de isolamento. Aliás, segundo Harner (1973), a água é muito presente em tais rituais. O segundo implicou no aprendizado dos fazeres da pajelança.

No que respeita ao primeiro processo, é referido por Oliveira (2010) como tendo sido “de nascença”. Porém, apenas aos 16 anos Maria Benedita foi atraída para as águas do rio Curuçá, onde sumiu durante sete dias. Então, ela submergiu nas águas, tendo tido a oportunidade de conhecer (sic) um mundo misterioso e grandioso, ligado aos encantados e espíritos do bem. Porém, como era muito jovem, teria sido tudo muito assustador.

No seu retorno das águas do rio Curuçá, o sofrimento de Maria foi enorme. Por exemplo, a mãe adotiva lhe prendia e mesmo lhe batia (Oliveira, 2010). E como posto por essa mesma fonte, Maria chegou ao ponto de implorar para que ela parasse de proceder desse modo, pois não tinha controle sobre o que estava a ocorrer.

Inclusive, ela teria dito a esta mãe que o que estava acontecendo “[...] não é da minha vontade, é uma força que vem de cima” (Oliveira, 2010, n. p.). Então, a mãe a levou para Pauxis, na ilha de Fora e nas imediações de Algodal e de Mutucal, todos povoados de Curuçá, onde foi preparada como pajé e a partir de então passou a ser muito requisitada. Ela trabalhava com maracá, tendo sido preparada nessa linha.

Em Pauxis, uma mãe de santo afro-descendente preparou Maria e, ao retornar, ela pôde começar a praticar, a fazer atendimentos e curas. Apesar da resistência inicial de seu marido, ela persistiu e transformou-se em pajé requisitadíssima, passando a ser conhecida como Maria do Andirá (Oliveira, 2010). E levou esse projeto até o final de sua vida, tendo atendido tanto aos menos favorecidos quanto às pessoas de posse.

## 4 O TRABALHO DE MARIA DO ANDIRÁ ENQUANTO PAJÉ

Após o ritual de iniciação e embora muito jovem, a eficácia da intervenção da pajé Maria do Andirá passou a ser reconhecida amplamente. Tais fazeres tiveram início quando ela tinha 16 anos, quando passou a atender enfermos do corpo e do espírito. Inclusive, seu poder espiritual era tido em “grande conta”, como se diz em Curuçá.

A respeito, manifestou-se Raimundo Carlos de Moraes Santos, 44 anos, um professor e em processo de preparação para se tornar pai de santo no rito Mina e que a conheceu: “Logo que a Maria do Andirá começou a trabalhar, ela não precisava pegar o maracá; ele vinha até ela” (Santos, 2010, n. p.). Sobre essa mesma experiência, outros entrevistados manifestaram-se de modo semelhante.

O atendimento que esta pajé dispensava aos pacientes era individualizado. Atendia no espaço que chamava de “recinto”, a área correspondente à sala da casa e onde tinha um altar sobre uma mesa e com imagens. “Só de olhar a pessoa, ela já dizia mesmo. O que tinha que tratar, ela tirava mesmo, nem que tivesse que chupar” (Costa Filho, 2010, n. p.). Conforme Oliveira (2010), tinha casos em que ela recebia, ouvia, recebia o encantado que lhe indicava o que fazer, rezava sobre a enferma ou o enfermo e então dizia se poderia ou não curar.

Ela usava o tauari – o cigarro – e adquiria os ingredientes em mercearias de Curuçá, como na do Domingos ou Curupira e na do Mario Natividade (Costa Filho, 2010). Eles vendiam folhas do tauari e temperos do cigarro<sup>11</sup>; os temperos eram esmigalhados e as cascas do pau d’angola e paricá raladas. Comprava-se tabaco por onça (1 oz=28,350 g) e era cortado em pedaços pequenos. O marido é que preparava tudo e depois enrolava<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> Precisamente, o alecrim (*Rosmaninus officinolis*), o pau d’angola (*Piper latifolium* (DC) Yunker), o paricá (*Anadenathera columbrina*; *A. peregrina*) e o fumo (*Nicotiana tabacum*).

<sup>12</sup> Ele preparava cinco tauris, sendo que um ficava pronto para uma emergência. Depois de sua morte, quem os preparava era seu filho Nestor, também conhecido como Sampaio, o que fez até a morte da mãe pajé.

Ela não trabalhava com pontos; mas a casa era defumada por dentro e por fora. Apenas depois da defumação ela ficava “atuada” pelos caboclos. Segundo Costa Filho (2010), por dentro, ela defumava primeiro com o tauari, com baforadas nos quatro cantos do ‘recinto’; depois, defumava com semente de alecrim, de cominho, e, eventualmente, de alfazema<sup>13</sup>. Tudo era colocado no fogareiro e então defumava-se a casa por dentro e por fora.

Muitas vezes, as pessoas atendidas recebiam orientações e se tratavam em suas casas. Em alguns casos, ela as hospedava em sua casa e ali os tratava. Em outros, ela informava que a cura não era para que ela pudesse solucionar e que, assim, procurasse outro recurso.

De fato, a pajé Maria do Andirá marcou a sua atuação longa pela ética. Ela apenas aceitava desenvolver um trabalho de cura se tivesse certeza que poderia fazê-lo. Assim, “[...] quando era para Mina ou outro rito, ela dizia que não era para ela, que [o enfermo] tinha que procurar o médium apropriado” (Santos, 2010, n. p.). Aliás, essa era uma de suas virtudes mais estimadas pelos seus pacientes, o que é sempre lembrado ao se falar dela em Curuçá.

Nos casos em que ficava com os enfermos em casa para o tratamento, seu marido a ajudava (Azevedo, 2010; Oliveira, 2010). Precisamente, ele saía em busca das plantas indicadas para o tratamento, em geral encontradas nas matas ciliares próximas<sup>14</sup>. O preparo e a aplicação ficavam por conta de Maria do Andirá, que continuava com sessões para receber os encantados e rezar pela cura.

Exemplar nesta direção foi a cura de Maria do Rosário Dias de Azevedo, nascida em 1957 e residente em Curuçá. Ela esteve internada em hospital de Castanhal, Pará, com o pé direito gangrenado e parte da perna a ser amputada (Azevedo, 2010). Mas ela decidiu sair do hospital<sup>15</sup> e procurou por Maria do Andirá, que a recebeu, hospedou por um mês e curou, tendo assim evitado

---

<sup>13</sup> Respectivamente, *Baccharis dracunculifolia*, *Cuminum cyminum* e *Lavandula* spp.

<sup>14</sup> Tentou-se, mas não se conseguiu identificar os nomes das plantas usadas nas curas por tal pajé.

<sup>15</sup> Ela tomou tal decisão quando soube que teria o pé amputado; o marido teve que assinar um documento assumindo a responsabilidade por qualquer problema com a paciente.

a amputação (Simonian, 2010-2009)<sup>16</sup>. Como muitos que procuravam essa pajé, Maria do Rosário nada pagou por essa intervenção de cura<sup>17</sup>.

Maria do Andirá ainda curou doenças do espírito. Uma senhora que não quis ter sua identidade revelada e solicitou anonimato, informou que essa pajé a curou dos ataques ou males da Yara, a mãe d'água. Nesse caso, os trabalhos teriam sido de muita reza, contatos com os espíritos das águas, passes, banhos e benzimentos.

Também, ela foi mestra quanto ao processo de preparo de outros pajés de seu município. Ela tinha esse poder e “[...] preparou muita gente com mediunidade. Por exemplo, a Ana Darlene de Lima Brito e a Maria Pedroso [...]” (Santos, 2010, n. p.). Assim, Maria do Andirá contribuiu para a continuidade da cultura da pajelança em Curuçá e na região do Salgado.

Maria Pedroso Ferreira (a Maria Pretinha; nascida em 1941) revelou mais uma vez a importância social do trabalho de Maria do Andirá. Ela não só a preparou espiritualmente (sic), mas atendeu muita gente do município e de fora. Considera-a como tendo sido a sua mestra, com quem contava quando estava enferma ou enfrentava outros problemas. “Tu não tens teus discípulos, como se ela estivesse reclamando por eu não ter preparado ninguém [espiritualmente] [...]” é o que Maria Pretinha (Ferreira, 2011, n. p.) diz ouvir ver por outra na voz da mestra.

Muitas vezes o trabalho era cansativo, principalmente em época de epidemia. “Do Bairro Alto, vinha todo dia canoa cheia de moradores com crianças doentes; também, muita gente do interior. Então, ela se sentia estafada. Vinha gente de carro, de dinheiro. Essa arte exigia muito dela” (Oliveira, 2010, n. p.). Mesmo assim Maria do Andirá nunca desistiu.

---

<sup>16</sup> As cicatrizes aparecem em partes diversas do pé de Rosário, conforme se pôde observar em campo e inclusive, fotografar. Apesar de curado e de poder andar, devido à gravidade das feridas, essa senhora ficou com os movimentos do pé reduzidos.

<sup>17</sup> Seu marido apenas provia a sua própria alimentação e a visitava com os filhos.

## 5 CONCLUSÕES

Mulher de vida humilde e que enfrentou agruras de toda ordem durante sua vida, mas mesmo assim, a importância dos serviços de pajé de Maria do Andirá é sempre ressaltada quando seu nome é lembrado no município de Curuçá. Ela inclusive teve que lutar para manter o que entendia como sua missão, principalmente contra as reações do marido em alguns momentos. Ainda, é de lembrar-se que ela viveu em contexto sociocultural em que o acesso a serviços de saúde e a medicamentos era precaríssimo.

Ela trabalhou com processos de cura e com a preparação de mães de santo. É incontável o número de atendimentos que Maria do Andirá fez ao longo de 50 anos de trabalho dedicado aos curuçenses e mesmo às pessoas de outros municípios, que a ela recorriam ou lhe mandavam buscar. E, praticamente, sem um retorno econômico significativo, pois recebia o que os enfermos podiam lhe doar.

Pelo que se revela acima, Maria do Andirá deixou filhos e um legado para a pajelança amazônica. Precisamente, legado de cura, mas também porque preparou muitos médiuns ainda atuantes. Apesar disso, até o momento, apenas a memória social eleva seu nome e seus feitos, o que certamente é muito, pois permitiu que se produzisse este capítulo.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. 5 f.

AZEVEDO, Maria do Rosário Dias de. *Entrevista concedida à L. Simonian sobre a cura de doença grave após a intervenção da pajé Maria do Andirá*. Curuçá, 18 jul. 2010. (Anotações de L. Simonian; arquivo pessoal).

BATESON, G., MEAD, M. *Balinese character: a photographic analysis*. New York: New York Academy of Sciences, 1942.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

COSTA, Antônio Neves da. *Entrevista à L. Simonian, sobre a história de vida de Maria do Andirá*. Curuçá, 2010. (Anotações de L. Simonian; arquivo pessoal).

COSTA FILHO, Nestor Neves da. *Entrevista à L. Simonian, sobre a história de vida de Maria do Andirá*. Curuçá, 2010. (Anotações de L. Simonian; arquivo pessoal).

ELIADE, M. *Shamanism*. Arkana: Penguin, [1951] 1989. 610 p.

FERNANDES, F.; BASTILDE, R. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: CEN, 1959.

FERREIRA, Maria Pedroso. *Entrevista concedida à L. Simonian sobre sua relação com Maria do Andirá*. Curuçá, 25 jan. 2011. (Anotações de L. Simonian; arquivo pessoal).

HARNER, M. (Ed.). *Hallucinogens and shamanism*. Oxford: Oxford University Press, 1973.

LIMA, A. Q. de. *Toponímia: testemunho lingüístico da formação histórica de uma região*. Belém, 1995. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras)–Universidade Federal do Pará, 1995.

MACEDO, M. de N. G. *A caminhada da catequese [em Curuçá]*. Castanhal, 1988. 37 f. TCC (Graduação em Educação Religiosa) – Universidade Federal do Pará, 1988.

MAUÉS, H. R. *A ilha encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Coleção Igarapé. Belém: EDUFPA, 1990.

MONTAGNER, M. Â. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias* [online], n. 17, p. 240-264, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 22.05.2010.

OLIVEIRA, Jacira Costa de. *Entrevista concedida à L. Simonian sobre a pajé Maria do Andirá de Curuçá*. Curuçá, 18 jul. 2010. (Anotações de L. Simonian; arquivo pessoal).

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PINHEIRO, Maria Andrônica da Costa. *Entrevista concedida à L. Simonian sobre a pajé Maria do Andirá de Curuçá*. Curuçá, 18 jul. 2010. (Anotações de L. Simonian).

PONTE, L. A. S. X. RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, índios Andirá e movimento da cabanagem. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Políticas públicas e sustentabilidade na RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, Pará*. Belém: Editora do NAEA, 2011. No prelo.

SANTOS, Raimundo Carlos de Moraes. *Entrevista dada à L. Simonian sobre Maria do Andirá*. Curuçá, 19 jul. 2010. (Anotações de L. Simonian; arquivo pessoal).

SIMONIAN, L. T. L. *Anotações de campo e documentação fotográfica sobre a pajé Maria do Andirá e seus familiares*. Curuçá, 2010-2009. n. p. (Anotações de L. Simonian).

———. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Editora do NAEA, 2007. p. 15-52. II.

———. Mulheres indígenas vitimas de violência. *Papers do NAEA*, Belém, p. 4-31, 1994.

——— (Org.). *Políticas públicas e sustentabilidade na RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, Pará*. Belém: Editora do NAEA, 2012. No prelo.



**CAMPOS, Maria Veras Alves de, 1924 - ...**  
**“PRIMAVERAS”: O EXEMPLO DE UMA**  
**TRAJETÓRIA VITORIOSA**

*Maria do Socorro Pinheiro Ruivo*

No jardim deste mundo  
Rosas foram escolhidas  
Dentre todas as mais belas  
Fostes tu a preferida<sup>1</sup>  
(Veras, 2010b, n. p.).

## **1 INTRODUÇÃO**

Em 21 de novembro já é primavera no hemisfério sul. Em 1924, uma flor desabrochou em Belém do Pará e foi cultivada em Curuçá. Ela deu asas à imaginação<sup>2</sup> desde a infância, vivida em família de pai comerciante e mãe educadora. Ainda, foi a mãe que ela seguiu os passos quando da escolha da sua primeira profissão. Então, Maria Veras Alves de Campos nasceu em Belém do Pará, filha de Manoel de Christo Alves, curuçense e da professora Olinda Veras Alves, viseuense.

Fé e razão traçaram seus caminhos, equilibrando seus passos, suas escolhas. Descendente de uma família católica, a Maria foi batizada aos quatro anos pelo padre João Batista Moncourrier, na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, santa padroeira da cidade e onde fez também a primeira comunhão, aos onze anos. Sua família e mais tarde ela própria cuidaram de sua educação formal e de seu refinamento intelectual.

---

<sup>1</sup> Excerto da paródia em homenagem à superiora irmã Urbanina, na música de Santa Lúcia.

<sup>2</sup> E muitos frutos bons, também...

Também, encanto e magia floriram seus jardins ao longo da vida e deixaram doces lembranças nos recantos da memória que surgem a cada lampejo de brilho no olhar. Olhar que envolve quem a rodeia, seja na suavidade do falar, seja na beleza dos traços fisionômicos contornados pelas marcas da vaidade feminina, seja na força interior de quem se acostumou a superar obstáculos, seguindo sempre à frente. E isso com desenvoltura, bravura, determinação e elegância.

Quanta doçura em tão bela dama! Desde o primeiro encontro para a realização da pesquisa, em julho de 2010, no “casarão dos Alves”, como é conhecida a residência da família, em Curuçá, pude perceber toda a suavidade e força que emana de Maria Veras. Foi encantamento à primeira vista! Ao longo dos meses, o mais velho dos filhos, Alcílio Campos – memorialista nato – disponibilizou informações por e-mail, telefonemas e, também, em conversas pessoais, tanto em Belém, como em Curuçá...

Em uma segunda vez, houve outro encontro com Maria Veras, dessa vez na residência em Belém, no conjunto Alacid Nunes e, novamente, a elegância natural da biografada encantou a autora e a organizadora desta enciclopédia. Era uma tarde típica de domingo, em Belém do Pará, morna e propícia a visitar parentes e amigos – costume muito presente no povo paraense. O cair da tarde foi trazendo muitos dados, fotografias, obras de arte de sua autoria, filhos, netos, bisnetos para reverenciá-la, como de hábito, nas tardes-noites mornas de domingo, um ritual que se repete há anos para o jantar em família, em retribuição ao amor e dedicação dessa exemplar figura humana.

Depois, organizou-se o material levantado e fez-se uma reflexão sobre o mesmo, o que se revela a seguir. Assim, tem-se uma abordagem sobre o desenrolar de sua vida, que foi pautada por empenho, avanços profissionais e pelo amor à sua família grande e por isso demandou trabalho intenso e recursos para provê-la. As evidências revelam que ela superou muitos impasses, mas sempre cercada pelos seus; também que não se intimidou com o estudo e o trabalho árduo.

## 2 UMA TRAJETÓRIA DE SUCESSO, TANTO FAMILIAR COMO PROFISSIONAL

Maria Veras mulher que se tornou exemplar ao longo da vida, logo discorreu sobre sua infância e a sua trajetória como ser mãe e profissional. Suas lembranças podem ser cotejadas com as imagens de seu álbum de fotografias, a exemplo das Figuras 1 e 2<sup>3</sup>. De certo modo, além de revelar facetas de sua caminhada enquanto ser humano, esse álbum acabou se tornando um auxiliar visual de sua memória e das reflexões que exercita sobre a sua própria história de vida, vis-à-vis o mundo no qual se encontra inserida.



Figura 1: Marizinha aos cinco anos.  
Fonte: Álbum de família, 1929.



Figura 2: Primeira eucaristia em 1934.  
Fonte: Álbum de família.

Maria Veras iniciou seus estudos aos cinco anos, idade em que aprendeu a ler, tendo como mestra sua mãe. Aos sete anos foi matriculada no “Grupo Escolar de Curuçá” e concluiu o curso primário aos onze anos de idade, na mesma escola. Aos nove anos, em 1933, o governador Magalhães Barata escolheu alunos que se destacaram nos estudos para irem passar o feriado de 07 de setembro, em Belém. Foi uma das escolhidas e lembra até hoje dessa viagem, de canoa, em companhia da professora Cacilda Pinto, pois

<sup>3</sup> Na Figura 2, Marizinha e o irmão Manoel de Christo aparecem por ocasião da primeira comunhão.

para aquela menina a viagem era uma novidade enorme. As maresias [...] e os enjôos [...] viagem sofrida, mas que valeu a pena e até hoje está encravada nos subterrâneos da memória de Maria, então pequena, hoje adulta.

Ser normalista, à época, era o desejo de toda jovem de formação social e religiosa boa, para tanto, seguiu para Belém, a capital do estado, onde foi aprovada no exame de admissão ao Curso Normal do Colégio Santo Antônio. Nessa época, morou com a família do Dr. Fabiliano Lobato. Foi um período sem grandes turbulências, simplesmente a vida seguindo o traçado do “destino” e ela avançando intelectualmente. Então, também se interessou pelas artes plásticas, precisamente pela pintura, e a partir de um contato com Annita Hurley,<sup>4</sup> artista curuçaense.

Em 1941, aos 17 anos, diplomou-se professora normalista (Figura 3), quando regressou a Curuçá. Ali, em 1942, passou a exercer a profissão no Grupo Escolar “Gonçalo Ferreira”, cuja diretora era a professora já renomada Olinda Veras Alves, sua genitora. Trabalhou com turmas de 2<sup>a</sup>. à 5<sup>a</sup>. séries primárias, durante 25 anos. E o fez com profissionalismo e amor.



Figura 3: Formatura de professora normalista.  
Fonte: Obra assinada da Foto Fidanza; álbum de família, 1941.

<sup>4</sup> Ver nesta obra, o capítulo que trata dessa artista, que em parte viveu em Belém, onde Maria Veras a conheceu.

No ano de 1961, foi designada para o cargo de diretora desse Grupo Escolar, cargo que lhe possibilitou participar de inúmeros cursos de capacitação na capital do estado e repassar ao corpo docente da sede e do interior, todo o conhecimento adquirido. Nesse sentido, atuando como multiplicadora de conhecimentos na área e ajudando a expandir o ensino primário no município. Para realizar esse trabalho, percorria as escolas do interior, em caminhão cedido pela prefeitura municipal ou em veículo menor oferecido pelo senhor David, sanitarista estadunidense que trabalhava no Hospital Municipal “Henrique de Christo Alves”<sup>5</sup>.

Ainda na sua gestão como diretora no Grupo Escolar Gonçalo Ferreira, no ano de 1963, instalou-se o Curso Supletivo, em Curuçá. A aula inaugural ocorreu no povoado de São João do Abade em uma casa cedida para tal finalidade, à época o Secretário de Educação era Acy de Barros Pereira. Muitos curuçaenses se beneficiaram com esse programa.

Especializou-se no Curso Introdutório ao Mundo das Letras, em 1964, promovido pela Secretaria de Estado de Educação do Pará – SEDUC-PA, o então “Jardim da Infância” ou “Pré-Primário”, atualmente “Educação Infantil”. Em razão disso, obteve do Secretário Estadual de Educação e Cultura, à época o professor Antônio Gomes Moreira Júnior, autorização para, em 1965, criar esse curso básico em Curuçá. Mais uma vez foi pioneira em implantar e implementar programas educativos para benefício da população curuçaense.

Todavia, em 1966, participou em Belém de cursos específicos para alunos portadores de necessidades especiais. Também, teve destaque em tal área de atuação, tendo obtido os resultados satisfatórios especialmente com um jovem surdo-mudo conhecido como “Telha”. Lamentavelmente ela perdeu contato com sua família, apesar das inúmeras tentativas de rever o aluno, pois gostaria de ter acompanhado o seu desenvolvimento.

---

<sup>5</sup> Ainda não se conseguiu saber mais sobre tal sanitarista, mas pesquisa a respeito continua.

Aposentou-se em 1967, aos 43 anos de idade, sendo que desses, 25 foram dedicados à educação do povo curuçaense. Não atuou apenas como professora no ensino formal. Foi uma Educadora, na significação mais ampla dessa palavra. De fato, ela sempre esteve envolvida em atividades que, de uma maneira ou de outra, caracterizavam-se pela transmissão de conhecimentos novos, valorização pessoal dos professores e dos educandos e busca pela melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Também em Curuçá, foi Presidente do Clube de Mães. O mesmo foi instalado em um galpão na rua Visconde do Rio Branco, onde funcionava uma fábrica de arroz (*Oryza sativa* L.) e hoje é um depósito de gás. Maria Veras não recorda o período dessa atuação, mas recorda que ali ministrou aulas de pintura e bordado.

Com a aquiescência do vigário da paróquia, padre Martinho Arntz, fundou, em 1942, a Associação da Pia União das Filhas de Maria, isso juntamente com o padre Tiago Way. Esse foi o período em que Curuçá recebeu os padres Crúzios<sup>6</sup>. Na oportunidade, Maria Veras participou do trabalho catequético.

Aos 21 anos, casou-se com Alcilio Campos, comerciante em Curuçá, teve onze filhos, sendo dois falecidos em tenra idade, “[...] todos nascidos de parto normal [...]”, segundo afirmação da própria Maria Veras (Campos, 2010) (Figura 4). Lembra do primeiro parto, com sua mãe dizendo: “Não faça espalhafato!” (Campos, 2010). Então, se manteve corajosamente tranquila e serviu de exemplo às outras parturientes<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Os mesmos chegaram ao Brasil em 1934, a pedido do arcebispo de Belém, Antonio de Almeida Lustosa (Padres, 1974). Desde 1948, essa irmandade não mais atua na paróquia.

<sup>7</sup> E, tanto que a médica que fez o parto, Olga Paes de Andrade, teria dito: “Saiu uma curuçaense que teve um filho de 4.200 kg e não fez escândalo [...]” (Campos, 2010a, n. p.).



Figura 4: Marizinha com o esposo e os filhos em 24 mai. 1999<sup>8</sup>.  
Foto: Arquivo da família.

Ainda quanto ao âmbito familiar, para cada filho Maria Veras dava um apelido carinhoso. E tem feito o mesmo quanto os netos e bisnetos. O esposo faleceu em 2002, mas a companhia dos filhos, 19 netos e seis bisnetos, até agora, preenche seus dias.

É também pintora. Sim, descobriu-se artista plástica em 2005, aos 81 anos de idade, na escola de pintura Porto Arte. Nesse ambiente de aprendizado, é chamada “Primaveras”, codinome que representa muito bem a personalidade dessa dama cheia de vida. E, quanto ao seu interesse pelas artes, ainda canta! A respeito, participou dos corais São Francisco de Assis – da Igreja dos Capuchinhos; do coral Delival Nobre – do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e idealizou e dirige o coral “Cantando com Jesus”, formado por associadas do Apostolado da Oração, no Centro Catequético e de Promoção Social Santa Izabel da Hungria, no Conjunto Alacid Nunes, onde reside, em Belém do Pará.

<sup>8</sup> Ordem dos filhos, nomes da esquerda para a direita e idades respectivas: Manoel (46 anos), Sávio (48 anos), Newton (64 anos), Libania (54 anos), Olinda (50 anos), Regina (51), Alcilio (65), Eduardo (56) e Henrique (47 anos).

A Marizinha doce relembra que a ida da família para Belém foi devido sua aposentadoria e, principalmente, em busca de proporcionar condições melhores para a educação dos filhos. Na capital do estado, retornou à sala de aula até 1973. Nessa oportunidade, passou a lecionar as disciplinas Português, Matemática, História, Geografia, Ciências e Geometria, de 1ª. à 5ª. séries, precisamente nos colégios particulares “Padre Guido del Toro” e “Santa Rosa Gattorno”.

Em 1972, aos 48 anos de idade, ingressou em um curso preparatório para prestar vestibular na Universidade Federal do Pará, tendo sido aprovada no curso de Direito. Diplomou-se como Bacharel, em 1977, com 53 anos (Figura 5). Sempre foi muito organizada com seus estudos e como não podia comprar livros, copiava tudo o que o professor ou professora falava. Após os filhos se recolherem à noite, começava a estudar, por volta de 23 horas. Seu estímulo para seguir em frente, sempre foi um pensamento: “[...] meus filhos precisam de um futuro [...]” (Campos, 2010a, n. p.). Afinal, por isso que a família havia transferido a residência para Belém!



Figura 5: Diplomada como Bacharel em Direito.  
Fonte: Álbum de família.

Em 1979, Maria Veras ingressou no Tribunal de Justiça do Estado, nomeada pelo seu presidente, Desembargador Ari da Mota Silveira. Ali, exerceu a função de Assessora de Câmara. Anos mais tarde, ele passou por concurso e foi aprovada. No ano de 1992, ela se aposentou, quando passou a dispor de um pouco mais de tempo para si e para aprendizagens novas.

Por muitos anos, sofreu de asma, ora ficava bem, ora com acessos. Um dia, acordou às 4h da madrugada com uma dispnéia enorme. Muito religiosa, conhecia a história de Santa Maria Bertilla Boscardim. Começou a invocar a Santa, pedindo sua intercessão no momento da crise. Quando o sol surgiu, a crise melhorara. Esse fato deu-se no dia 28 de fevereiro de 1980 e, desde então, nunca mais sofreu crise de asma. Numa viagem à Itália, visitou a casa de Santa Bertilla para agradecer pelo que considera como graça recebida.

Marizinha sempre foi dedicada ao que faz e desde menina tem um comportamento otimista: “Quando digo que vou, eu vou! Quando digo que faço, eu faço!” (Campos, 2010). Tinha por hábito conversar consigo e fazer planos para o futuro, traçar suas metas, organizar seus pensamentos de modo a atingir seus objetivos. E acredita que por isso tudo, conseguiu ser bem sucedida.

Assim, a digníssima professora Maria Veras Alves de Campos desde cedo compreendeu que as ferramentas para melhorar sua vida estavam dentro de si – seus pensamentos, suas crenças, suas capacidades – fez desse conhecimento seu norte, seu lado forte. Eis, pois, o perfil de uma senhora especial que durante toda a sua vida preciosa sempre praticou o poder do pensamento positivo e conseguiu construir um mundo cheio de possibilidades novas, independentemente do período cronológico de sua existência. E quem disse que a idade tem que pautar nossos projetos de vida?

Marizinha – permitam que seja chamada assim – é um exemplar modelo de ser humano no grau mais alto de acepção dessa palavra. De fato, ela sempre acreditou na sua capacidade de relacionar-se amorosamente com os outros e tornou sua vida, não uma série de eventos ao acaso. Precisamente para ela, o importante é ver a vida como uma jornada de crescimento para si e para todos que a rodeiam e/ou com ela convivem.

Atualmente, Marizinha passa seus dias entre atividades diversas, pois como sempre afirma, “[...] não consigo ficar parada [...]”. Dentre essas, destacam-se as atividades religiosas, a pintura (Figura 6), bordados, leitura, programas de televisão, filmes, encontros com amigos e familiares. Quanto à tela que aqui se vê, ela informou que expressa um resumo de vivências passadas no sítio Camboa<sup>9</sup> de propriedade de seu pai, que ali sempre levava a família e amigos nas temporadas de verão.



Figura 6: Vista de Camboa, interior de Curuçá, dos tempos de sua juventude.  
Fonte: Maria Veras Alves de Campos, 2007.

Ao produzir-se o capítulo sobre a trajetória de dama tão bela, veio à lembrança a leitura de um livro de Hay (2009, p. 35), do qual se transcreve um trecho que parece ter sido inspirado, também, na vida de Maria Veras:

---

<sup>9</sup> Localidade ribeirinha do interior de Curuçá.

[...] nunca cometa o erro de pensar que está velho demais para alguma coisa. Minha vida só passou a ter sentido aos 40 e poucos anos, quando comecei a dar aulas, aos 50, criei uma pequena editora. Aos 55, me aventurei pelo mundo dos computadores [...] com 60 anos, comecei meu primeiro jardim [...] com 70, me inscrevi em uma turma de artes para crianças [...], aos 75, passei para uma turma de aulas de arte para adultos e comecei a vender minhas pinturas. Meu atual professor de artes quer que meu próximo passo seja trabalhar com esculturas. Recentemente comecei a praticar ioga e aulas de dança de salão. Quem sabe o que ainda inventarei no futuro?

São pessoas como essas que inspiram muitas e muitos a buscar o melhor da vida, o melhor do mundo.

São tesouros humanos vivos. E personalidades vitoriosas que estão a dizer que vale a pena viver. Assim, fazem seus próximos acordar todos os dias abençoando e agradecendo a vida maravilhosa que têm.

### 3 CONCLUSÃO

Escrever sobre Maria Veras tornou-se inspirador à medida que se foi conhecendo sua história de vida. Acredita-se que alguns seres humanos vêm ao mundo terreno para resgatar e evoluir; outros, para instruir e inspirar. Decididamente, Maria Veras pertence ao segundo grupo, tudo nela inspira os sentimentos humanos mais nobres.

Também há quem diga que a vida é escolha, assim Maria Veras escolheu viver a plenitude da vida como filha, professora, esposa, mãe, avó; sempre dedicada aos estudos e ao trabalho; e sempre mostrando responsabilidade e dedicação.

Maria Veras, professora Marizinha, “Primaveras” – são muitas as denominações a uma mulher exemplar em sua trajetória de vida. Maria cheia de graça, de brilho e perfume inconfundível, senhora doce, encantada

e abençoada que faz brotar os sentimentos mais belos nos que a rodeiam. Ela nasceu para isso...

Precisamente, para perfumar ambientes com os cheiros mais nobres, tal qual flores mais finas e delicadas que, apesar da aspereza do caminho, enfeitam os passos de muitas e muitos e as/os encorajam a prosseguir. Isso porque aos 87 anos sabe que vale a pena caminhar. De fato, ao se olhar para trás, vê-se que os rastros deixados estão cobertos de pétalas floridas, fazendo da vida uma primavera eterna...

## REFERÊNCIAS

CAMPOS, Maria Veras Alves de. *Entrevista concedida à Socorro Ruivo*. Curuçá, 2010a. (Arquivo pessoal de S. Ruivo).

———. *Superiora Irmã Urbanina, na música de Santa Lúcia: uma paródia em sua homenagem*. Belém, 19 nov. 2010b. (Manuscrito; Arquivo pessoal de Maria V. A. de Campos).

———. *Vista de Camboa, interior de Curuçá*. Pintura sobre tela. Belém, 2007. (Acervo pessoal de Maria Veras Alves de Campos).

HAY, L. *O poder das afirmações positivas*. Rio de Janeiro: Sextante, 2009. 62 p.

PADRES Crúzios: 40 anos trabalhando pelo Pará. *O Liberal*, Belém, p. 16, 27 nov. 1974.

# **CHELALA, Ruthe Pinheiro Conduru, 1932-1974**

## **PIONEIRISMO E DEDICAÇÃO NA BIBLIOTECONOMIA DO PARÁ**

*Ana da Silva Santos*  
*Valdenira Maria de Jesus Moreira*

### **1 INTRODUÇÃO**

A biblioteconomia no Pará tem o privilégio de ter em seu quadro profissionais atuantes que se destacam por suas contribuições à profissão e à sociedade. Dentre esses, desponta o nome de Ruthe Pinheiro Conduru Chelala<sup>1</sup> (1932-1974). Durante sua atuação como bibliotecária e como docente, deixou um legado importante<sup>2</sup>.

O propósito deste capítulo é apresentar a biografia desta bibliotecária e sua participação na história da biblioteconomia no estado do Pará. Relata a trajetória desta profissional que atuando como técnica e como docente se destacou entre seus pares pelo trabalho que desenvolveu no exercício dessas funções. Seu processo de formação coincide com a criação da Universidade Federal do Pará – UFPA, em 1957, onde mais tarde, tornou-se a primeira bibliotecária a ocupar o cargo de diretora da Biblioteca Central – BC.

A história de vida é uma fonte de informação importante sobre a prática profissional de um grupo que pode ser verificado a partir de relatos orais individuais de colegas ou outros sujeitos. Nessa biografia, busca-se reconstruir e descrever a trajetória de vida profissional de uma bibliotecária

---

<sup>1</sup> Por erro cartorário, a grafia deste último sobrenome aparece como Chalala em sua certidão de casamento.

<sup>2</sup> Isso se traduz nas obras que publicou, nas associações de classe que ajudou a fundar, bem como pelo papel importante que desempenhou na formação de uma geração de bibliotecários.

da UFPA. Sua elaboração baseou-se nos princípios da história oral conforme proposto por Alberti (2005, 2000), Amado (1998) e Thompson (2002) e, mais especificamente, de acordo com Bourdieu (1998) e Ferrarotti (1991), sob uma perspectiva biográfica.

A abordagem biográfica compreende histórias de vida enfatizando singularidades de um sujeito em um contexto coletivo. No mais das vezes, as biografias contam a vida de alguém depois de sua morte e é o que ocorre nesta entrada nominal. Em decorrência da partida brusca, procurou-se descrever, a partir dos relatos orais e da pesquisa documental, os fatos e eventos marcantes na construção da trajetória profissional de Ruthe.

Os procedimentos relacionados às fontes orais foram delineados pelos recursos de história oral, pois as informações baseiam-se na memória das pessoas entrevistadas. Haguette (1995) menciona que este fato pode representar uma limitação visto que a memória não se restringe unicamente aos eventos passados, ao contrário é ampliada e reformulada em vista das reflexões e experiências novas ocorridas no presente. Para contornar essa limitação, efetuou-se um levantamento de dados em fontes documentais complementando as fontes orais objetivando reunir os dados dispersos que registram a contribuição da biografada na consolidação da biblioteconomia paraense.

Diferentemente das biografias escritas durante a vida do biografado, a produção desta foi possibilitada pelos depoimentos fornecidos por indivíduos que compartilharam do convívio com Ruthe: parentes, amigos e colegas de profissão. E, portanto, baseia-se na memória, nos testemunhos e nas lembranças narradas pelos que tiveram a oportunidade de conviver com a biografada. Ocorre que, transcorridos 38 anos de seu falecimento, parte daqueles que possuíam uma proximidade maior com ela e que certamente teriam detalhes que viriam enriquecer sua biografia também já partiram<sup>3</sup>.

A reunião de tais reminiscências revelou uma riqueza de experiências.

---

<sup>3</sup> A exemplo de seus pais, irmãos, esposo, dentre outros.

E apesar de uma trajetória de vida breve, a mesma foi marcada pela intensidade com que foi vivida. Procurou-se descrever a partir dos relatos orais os personagens, fatos e realizações que distinguiram a vida pessoal, profissional e acadêmica dessa bibliotecária.

## **2 DADOS PESSOAIS E FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Ruthe Conduru Pinheiro nasceu no dia 21 de maio de 1932, em Belém (PA), e era filha caçula do professor José Maria Hesketh Conduru e da senhora Maria Antonieta (Mímica) Pinheiro Conduru. Com seus irmãos Maria Lúcia, José Maria e Renato formavam uma família unida e feliz. Pertencia também a uma família culta, tendo sido uma criança alegre, sensível, cativante, muito aplicada nos estudos e desde cedo demonstrava seu apreço pelos livros e pela leitura<sup>4</sup>.

Devido os acontecimentos que vieram a suceder-se, esse talento revelou-se de utilidade grande. Dona mímica tomou a si a missão de registrar em cadernos as memórias da família Conduru e, especialmente, sobre a vida de Ruthe. Os registros desse documento permitiram que Maristela, filha de Ruthe, tivesse uma lembrança permanente de sua mãe.

Iniciou seus estudos aos sete anos de idade quando foi matriculada no Jardim da Infância do Colégio Progresso Paraense, Escola Estadual de Ensino Médio e Fundamental Santa Maria de Belém atual. Em 1941, esse foi adquirido pelo arcebispo do Pará D. Jaime de Barros Câmara e transformado em escola só para meninos. Continuou então seus estudos, no quarto e

---

<sup>4</sup> Precisamente, percebe-se a influência de seu genitor, agrônomo graduado na primeira turma da Escola de Agronomia e Veterinária do Pará, com estudos de aperfeiçoamento na Suíça e França, autor de livros técnicos, e que possuía uma considerável coleção de livros que ocupavam um quarto da casa onde residiam. Sua mãe, mesmo sem possuir curso superior era uma pessoa que lia muito, tinha facilidade e sabia escrever bem; por vezes escrevia documentos para a família Conduru, que mesmo possuindo várias professoras, recorriam a ela para que redigisse o que fosse necessário.

quinto ano, em aulas particulares<sup>5</sup>.

No ano de 1945, prestou exames para o Colégio Santo Antonio, foi aprovada e nele cursou e concluiu o curso ginasial. Em 1957, frequentou e concluiu o Curso de Iniciação à Biblioteconomia promovido pelo Museu Paraense Emilio Goeldi – MPEG e Instituto Agrônômico do Norte, com o objetivo de preparar os auxiliares de bibliotecas que já atuavam nas bibliotecas locais. Nos mesmos moldes e sob a orientação de Ruthe, realizou-se outro curso, em 1960, desta vez dirigido a uma clientela e finalidade específicas, para atender os serviços do Centro Propagador das Ciências.

Participou ainda de um curso intensivo sobre “Trabalhos de Biblioteca”, que objetivava treinar o pessoal que iria organizar a BC da UFPA. Foi aprovada, em 1963, no primeiro vestibular do Curso de Biblioteconomia – CB da UFPA que ofertou 20 vagas. Dada a urgência de suprir o quadro de pessoal da biblioteca central alguns alunos foram enviados ao Rio de Janeiro para fazerem o curso de especialização do Instituto de Biblioteconomia e Documentação, Ruthe integrou esse grupo e só no retorno a Belém receberam o diploma de graduação.

### 3 ASPECTOS FAMILIARES

Conheceu, em 1968, Georges Wanis Chelala, funcionário da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – APLUB, e casaram-se em 28 de junho de 1969, seis meses após se conhecerem. A pressa dessa decisão justifica-se porque Georges iria trabalhar em São Luis, estado do Maranhão e chamou-a para acompanhá-lo. Seu genitor, homem de princípios religiosos e sociais, só permitiria que a filha partisse se fosse casada. Então, eles se uniram em matrimônio e partiram.

Passaram a residir em São Luis e tempos depois mudaram para

---

<sup>5</sup> A saber, com as professoras Almira Bordalo da Silva e Clotilde Pereira, respectivamente, mestras requisitadas pelas famílias daquela época pela formação completa que davam a seus alunos

Fortaleza, estado do Ceará. Nessas capitais, Ruthe trabalhou apenas como docente nas universidades locais. No retornou a Belém, em 1971, reassumiu suas atividades como docente junto ao CB da UFPA, enquanto seu esposo montou uma sociedade de projetos agropecuários e agroflorestais junto o cunhado José Maria Conduru. O ano de 1972 é marcado pela nascimento de Maristela Conduru Chelala, sua filha única, que hoje reside em outro estado.

Pelos relatos ouvidos depreende-se que o casamento foi bem sucedido. Formaram um casal bonito e uma família feliz. Segundo alguns, era difícil não conviver bem com Ruthe, pois sua alegria era contagiante, sua doçura e a maneira de tocar o coração daqueles com quem se relacionava era impar. Ao mesmo tempo era uma pessoa simples, de caráter forte e determinada na realização de seus objetivos.

#### **4 ATIVIDADE PROFISSIONAL E HOMENAGEM PÓSTUMA**

Ao terminar o ginásio decidiu trabalhar. Isso fez com que ela se aproximasse da atividade que viria a ser efetivamente sua profissão. Seu pai, que era professor de física da Escola de Agronomia e Veterinária do Pará, a Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA atual, conseguiu-lhe um emprego na Biblioteca Heráclito Pinheiro dessa instituição, onde trabalhou por algum tempo. Depois, prestou concurso no Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP para escrituraria, tendo sido aprovada e classificada para trabalhar no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR.

A criação da UFPA, em 1957, ensejou a criação da BC e, por conseguinte, do CB. Essas ideias surgiram de Clodoaldo Beckmann, professor de medicina da Universidade, que sentiu a necessidade de uma BC, porque os acervos das faculdades que deram origem à UFPA foram

por essa encampados. Então, criou-se uma BC completa,<sup>6</sup> mas persistia uma questão, pois não havia servidores para trabalhar.

Chamou-se então a professora Aracy Fiúza da Costa, da Universidade Federal do Ceará – UFC, para em um curso de três meses, selecionar pessoas para trabalhar como auxiliar de bibliotecas na UFPA. O edital para a seleção que constava de um teste de inglês atraiu mais de 100 pessoas das quais se selecionou 58. Elas fizeram o curso chamado Normalização dos Trabalhos de Biblioteca e as oito primeiras colocadas foram chamadas pelo reitor Silveira Neto para organizar a BC da UFPA.

Daise Maria do Nascimento, Lourdes Calheiros, Oneide Abud, Maria Lucia Pacheco de Almeida, Ruthe Conduru, Regina Ruth Pinto Mota, Margarida Martins Veloso e Tereza Lobato formaram o primeiro quadro de funcionários da BC inaugurada em abril de 1962. Em janeiro de 1963, realizou-se o primeiro concurso vestibular para o curso de biblioteconomia e esse grupo foi inscrito *ex-officio*. O diretor da BC, Clodoaldo Beckmann, iria precisar de bibliotecários para organizá-la e mais adiante para dirigi-la.

O curso de era de três anos, regulares. Contudo, o último ano precisou ser intensivo para que as cinco primeiras classificadas no curso seguissem para o Rio de Janeiro para fazer a parte prática e especializar-se. Fez-se isso no então Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – IBBD, hoje Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

Ruthe (Figura 1) fazia parte desse grupo e só quando ela e as demais retornaram em dezembro de 1965, já especialistas, é que receberam o grau de bibliotecárias. Logo em seguida, o reitor nomeou Ruthe como diretora da BC da UFPA. Isso para o período de 1966-1969 (Figura 2). Mais tarde, algumas e alguns desses alunos e alunas tornaram-se os primeiros professores efetivos do CB.

---

<sup>6</sup> Onde basicamente tivesse a parte da informação, dicionários, a documentação toda de referência, guias e manuais das especialidades, os guias bibliográficos, os abstracts, enfim, toda essa gama de informação textual e documental para o levantamento de informação.



Figura 1: Primeiras bibliotecárias do quadro da BC da UFPA; em pé, Ruthe é a 5ª. pessoa da esquerda para a Galeria dos diretores da BC da direita.

Fonte: Acervo pessoal de Maria Lucia Almeida; foto de 1967.



Figura 2: Foto de Ruthe na Galeria dos diretores da BC da UFPA.

Fonte: Acervo de Maria Lucia Almeida; foto de 1965.

Na celebração dos 50 anos da UFPA, comemorou-se também os 45 anos da BC com a realização de uma programação especial que incluiu inaugurações de serviços, visando conforto e facilidades aos usuários. Entre as solenidades, houve uma homenagem aos ex-diretores da biblioteca, onde cada homenageado ou seu representante recebeu um peso de alumínio fundido contendo a gravação de uma figura indígena. Ruthe Pinheiro Conduru Chelala figurou, como primeira bibliotecária a dirigir a BC, entre os agraciados<sup>7</sup>.

## 5 ATIVIDADES DOCENTES

Foi uma das precursoras e uma das primeiras professoras do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Pará, incentivada pelo prof. Clodoaldo Beckmann que desde então acreditava no potencial que ela tinha a desenvolver. Era uma pessoa inteligente, culta e com uma visão empreendedora pronta a grandes realizações.

---

<sup>7</sup> Na oportunidade, coube à Marise Conduru, sobrinha de Ruthe e bibliotecária da UFPA, receber a distinção.

O curso de biblioteconomia foi criado em 1962 logo após a instalação da UFPA, para suprir de imediato a necessidade de profissionais bibliotecários que iriam formar o primeiro quadro de pessoal da biblioteca central dessa instituição. Além disso, pretendia-se a partir da formação das primeiras turmas que alguns concluintes pudessem se especializar para atuarem como docentes do curso citado. Foi assim que os egressos da UFPA assumiram, em 1966, o ensino das disciplinas de caráter profissional, pois os professores das disciplinas técnicas vinham de outros estados<sup>8</sup>.

Desde então, o curso de biblioteconomia tem formado profissionais dentro dos parâmetros determinados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, que atuam dentro e fora do estado. Alguns desses bibliotecários alcançaram reconhecimento nacional tanto na academia quanto nos demais ramos de atividade relacionadas a informação, sobretudo por sua competência técnica, acadêmica e dedicação à profissão. Ruthe Chelala insere-se no rol dos que alcançaram destaque pelos motivos citados

## 6 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Demonstrou ser profissional competente que soube cumprir sua missão, o que é de fato inspirador para os bibliotecários. Sua atuação como diretora da BC e sua participação na efetivação do Curso de Biblioteconomia da UFPA, primeiro como aluna e depois como professora, serviram-lhe de fonte para as obras que escreveu, como em: CONDURU, R. *A documentação normalizada*. Belém: UFPA. Curso de Biblioteconomia, 1967. 41 p. (Documentos Didáticos; 3). Esse é um manual com orientações básicas para normalização de documentos visando valorizar a sua elaboração

---

<sup>8</sup> Desta maneira, resolveu-se uma situação que era a dificuldade de transporte, o que era muito oneroso quanto à vinda de professores até Belém.

e apresentação correta dentro dos padrões internacionais<sup>9</sup>. Contudo, é um documento baseado nas Normas Brasileiras.

É importante ressaltar que há 43 anos Ruthe já tinha consciência sobre a importância da apresentação da documentação normalizada de acordo com as normas brasileiras. Além disso, percebe-se o cuidado em mostrar que a padronização e a uniformização dos documentos por meio da normalização trariam benefícios para o autor, editor, o usuário e o técnico. Também, observa-se a preocupação de Ruthe com a carência de informações para normalização na UFPA ai destaca-se a importância do manual que pode ser consultado ate hoje (algumas seções) e suscita discussões.

Outras obras ela produziu em coautoria: CHELALA, R C.; LEITÃO, I. S. *A biblioteca central universitária* (Fortaleza: Imprensa universitária, 1972. 130 p.) e \_\_\_\_\_; CUNHA, A. M. M. da; GALVÃO, C. M. *A biblioteconomia no Pará* (Belém: UFPA, 1975. 95 f.). Essa primeira obra apresenta uma abordagem geral para tal modalidade de biblioteca e, a segunda, um estudo histórico e estatístico da biblioteconomia no Pará. Em ambas, as autoras questionam a situação deficitária das bibliotecas e a falta de profissionais qualificados. Finalmente, discorrem sobre a importância da relação ensino, bibliotecas e população<sup>10</sup>.

Desde sua graduação, foram quase 10 anos de dedicação e comprometimento com as atividades profissionais que exerceu. A se considerar as obras que publicou, poder-se-ia afirmar que nasceu vocacionada a tal *metiér*. Essas obras continuam sendo consultadas conforme se verifica nos trabalhos de Marise Conduru, Gesmar K. Barbosa e Clodoaldo Beckmann, dentre outros. Foi ainda o trabalho adotado pela bibliografia obrigatória no concurso recente para bibliotecário do Senado Federal.

---

<sup>9</sup> Segundo a apresentação deste folheto, a necessidade de escrever esse manual surgiu quando Ruthe foi convidada a orientar as alunas do curso de Serviço Social da UFPA, na preparação da monografia final.

<sup>10</sup> Especificamente no que se refere ao desenvolvimento cultural e educacional e destacam os movimentos associativos e as entidades de classe dos bibliotecários.

## 7 CONSELHOS E ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

É relevante a envolvimento da biografada com a biblioteconomia, o que pode ser comprovado pelas ações que concebia visando maneiras de fortalecer a profissão. Recém formada, empenhou-se em fundar associações de classe com a finalidade de reunir os profissionais bibliotecários. A primeira ação nesse sentido foi fundar a Associação Paraense de Bibliotecários – ASPABI.

Conforme revelado por Beckmann (2007), esta Associação foi uma idealização de Ruthe Conduru. Sua iniciativa tinha por finalidade congregiar aqueles que trabalhavam nas bibliotecas, fossem bibliotecários ou não. Nesse sentido, convidou os bibliotecários e os que exerciam atribuições relativas à biblioteconomia de outras instituições para participarem dessa associação.

Fundou-se a ASPABI em 05 de março de 1966, em sessão instalada e presidida pelo Prof. Dr. Clodoaldo Beckmann e secretariada por Maria da Conceição Klautau, e congregava, entre outros, os primeiros egressos do curso de biblioteconomia da UFPA. Nessa mesma data, ocorreu a eleição da primeira diretoria da Associação, por escrutínio secreto. Elegeu-se para presidente: Ruthe Pinheiro Conduru, para secretário, Daise Maria de Oliveira Nascimento e tesoureiro, Alda das Mercês Moreira da Cunha. Em 30 de abril de 1968, pediu licença do cargo de presidente, reassumindo suas funções em 27 de novembro de 1968 na nona reunião ordinária dessa associação.

Seu afastamento foi motivado pelas viagens de observação em bibliotecas, cursos de biblioteconomia, centros de documentação e indústrias americanas. Integrava um grupo de dez bibliotecários brasileiros selecionados pela Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários – FEBAB, sob a chefia da bibliotecária Laura Garcia de Moreno Russo atendendo um convite do governo dos Estados Unidos da América - EUA. O resultado prático dessa visita foi a inclusão do planejamento de palestras e conferências sobre o assunto a ser realizado para os associados da ASPABI com a finalidade de despertar o interesse nesse campo de ação.

Entre as realizações de sua gestão na ASPABI, está a organização de eventos que viabilizavam a troca de experiências entre profissionais, pesquisadores e estudantes. Viabilizou edições e venda de textos técnicos da área de Biblioteconomia, publicações que não se encontrava nas livrarias locais. Também, intermediou a oferta de cursos de especialização e aperfeiçoamento para complementar a formação dos bibliotecários.

Uma profissão é constituída por grupos de indivíduos que possuem a mesma formação, ocupação e interesses e sua consolidação necessita das regulações para seu exercício. Reconheceu-se a profissão de bibliotecário por meio da Lei n.º. 4.084, de 30 de junho de 1962, e regulamentada pelo Decreto n.º. 56.725, de 16 de agosto de 1965. É instituída também por suas entidades representativas: Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB e os Conselhos Regionais de Biblioteconomia – CRB<sup>11</sup>.

As regulações da profissão e a implantação do curso de biblioteconomia em Belém ensejaram a criação do CRB – 2<sup>a</sup>. Região (CRB-2). Mais uma vez a participação de Ruthe foi decisiva para o estabelecimento do CRB<sup>12</sup>. Tem sede em Belém e atualmente sua jurisdição abrange os estados do Pará, Amapá e Tocantins.

Foi a primeira bibliotecária registrada no CRB-2, sua inscrição data de 4 de dezembro de 1967. Em 15 de dezembro de 1968 foi eleita presidente deste Conselho e tomou posse em 02 de janeiro de 1969 pelo período de um ano, porém, no dia 26 de junho de 1969 pediu exoneração do cargo por motivos de transferência para outro estado.

---

<sup>11</sup> Este primeiro tem por missão orientar, supervisionar e disciplinar o exercício e a ética profissional no país; e estes dois, a de fiscalizar o exercício da profissão, impedindo e punindo as infrações à legislação vigente

<sup>12</sup> Criou-se este pela Resolução n.º. 4 (12 jun. 1966), que foi reformulada pela Resolução n.º. 151 (06 mar. 1976) do CFB, isso em decorrência da Lei n.º. 4.084 (30 jun. 1966) e do Decreto n.º. 56.725 (16 ago. 1965).

## **8 IMPORTANTE NÃO É O QUE SE COLHE, MAS O QUE SE SEMEIA**

No ano de 1974, acontecimentos trágicos entristeceram a família Conduru. Em abril, quando Ruthe, seu esposo e mais alguns amigos dirigiam-se à cidade de Cametá a embarcação em que viajavam naufragou. A única vítima fatal foi Ruthe, e seu corpo só foi encontrado dias depois. Esse acidente abreviou uma brilhante e promissora carreira.

Em 23 de junho desse mesmo ano, Georges Chelala e Renato Conduru retornavam a Belém, quando à altura de Mosqueiro um acidente envolvendo o veículo em que viajavam tirou as suas vidas. No mês de dezembro, faleceu o professor Conduru, genitor de Ruthe, trazendo um sofrimento enorme para D. Mimica por perder em tão pouco tempo dois filhos, um genro e seu esposo. Foi um ano difícil para todos da família, particularmente para a pequena Maristela, que ficou órfã aos dois anos de idade.

A se considerar o tempo curto em que atuou na profissão, destacou-se por uma atividade e participação intensa. Isso ocorreu tanto na consolidação da BC quanto na criação do CB da UFPA. Imprimiu sua marca enfrentando com esforço, inteligência e empreendedorismo os desafios que surgiram conquistando seu espaço por suas realizações. Sua história de vida foi marcada pelo trabalho, determinação e profissionalismo.

Ruthe foi uma bibliotecária carismática que contribuiu significativamente para a criação, institucionalização e da consolidação da Biblioteconomia na UFPA. Trabalhou com determinação e entusiasmo em prol da defesa dos interesses do bibliotecário e da firmação da biblioteconomia no Pará. Esse é o seu legado social.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

\_\_\_\_\_. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*: São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.

ASSOCIAÇÃO PARAENSE DE BIBLIOTECÁRIOS – APB. *Ata*: reunião de fundação da APB, 5 mar. 1966. Belém, 1966.

\_\_\_\_\_. *Ata*: primeira reunião extraordinária da APB, 10 abr. 1966. Belém, 1966.

\_\_\_\_\_. *Ata*: segunda reunião extraordinária para eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Regional de Biblioteconomia – (CRB-2), 16 ago. 1966. Belém, 1966.

BARBOSA, G. K. *Proposta de um programa de necessidade para ampliação da Biblioteca setorial Gladis W. do Amaral...* Porto Alegre, 2005. 133 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação: Biblioteconomia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

BECKMANN, C. F. R. *Para a história da UFPA: o ensino da biblioteconomia*. Belém: EDUFPA, 2007.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 181-191.

BRASIL. Lei n. 9.674, de 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, n.120, Seção I, p.1-2, 23 jun. 1998.

BRASIL. Decreto n. 56.725, de 16 de agosto de 1965. Regulamenta a Lei nº. 4084, de 30 de junho de 1962, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 ago.1965.

BRASIL. Lei nº. 4.084, de 30 jun. 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 02 jul. 1962.

CONDURU, M. T.; PEREIRA, J. A. R. *Elaboração de trabalhos acadêmicos: normas, critérios e procedimentos*. Belém: EDUPA/NUMA,

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologia qualitativa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia: problemas e práticas*, n. 9, p. 171-177, 1991.

MACHADO, O. *O curso de biblioteconomia da UFPA*. Belém, 1991. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação: Biblioteconomia)–Universidade Federal do Pará, 1991.

PINTO, A. do N.; SOUZA, S. H. dos S.. *Associação paraense de bibliotecários: evoluções*. Belém, 1995. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia)–Universidade federal do Pará, 1995.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

# **CHUJI GUALINGA, Mónica, 1973 - ... MUJER, INDÍGENA, KICHWA, Y EL RETORNO DE LOS TIEMPOS BUENOS DEL SUMAK KAWSAY**

*Guadalupe Rodríguez*

## **1 INTRODUCCIÓN**

Mónica Chuji Gualinga nació en 1973 y creció en el seno de la comunidad kichwa de Sarayacu, municipio de Puyo, provincia de Pastaza, en la Amazonia ecuatoriana. Su nación luchaba por sus territorios ancestrales, yendo contra a los colonos que en ellos entraban y, al mismo tiempo, contra a las compañías petroleras que empezaban a ingresar en aquella década. Sin ninguna duda, su pertenencia a la Amazonia ha definido su vida y marcado su trayectoria.

Además, Mónica Chuji está respaldada por una formación sólida como comunicadora. Por esta vía llegó a asumir importantes cargos políticos en el gobierno ecuatoriano. Así es como su formación y su compromiso personal se encamina a la defensa incondicional de los derechos humanos y de los derechos específicos de los pueblos indígenas, visión que impregna todas las tareas que acomete.

Con relación a la cuestión política, Mónica Chuji forma parte de la izquierda, es pluralista, participativa, abierta al diálogo, al consenso y también es solidaria. La misma se ha perfilado como una de las jóvenes mujeres amazónicas más destacadas en el panorama internacional de la actualidad. Así, relata que

El ejemplo de mi padre influyó mucho en mí. Mi padre fue el primer presidente de la comunidad y fue elegido porque era el único que hasta ese momento sabía leer, escribir, sumar, restar, multiplicar y dividir. Allí entendí lo importante que era estudiar, que era importante saber el idioma castellano para defendernos. Mi padre y mi madre siempre insistieron en que estudiáramos para que defendiéramos a la comunidad (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.).

Hoy, ella misma es madre y estos son los valores que, a su vez, transmitirá a sus hijos como legado.

## **2 TRAYECTORIA: MUJER, INDÍGENA, TRABAJADORA, POLÍTICA**

Con el paso de los años, la niña y más tarde la joven Mónica Chuji veía cómo los territorios iban reduciéndose. Cuando su padre reclamaba, nadie le hacía caso. Pero cuando la comunidad era la que se movilizaba como uno solo, entonces las autoridades escuchaban. Como explica Mónica (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.), “Esas experiencias me formaron en la firme convicción de que la unidad y la organización era la única forma de seguir manteniendo los territorios de la comunidad”.

Desde la comunidad ella escuchaba a una emisora de radio, que le dejó una huella profunda y le permitió darse cuenta de la gran influencia que tenía la comunicación en la vida de las personas. Esa toma de conciencia fue la que determinó su inclinación por una profesión donde pudiera hacer uso del hablar, de la palabra. “Pero también me di cuenta que tal como se escuchaba las noticias, a la Amazonia nunca se la mencionaba y me hacía pensar que no existíamos como personas y tampoco como región [...]” (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.). Se sostenía en su interior la voluntad personal firme de revertir esta situación y de que la Amazonia llegara a estar en la mente y el corazón de todo el planeta. No se equivocaba.

Mónica Chuji desde la juventud se sumó al movimiento indígena, al cual siempre estuvo vinculada. Tuvo la oportunidad de participar, como becaria, en el Programa de Formación Indígena de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, Ginebra, Suiza, y en el Instituto de Derechos Humanos Pedro Arrupe, Universidad de Deusto, Bilbao, España, 2002. También ha participado desde sus inicios en el Foro Permanente de las Naciones Unidas para los Pueblos Indígenas, y estuvo presente como delegada indígena a la Conferencia de las Partes, conocida como CO-15.

Se dio a conocer a la opinión pública de una manera más amplia en el momento en que fue nombrada, para su sorpresa, como Secretaria general de Comunicación del gobierno de Rafael Correa, al inicio del primer período presidencial. Un poco más tarde pasó a formar parte de la Asamblea que acometió la reforma de la Constitución del Ecuador, en el año 2008. En ese período, asumió la función de Presidenta de la Mesa de Recursos Naturales y Biodiversidad.

Se ha dicho que gracias a su participación en el proceso constitucional, el Ecuador dispone de uno de los textos constitucionales más avanzados en materia de derechos humanos, tal y como se evidencia en los artículos que se refieren al derecho humano al agua, al Buen Vivir o Sumak Kawsay y a la ciudadanía universal, entre otros (Constitución, Ecuador, 2008). A respecto, evoca Mónica (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.) sobre el proceso constitucional:

De manera aislada y como una acción política para apaciguar la movilización indígena y lograr el apoyo del sí se insertó el carácter del Estado plurinacional e intercultural de Estado, el Buen Vivir como fin del desarrollo, la economía solidaria y algunos principios como el de no privatización de los servicios básicos [...].

Pero, sobre todo, algo que llamó la atención a nivel internacional fue el reconocimiento de los Derechos de la Naturaleza. Éstos nacen desde la

visión indígena de que todo tiene vida en la naturaleza y tuvieron diversas interpretaciones.

En materia de derechos colectivos existió un retroceso. Eso en el sentido de que, aunque se pudo sostener lo logrado en 1998, la nueva constitución no llegó a ponerse a la altura de la Declaración de la ONU sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas “[...] como debía ser obvio [...]” puntualiza esa interlocutora (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.). No se pudo lograr porque, según su entendimiento, el presidente Correa veía una amenaza al consentimiento y el derecho del autogobierno.

Tras algunos meses de desempeño como Portavoz del Gobierno y en su cargo de Asambleísta, Mónica Chuji Gualinga cayó en la cuenta de que “[...] el gobierno se estaba rechazando [...]”. Eso la llevó a distanciarse del presidente Correa. Comenzó a considerarlo populista y a ver que estaba impidiendo cualquier posibilidad de oposición democrática. Llegó a calificar a su gobierno como “neoliberalismo con discurso de izquierda [...]” (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.). Y también criticó la destrucción deliberada de las bases sociales y su estigmatización, mientras que “[...] sólo trabajaba con aquellos que estaban de acuerdo con su proyecto político” (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.). Ahora demanda desde fuera del gobierno<sup>1</sup>.

Dijo, acerca de su renuncia, que esta estaba relacionada con su reivindicación del kichwa como idioma oficial. Por supuesto, la lengua es fundamental en las culturas de la humanidad. Sobre eso, ella manifiesta:

En la Asamblea propuse que todas las lenguas indígenas sean una prioridad para el Estado fortalecerlos y mantenerlos; y que las lenguas mayoritarias como el kichwa y el shuar fueran declaradas oficiales en las regiones o zonas donde se hablan mayoritariamente para que de forma paulatina la gente pudiera ejercer su idioma en el ámbito público [...] (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.).

---

<sup>1</sup> Precisamente según Chuji Gualinga (2011, entrevista, n. p.), un diálogo nacional “[...] honesto y sin condiciones que permita avances reales y respeto mutuo”.

Pero su alejamiento del partido del gobierno no ocurrió exclusivamente debido a la negación a esa propuesta, como se ha descrito más arriba, sino y sobre todo a la política de desconocimiento de los derechos colectivos fundamentales. Entre esos, ella destaca como la consulta previa y el consentimiento, el autogobierno indígena, la “transversalización” del carácter del Estado plurinacional y la criminalización a la protesta social frente a su política extractiva que no se diferencia de todos los gobiernos neoliberales.

Desde que se alejó del gobierno, Mónica Chuji dirige la Fundación Tukuishimi<sup>2</sup> y está vinculada a organizaciones indígenas como la Federación de Organizaciones Kichwas de Sucumbíos y la Confederación de Nacionalidades Indígenas del Ecuador – CONAIE. Por esa última organización, una de las de mayor peso dentro del movimiento indígena ecuatoriano, fue propuesta como candidata al Foro Permanente para las Cuestiones Indígenas de la ONU. Y eso en reconocimiento de la coherencia de su trayectoria.

## 2.1 LA MUJER AMAZÓNICA EN LA VIDA PRIVADA: COTIDIANIDAD Y TRADICIONES

Mónica Chuji es una joven mujer indígena que se ha situado a la luz pública. Aunque su juventud, su vida permite que se haga consideraciones diversas en torno a la mujer amazónica y de algunos temas estrechamente relacionados con esta región, tanto en Ecuador como más generalmente en la Pan-Amazonia. En la Amazonia ecuatoriana existen diez nacionalidades y cada nacionalidad es diferente y por ende las mujeres son diferentes.

En el caso de las mujeres kichwas, oriundas del Bobonaza, su carácter es fuerte y rebelde. Son trabajadoras, luchadoras y conservadoras culturales. “Pero también somos mujeres que tenemos algo en común: callar ante la violencia en la familia [...] (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.)” declara de manera algo crítica.

---

<sup>2</sup> Tukuishimi significa Todas las voces.

Asumimos los roles establecidos como naturales y cuándo una mujer cuestiona esa realidad, las mismas mujeres la tildan de carishina, o sea, que se parece a un hombre. Sin embargo, en los últimos tiempos esa realidad está cambiando porque cada vez hay más mujeres y hombres que empiezan a reflexionar sobre el papel de los hombres y mujeres y la toma de decisiones [...] (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.).

Así dijo ella, como que abriendo una puerta a la esperanza de cambios y con el compromiso que la caracteriza. Sin duda, es gracias a las mujeres como ella que se hacen posibles esas transformaciones sociales.

### **3 PRESENCIA, INFLUENCIA Y LEGADO DE LA MUJER AMAZÓNICA EN LA VIDA PÚBLICA Y EN LA ESFERA INTERNACIONAL**

Otra experiencia definitoria para Mónica Chuji se dio en la escuela. La discriminación palpable la llevó a cuestionar su identidad, “[...] pero valorando al mismo tiempo y siendo capaz de reflexionar el por qué su cultura parecía valer menos que la de las niñas colonas [...]” (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.). A pesar de que su país ha visto nacer a mujeres indígenas con una increíble fuerza histórica, el reconocimiento de estas figuras femeninas ha sido escaso y tardío. Seguramente, esa es una de las razones por las que es líder indígena. Pero declara que la única influencia que tuvo desde su infancia fue la lucha incansable de hombres y mujeres<sup>3</sup> al momento de resistir a la colonización

En todo caso, reconoce que algunas mujeres del movimiento indígena de su provincia influenciaron en su formación política militante, dejando su huella, sobre todo algunas que llegaron a ser dirigentes del área de la mujer. El diálogo y el debate son elementos que priman en las comunidades amazónicas y en general en las comunidades indígenas. Pero casi siempre domina la voz de los hombres.

---

3 De su comunidad y también de otras – todos ellos anónimos.

La mujer amazónica tiene pocos espacios de comunicación y de proposición a nivel nacional. Dice Chuji Gualinga (2011, entrevista, n. p.): “Personalmente puedo testificar que existen comunidades en que las mujeres tienen un papel muy activo; pero son muy pocas [...]”. Y plantea la importancia del debate, pensando precisamente en la posibilidad de que las pocas mujeres que tienen acceso a la palabra, que lo puedan hacer de manera contundente en sus comunidades, organizaciones y aun más, a nivel público.

De hecho, son contadas las mujeres amazónicas que han accedido a una formación académica, y de ellas solo dos o tres han logrado salir al escenario público nacional.

A nivel interno en las organizaciones la situación es diferente. Existe mayor asistencia a las reuniones, asambleas o congresos pero poca participación a la hora de exponer ideas. Pero en relación a décadas anteriores, las mujeres jóvenes empiezan a abrirse espacios gracias a la capacitación que van recibiendo de las propias organizaciones (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.),

relata sobre su experiencia. Un intenso camino queda por recorrer para alcanzar equidad en la participación. De momento las mujeres amazónicas están en proceso de concienciación y formación para lograr equidad con identidad. Y este es uno de los fundamentos de su trabajo.

A nivel de la Amazonía ecuatoriana, si bien existe una dirigencia regional de la mujer, no existe una agenda común y formal. Cada iniciativa sigue su proceso. Aunque coinciden en muchos temas, no ha habido coordinación. En los últimos dos años, la Coordinadora de la Coordinación de Organizaciones de la Cuenca Amazónica – COICA ha planteado la necesidad de una agenda regional de las mujeres indígenas de los nueve países, en base a un proceso de talleres nacionales realizados con cada regional. Es la primera vez que se empieza a realizar una iniciativa como esa.

En el entorno específico de la mujer, a nivel del Ecuador, existen por ejemplo varios logros en el ámbito jurídico. A su vez, esos sitúan el Ecuador

como uno de los más adelantados países en materia de legislación de derechos de las mujeres y derechos de los pueblos indígenas. En los últimos años se ha promulgado, modificado y expedido varias leyes tendientes a sancionar la violencia contra la mujer.

En su carta de renuncia, presentada a la Asamblea Constituyente ecuatoriana, decía Chuji Gualinga (2008, n. p.):

Pienso que una transformación democrática y pluralista de nuestro Estado y de nuestra sociedad debe pasar necesariamente por la descolonización de todas las formas de dominación, incluidas aquellas que se dan en nuestros propios espacios de debate y acción política, de tal forma que permitan construir un verdadero proceso democrático inclusivo, participativo, plural, autogestionado y dirigido por quienes históricamente hemos luchado por un futuro justo, equitativo y ecológicamente sano para nuestro tiempo y para nuestras futuras generaciones.

Su argumento revela una mujer de conocimiento y de posición muy clara acerca de los acontecimientos y de la realidad de su tiempo.

#### **4 DEFENSA DEL SUMAK KAWSAY**

“Me debo al movimiento indígena, me debo a la esperanza de construir el retorno de los buenos tiempos, del *sumak kawsay* [...]”, declaró Chuji Gualinga (2008, n. p.) en uno de los momentos más complicados de su vida política (Figuras 1, 2). “Me debo a esas voluntades que decían alguna vez que somos como paja de páramo que se la arranca y vuelve a crecer, y es pensando en esa historia, en esa memoria, en esos sueños, que he tomado esta decisión [...]”, completaba refiriéndose a la decisión de abandonar la Asamblea Constituyente de la que estaba formando parte en el 2008 (Chuji Gualinga, 2008, n. p.). Mostraba así, la fuerza del arraigo indígena a su propia identidad<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> También, mostraba a la tierra, a la madre naturaleza, a su propia lengua, a su cultura y tradiciones, al conocimiento ancestral, a su medicina; y el carácter amazónico.



Figura 1: Mónica en 2010.  
Fuente: Bartolinasblogspot.com,  
n. d.



Figura 2: Mónica hablando al público, en Quito, en 2010.  
Fuente: Miradoriu.org, 2010.

El “Sumak Kawsay” es un concepto kichwa que se ha creado a través de la práctica y alude a vivir en armonía, en plenitud, al buen vivir. El Sumak Kawsay es un estado del ser y estar de manera individual y colectiva en su entorno en el mundo. No es un producto, no es cuantificable, no es acumulable, no tiene un valor monetario, sino:

Significa la posibilidad de contar con una tierra y un territorio sano y fértil, manejado colectivamente; cultivar lo necesario y de forma diversificada; preservar, cuidar mantener limpios los ríos, bosques, el aire, montañas; una educación en base a valores propios y una comunicación constante; significa también regirse por un código de ética y el reconocimiento y respeto a los derechos de los demás. Además implica decidir de manera colectiva las prioridades de cada pueblo o comunidad (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.).

Los pueblos indígenas tienen una larga lista de reivindicaciones que se han convertido en altas prioridades en sus agendas de trabajo y reivindicación: el carácter inalienable, imprescriptible e inembargable de sus tierras y territorios; la defensa de la biodiversidad y de los ecosistemas, los recursos naturales, incluso los recursos del subsuelo, los minerales.

Estos mismos indígenas, igual que toda sociedad, poseen sus propias visiones del mundo, así como prácticas propias de convivencia, instituciones políticas, jurídicas, económicas y culturales también propias, además de los propios códigos de ética, principios y valores. A partir de todo esto, han creado modos propios de supervivencia, los que han mantenido hasta la actualidad, y que se transformaron en resistencia, en medio a tantas adversidades.

El tradicional Sumak Kawsay se consolida como concepto alternativo mientras la globalización contemporánea continúa con su carrera desenfrenada en dirección al crecimiento económico y al desarrollo. Es, pues, una opción para reemplazar a estas viejas nociones de desarrollo y crecimiento económico que nace en el contexto del pensamiento indígena, en un momento en que, precisamente como efecto del mismo “desarrollo”, el planeta se ha sumido en una gran crisis y se ahondan las inequidades, mientras todas y todos pagamos las consecuencias. Bajo esta visión, no se contempla como prioridad número uno y como principio y fin, la acumulación monetaria<sup>5</sup>.

El Sumak Kawsay es el objetivo central de los planes de vida diseñados por los pueblos indígenas. Se basa en los principios de la equidad, solidaridad, reciprocidad, disciplina, respeto, reconocimiento a la diferencia, conservación y, sobre todo, el reconocimiento de que somos parte integrante de la naturaleza, que somos parte de la biodiversidad y que desde esa perspectiva tenemos la responsabilidad de cuidar nuestro hábitat (Mónica Chuji, 2010). Es una concepción de la vida que cuestiona el individualismo, la búsqueda del lucro, la relación costo-beneficio, la utilización de la naturaleza, la relación estratégica entre seres humanos, la mercantilización total de todas las esferas de la vida humana.

Es una de las pocas ocasiones en las que en el mundo contemporáneo, una nación expresa una práctica de convivencia ancestral respetuosa con la naturaleza, con las sociedades y con los seres humanos, se posiciona de manera visible en el debate político. Esa realidad se inscribe con fuerza en el horizonte de posibilidades humanas. E, incluso, ocupa un lugar en dos textos constitucionales: el ecuatoriano y el boliviano.

---

<sup>5</sup> Lo que ocurre a partir de la explotación indiscriminada del hombre y de la naturaleza.

## **5 DEFENSA AMBIENTAL Y DE LA INTEGRIDAD DE LA AMAZONÍA: ROL DE LAS MUJERES**

Entre las cuestiones que abarcan el Sumak Kawsay, ocupa lugar de relieve la armonía de la naturaleza con el hombre. Pero el deseo de mantener intacta esta relación hombre-naturaleza ha planteado en la actualidad retos inmensos. La integridad de la Amazonia se ve afectada de manera muy acelerada, ya que anualmente se deforesta una cantidad sumamente alta a la agricultura. Así que, no sólo las empresas de monocultivo deforestan sino que los colonos y los propios indígenas también deben hacerlo porque cada vez más están dependiendo del mercado frente a la reducción de sus territorios.

Claro está que las empresas extractivas y las de monocultivo emplean miles de hectáreas, frente a las pocas que los indígenas pueden destinar para la chacra, al cultivo del café o hasta mismo otros cultivos, así como a la ganadería. El Ecuador, como los demás países amazónicos, es un país megadiverso. Además, todo el mundo conoce a la Amazonia como el pulmón del mundo. “Mientras tengamos este inmenso bosque, tendremos fuentes de agua dulce y oxígeno garantizados”, decía Chuji Gualinga (2011, entrevista, n. p.) en una entrevista. Y Chuji Gualinga (2011, entrevista, n. p.) dijo más: “Es importante que haya una conciencia mundial sobre el respeto y el cuidado de la cuenca amazónica”.

Los pueblos indígenas, en especial las mujeres, enfrentan actualmente retos muy complejos. Eso se da debido al avance de un mundo orientado al desarrollo de la industria, de los mercados, así como orientado al crecimiento, donde las industrias extractivas y el agronegocio avanzan sobre los últimos pueblos libres. De este modo coloca en peligro su supervivencia y vulnera de manera importante sus derechos fundamentales en la Amazonia. Como experta en el sistema de Naciones Unidas, Mónica Chuji se ha erigido en numerosas ocasiones como una voz autorizada y legítima en la defensa de los derechos de los pueblos indígenas.

Según la concepción de Mónica Chuji, fundamental es promover y profundizar una agenda regional de los 9 países, a fin de tener mayor presencia en el ámbito internacional. Pero no sólo la Amazonia, sino el planeta están en peligro por el modelo económico que promueve la explotación y la extracción de los recursos naturales para su exportación y uso industrial y de consumo masivo. Y no es casual, que muchos recursos naturales estratégicos codiciados hoy día por el capital transnacional se encuentran en territorios indígenas. Mónica Chuji es, junto al movimiento indígena ecuatoriano, partidaria de que se respete plenamente el derecho a la consulta popular en los sectores que se ven afectados por la industria minera y petrolera.

Hay cuestiones de inmensa importancia en la reivindicación de los derechos indígenas, que incluyen la definición de la propiedad comunitaria y ancestral, de derechos sobre los territorios, fuentes de agua y biodiversidad; así como la garantía de manejarse y desarrollarse autónomamente y fuera del mercado global. Todas esas propuestas acompañaron a Mónica Chuji en su recorrido por la Asamblea Constituyente, y continúan en su agenda personal y profesional. En este mismo contexto, ella junto a otros líderes indígenas ecuatorianos ha denunciado la criminalización de la movilización social por parte del partido en el gobierno.

El rol específico de la mujer en la defensa de la Amazonia ha sido muy activo. A nivel público, en las movilizaciones, las mujeres son las primeras motivadoras a tomar acciones de protesta y defensa, en realizar acciones simbólicas de resistencia. Pero a nivel más interno, en la comunidad, se mantienen en gran medida las costumbres de ancestrales en el manejo de las chacras tradicionales, el manejo de la agricultura tradicional o formas tradicionales de manejar la agricultura. La marcha de la Amazonia a Quito, que tuvo lugar en el año 1992 fue liderada por las mujeres amazónicas. Ese papel siguen desempeñándolo hasta la actualidad.

Además, algunas mujeres dirigentes participan a nivel internacional, en los foros, con las propuestas de sus comunidades y de sus organizaciones. En ellos proponen alternativas del Buen Vivir frente a la deforestación y como opción frente a la desaparición de la selva. Como alternativas económicas

plantea la agricultura orgánica, turismo sostenible, impulso de la ciencia y de la tecnología, uso de los conocimientos tradicionales indígenas para el beneficio colectivo. Orientación a recuperar la soberanía alimentaria, uso racional de la explotación, respeto de principios y derechos como el de la consulta previa, el autogobierno, participación real del movimiento indígena en el gobierno nacional.

## **6 CONCLUSIONES O ASPIRACIONES, RETOS PENDIENTES Y OPORTUNIDADES PARA LAS MUJERES AMAZÓNICAS**

El pueblo indígena ecuatoriano “[...] ha escrito páginas imborrables de resistencia, de dignidad, de valentía, retomará en algún momento el sentido del cambio con el que empezó su proceso de transformación. [...] El movimiento indígena lleva ya más de dos décadas resistiendo al neoliberalismo y cinco siglos resistiendo a la modernidad y al capitalismo” (Chuji Gualinga, 2008, n. p.). Y son palabras de la mujer indígena ecuatoriana que han retratado estas páginas.

De modo más particular, y enfocando en las mujeres amazónicas a las que se ha querido reflejar a través de su persona, estas desean que existan más mujeres activas en la organización, liderando procesos locales, regionales y nacionales; desean entrar en la política nacional de manera activa y propositiva. Desean asumir las riendas de la organización. Que haya oportunidades educativas para mujeres y hombres. Y que sus territorios o espacios de vida sigan manteniéndose sin amenazas.

Hacer de la equidad de género una realidad en las comunidades, así como en las organizaciones. Desean, además, que su nacionalidad se convierta en gobierno local, para que puedan decidir qué prioridades ejecutar, ya que en ellas las necesidades de las mujeres están presentes. Ya no desean negociar sus prioridades con los alcaldes ni otros entes, desean que su gobierno o su dirigencia interactúen con el gobierno central.

Quieren ver sus necesidades y demandas explícitamente incorporadas en las demandas nacionales. “Desean sobre todo que sus derechos individuales y colectivos sean respetados en el ámbito público como en el comunitario, es decir que la comunidad reconozca su aporte, se valore y haya más participación [...]” resume Mónica Chuji Gualinga (2011, entrevista, n. p.). “Y un deseo muy fuerte que tienen, es que se erradique de plano la violencia en la familia y que esta sea asumida como un problema social y de la comunidad y que la comunidad resuelva esos problemas [...]” (Chuji Gualinga, 2011, entrevista, n. p.). Como se ve, son varios los retos. Y tal vez sin tener plena conciencia, luchando por ellas, les marca el camino.

Son las mujeres las que en la práctica han sostenido el concepto del Sumak Kawsay. Éste, de hecho, fue propuesto por las nacionalidades de la Amazonia ecuatoriana en la década de los años iniciados en 1990 y desde entonces se ha ido socializando. Las mujeres aspiran al Sumak Kawsay en los tiempos actuales, lo que significa el ejercicio pleno de los derechos de las mujeres a nivel comunitario y, especialmente, a nivel público: es decir, más espacio público, mayor acceso a la educación, formación y participación en la organización. Ellas, incluyendo muy especialmente las mujeres diversas e indígenas, deben llegar a ser parte activa de la construcción de un nuevo estado plurinacional, erradicando el patriarcado estructural.

## REFERÉNCIAS

CHUJI GUALINGA, M. *Entrevista e intercambio sobre su trayectoria de vida y en la política dada a Guadalupe Rodríguez*. Quito, 2011. n. p. Archivo personal de GR.

———. *Carta de renuncia dirigida a Asamblea País y asambleístas constituyentes*. Quito, 15 sept. 2008.

ECUADOR: *CONAIE oficializa candidatura de Chuji al Foro sobre Cuestiones Indígenas de las Naciones Indígenas*. 03 mar. 2010. Disponible en: [http://www.fondoindigena.org/notiteca\\_notas.html?x=18367](http://www.fondoindigena.org/notiteca_notas.html?x=18367). Acceso en: mar. 2011.

ECUADOR. *Constitución del Ecuador*. 2008. p. 5, 33, 38. Disponible en: [http://www.ftp.unach.edu.ec/leyes/Nueva\\_Constitucion\\_del\\_Ecuador.pdf](http://www.ftp.unach.edu.ec/leyes/Nueva_Constitucion_del_Ecuador.pdf). Acceso en: mar. 2011.

*MÓNICA Chuji explica y propone el sumak kawsay en Oviedo*. Fotografías. 8 nov. 2010. Disponible en: <http://www.miradoriu.org/spip.php?article168>. Acceso en: mar. 2011.



# CONCEIÇÃO, Esmeralda Maria da, 1910 - ... E SUA NARRATIVA DA MISÉRIA DO MUNDO DOS FAZENDEIROS DE MARAJÓ

*Rosa Elizabeth Acevedo Marin  
Eliana Rodrigues Teles*

## 1 INTRODUÇÃO

Esmeralda Maria da Conceição é uma quilombola mais do que forte, tendo sido agroextrativista ao longo de muitas décadas e enfrentado lutas de sobrevivência as mais diversas, dentre as quais a expulsão junto com parentes e vizinhos de sua ocupação. Ela nasceu no igarapé Acará Grande, em Cachoeira do Arari,<sup>1</sup> Pará, no dia 11 de maio de 1910; portanto, em 2011, completou 101 anos. Nas primeiras frases pronunciadas quando se estabeleceu o diálogo com Esmeralda, ela mencionou o igarapé Acará Grande, perto do lago das Carobas, como o lugar onde viveu a infância.

Seus pais saíram do Campinho, povoado localizado no rio Gurupá, para ir ao igarapé Acará Grande, onde havia “[...] terras boas; bom de serviço” (Conceição, 2011, n. p.). O pai e a mãe – Antonio da Silva e Euzébia Maria da Conceição respectivamente – “[...] eram do Campinho”. Ali, tiveram mais filhos. A respeito, Conceição (2011, n. p.) recorda: “[...] minha mãe teve duas barrigadas de gêmeos, e nós éramos 13 irmãos ao todo”. A morte dos pais ocorre no igarapé Acará, “[...] na terra nova [...]” (Conceição, 2011, n. p.), onde os filhos ficaram<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Este igarapé desemboca no rio Arari e no trecho deste mesmo município.

<sup>2</sup> Ali, também ela viu nascer os netos, filhos da filha mais velha, Ernestina da Conceição; e da segunda, Maria Euzébia.

A narrativa desta quilombola<sup>3</sup> indica o modo como organizaram as unidades domésticas e retrata como se parecia o igarapé Acará: “[...] era como uma vila” (Conceição, 2011, n. p.). Ali, tinham suas casas Epaminondas e Agustinho, sobrinhos de Esmeralda, pois eram os filhos do irmão Luís Manoel da Conceição. Nesses anos e como posto por Conceição (2011, n. p.), o trabalho era na seringa (*Hevea brasiliensis* EUPHORBIACEAE), açai (*Euterpe oleracea* Mart.), roça de cultivos diversos<sup>4</sup>; “[...] juntavam semente de andirobeira [*Carapa guianensis*], urucu (*Bixa orellana*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*; var. *murumuru* Mart.) e tudo era vendido a cinco tostão”.

O igarapé Acará Grande era parte do território de pertencimento desses moradores e trabalhadores. Entretanto, todos passaram por um processo de expulsão, que teve início em 1972. Em 2008, quando se esteve na área, obteve-se a informação sobre “famílias expulsas” por fazendeiros<sup>5</sup> que contratavam pistoleiros armados para o serviço, e de que seu total seria de 28, mas logo esse número aumentou para 73 e incluiu famílias de outras áreas próximas<sup>6</sup>. A pesquisa perseguiu recompor: quais os nomes? Quem eram? De que lugares? De onde saíram? Para onde se dirigiram? O que fizeram?

Foi em tal contexto que Esmeralda emerge com uma memória ímpar e uma narrativa cheia de significados. Desde 1972, ela tem vivido em de Porto Santo, sendo que esse povoado fica à margem direita do rio Arari, no município de Ponta de Pedra<sup>7</sup>. E junto aos filhos, e sonha com o retorno: “Eu tenho vontade, se Deus me permitir, de voltar lá no Acará” (Conceição, 2011, n. p.). À exceção da perda da visão, ela apresenta uma saúde ótima e muita disposição, assim, por certo ela e os seus conseguirão alcançar isso.

<sup>3</sup> Para mais detalhes sobre a vida de Esmeralda, ver o artigo Santos (2008).

<sup>4</sup> Especialmente, de mandioca e macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz; *Manihot utilissima* Pohl).

<sup>5</sup> Dentre eles, Liberato Magno da Silva Castro, dos seus irmãos, Leopoldo da Silva Castro e Bertino Lobato; e Rui Conduru.

<sup>6</sup> Além da memória de Esmeralda, todo um grupo de pessoas antes expulsas participou da busca de informações sobre tais famílias e com o objetivo de precisar os dados.

<sup>7</sup> Muitas outras famílias buscaram refúgio nesse Porto Santo, nas cidades de Cachoeira do Arari e de Ponta de Pedras, em bairros de Belém, capital do estado e em casa de familiares dentro do próprio rio Gurupá.

Fez-se a pesquisa que subsidia este capítulo no contexto de uma outra pesquisa, em que se trabalhou com questões ligadas à territorialidade (Acevedo Marin *et al.*, 2008) e, ainda, em uma entrevista mais recente, realizada em 23 de abril de 2011. E do ponto de vista da metodologia, fundamentalmente, apostou-se no poder da narrativa (Martins, 2011), a qual é permeada por outras entrevistas. Por sua vez, tal produção a partir de um indivíduo revela, como posto por Alberti (2000), uma ligação com a questão da biografia, até mesmo porque valoriza a alteridade, o diferente.

O que segue a narrativa de Esmeralda sobre as vicissitudes vividas pelos moradores da fazenda Boa Vista e das terras do Caju, expulsos que foram por fazendeiros. Depois, tem-se uma contextualização sucinta da violência que grassa nas terras marajoaras e contra os quilombolas, pescadores, ribeirinhos, vaqueiros, roceiros. Então, apresenta-se algumas conclusões sobre a importância da narrativa de uma quilombola centenária acerca da violência que experimentou e observou e sobre os desdobramentos dessa sobre a comunidade quilombola.

## **2 NARRATIVA DE ESMERALDA SOBRE A EXPULSÃO DOS MORADORES DA FAZENDA BOA VISTA E DAS TERRAS DO CAJU**

A questão das terras na ilha Marajó é por certo anterior à ocupação portuguesa, pois ali os paleoindígenas certamente se enfrentaram em disputas por espaço e por recursos. Com a chegada dos europeus e notadamente dos portugueses, tais experiências não mais pararam e chegaram aos tempos atuais (Acevedo Marin, Teles e Araújo (2010; Almeida, 2006; Bettendorff, [1627-1698] 1990). A trajetória de vida de Esmeralda – que inclui a de seus parentes e vizinhos – é apenas um fragmento dolorido de tal realidade.

## 2.1 ESMERALDA MARIA DA CONCEIÇÃO FALA E JULGA O FAZENDEIRO<sup>8</sup>

A possibilidade de poder viver em uma área de terras com certa tranquilidade garantiu um sentimento de pertencimento ao lugar por décadas, o que Esmeralda (Figura 1) expressa muito bem:

[...] no Acará foi onde eu fui nascida e criada. Então eu pensava que fosse do meu pai e dos meus avós, que tem aquela demarcação, acho que muitos já viram, lá do Murutucu! Sempre como diziam meus pais e meus avos que eles diziam que do Murutucu, daqui até ali na beira do balde, lá no Gurupá, pega da boca do igarapé da Roça até onde as fibras [...] o mar [...].

Mas décadas depois chegou o tempo da expulsão, do exílio em outras terras e das carências que a situação impôs a tantas famílias, muitas delas chefiadas por mulheres apenas.



Figura 1: Esmeralda, com a idade de 101 anos.  
Fonte: R. Acevedo, 2011.

---

<sup>8</sup> Toda a narrativa a seguir apresentada é de autoria de Esmeralda (Conceição, 2011, n. p.).

Diariamente, Esmeralda acorda com o canto dos galos (*Gallus gallus domesticus*). A casa onde vive está localizada na margem do rio Arari – uma paisagem permanente que ela deixou de enxergar, pois perdeu a visão. No dia da entrevista, Esmeralda sentou na sua rede e fez uma narrativa sequenciada sobre os acontecimentos mais recentes: a sentença do juiz de Brasília que lhes retirou direito; compartilhou dos benefícios da safra coletiva: “Aqui na minha mão chegou R\$ 209,00!”; e, também, a mesma protestou: “[...] os meus filhos não tiveram direito de tirar um cacho de açaí!”.

Em campo, fez-se um esforço para estar nas reuniões em que sua presença é uma autoridade: em Cachoeira do Arari para depor em favor de Teodoro Lalor de Lima,<sup>9</sup> na audiência realizada em Cachoeira do Arari; na entrega do Relatório em 14 de dezembro de 2008, no sítio Bom Jesus do Tororomba; na reunião em Tapera, realizada no dia 21 de agosto de 2008, quando estavam presentes autoridades federais, estaduais e o Ministério Público Federal – MPF: “[...] eu falei, falei e falei direito pra eles”.

Veio uma conversa de que nós estávamos de parabéns, que íamos ser eleitos [...]. Essas palavras que eu lhe falei pra senhora lá de Gurupá, até hoje, iam me levar lá em Brasília, mas não quiseram. Você já viu né? E eu estou esperando.

O meu sobrinho, esse de lá do Gurupá, me contou que eles tiveram uma reunião mês de fevereiro ou de março. Era pra mim ir, mas no momento agora eu ando só com um sacrifício pra mim levantar [...]. Se o senhor Liberato tem esse direito, o que está acontecendo?

O fazendeiro surge na memória de Esmeralda e de outros entrevistados como usurpador da “terra dos Batista” e autor de negociações de terras que são contestadas, pois nelas haviam construído roças, plantado árvores frutíferas, aberto cafezais etc.

---

<sup>9</sup> Esmeralda recorda claramente sua participação na audiência do Teodoro Lalor de Lima: “Eu falei que tinha uma vontade para ir em uma Audiência, mas estou sem condição. Eu não enxergo não. Meu filho me levou na de Teodoro, em Cachoeira do Arari”.

Esmeralda situa a história da família Castro cruzada na sua própria trajetória, ao referir-se ao pai do fazendeiro que era um comprador de seringa:

Conheci o coronel Bertino. Eu vi duas vezes na Boa Vista. A Dona Leopoldina ninguém via porque daqui para cima (fala do rio Gurupá) é dos pretos. Meu pai apanhou quando Bertino quis demarcar as terras deles. Lembro porque eles queriam demarcar. Não conheci a Rui Conduru, que era dono do Caju. Essa era terra do Antonio Lima, depois morreu e foi perdido de jogo, da bebida e ele entregou a terra para o Rui Conduru[...]. O Liberato tomou conta, roubou, porque o dono que morava era filho da dona Micaela, o nome dele era Lorianio. Ele fez a casa lá porque arrumou família - eu conto desde o começo da vinda dele pra cá - comprou um vitela e um bezerro e construiu a vida pra cá. Depois que ele morreu, os filhos venderam a fazenda pro Dico Moraes.

Lá pelo Acará aonde eu tenho uma casa. Até as frutas, os piquiás<sup>10</sup> que eu plantei, os meus filhos não tem direito de juntar uma fruta! Eu já disse que se eu andasse eu ia pra lá, pra cima, perto das árvores. É minha, fui eu quem plantei! Seu fulano que não tem nada a ver com isso, né? O Liberato veio com as assinaturas dele. Esse traste morava pra qui pro pau enxuto. Ele pegou assinatura dos Castro morava aqui ele foi pra igreja e não sei pra onde assinatura dos nessa reunião que ia ter lá em Belém. Ele estava nessas arrumações desse nome dele tão querendo saber da onde ele tirou a assinatura dos quatro! Porque isso é roubo.

O Lino que morou la no Gurupa? Ah conheci muito! A mãe dele era Patricia Maria Maciel. Sabe o que?

Ele não era herdeiro, ele não tinha nada, a avó dele que era a Maria Macena, mas era prima, uma filha bastarda e eu não sei se ela tinha direito! Ele andou e andou até que pegou a direção de lá do Gurupá que ele foi administrador no tempo que o João Caniço veio ainda por ai.

O João Caniço é cunhado do Liberato é? Eu não sei o nome da mulher dele. Eu ainda não sei se ainda é viva.

---

<sup>10</sup> *Sacoglottis uchi* Huber.

Foi montar madeira, plantar açaiçal [...] viaja aqui pro Acará. Até esse meu genro trabalhou lá na escravidão! Que eles fizeram aquela derrubada nas matas pra pegar madeira! Tanto no terreno do Liberato, quanto no do João Caniço, mas como pobre sempre anda por de baixo dos pés do cachorro. Eles fizeram o que fizeram vieram e acabou com o primeiro.

Veio uns pessoal do Liberato pra fazer despejo. Não o que era mais o que eles queriam aqui comigo. Então eu morava aqui no Acará. Esse palmito foi jogado metade na maré. Mas eu disse pro Lino que o nosso só ia na maré. mas eu não sabia pra onde o dele estava indo, porque aquilo era roubo! não chegaram a me matar porque Deus é bom ! Até cachaça o Lino dava pros que trabalhavam com ele pra que criassem coragem. De todos os que fizeram isso só tem o Careca que mora lá em cima.

Tinha o Manoel Pereira. Foi ele que acabou vindo com pertubação pra nossa casa. O Lino era o chefe, era o terror! Vieram um 30 homens! Chegavam nas casas.. tinham uns que subiam pra amarrar lá em cima no pau, por cima do esteio. Eles expulsavam, pegavam a casa com tudo. Nós ficamos na rua! Se eu tivesse vista eu ia mostrar o lugar aonde eram as nossas casas. Ficamos sem nada na vida, pobre por debaixo da vala!

Os nomes, as palavras, os gestos<sup>11</sup> dos que realizaram o despejo foram citados por Esmeralda. Ela citou um tempo,<sup>12</sup> e aproxima o ano com as idades dos filhos e dos netos:

Olha, a minha filha mais velha quando eu saí de lá, eu não to certa da idade dela, mas a filha dela estava com sete anos. Eu tive seis filhos, dois homens e quatro mulheres. Tenho ainda três filhas que Deus me deu que é Sebastiana, Maria Zélia que mora lá na ilha, Fabriciana que mora no Gurupá e aquela é minha ççula. A Fabriciana está com 66 anos [em 2011]. Quando nós saímos de lá, ela já tinha quatro filhos. Quando nós

---

<sup>11</sup> Como jogar os alimentos que estavam nas panelas e as estratégias de derrubar casas, queimar casas derrubadas etc.

<sup>12</sup> Verão, inverno.

saímos de lá ele tava com 6 anos. Esse sofreu com febre, coitado, pela lama.

Foi no inverno, nós saímos de lá do centro pra ficar numa barraca na beira do igarapé coberta com palha de açai. Então nos não tinha pra onde andar.

A minha casa que ficou lá pra boca do igarapé do Acará. Até isso dizem que é deles [...].

Mas quando eles queimaram, nós tinha saído. Nós não tinha tirado nada, nem a tabua que eu comprei. Só tiramos a madeira.

Nós saímos, que o Liberato nos jogou. Não estou lembrando quantos anos faz. Temos 30 anos fora de lá. Fui eu com meus filhos e tinha dois netos doentes. Eles nos julgaram de lá. O primeiro foi Antonio João Caniço. As casas foram tombadas. Não tivemos tempo de jogar lá. Cortaram os esteios, puxaram com tudo. Nós ficamos na beira do Acará.

Nessa época eu já tinha três filhas e tinha três netos de Maria Euzébia, dois de milha filha mais velha de nome Ernestina da Conceição e da Preta já tinha três, de outro tinha quatro.

Foi um oficial de justiça que veio. Três soldados e mais 30 homens que ele juntou. Veio Lino, que era secretário de Liberato, Careca, Porfírio, que morava no Gurupá. Ele, Porfírio, saiu antes do despejo. Estava Gonzinha. Eram 30 homens. Foram parceiros dele. Eles não falaram nada. Primeiro tiraram a casa de Luis Manoel da Conceição, meu sobrinho. Depois vieram para fazer despejo dando tempo de saída. Deram oito dias. Nós éramos morador. A casa era nova, era nossa. João Caniço disse que davam embarcação e levariam para o seu terreno. Ficamos na barraca a beira do igarapé.

Uma pausa foi feita por Esmeralda para falar e refletir sua reação. Com filhas tendo criança recém-nascida, não tinha outra alternativa que falar dos direitos que não lhe eram reconhecidos e não foi buscar compaixão do autor do despejo que lhe ofereceu um “lugar” no seu “terreno”.

Foi o Setubal que nos deu agasalho. Fez barraca na ilha Setubal e de lá passamos pra cá.

Como outras famílias, Esmeralda buscou apoio na sua rede social e foi um compadre que lhe auxiliou por um período.

Mais tarde, a família conseguiu comprar um terreno em Porto Santo, onde a equipe de pesquisa a visitou e entrevistou. No relato, detalha como se fixou ali:

O nosso compadre Estevão foi que nos deu a moradia na casa dele, nós fizemos uma barraca lá até o dia que meus filhos compraram aqui esse terreno e essa terra lá do Antonio do Gado e hoje nós estamos aqui.

O Estevão morava bem na ponta da ilha. Primeiro, ele morava lá em cima, mas era rio, era uma ilha e depois que começou a secar que não dava mais pra passar, ele passou pra cá pra defronte dessa ilha da Malvina. Eu não sei se a casa grande dele ainda tá de pé. Agora que eu não enxergo eu não sei mais por onde vou... mas ainda tem um filho do velho Estevão que está morando aí, ele agora mora pra Ponta de Pedras.

Esse terreno era da cooperativa. Da Nela e do Ângelo, que eles nos doaram. Nós pagamos simplesmente a moradia.

Eu ainda fui lá, ainda fui chorar lá pro João Caniço lá na Boa Vista, porque nos deixaram debaixo da vala, sem direito de tirar um nada! Como era que eu podia viver com meus filhos? Passou uns três dias, eu fui lá, eu com esse meu genro: “Doutor como é que eu posso viver? O senhor me joga na rua. Me tirou de onde era meu, porque aquela casa fosse do jeito que fosse era minha! Me deixa sem nada na vida, sem direito de tirar uma fruta da terra pra eu me alimentar com meus filhos!” Ele disse que me levava pro terreno dele: “Eu disse não vou! Diante do nosso Deus que a minhoca do seu terreno não vai comer a minha carne. Já que o senhor me tirou do lugar de onde o meu pai me deixou, então nem a minhoca da sua terra vai comer da minha carne! Foi que ele nos liberou pra tirar um resto de açaí que tinha e que nós apanhamos.

Esmeralda foi enfática quando identificou os atos que estavam sendo cometidos e que ela e os demais expulsos se tornaram vítimas desse julgamento sobre o igarapé Acará Grande:

Lá no dia da demarcação que teve a primeira que teve essa confusão... O Lino foi um ladrão junto do João Caniço, cortaram, eles demarcaram pelo canto [...].

Durante décadas, Esmeralda tem vivido em Porto Santo, com os filhos, e sonha com o retorno: “Eu tenho vontade, se Deus me permitir, de voltar lá no Acará”. Nos rios Gurupá e Aracaju e no igarapé Bom Jesus do Tororomba, mais de 800 pessoas representadas pela Associação Quilombola do Rio Gurupá – ARQUIG também aguardam pela conclusão do processo administrativo técnico em andamento no INCRA<sup>13</sup>.

Todavia, as insistências da ARQUIG junto a esse órgão para agir e completar o processo continua se alastrando e a justificativa de paralisação dos trabalhos é o clima de tensão. Como posto por Acevedo Marin, Teles e Araújo (2010, p. 220), há possibilidade que o trabalho seja retomado por uma “[...] equipe técnica interdisciplinar de outra superintendência no intuito de evitar possíveis retaliações que poderão advir aos servidores desta Superintendência”. Mais: isso foi o que a Coordenação Geral de Territórios Quilombolas do INCRA de Brasília sugeriu em ofício de 07 de abril de 2010.

### **3 DISCUSSÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA QUILOMBOLAS**

A questão norteadora desta entrada nominal diz respeito à compreensão do poder de uma mulher quilombola – de centenas de mulheres – quanto ao território expropriado; ainda, como a sua ação e a de seus pares resultam em processos de territorialização; e também, como possibilitam a autoatribuição de uma identidade étnica.

Como parte desta identidade, a elaboração de critérios de pertencimento e de exclusão reconhecidos por eles próprios sustentam

---

<sup>13</sup> Deste modo, eles poderão acessar as várzeas e a terra firme do rio Gurupá expropriadas pelos fazendeiros.

a formação da comunidade étnica? Oliveira Filho (1994) parte de Weber (2009, p. 263) e argumenta que a comunidade étnica é uma unidade de ação que resulta de uma “[...] unidade em termos de vontade política”<sup>14</sup>. Nesses termos, os quilombolas em questão são uma comunidade étnica, pois têm lutado incessantemente por seus direitos territoriais e sua dignidade.

Também, tais quilombolas estão à espera da sentença final do processo Nº. 2008.39.00.011852-00, que corre na Justiça Federal no estado do Pará, originado na Ação Civil Pública – ACP que destacou os “[...] atos praticados pelo requerido [...]” (fazendeiro Liberato Magno da Silva Castro) de intimidação “[...] que provocam um clima de terror na região”. O MPF cita a audiência pública realizada no dia 21 de agosto de 2008, no povoado Tapera, no rio Gurupá. Nela, esteve presente Esmeralda, que testemunhou sobre os atos de violência de que foram vítimas.

Em Belém, no dia 11 de fevereiro de 2009, encaminhou-se a ACP para a Justiça Federal com pedido de liminar para que “[...] determinasse a retirada do fazendeiro e de seus prepostos, no território compreendido entre o igarapé Murucutu, no rio Arari até o igarapé do Caju, englobando os lagos da Estiva e das Carobas” (Ministério, 2009, p. 17). Ao terem conquistado tal vitória jurídica, os quilombolas organizaram a estratégia de coleta do açaí e da distribuição do lucro auferido com a venda deste produto entre os membros da ARQUIG, o que incluiu Esmeralda.

Em Brasília, no dia 5 de outubro de 2009, o juiz federal Rodrigo Navarro de Oliveira, do Tribunal Regional Federal – TRF da 1ª. Região, relator convidado para julgar o pedido de liminar interposto por Liberato Magno contra a decisão do juízo da 5ª. Vara Federal no Pará, decide deferir

[...] em parte, o pedido suspensivo para determinar que a atividade extrativa e de pesca da comunidade quilombola seja desenvolvida fora dos limites da Fazenda São Joaquim Agropecuária Ltda., isto é, no restante da região

---

<sup>14</sup> Tal noção não se explica pela descendência comum, a exemplo de lugar de origem, consanguinidade ou raça. Mesmo uma língua comum, religião, cultura ou mesmo visão de mundos semelhantes, não explicam a existência da comunidade étnica.

indicada pelo MPF, como tradicionalmente ocupada por aquela comunidade, ficando assegurada, todavia, a permanência do senhor Teodoro Lalor de Lima, na gleba que ocupa dentro da referida propriedade rural (TRF-1, 2009, n. p.).

Os argumentos dessa decisão são examinados por Acevedo Marin, Teles e Araújo (2010), que apontam que se desconsiderou o critério de autoidentificação das comunidades quilombolas e procede a desqualificar as categorias coletivas.

Precisamente, a posição da autoridade foi de duvidar da autoidentificação, quando escreve: “[...] famílias de supostos integrantes de remanescentes de comunidades de quilombo” (Moreira, F. L., 06 nov. 2009, p. 2, *apud* Poder, 2009). Também, o argumento não considera a situação de violência no território, isto quando os direitos étnicos e territoriais são direitos fundamentais e prescindem da previsão formal nas regras dos atos que o Estado tem que praticar para implementá-los. Esmeralda também indagou sobre o julgamento da ação civil e a intervenção do MPF para reaver o direito de usufruto com base em um sistema de uso comum dos açais das várzeas do rio Arari.

Inclusive, esta narrativa de Esmeralda Maria da Conceição compõe um dossiê sobre a impunidade que rege as relações sociais na ilha Marajó; sobre os antagonismos e interesses dentro do campo jurídico e o papel do judiciário como instância pública de resolução de conflitos; sobre a violência institucionalizada que faz de mulheres vítimas, mas elas se refazem como as donas de muitas palavras para julgar e de insurreição.

## 4 CONCLUSÃO

A biografia de Esmeralda é por certo mais complexa. Sua narrativa condenatória dos crimes de fazendeiros não é única, mas sim paradigmática quanto a tantas experiências similares na Amazônia, para não se falar de

tantas outras regiões. Pelo que a pesquisa revelou, o evento do deslocamento das famílias que viviam na margem esquerda do rio Arari foi marcado por intervenções violentas: queima de casas, destruição de chiqueiros, queima de plantações, roubo de alimentos etc. Essas práticas os obrigaram a abandonar as terras cultivadas situadas nas margens dos igarapés e lagos.

Na medida em que se intensificaram as ameaças e o deslocamento foi iniciado, eles buscaram possibilidades de preservar a integridade física das crianças, das mulheres, dos homens, dos anciãos. Significou encontrar alternativas, espaço físico para continuar vivendo e construindo espaços sociais e, deste modo, enfrentar a desestruturação da organização social e produtiva. Esmeralda, seus parentes e companheiro de vida continuam a apostar nas autoridades e esperam por soluções justas e efetivas.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN *et al.*, R. E. *Território Quilombola nos rios Arari e Gurupá: sistemas de uso, conflituosidade e poder em Cachoeira do Arari-Pará*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ; INCRA, 2008. 310 p.

\_\_\_\_\_; TELES, E.; ARAÚJO, M. A. T. Quilombolas do rio Gurupá e a judicialização da violência. In: ALMEIDA, A. W. B. de *et al.* (Org.). *Cadernos de Debates Nova Cartografia Social*, Manaus: UEA Edições, v. 1, p. 208-220, 2010.

ALBERTI, V. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC; FGV, 2000. 5 p. Disponível em: <[www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br)>. Acesso em: dez. 2011.

ALMEIDA, A. W. B. de. *Terras de Quilombo, “Babaçuais livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundo de Pasto...* Manaus: PPGSCA-UFAM/FFord, 2006.

BETTENDORFF, J. F. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no estado do Maranhão*. Belém: SECULT, [1627-1698] 1990. 697 p. (Coleção Lendo o Pará 5).

MARTINS, H. da M. La escritura narrativa y la emergencia de las voces sociales... *Psicologia Social*, v. 11, n. 2, 2011. Disponível em: <<http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/Article/850>>. Acesso em: dez. 2011.

OLIVEIRA FILHO, J. P. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: SILVA, O.; LUZ, L.; HELM, C. (Org.). *A perícia antropológica em processos judiciais*. Florianópolis: UFSC, 1994. p. 115-139.

PODER Judiciário – Justiça Federal de Primeiro Grau – Sessão Judiciária do Estado do Pará. *Processo Nº. 2008.39.00.011852-00 – Termo de abertura do 7º. v. dos Autos*. Belém: 5ª. Vara Federal, 17 nov. 2009.

SANTOS, K. B. dos. Trajetórias: trabalho e vida de mulheres no rio Arari e Gurupá. In: ACEVEDO MARIN *et al.*, R. E. *Território Quilombola nos rios Arari e Gurupá...* Belém: Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ; INCRA, 2008. p. 252-274.

TRF 1. Agravo de instrumento Nº. 01.000024116-9/PA. 6ª. Turma. 2009.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. v. 1. Brasília: Editora UNB, 2009.

# **CUNHA, Dercy Teles de Carvalho, 1954 - ... MEMÓRIA BIOGRÁFICA DE UMA LÍDER SINDICAL; XAPURI, AC**

*Marcos Montysuma*

## **1 INTRODUÇÃO**

Objetiva-se neste capítulo revelar aspectos ora identificados como memória biográfica da líder sindical de Xapuri, estado do Acre, Dercy Teles de Carvalho Cunha, a Dercy Teles como é conhecida. Nela, explora-se seus ideais políticos, que continuam em disputas quanto à visão de *desenvolvimento sustentável*, cujos conteúdos estão a marcar o cenário político recente do Acre. Em torno desse ideal, levitam modelos de desenvolvimento econômico pensados para a Amazônia. Como nos décadas de 1970-1980, teve-se enfrentamentos quantos aos usos da floresta, que consistiam na sua destruição para criar gado (*Bos taurus taurus*). E nesses, disputavam fazendeiros e seringueiros.

No início do terceiro milênio, ainda persistem disputas quanto aos modos de explorar a floresta. Ironicamente, o embate contemporâneo apresenta em disputas companheiros do mesmo campo político. Os fazendeiros perderam a condição de protagonistas para o governo do estado do Acre, que adotando políticas ambientais, vem estimulando e financiando o manejo de madeiras. Nesse sentido, os seringueiros representados por Dercy Teles, se encontram novamente no epicentro da questão.

Dercy Teles de Carvalho Cunha é filha de Silvério Carvalho Neto e Marina Teles de Carvalho. A líder sindical nasceu no ano de 1954, no seringal

Boa Vista, na colocação<sup>1</sup> Limoeiro, no município de Xapuri<sup>2</sup>. Lá residiu por quatro anos e depois sua família estabeleceu moradia na *colocação* Pimenteira, no mesmo seringal e onde vive, desde então, até os limiares do ano de 2011. Dercy reside nessa localidade há mais de 50 anos<sup>3</sup>.

Para elaborar esta entrada nominal, contou-se com as referências teórico-metodológicas apontadas pela história oral. A mesma consiste na escrita da história com base nos relatos gravados. Os relatos das pessoas são colhidos com um propósito claro e objetivo de discutir temas específicos, história de vida, memórias<sup>4</sup>. Depois da gravação o conteúdo é condicionado num acervo mensurável, para que pessoas interessadas possam ter acesso.

Também, devolveu-se o produto da entrevista (Cunha, 2006) que dá origem a esta entrada nominal à Dercy Teles e para as demais mulheres de Xapuri que participaram das gravações. Isso porque se entende que a pessoa que narra é quem exerce a primazia da ação<sup>5</sup>. A pessoa que escreve é apenas a articuladora da fonte, onde lhe cabe o papel de fazer outras análises com base no texto narrado.

A modalidade a que se chama de história oral é apenas uma convenção nominal,<sup>6</sup> mas que serve áreas distintas das humanidades<sup>7</sup>. A partir de 1950 e nos Estados Unidos da América – EUA, encontra-se práticas de história oral ligadas a acervos orais para subsidiar biografias de personalidades artísticas (Joutard, 1998). Assim o conteúdo gravado e arquivado pode servir de fonte e ser usado *a posteriori* na produção de biografias.

---

<sup>1</sup> Por colocação entende-se a localidade de moradia do seringueiro; usa-se esse termo os tempos iniciais do seringal na região do Acre. O sujeito que foi colocado num local, que foi distribuído, recebia uma colocação.

<sup>2</sup> O local fica distante da sede do município cerca de 18h de viagem a pé.

<sup>3</sup> Também, já fixou residência na cidade de Rio Branco e no interior do Amazonas. Mas retornou para o mesmo local em Xapuri, onde permanecem seus familiares, e continua morando na colocação Pimenteira, que é o local onde se sente bem.

<sup>4</sup> Aqui, a fonte em história oral é o conteúdo narrado que fica gravado.

<sup>5</sup> E, por discorrer sobre a questão eleita para falar, por onde exercita suas interpretações apresenta o conteúdo dentro de seu modo de ver o mundo.

<sup>6</sup> De fato, é um recurso metodológico – por excelência utilizada na escrita de textos acadêmicos.

<sup>7</sup> Não é demais apontar que na escrita de biografias e autobiografias, também recorreu-se aos seus usos.

Ao se escrever a história com base em fontes orais, e escrever história de mulheres, Salvaci (2005, p. 31) argumenta que “[...] o encontro entre a história de mulheres e a história oral fomentou uma espécie de contaminação recíproca, que afetou ambos os campos, o da investigação e da metodologia”. Já Ferraroti (1991) defende uma autonomia do método biográfico como um dos meios para compreender a sociedade<sup>8</sup>. Assim, entende as pessoas como representando um cosmos pequeno dentro da sociedade em que atuam.

Neste contexto, discute-se passagens da vida de Dercy Teles. Isso possibilita compreender aspectos significativos relativos ao seu mundo pessoal e no âmbito da sociedade. Também, ao mundo do seringueiro e à história recente do Acre.

## **2 ASPECTOS DA VIDA PESSOAL E POLÍTICA DE DERCY TELES**

Dercy Teles, assim como seus irmãos, foi alfabetizada pelo próprio em casa. Para obter os certificados escolares efetuou os chamados provões do supletivo primeiro grau. Depois frequentou algumas etapas em sala de aula para cursar matemática, literatura, língua inglesa, biologia, química, para depois fazer as provas do supletivo do segundo grau. Seu segundo grau foi obtido aos 30 anos, em janeiro de 1992.

Dercy Teles casou-se com Manuel Stébio de Cavalcanti da Cunha em cerimônia católica e civil no ano de 1982, separando-se nove anos depois, em 1991. Divorciou-se posteriormente. Do matrimônio com Manuel Stébio, Dercy Teles foi mãe de sua filha única aos 37 anos, a Tainá de Carvalho Cunha, que nasceu em 17.08.1991. Dercy passou por um segundo casamento com Francisco Amaro da Silva, no período de 1999 a 2008.

---

<sup>8</sup> De acordo com o mesmo autor, “Cada indivíduo não totaliza diretamente a sociedade inteira, ele totaliza-a por meio de seu contexto social imediato, os pequenos grupos de que faz parte” (Ferraroti, 1991, p. 174).

Em Xapuri, sua vida é marcada politicamente pela inserção nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB, no período que vai de 1978 a 1981; ajudou a fundar do Partido dos Trabalhadores – PT em Xapuri, em 1980<sup>9</sup>. Em 26.08.2011, filiou-se ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL. Sua gestão à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR de Xapuri (Figura 1) está marcada pelo equilíbrio financeiro, e pela retirada do nome da entidade do rol de devedores dos organismos do governo federal.



Figura 1: Dercy Teles sentada ao centro, com trabalhadores e crianças do seringal Filipinas.  
Fonte: Acervo de Dercy Teles, 2009.

Em sua trajetória de militância política, está exercendo a presidência do STR de Xapuri pela terceira vez, aqui se considera sua atuação como presidente, na conclusão do mandato do primeiro presidente do sindicato Luiz Damião. Atualmente, divide seu tempo entre a militância político-sindical e o trabalho de agente comunitária de saúde, nas matas de Xapuri. Dercy Teles (Cunha, 2006, n. p.) confessa ter descoberto que sua “[...]

<sup>9</sup> Onde militou até 1989, mas ressalta que continuou votando nos candidatos deste partido.

vocação não é pra área urbana, que não é feliz na zona urbana [...]”. De fato, gosta muito da zona rural, ou melhor, da floresta, porque foi no seringal que ela se criou<sup>10</sup>.

Como sinal da quebra de uma vida “tranquila” nos seringais, aponta que foi nos anos de 1970 que os seringueiros começaram a sofrer dificuldades, devido às mudanças ocorridas no *seringal tradicional*. Então, ocorreu a falência da exploração, em suas palavras, da “borracha nativa”. E foi em fins dessa década, que se começou a grilar os seringais, comprados e ocupados pelos pecuaristas das regiões sul e sudeste, para cobrir as terras com pastagens. Para tal fim, decidiram expulsar os seringueiros daquelas áreas.

Dercy Teles se forma politicamente no enfrentamento dos problemas que atingiram os seringueiros naqueles idos<sup>11</sup>. Relata que a certa altura fora convidada para ser monitora de um grupo de evangelização, na região onde morava. Aponta que até então levava uma vida sem preocupação, pois a partir do seu desempenho como monitora foi tornar-se delegada sindical. E depois, na transição de cargo, da primeira diretoria eleita do STR de Xapuri, composta por Luiz Damião, Chico Ramalho e Alberto Amorim, é que foi convidada a encabeçar a chapa, para concluir aquele mandato, entre 1981 a 1982.

Foi no percurso da passagem pela direção do sindicato que sua vida mudou. Ali trabalhou num projeto piloto de educação na zona rural, que implantou as primeiras escolas nas florestas de Xapuri, denominado Projeto

---

<sup>10</sup> Comenta ainda que “[...] adora a cidade para ir de vez em quando, fazer o que se precisa fazer na cidade: passear, curtir um pouco das coisas fáceis que a cidade oferece [...]” (Cunha, 2006, n. p.).

<sup>11</sup> Os problemas que ali surgiam estavam embutidos nos projetos agropecuários, que eram planejados e desenvolvidos pelos governos militares para a Amazônia. Estes projetos uma vez implantados na região de Xapuri, ao fazer as primeiras vítimas, logo desencadearam a mobilização dos povos da floresta. Ela destaca que sua entrada na luta dos movimentos sociais aconteceu a partir do final da década iniciada em 1970, quando iniciou o trabalho na igreja católica, seguindo as práticas da teologia da libertação, que mobilizava um laicato ativo, envolvido na execução de tarefas, antes dispensadas somente ao clero.

Seringueiro<sup>12</sup>. Nele, Dercy Teles trabalhou por cinco anos, onde contribuiu para implantar as duas primeiras escolas<sup>13</sup>.

No ano de 1986, Dercy Teles saiu do Projeto Seringueiro e em agosto de 1987 foi trabalhar no interior do Amazonas, também com seringueiros. Ali suas atividades se voltavam para o chamado Movimento de Educação Base – MEB, cuja ação vinculava-se à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB<sup>14</sup>. Foi naquelas paragens que compreendeu as dimensões do que chamava de inferno verde, porque era um lugar com muito mosquito (subordem *Nematocera*) picando, onde não havia sossego.

Em abril de 1990, retorna ao Acre, para trabalhar por quatro anos como funcionária da Fundação Cultural desse estado. Ao ser foi demitida em 1995, retomou para Xapuri. Nesse município, atuou num projeto da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX, numa ação politicoeducativa, mobilizando os seringueiros através do associativismo<sup>15</sup>.

Quando foi no ano de 2003, fez um concurso para agente comunitário de saúde da zona rural de Xapuri. Desde então realiza trabalho como agente comunitária de saúde. Em junho de 2006, concorreu às eleições do STR de Xapuri, sendo eleita presidenta. Esse mandato durou de 2006 a 2009. Depois, Dercy se elegeu para o mandato de 2009-2013.

Chico Mendes comentava quando era vivo que seus companheiros eram muito machistas e que não sabiam aproveitar o potencial da Dercy

---

<sup>12</sup> Então, a sua administração estava a cargo Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA, em consórcio com o STR de Xapuri, já sob a presidência de Chico Mendes.

<sup>13</sup> Daqueles idos rememora que valeram a pena as longas distâncias de doze, quinze horas, percorridas a pé, entre os diversos seringais que recebiam as escolas do projeto. Sua participação neste projeto, assim como a dos demais membros da equipe mudou a vida das pessoas atendidas.

<sup>14</sup> Relata que nesse período trabalhava com ribeirinhos, e dadas às características do lugar atuava numa realidade totalmente diferente daquela vivenciada em Xapuri.

<sup>15</sup> Conforme explica em suas palavras “[...] a minha tarefa era fazer educação cooperativista. E eu trabalhei até 1997. Nesse ano, concluiu-se o projeto e eu retornei para a colocação, para nossa colocação, onde estou até hoje. Plantando arroz [*Oryza sativa*], feijão [*Phaseolus vulgaris* – FABACEAE], mandioca [*Manihot esculenta* Crantz; *Manihot utilissima* Pohl] e criando galinha [*Gallus gallus domesticus*], porco [família Suidae] [...] fazendo de tudo um pouco” (Cunha, 2006, n. p.).

Teles. Isso na sua primeira estada à frente do sindicato<sup>16</sup>. Ela comenta que a opinião dos homens mudou, significativamente, em relação a ter uma mulher como presidenta do sindicato.

Além dos aspectos conjunturais que marcaram o enfrentamento do latifúndio em expansão, se apresenta uma questão principal que distingue o período passado e os limiares do ano de dois mil e seis. Historicamente, as lideranças políticas do sindicato negligenciaram na elaboração e execução de uma política de formação,<sup>17</sup> isso no mesmo perfil que Dercy Teles acumulou ao longo dos anos de militância. Não ocorreu nenhum trabalho visando formar novas lideranças, que apresentasse amplo grau de compreensão das questões políticas para longo prazo e em especial que envolvesse a presença das mulheres à frente das questões políticas<sup>18</sup>.

Ao seguir sua linha de raciocínio, Dercy Teles aponta ainda que um sindicato “[...] é um organismo de luta, é uma entidade que busca a organização de sua categoria. Principalmente no que se refere à política social, a política organizacional, em todos os níveis” (Cunha, 2006, n. p.). Na sua compreensão a ação política está tímida no seio da categoria por falta de atitude do sindicato para elevar a participação de seus sócios, que seus esforços caminham neste sentido.

Porém, ainda hoje, quando ocorre uma assembleia de trabalhadores rurais perdura a presença das mesmas pessoas da década iniciada em 1980 no debate. Não tem ninguém das gerações mais próximas que apresente um nível bom de compreensão política. Isso ocorre em função da concentração de poder que aconteceu no decorrer dos anos. E caracteriza um problema histórico de concentração de poder, de um grupo de pessoas,<sup>19</sup> que ao longo de vinte e quatro anos, conduziu o processo organizativo dos trabalhadores.

---

<sup>16</sup> Na oportunidade, ela concluiu o mandato do titular afastado Luiz Damiano.

<sup>17</sup> E com consciência da situação, que possibilitasse as demais mulheres seringueiras desenvolver massa crítica a respeito dos mesmos entendimentos das questões políticas e sociais.

<sup>18</sup> Mas a problematizar-se mais esta questão, ocorre uma dimensão maior na sociedade brasileira, em que os homens atuam, reprimindo, de varias formas, a participação política de mulheres nas instâncias de poder.

<sup>19</sup> Que ela derrotou nas eleições sindicais.

Este tem sido o ponto principal de investimento de Dercy Teles a frente do STR de Xapuri para mudar a realidade que herdou. Porque ela interpreta que após a morte de Chico Mendes, sempre houve um rodízio entre os membros de um determinado grupo de pessoas<sup>20</sup>. Isso impossibilitou a participação de outras pessoas/outros trabalhadores no processo de crescimento político. Isso foi muito ruim para o movimento sindical, pondera.

Dercy Teles interpreta que sob sua presidência a frente do STR de Xapuri ocorre a necessidade de contar com pessoas novas com compreensão política das questões de seu tempo. E principalmente, a considerar-se a história dos seringueiros que passaram pelo momento da perseguição dos fazendeiros, para que possam fazer um trabalho organizativo da categoria, para evitar tempos difíceis no futuro, mas não dispõe de tais quadros. A mesma está atenta ao fato de ter concorrido às eleições do sindicato, onde contou com um grupo de pessoas que tem disponibilidade, vontade de partilhar, mas não detem o entendimento político necessário para assumir a missão de direção que o cargo exige<sup>21</sup>.

A líder sindical confessa haver trabalhado muito para combater a hierarquia como algo imobilizador. Em sua percepção, foi isso que aprendeu após a morte de Chico Mendes. Essa liderança morreu e todo mundo ficou perdido, sem conseguir se achar. Isso reflete a carência de pessoas novas para atuar no movimento sindical. E com a capacidade exigida para assumir o comando do sindicato. Pelo que entende, isso é ruim no *metiér* político e na sociedade como um todo.

---

<sup>20</sup> Nos seguintes termos, quando um não estava atuando na direção do sindicato, está numa posição de mando na CAEX. Quando a pessoa não estava na cooperativa ela atuava na Associação de Moradores da Reserva Extrativista – AMOREX.

<sup>21</sup> Seu trabalho desde o período eleitoral consiste em insistir e discutir a importância da descentralização de poder, da democratização interna na distribuição dos cargos para executar os trabalhos no interior do sindicato. Por isso, enfrenta dificuldades que passam pela compreensão da figura da/o presidenta/e sindical. Considera que mesmo pregando e praticando a democracia interna e defendendo a mudança de paradigmas na sociedade, ainda perdura muito a compreensão sobre a centralidade da hierarquia.

A questão principal que vem preocupando Dercy Teles, que acredita deveria mobilizar os sócios do sindicato, diz respeito à economia rural. Ela entende que não tem alternativa econômica para os trabalhadores rurais nos modelos atuais. Interpreta que a discussão relativa à produção madeireira consiste numa questão complexa e sem muitas respostas aceitáveis. Apesar dos modelos que pregam a implantação do Plano de Manejo Madeireiro – PMM sob a ótica da sustentabilidade, Dercy Teles (Cunha, 2006, n. p.) se pergunta: “[...] mas com base em quê vão nos garantir a sustentabilidade do manejo madeireiro? Então é uma interrogação que fica no ar!”.

Para ela, enquanto não existir uma política que garanta mercado para os produtos extrativistas, os seringueiros e trabalhadores rurais estarão sob vulnerabilidade econômica. Nesses termos, a Reserva Extrativista – RESEX Chico Mendes está sob ameaça. Mas não apenas essa Unidade de Conservação – UC.

A expansão da pecuária no meio rural e em áreas de extrativismo é também um fenômeno que se apresenta como um desafio. Em sua interpretação, o seringueiro adotou a pecuária, por uma questão de necessidade. Apesar do pouco valor do boi, para os padrões do mercado nacional apresenta rendimento bom comparado aos produtos da floresta. É um produto que se desloca sem necessitar de estradas. Isso explica a expansão da pecuária na RESEX Chico Mendes.

Ao participar de reuniões no Conselho Deliberativo desta RESEX,<sup>22</sup> Dercy adverte que não adianta estabelecer PMM onde se inscrevem regras no papel, sem considerar os fatores que atentam contra a RESEX como unidade ecológica e social. Isso porque por meio de práticas cotidianas, orientadas em técnicas inadequadas para as florestas tropicais, se devasta de modo oficial, legal. Por isso, tem fazendeiros dentro da RESEX Chico Mendes. Mas tem também os pequenos produtores, que alegam praticar a pecuária por

---

<sup>22</sup> Nelas, interage com técnicos do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

necessidade. Apresenta-se a esses a pecuária como boa alternativa econômica, pois apesar da carne ter preço baixo, eles tem um produto que não estraga com boa demanda. Assim sustentam suas famílias.

Observando por este prisma, Dercy Teles assinala que o PMM se apresenta como uma *alternativa* sem a infraestrutura necessária<sup>23</sup>. E acrescenta que o pouco que existe não contempla todos os moradores da RESEX Chico Mendes. Por isso, defende que é importante discutir essas questões. Também, considera tal proposta uma contradição por não crer na sustentabilidade apregoada pelos técnicos.

Em sua visão quem se criou na floresta não precisa ser doutor para saber que tal sustentabilidade não é garantida. E com sua experiência duvida do PMM<sup>24</sup>. O STR de Xapuri tem um projeto de R\$ 150.000,00 aplicados em dois projetos de PMM, desenvolvidos em duas comunidades. E ao comparecer às reuniões ela apresenta sua opinião contrária<sup>25</sup>.

Esta presidenta enfrenta, na direção do sindicato, companheiros que utilizam o nome do Chico Mendes para se qualificarem na defesa do PMM. Segundo ela, esses afirmam que “[...] se Chico tivesse a oportunidade de viver, de ter conhecimento o que está acontecendo em Xapuri, no Acre, ele estaria felicíssimo. Porque os sonhos dele estão realizados” (Cunha, 2006, n. p.). Fato de que ela discorda, indagando: será que os ideais de Chico Mendes

<sup>23</sup> A mesma é falha, porque: não tem meios de transportar a madeira produzida; falta trafegabilidade durante o ano inteiro; e quando a chuva chega, as vias de acesso não funcionam.

<sup>24</sup> Assim se manifesta: “[...] a gente vive na prática, tem o conhecimento a partir da vivência com a floresta. Eu tenho no meu quintal uma madeira *aguana*, que ela tem dez anos, ela está *nessa espessura*. Eu acho que tem em torno, de no máximo, de 40 a 50 cm. Isso ela está no campo, recebendo toda luz. Dentro da floresta, ela vai competir com outras árvores, aí ela vai ter uma altura triplicada, mas uma espessura inferior às demais. Aí você vendo esses exemplos você duvida da sustentabilidade. Quando eles (técnicos e políticos) colocam um prazo de trinta anos, para a floresta se restabelecer e produzir novas árvores, eu tenho essa dúvida. Mas sou discriminada por contestar” (Cunha, 2006, n. p.).

<sup>25</sup> Argumenta que cada sujeito tem o direito de implantar o PMM na sua área; mas não existe experiência concreta provando que o mesmo é sustentável; e por não haver resultados concretos quanto à sustentabilidade, ela se posiciona contra. Argumenta ainda que se políticos/técnicos que defendem o PMM provarem o contrário, ela passará a defender tal sistema. Todavia, considera absurdo persistirem na aplicação dessa proposta manipulando as pessoas só para conseguir madeira certificada para o mercado consumidor.

realmente estão sendo colocados em prática, ou não é apenas um subterfúgio daqueles que fizeram da morte dele um modo de sobrevivência?<sup>26</sup>.

Pela convivência com Chico Mendes, ela destaca que ele pregava o extrativismo não-madeireiro. Principalmente, porque defendia a permanência da tradição, da cultura do seringueiro, com a melhoria da qualidade de vida. E segundo seu entendimento, Chico Mendes não aprovaria o manejo de madeira<sup>27</sup>.

Dercy Teles atribui a um funcionário do IBAMA o argumento que o PMM não deve ser administrado apenas pelo engenheiro florestal, mas deve ser compartilhado por geólogo, biólogo, antropólogo. Incorporando outros profissionais previne-se danos ao ecossistema e à sociedade humana. Segundo aponta, prevalecendo a visão do engenheiro florestal os fins ficam comprometidos, por estar mais preocupado com o lado econômico e técnico do PMM, do que com os aspectos sociais. É por isso que ela o considera uma ameaça à floresta<sup>28</sup>.

---

<sup>26</sup> Isto para facilitar o entendimento do que está por trás das palavras e das ações das pessoas. Na sua compreensão, depois da morte do Chico Mendes, as pessoas fizeram questão de dar evidência ao nome dele, mas no interior da floresta ninguém recebeu formação política que mantivesse a sua lembrança viva. A presidenta do sindicato destaca em seu entendimento, que para os setores que fazem do nome dessa liderança uma possibilidade de especulação, o líder seringueiro é bem lembrado, mas para os trabalhadores rurais ele morreu e a vida deles continua como sempre foi. Neste sentido, que Dercy Teles acusa a falta de um trabalho voltado para formar politicamente as pessoas

<sup>27</sup> Dercy Teles considera que, todavia, não existem dados concretos, que possam garantir a sustentabilidade por meio dessa prática. Defende ainda, que retirar uma peça de madeira na floresta, por si só já constitui uma prática devastadora. Afirma que sabe disso com propriedade, porque nasceu e se criou no seringal e tem experiência própria da vida acompanhando tais fenômenos.

<sup>28</sup> Nesse sentido, lembra que o sistema capitalista não está preocupado com preservação ambiental nem com a cultura do outro, mas com a expansão do capital. E quando se trata da indústria madeireira, o discurso da sustentabilidade perde sentido, porque o mercado quer sempre mais madeiras. Diante dessa assertiva, a líder sindical aponta seu modelo de manejo da madeiras, a saber: consiste no beneficiamento das árvores derrubadas pelo vento e caídas, ou aquelas que são cortadas para abrir roçados nos lugares onde se planta a agricultura de subsistência. No entanto, é impossível a vigência de tal panorama quando se trata de uma indústria que produz em escala. E por isso, tem-se uma ameaça permanente que pesa sobre as florestas.

Dercy argumenta que todos os estados brasileiros já tiveram florestas e, atualmente, os mesmos só tem florestas cultivadas com espécies de outros países<sup>29</sup>. E sabendo que o lema do capital é ganhar sempre mais, se preocupa com os seringueiros. Assim, diante das necessidades, é possível que eles se preocupem em “ganhar sempre mais” sem considerar os aspectos relativos à questão ambiental<sup>30</sup>.

Quando uma sociedade está preocupada apenas com o presente, as pessoas não podem imaginar, que em décadas, não existirá mais floresta. Nesses termos, para quem está hoje no colo da mãe, não poderá apreciar e desfrutar os produtos ali antes existentes. É com esses argumentos que Dercy Teles considera a pecuária e os PMM como ameaças e lamenta o cenário que se vê em Xapuri na atualidade<sup>31</sup>.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se, ao longo deste capítulo, apontar aspectos da vida da líder sindical e seringueira Dercy Teles, onde privilegiou-se aspectos de sua militância avaliados como relevantes. Em sua trajetória, percebeu-se envolvida numa série de refregas políticos, desde o período mais tenro de sua experiência. Compreende-se que seu processo de formação política teve início por intermédio das CEB. Depois, veio a militância sindical e, concomitantemente, a de caráter político partidário<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> Algumas até danificam o meio ambiente no Brasil, como é o caso do eucalipto (gênero *Eucalyptus*) e de um tipo de pinheiro (*Pinus* spp)..

<sup>30</sup> Ainda, considera que parte significativa das pessoas não pensa no futuro das gerações próximas, e que está preocupada apenas com o seu presente.

<sup>31</sup> Por seus cálculos, o local que foi o berço da luta de preservação da floresta conta com um cenário, onde 99,5% das pessoas defendem o manejo madeireiro. Dercy Teles se sente apenas uma, dentre as poucas pessoas que tem visão contrária a este modelo de desenvolvimento econômico para a região. E com a aprovação no Código Florestal atual, crê-se que ela tem motivos para temer o futuro das florestas.

<sup>32</sup> Primeiro nas fileiras do PT, o que preponderou até tempos recentes. Desde então, atua no PSOL, cuja filiação ocorreu, conforme apontado, no ano de 2011.

É de considerar-se que seus confrontos políticos, à frente do sindicato que dirige, num momento inicial situaram-se no campo do enfrentamento aos fazendeiros. De onde considera-se que saiu vitoriosa, em que pese na conquista ter perdido o companheiro de militância Chico Mendes. Nos dias atuais, a disputa situa-se em torno de um modelo de desenvolvimento econômico para a Amazônia. Ainda, crê-se que no Acre ocorre um embate peculiar sob a hegemonia de atores que outrora se defendiam dos fazendeiros.

Precisamente, o confronto ocorre entre companheiros dos mesmos grupos que pensam possibilidades de usos da floresta, dentro do chamado campo da esquerda. Nessa empreitada, saiu vencedor o setor, que sob amparo do Estado, defende a exploração da madeira, que ganha conteúdo técnico/científico por meio dos chamados planos de manejo de madeira. Está nesse campo o ponto em que reside a discórdia entre Dercy Teles e seus companheiros políticos de militância antigos em defesa da floresta e da cultura seringueira.

Para Dercy Teles, a floresta encarada nestes termos assim como a cultura seringueira terá um fim, em breve, previsível. O mesmo pode ser de no máximo 30 anos, resguardadas sob o manto da lei. Ao serem considerados essenciais, tais aspectos em seu discurso e em sua vida, que se procurou privilegiar neste estudo biográfico mais o uso de suas ideias, do que propriamente aos fatos em si.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Dercy T. de C. Entrevistas gravadas sobre sua experiência pessoal, profissional e política dadas a Marcos Montysuma e à Tereza Almeida Cruz. In: *Projeto visões de gênero na utilização dos recursos ambientais na Amazônia: uma ponte entre Acre e Tocantins (1964-2006)*; financiado pelo CNPQ. Xapuri, dez. 2006.

FERRAROTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. *Sociologia – Problemas e práticas*, n. 9, p 171-177, 1991.

JOUTARD, P. *História oral*: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 43-63.

MONTENEGRO, A. T. *História metodologia memória*. São Paulo: Contexto, 2010.

MONTYSUMA, M. Um encontro com as fontes em história oral. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXII, n. 1, p. 117-125, jun. 2006.

SAVATICCI, S. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n 1, p. 29-42, jan.-jun. 2005.

# FERREIRA, Maria Hyluisa Pinto, 1917-1981

## BIOGRAFIA DE GLÓRIA

*Alexandre Cunha*

### 1 INTRODUÇÃO

Glória foi uma modernizadora, atuou na área de saúde, na assistência social, na nutrição, na culinária e na política. Ao mesmo tempo, a década de 1950, quando se inicia a atuação de Glória enquanto profissional, humanista e política, é uma fase importante para o mundo, para a região amazônica e para Curuçá-PA. Ela nasceu em Belém, em 29 de julho de 1917, com o nome de Maria Hyluisa Pinto Martins, mas por toda a sua vida só foi conhecida por Glória. Sua mãe foi Francisca Moreira Martins e seu pai o português João Martins Pinto<sup>1</sup>.

Viúva, Francisca foi trabalhar como doméstica na casa dos Guilhons membros da elite paraense e de ascendência francesa, que a amparou nessa necessidade súbita. Ai conheceu Agostinho das Neves, com quem se casou e teve um filho<sup>2</sup>. Agostinho das Neves era natural de Vigia, PA e homem de confiança na administração das propriedades da família Guilhon, muito especialmente de Orlando Guilhon. Assim, foi trabalhar em propriedades suas em Ourém, PA, para onde junto com Francisca, levou toda a família. Na juventude e em Ourém, o primeiro trabalho de Glória foi como professora.

---

<sup>1</sup> Segundo declarações de Glória, ele morreu nos seringais da Amazônia, deixando órfãos Glória e seus irmãos gêmeos João Pinto e Joaquim Pinto. O primeiro tornou-se o escultor mor do século XX na região e, o segundo, desenhista e pintor importante.

<sup>2</sup> O Raimundo Moreira das Neves que foi funcionário do Ministério da Agricultura – MA.

Mais tarde, Agostinho Neves e Glória tornaram-se funcionários do Ministério da Agricultura e foram para Curuçá trabalhar em um Campo de Agricultura, em uma Colônia Agrícola, situada na estrada Curuçá – Abade. Glória morava na avenida 15 de Novembro, em uma casa que dava fundos para o quintal da residência de Lourença Cabral das Neves, mãe de Manoel do Carmo Ferreira Filho. Com essa proximidade, ela e Manoel do Carmo iniciaram um romance e em 28 de setembro de 1943 casaram-se em Santa Isabel – PA. Do Carmo estava com 30 anos e Glória com 26 anos. E Glória ali vivia, pois fora transferida pelo MA. Note-se que antes do casamento, o pai de Do Carmo morreu e o enlace teve que se adiado<sup>3</sup>.

Até então, Manoel do Carmo morava com seus pais no lugar denominado Cabeceiras, localizado entre o Km 58 e a vila de Boa Vista, em Curuçá. Cabeceiras era o porto de embarque da canoa do capitão Manoel do Carmo dos Santos Ferreira; nesse trecho, o Rio 58 recebia água do mar e de lá saía-se em direção ao oceano e à Belém. A família tinha uma casa na cidade, localizada na praça Saldanha Marinho, mas que ficava fechada<sup>4</sup>.

Ao casarem Manoel do Carmo e Glória foram morar na localidade de Cabeceiras, onde ficava a casa dos pais de Manoel. Depois, mudaram-se para um sítio denominado Rio Quente, situado à margem da rodovia

---

<sup>3</sup> Sobre isto houve um fato interessante narrado por Do Carmo. Manoel navegava na canoa de seu pai, a Cristovina, que era uma freteira com que se fazia a linha Belém-Curuçá-Belém, mas chegando até o Marajó, isso antes da estrada de rodagem Castanhal-Curuçá implantada em 1937. Certa vez, ao parar em Icoaraci, Manoel resolveu consultar um vidente chamado Zizi que jogava cartas. Queria saber se seu casamento daria certo. Zizi jogou e disse que era com essa moça que iria casar-se só haveria um atrapalho, que adiaria o casamento. Esse problema foi a morte de seu pai Manoel do Carmo, que adiou o casamento.

<sup>4</sup> Aliás, como era costume nos tempos coloniais brasileiro; então os senhores moravam em suas propriedades no campo, as casas da cidade ficavam fechadas e eram ocupadas somente nas festas ou outras vindas à cidade.

Castanhal-Curuçá, aproximadamente três km da cidade de Curuçá. Ali, os dois construíram uma casa,<sup>5</sup> mais próximo da estrada, cerca de 15m<sup>6</sup>.

Glória dedicava-se às tarefas domésticas e, além das criações de aves e animais no terreiro, para ajudar o esposo Manoel do Carmo participava da roça. Nela, plantava e carpia, pois casando, abandonara o emprego público federal ao nível de escrituraria datilógrafa. Na cidade, era professora, culinária, confeiteira.

Logo, como voluntária e por indicação da prefeitura de Curuçá, Glória foi para Belém em 1946 fazer um curso de enfermagem e obstetrícia de nível médio, promovido pela Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará e com estágio na Santa Casa de Misericórdia. Então, ela habilitou-se em saúde pública, obstetrícia, enfermagem e clínica, vindo a ocupar funções que lhe ensinaram galgar, mais tarde, a chefia da Unidade Mista de Saúde de Curuçá – UMSC. Ao retornar, Glória dedicou-se ao atendimento voluntário e gratuito da população<sup>7</sup>.

---

<sup>5</sup> Da sala, descia-se a uma varanda ampla acimentada, que era seguida por uma cozinha, com fogão a carvão e lenha e um girau para lavagem das louças e tratamento dos alimentos. Esse segundo corpo da casa tinha as paredes de taipa rebocada e pintada. Na frente da casa, flores formavam o jardim (com papoulas (família PAPAVERACEAS), crótons (*Codiaeum variegatum*) e rosas (família ROSACEAE) com desenhos de pedra, pelas laterais, salvando o quintal com criações; e arvoredos frutíferos tomavam conta (com laranjeiras (*nome científico da espécie*), mangleiras (*Mangifera indica* L.), murucizeiros (gênero *Byrsomina*), goiabeiras (*Psidium guajava* L.) etc.), muitas vezes chegando próximo das janelas em um paisagismo ao qual Glória dedicou toda a sua vida, tanto no cultivo como na difusão. De fato, ela deixou discípulos na ornamentação vegetal como Odinéa, uma das suas muitas afilhadas e filhas de criação.

<sup>6</sup> O corpo principal erguia-se sobre um alicerce de pedra e toda edificada em madeira, com paredes de tábuas verticais unidas por ripas que formava um desenho bonito. O acesso frontal era por degraus de madeira que introduziam uma sala assoalhada ampla, ladeada por dois quartos, um para o casal, o outro para os agregados.

<sup>7</sup> Isto ocorria ou em sua casa ou nos locais mais longínquos onde era chamada, levada de todos os meios de transporte; e em qualquer horário e sob quaisquer condições. Precisamente, a pé, de canoa a remo, de moto, em bicicleta, a cavalo, carros dos mais variados tipos; também, sol a pino ou chuva torrencial da madrugada ou de qualquer hora.

## 2 A CONSOLIDAÇÃO DE UMA VIDA VOLTADA À MODERNIZAÇÃO

Foram bastante difíceis os primeiros momentos da trajetória de Glória como profissional da área da saúde. Mas ela soube superá-los, o que mais tarde lhe garantiu a entrada no campo político. Ainda, a mesma pautou sua vida por ações humanitárias.

Então, a situação da saúde pública em Curuçá era a seguinte: na obstetrícia, havia parteiras nativas, que submetiam as mulheres aos constrangimentos mais diversos etc. A população acreditava em suas práticas médicas nativas, apesar de insucessos<sup>8</sup>. Assim, não confiavam nos conhecimentos e práticas novos que Glória trazia e a colocavam à prova<sup>9</sup>.

Mas, aos poucos, ela foi conseguindo reconhecimento, respeito e depois agradecimentos. Dessa maneira, os partidos políticos a procuraram para que se lançasse vereadora, até porque tinha um trabalho social reconhecido (Figuras 1-2). Em 1954, ela disputaria seu primeiro pleito como candidata à vereadora pelo Partido Social Democrático – PSD, sendo então a mais votada. Essa condição se seguiu nas três legislaturas em que disputou, precisamente, de 1954 até dezembro de 1964.

---

<sup>8</sup> Um senhor uma vez disse: “[...] antes de Glória, muitas mulheres morriam de parto [...]”, principalmente por hemorragias, por posição problemática do feto ou ataques de albumina.

<sup>9</sup> Por exemplo, uma vez em que foi atender uma parturiente na localidade Mocajubinha e enquanto realizava o parto no quarto, lá fora o marido afiava uma faca para justicar em caso de insucesso.



Figura 1: Glória em um Clube de Mães – CdeM,<sup>10</sup> em 1959.

Fonte: Acervo da família de Glória.



Figura 2: Glória em reunião política em 1973. Fonte: Acervo da família de Glória.

Desde a época em que Glória morou em Rio Quente<sup>11</sup> e junto com Manoel do Carmo, o casal começou a criar pessoas. Desde Cabeceiras, tinha vivido com ela Neuton, conhecido como Cacheado, que fazia companhia à Glória, dado as viagens para o mar de Do Carmo. Além disso, essas pessoas ajudavam nas diversas tarefas de casa. Um aspecto interessante, é que Glória e Do Carmo, sempre educaram escolarmente e profissionalizaram as pessoas que criaram em sua casa<sup>12</sup>.

Por volta de 1956, Do Carmo recebeu uma proposta para que comprasse na cidade de Curuçá o “Bar Copacabana”. Desse modo, ele e Glória, juntamente com a família, mudaram-se para a cidade, vindo residir na casa da Praça Saldanha Marinha com 21 de novembro. Nesse local, morava Lourença, mãe de Do Carmo, junto a dois netos seus Darwin e Candido, filhos da filha Ermita.

<sup>10</sup> Mães fundadoras do CdeM: da esquerda para a direita: Lília Rocha, Glória, França Cunha, Jacira Numes.

<sup>11</sup> Mãe de Glória, Francisca e seu padraсто Agostinho, moravam com ela em Rio Quente. Em 1955. Francisca adoeceu gravemente e veio a falecer. Houve um féretro triste e concorrido em Curuçá, onde ela foi enterrada. A mesma abriu a cova que hoje abriga Glória e seu esposo Manoel do Carmo, além do seu padraсто Agostinho.

<sup>12</sup> Ainda, para quase todos arrumaram os empregos que desfrutaram até hoje. Isso certamente devido à influencia política de ambos.

O Bar Copacabana, além do ramo, era armarinho, vendendo cafezinho, cachaça, gêneros alimentícios, enlatados, perfumes etc. Muitos pescadores recém chegados das praias, após tomarem um banho e vestirem a roupa limpa, passada e engomada, se dirigiam ao bar. Ali, compravam vaselina, que após diluírem nas mãos, passavam nos cabelos para assentar e brilhar os rebeldes, e o mesmo faziam com a mutamba, perfumavam-se, não sem antes tomar um trago para dar coragem na conversa com a namorada ou na dança em festas<sup>13</sup>.

Em certa época, o bar passou a vender calçados, confecções e até instrumentos musicais. Ainda, sob a orientação de Glória e a responsabilidade de uma farmacêutica de Belém, mantinham duas ou três prateleiras com medicamentos para a venda. Era desse estoque que Glória se utilizava para também atender à população necessitada do município e arredores.

Ao mudar para a casa de Lourença, a sogra, Glória construiu um reservado em um dos cantos da sala ampla da casa. Nesse cômodo, com cama e outros móveis, Glória fazia os acompanhamentos pré-natais das gestantes; os exames de conjunção carnal; defloramentos nas jovens a pedido das autoridades policiais e judiciais; assim como corpo de delito.

Seu atendimento obstetrício e ambulatorial estendia-se para toda população de Curuçá e dos municípios circunvizinhos. Essa região apesar de próxima de Belém, em média de 100 km de distância, não tinha médico residente, passava a maior parte dos anos sem a visita de qualquer um desses profissionais. Assim, Glória atendia a todas as ocorrências de doenças que atingiam a população, desde os partos mais diferentes, traumatismo, ferimentos, epidemias.

Também, isso ocorria quanto a todas as faixas etárias, desde recém nascidos até idosos e isso a qualquer hora do dia ou da noite. Então, um baque surdo nas portas ou janelas e vinha do fundo da escuridão o chamado quase uma súplica, ou oração: Dr<sup>a</sup>. Glória, Dona Glória, Dr<sup>a</sup>. Glória. De

---

<sup>13</sup> Precisamente, muitas destas promovidas por Glória para angariar recursos para as mães que atendia.

imediatamente ela levantava-se e ia atender o suplicante, e daí há pouco, perdia-se na noite fria e escura, na esperança de salvar uma vida.

Ao lado dessa atividade, Glória também confeitava bolos de noiva para os casamentos da cidade e organizava festas. E muitas vezes, preparava as iguarias gostosas dessas festas, trazendo os pratos belos e as novidades da capital para esse ritual tradicional, mas marcado pela moda e pela inovação. Aliás, essa era uma parte da modernização que Glória trazia para a região e, ao mesmo tempo, qualificava e profissionalizava jovens para tal ramo de atividade.

Mas a sua modernidade tinha uma parcela grande de inclusão e justiça social. Nesse sentido, começa a formar os CdeM que serviam à valorização da mulher e à distribuição de leite e vitaminas para crianças, para juntar a renda que custearia o aluguel de carros fretados para levar à capital do estado pacientes que seus esforços curativos não conseguiam resolver<sup>14</sup>. Assim, salvava vidas ao buscar socorro nos centros maiores como Belém, Castanhal, onde usava seu prestígio para conseguir atendimento<sup>15</sup>.

Na política, Glória continuava sendo eleita com a votação maior do seu partido, e a eleger uma bancada majoritária. Em 1968, ela articula-se com o político opositor Cândido Cunha, por meio de seus filhos Paulo de Tarso e João Cunha, que com a dissolução dos partidos tinham formado uma sublegenda, juntando a parte do extinto PSD com a oposição. Dessa composição política resultou o lançamento da candidatura a prefeito de Curuçá de Manoel do Carmo, que teria como vice Luis Mendes.

A campanha foi encarniçada, a situação chamava a Do Carmo de candidato do “Pé-raspado”, querendo desclassificá-lo e caracterizá-lo como incompetente e do povão. Tudo preconceito político, pois Do Carmo tinha a educação da elite interiorana de sua época, o primário completo que perfazia seis anos de estudo. Além disso, conhecia lugares distintos do estado,

---

<sup>14</sup> Glória criou três CdeM e incentivou outros e, nos dias das mães, junto às autoridades municipais, fazia comemorações, com recital de poesia, declamações em homenagem às mães, além de outras atividades.

<sup>15</sup> Os médicos de Castanhal e Belém diziam, “[...] quando é cliente de Glória que chega, é porque o caso é difícil, difícilíssimo”.

principalmente Belém, isso devido às viagens que realizava trabalhando na embarcação freiteira e de passageiros de seu pai, o capitão Manoel do Carmo.

Eleições realizadas, as urnas deram a vitória a Do Carmo; e Glória transformar-se-ia na primeira dama de Curuçá, sendo que sua ação iria estender-se à saúde, educação e assistência social. Em convênio com a Secretaria de Estado da Saúde do Pará, ela conseguiu a primeira ambulância para o município. Então, não precisaria mais fretar carro, pois teria transporte efetivo e adequado para os pacientes que precisassem ser transportados.

Também, levaram um médico residente para chefiar a UMSC. Apesar de, em alguns anos antes, ter havido médico como funcionário do posto médico de Curuçá, havia lapsos longos de tempo que se ficava sem esse profissional. O médico Mendonça passou a morar na própria residência de Manoel do Carmo e Glória. Glória e Mendonça começaram a organizar as parteiras “curiosas” e a difundir campanhas de vacinação.

Na educação, onde encontrou escolas cobertas de palha, sem bancos ou carteiras, incentivou a construção em alvenaria e equipamentos das escolas fazendo-se uma revolução no setor. Aliás, isso há muito tempo não acontecia em Curuçá. Fez tais construções mesmo nos locais mais distantes do município e da mesma maneira difundiu a assistência social.

Em seu governo, M. do Carmo combatera a corrupção e a ineficiência administrativa. Nesse sentido, nem inauguração fazia de suas obras – apenas as entregava ao povo, pois dizia que o dinheiro gasto financiaria outras obras<sup>16</sup>. Para suceder sua administração, lançou seu secretário geral João Cunha<sup>17</sup>. Esse político perdeu a eleição por diferença pequena. A campanha tinha sido pesada com muitas ofensas à Glória, a liderança maior do grupo. Os adversários, caso vencessem, tinham prometido fazer o enterro da líder<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Tanto assim, que nem placas alusivas colocava em suas obras, como, entre outras, a feita no largo do Rosário, a praça Cel. Horácio e a praça Cristo Alves atuais.

<sup>17</sup> Nesta sucessão, houve uma cisão no grupo da situação e um vereador, que tinha sido o mais votado com apoio de Glória e M. do Carmo, queria ser o candidato e lançou-se contra esse. Essa candidatura contra representava a agregação do mesmo tipo de políticos contra os quais antes se lançaram M. do Carmo, Glória e os Cunha.

<sup>18</sup> Um compadre seu, devedor de favores à Glória, a procurou para dizer da proposta e pedir que ela somente mandasse um café para ele na prisão, pois a defenderia de tal zombaria.

Assim, Glória retirou-se de volta para o sítio Rio Quente e lá construiu outra casa.

Ainda lá foi perseguida por seus opositores que criaram, mesmo sem amparo legal ou administrativo, uma Comissão Geral de Investigação – CGI fictícia. Por meio de um funcionário da prefeitura, seus integrantes enviaram intimações diversas para que Do Carmo fosse depor, o que ele recusou dignamente. Entretanto, na última vez que o estafeta estivera no Rio Quente, Glória mostrou sua coragem e firmeza. Ao apresentar-lhe o ofício, Glória pegou em um rifle,<sup>19</sup> engatilhou-o, e o apontou em direção ao indivíduo e, com palavras enérgicas disse que parasse com tal afronta e mandasse que seu chefe em pessoa os viesse intimidar<sup>20</sup>.

Glória continuou trabalhando na UMSC como funcionária. E a atender o povo que a procurava em casa. Em certa época, exerceu a direção dessa unidade e coordenou o serviço de que tanto necessitava a população de Curuçá e dos municípios vizinhos.

No âmbito paraense, ela conseguiu eleger o seu candidato a deputado estadual e mantinha-se na militância política. Quatro anos depois, candidatou-se à prefeitura como vice de Agnaldo Souza, que tinha como adversário, um sobrinho. Talvez, essa ligação familiar fez com que Agnaldo abrisse mão para o parente e diminuísse o empenho na campanha. Mesmo assim, a campanha foi tensa, fundamentalmente contra Glória, que recebeu ameaças de morte.

No último comício, realizado em frente onde é atualmente o Banco do Brasil, como última oradora, Glória tomou a palavra no discurso de encerramento e falou assim como falariam as lideranças mundiais mais importantes:

---

Glória teve trabalho para dissuadi-lo da vontade, até porque dizia que a passeata não iria acontecer, com não aconteceu no formato de enterro.

<sup>19</sup> Era um rifle velho chamado de “papo-amarelo” e sem possibilidade de uso; servia de enfeite na parede da sala.

<sup>20</sup> O estafeta retrocedeu em desabalada carreira desabalada, deixando os calçados e sumindo na estrada, para nunca mais voltar, nem ele nem o seu mandante, com medo da disposição de Glória e vendo que a farsa estava acabada.

[...] o vermelho das rosas, vermelho como o sangue só é belo porque exposto ao tempo e ao vento, saída da terra a rosa como meu sangue, se derramado por uma bala assassina, avermelhará a terra como seiva para mil rosas que devem florir neste Curuçá, contra a violência, dou minha vida e meu sangue como promessa de beleza para o futuro deste povo (Martins, 19xx, n. p.).

O comício encerrou-se; marcada pelas pressões, violência e corrupção, a eleição deu a vitória ao adversário. Mas, ao fim desse quadriênio, Glória liderou o apoio a Manoel Paulo como candidato de oposição às administrações que sucederam à de Manuel do Carmo.

Em outra campanha de massa, de empenho e dedicação grande dos seus simpatizantes, feita com poucos recursos, muitas vezes a pé ou de bicicletas e com recursos dos próprios militantes, com sangue, suor, sol e chuva. Apurados os votos, o candidato apoiado por Glória venceu, o povo comemorou novamente. E foi uma administração de sucesso<sup>21</sup>. Devido a isso, Alacid da Silva Nunes – eleito em 1978 pela segunda vez para governador do Pará – chamou-a para uma audiência e perguntou quais eram os seus pleitos principais no âmbito estadual e federal<sup>22</sup>. Ela fez uma série de indicações mostrando, assim, sua projeção política.

Paralelamente, Glória continuava a atender a saúde da população. Então, aconteceu-lhe algo que, do modo como resolveu, mostrou seu caráter, inteligência e poder de convencimento<sup>23</sup>. A saber, um médico antigo de Curuçá a denunciou ao Conselho Regional de Medicina – CRM por exercício ilegal da medicina, apresentando como prova papéis pequenos onde,

---

<sup>21</sup> Então, construiu-se o prédio da prefeitura, que Manoel do Carmo por estar no final de sua administração e para não deixar endividada a municipalidade, só começara o que, confiante, seu sucessor terminaria. Enfim, quando retomaram o poder cumpriram o que tinham prometido ao povo.

<sup>22</sup> Ele a conhecia, pois Do Carmo era prefeito de Curuçá quando fora governador do estado pela primeira vez.

<sup>23</sup> Tais características faziam com que, qualquer pessoa que falasse com ela por alguns minutos ficasse fascinada com o entusiasmo, a alegria que irradiava, contando os fatos de sua luta diária para atender o povo.

com letra manuscrita de Glória, se encontrava nomes de medicamentos<sup>24</sup>. Por certo, a ação deste médico teve a ver com a concorrência gratuita e benemérita de Glória<sup>25</sup>.

Glória foi sozinha à PF e comprovou que havia sido nomeada diretora da UMSC, quando inexistia médico para atender à população<sup>26</sup>. Assim, ela mitigava dor e aliviava sofrimento e não havia qualquer queixa das pessoas por imperícia, nesses mais de 30 anos que as atendia generosamente. A conversa não durou mais que 15min. Glória fascinara mesmo alguns corações que talvez tenham sujado as mãos na tortura ou no arbítrio<sup>27</sup>.

Após a aposentadoria do estado, Glória dedicou-se mais intensamente à assistência social e assumiu por eleição a presidência da Sociedade Beneficente Nossa Senhora de Nazaré. Associação somente de mulheres, essa congregava as do Bairro Alto<sup>28</sup>. Aliás, os historiadores dizem que ali se concentrava a população de origem negra e que ali nasceram dois compositores e tiradores de carimbó, Zeferino Leal, o Oroia, e Ratinho, seu irmão.

Assim, Glória dedicava-se aos setores mais sofridos da população, os de cor e mulheres. Na presidência, conseguiu por meio de campanhas junto

---

<sup>24</sup> Ele servira anos antes na UMSC como funcionário do estado; então, decidira cobrar remuneração a todos os atendimentos fora da unidade, mesmo que o paciente ou seus familiares fossem paupérrimos; e recebia qualquer bem pelo atendimento dado; inclusive algumas vezes, nos partos que realizava chegou a mandar matar a ave, dividir ao meio e levando metade da galinha com pagamento dos seus honorários, mesmo que a paciente tivesse apenas uma galinha (*Gallus gallus domesticus*) que comeria no resguardo.

<sup>25</sup> Ela foi chamada em processo para depor na então Polícia Federal – PF temida do regime ainda ditatorial. Na oportunidade, seus amigos políticos perguntaram se ela não queria proteção, ou algum advogado, mas Glória dispensou com muita tranquilidade e disse que iria só e que saberia se defender.

<sup>26</sup> De fato, ela não poderia deixar os medicamentos estragar, pois lhe tinham passado a responsabilidade sobre tudo isso e, também, não cometeria um crime maior de deixar uma vida se acabar pelo não uso dos mesmos.

<sup>27</sup> Assim, arquivou-se o processo por improcedência e falta de provas. Glória entrou só, saiu só e vitoriosa para as vidas que salvava, para os sofrimentos que estancava, para alegria e felicidade que restituiria ao povo.

<sup>28</sup> O mesmo localiza-se em frente à cidade de Curuçá, dividido pelo rio do Tanque e pelo mangue que circunda a área urbana que é diariamente cheia pela maré salgada que enche e vaza nesse município

às autoridades e a seus amigos, uma série de benefícios para a Sociedade. Então, viabilizou a reforma do barracão sede, ou seja, passava de barro coberto de palha, para alvenaria e telha, assim como outros benefícios. Nazaré, como chamavam a Sociedade tinha nos moldes antigos, uma festa tradicional realizada anualmente na primeira semana de agosto, que durava três dias seguidos.

### 3 APORTE CONCLUSIVO

Era o ano de 1980, Glória contava com 63 anos de uma vida intensa de trabalho, de quem fez muito, como disse uma vez monsenhor Edmundo Igreja que fora pároco durante anos na mesma área de atuação dela<sup>29</sup>. Glória nesse ano continuava à frente da Sociedade; chegaram a mudar o estatuto, permitindo reeleições e ela era a presidenta. Assim, com Do Carmo, ela esteve à frente de todas as noites de festas, como anos atrás nos Círios<sup>30</sup>.

Então, pelas 4h30 do terceiro dia de festa, Glória sentiu-se cansada, pediu a Manoel do Carmo que a levasse para casa, caminhando com o esposo pelas ruas desertas e escuras de Curuçá<sup>31</sup>. Ao chegar à casa, deitou-se e pelas 5h sentiu-se mal. Sua testa pulsava arroxeadada. Às pressas foi encaminhada à Belém, sendo internada no Hospital dos Servidores, onde, ao recuperar-se recebeu a visita de Alacid da Silva Nunes, o governador do estado. Pelo diagnóstico, tinha tido uma *Angina pectoris*. Algumas semanas depois, estava recuperada e voltou para Curuçá.

<sup>29</sup> Esta área compreendia os municípios atuais de Curuçá, Terra Alta, São Caetano, São João da Ponta e Marapanim, ou um pouco mais, pois ela atuava ainda em parte do município de Castanhal.

<sup>30</sup> Quando, mais jovem, Glória atuava a partir do clube de mães, sempre na sua ligação com as mulheres, noitadas festivas memoráveis, no bar da santa, uma das vezes trazendo um conjunto da Polícia Militar de Belém, que enchia a praça com seu som, enquanto mesas e copos mantinham o mesmo diapasão.

<sup>31</sup> Estava cansada, mas feliz, as três noites foram um sucesso e fazia planos para o outro ano, não havia planos para a manhã desse dia.

Em fins de 1980, residindo no Rio Quente, narrou o que talvez seria o seu último parto realizado. Estava com 63 anos, a criança estava difícil para sair, teve dificuldades, sua força, seus braços já não respondiam como antes; mas tinha que fazer o parto e salvar a criança e a mãe, assim reuniu o que tinha de força e resgatou o bebe, mais uma vida que vinha o mundo pelas suas mãos. È de supor-se que nesse momento Glória começou a morrer<sup>32</sup>.

No início de março de 1981, uma epidemia atacou Curuçá, doença tão forte, que as pessoas não conseguiam ficar deitadas em rede ou na cama, encontrando calma apenas no chão. Glória tratou de todos em sua casa na cidade; mesmo aposentada combateu a epidemia, tendo inclusive tratado os familiares vitimados. Mas depois de salvar a cidade de mais uma doença, ela caiu vítima em tal prostração que foi levada ao hospital que dirigira, delirando<sup>33</sup>.

Com o passar dos dias, ela foi se recuperando com a assistência do médico local; num dia fora à missa e noutro saíra para a calçada em frente de sua casa. Mas chegou julho e o médico solicitou que fosse levada a Belém. Então foi internada sob urgência<sup>34</sup>.

No outro dia parecia bem, conversando; a seguir, uma das filhas que a acompanhava no Hospital Belém voltou a Curuçá, para buscar Manoel do Carmo, pois percebia que ela piorava a olhos vistos. Tudo estava preparado para nessa madrugada M. do Carmo viajar para Belém, quando às 22h, chegou um carro avisando que Glória estava muito mal e que fora para levá-lo. Ele e parentes partiram, mas quando chegaram, Glória já se encontrava no necrotério, morta por enfarte do miocárdio, conforme disposto no atestado de óbito de 1981.

Imediatamente, providenciou-se o traslado do corpo para Curuçá, mas com certo silêncio, sem muito alarde, com comunicado apenas aos

---

<sup>32</sup> Por certo, ela percebeu que suas mãos e braços, peritos em salvar vidas, perdiam a força. Mas, continuava.

<sup>33</sup> O médico residente e outro que apareceu por lá aconselharam que ela não poderia ser transferida para outro lugar e, também, não havia ambulância no local.

<sup>34</sup> Também, fora transportada em carro da família, ela que tanto lutara por transporte público para os doentes.

familiares. Mas quando o corpo chegou, coisa que não se fazia há muito tempo, os sinos tocaram fúnebres pelas mãos de Rico, um barbeiro da cidade e seu compadre. Ao final da tarde, levou-se o corpo à Igreja Matriz e de lá as mulheres o tomaram em seus braços e o conduziram ao cemitério, onde o mesmo foi enterrado na tumba que abrigava os restos de sua mãe e de seu padrasto. Ali, repousa eternamente.

Agora faz 30 anos que Glória morreu. Nesse tempo, uma escola de samba reverenciou a sua memória e seu nome está apostado em uma escola de ensino fundamental em Curuçá e em uma ala da UMSC que dirigiu. Nos dias de finados, muitas pessoas levam velas a sua sepultura. A família criada por ela, não incentivou qualquer tipo de homenagem à memória ou aos serviços que Glória prestou, mesmo porque, pela voz do povo e no imaginário desse, ela continua prestando serviços à população, com algumas histórias contadas, a cada ano.

## REFERÊNCIA

FERREIRA, Maria Hyluisa Pinto (Glória). *Extrato de discurso político realizado durante período eleitoral em 1972*. Curuçá, 1972, n. p. [Anotações feitas por Alexandre Cunha].

# HURLEY, Anna de Christo Cabral, 1911-1958

## ARTISTA PLÁSTICA, CURUÇÁ/BELÉM, PARÁ

*Ligia T. Lopes Simonian*  
*Paulo Henrique dos Santos Ferreira*

### 1 INTRODUÇÃO

A arte na vida de Anna de Christo Cabral Hurley, mais conhecida como Annita Hurley no meio familiar, constituiu-se em um dos fios condutores de sua existência. Porém, essa artista também foi esposa, mãe, benfeitora e cidadã reconhecida ainda em vida. Ela nasceu em Curuçá, em 1911, residiu por muitos anos em Belém, onde faleceu em 23 de dezembro de 1958; seus restos mortais se encontram sepultados no Cemitério Municipal de Santa Isabel, em Belém.

Casou-se cedo com o Henrique Jorge Hurley (1884-1956), então juiz de Curuçá,<sup>1</sup> com quem teve uma filha em 1941, a Ana Maria Cabral Hurley, depois Hurley Martins. Antes de tê-la, o casal também se encarregou da criação e dos estudos das irmãs de Annita em Belém. Entretanto, a maternidade e a arte não foram suficientes quando, após a viuvês, Annita enfrentou adversidades emocionais e econômicas, pois decidiu por fim à vida.

Mas, foi nas artes que Annita se destacou nos contextos socioartísticos de Belém e de Curuçá. Embora conste que nunca expusera publicamente suas telas a óleo em Belém, várias delas encontram-se com familiares e outras em acervos de instituições religiosas dessa cidade e de Curuçá. Nessa, há um

---

<sup>1</sup> Originário do Rio Grande do Norte; foi mais conhecido como Jorge Hurley, pois assim assinou suas obras; foi juiz em municípios paraenses, inclusive em Curuçá, intendente de Macapá, desembargador etc.

conjunto de pinturas em madeira na matriz da Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR de Curuçá, uma Via Sacra, e existiram outras pinturas suas neste mesmo *locus*, porém, foram destruídas há alguns anos. Em Marituba, há um Cristo em acervo de Seminário que antes tivera sede em Belém. Também, ela produziu muitas fotos de sua família, das religiosas com quem estudou arte etc.

Do ponto de vista teórico, esta entrada nominal segue os cânones das ciências humanas e sociais. Nessa direção, o foco da investigação há de ser precisamente o priorizar o indivíduo, mas em sua relação com a sociedade como passível de análise. Por exemplo, Bourdieu (1996) lembra que a biografia remete a uma ideia de começo, meio e fim. Porém, as contradições são muito presentes, senão dominantes nas trajetórias dos indivíduos e nas suas relações com a sociedade. Aliás, o campo da produção biográfica é muito frequente no campo artístico. E quantas já não foram escritas sobre um Michelangelo, um Beethoven e tantos outros?

A pesquisa que subsidia este capítulo segue uma abordagem metodológica de natureza interdisciplinar. A saber, fez-se levantamentos bibliográfico e documental, o que inclui um álbum de fotografias da família, fotografias mantidas por parentes e amigos. Também, entrevistou-se familiares e pessoas que com ela conviveram. E trabalhou-se com observação direta quanto às suas obras de pintura e com produção fotográfica sobre elas.

A seguir, tem-se uma apresentação do contexto familiar de Annita, o que inclui sua infância, sua educação religiosa e formal. Depois, explora-se a sua produção artística, especial a que se teve acesso. Pelo material levantado e analisado, percebe-se que Annita conseguiu superar muitos impasses ao longo de sua vida, mas não as perdas emocionais e financeiras.

## 2 A VIDA EM FAMÍLIA, A FORMAÇÃO E O CASAMENTO

Annita era filha de Anna de Christo Cabral<sup>2</sup> e de Socrates de Atayde Cabral; nas Figuras 1 e 2 adiante, tem-se uma foto dos pais e irmãos de Annita e uma foto da residência de seus pais em Curuçá. Conviveu muito com os avós maternos, pois os pais passaram uma temporada em Cametá<sup>3</sup>. Ela ficou em Curuçá, na casa desses avós e padrinhos, o coronel Manoel Ferreira de Christo Correa e Ignácia Antonia da Silva de Christo Correa<sup>4</sup> e se dizia “criada por eles”. Seus avós paternos foram o tenente coronel João Raymundo Cabral e Bárbara Alves Guimarães de Souza Athayde Cabral.



Figura 1: Pais e irmãs de Annita<sup>5</sup>  
Fonte: A. Hurley, anos de 1940.



Figura 2: Vista parcial do casarão da família de origem de Annita; foto de 1955<sup>6</sup>  
Fonte: Acervo de Célia Mendes de Sousa.

56

<sup>2</sup> A mesma era mais conhecida como Anica.

<sup>3</sup> Seus pais levaram a filha mais velha e em Cametá tiveram mais três filhas, mas não ficaram muito tempo, pois nessa cidade perderam a primogênita em afogamento e então retornaram à Curuçá.

<sup>4</sup> O batizado de Anita deu-se no dia 04 de abril de 1915, na matriz da ICAR local (Curuçá. Livro, 1915).

<sup>5</sup> Nesta oportunidade, Annita já se encontrava casada, por isso não se encontra na foto.

<sup>6</sup> Esta área é a mesma da orla central da cidade. A destruição do casarão deu-se nos anos pós-1980 (Ferreira, 2010).

Annita não avançou nos estudos, apesar de ter sido sempre considerada brilhante. Assim, “Fez seus estudos primários no Grupo Escolar de Curuçá, revelando sempre inteligência e amor ao estudo” (Suicidou-se, 1958, p. 2). Ao residir em Belém, interessou-se pelas artes e passou a frequentar o Colégio Santa Catarina, onde desenvolveu seus dons artísticos e, notadamente, estudou pintura, bordado, bandolim e piano. Inclusive, conforme lembra a filha Ana Maria (Martins, 2010), ela a levava junto nas tardes que passava com as irmãs e, enquanto a mãe se envolvia com as artes, as catequistas tomavam conta dela.

Casou-se aos 15 anos com Jorge Hurley, sendo a diferença de idade em relação ao marido de 28 anos<sup>7</sup>. A festa do casamento foi à moda antiga, de três dias<sup>8</sup>. Depois de casada, morou em Curuçá por cerca de 10 anos. A convivência como o marido pesquisador e autor de obras diversas sobre a história e a cultura paraense, dentre outras, foi importante para sua formação e sofisticação cultural.

Nestes termos, além de redigir muito bem, ela lia, opinava e ajudava a corrigir os textos do marido, o que a filha Ana Maria tem ainda muito presente em sua memória (Martins, 2010). Por sua vez, Hurley (1931, p. 5) reverenciou a inteligência da esposa em dedicatória feita em uma de suas obras, a saber: “À minha querida esposa Annita [...], espírito culto e brilhante, offereço este livro [...]”.

Em Belém, com o esposo, Annita morou na rua São Jerônimo,<sup>9</sup> a Malcher atual, e na avenida Nazaré, onde ela aparece na Figura 3<sup>10</sup>. Nessa cidade, Annita aparece vestindo luto pela morte da mãe (Figura 4). Por anos e como não tinha filhos, Annita e o marido cuidaram de suas irmãs, pois antes

---

<sup>7</sup> Jorge conheceu Annita ainda muito criança e, mais tarde, quando foi nomeado juiz e mudou-se para Curuçá, obteve o consentimento da família para o casamento.

<sup>8</sup> Apesar da pompa da festa, não se encontrou fotos das bodas.

<sup>9</sup> Laíde Cabral Borges, 84 anos e prima de Annita pelo lado paterno, conheceu esta casa da Annita na rua São Jerônimo; e pelo que revelou, a mesma era ampla e muito bonita, mas sem luxo; tinha um local onde Annita trabalhava, uma espécie de *ateliér* (Borges, 2011).

<sup>10</sup> Esta primeira casa foi adquirida pelo marido Jorge Hurley, assim que se estabeleceram em Belém, mas ele próprio a vendeu anos depois. Consta que a segunda residência era alugada.

de sua mãe falecer, entregou as filhas ao casal e pediu que as encaminhassem na vida; elas estudaram no Colégio Santo Antônio. Ao nascer a filha do casal, em 1941, apenas a mais jovem das irmãs de Annita, a Inah, se encontrava em sua casa.



Figura 3: Annita no jardim da residência da avenida Nazaré<sup>11</sup>.



Figura 4: Luto pela morte da mãe Annica.

Nos domingos, com o esposo e a filha, ela participava da missa na igreja de N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. de Nazaré (Figura 5). Depois, a família seguia para o Parque do Museu Goeldi ou para o Bosque e, nesses espaços, a família foi também muito fotografada, a exemplo do que se vê na Figura 6. Também, como se depreende da Figura 7, a fotografia teve um papel importante na vida de Annita, o que em parte pode ser avaliado pelo fato dela ter sido fotografada pelo Studio Fidanza, então o mais renomado da cidade. Também, porque ela dispunha de uma câmera tipo profissional, sendo que muitas dessas fotos

<sup>11</sup> No local onde hoje se encontra o hotel Crowne Plaza Belém.

foram por ela produzidas e se encontram no álbum que ela organizou para a filha Ana Maria<sup>12</sup>.



Figura 5: Annita com a família na saída da igreja Nazaré.



Figura 6: Annita com o marido e a filha no Bosque.



Figura 7: Annita em clic Photo Fidanza.

Aliás, foi com esta câmera que Annita fotografou alguns momentos de sua presença no Colégio Santa Catarina. Soube-se que ali ela geralmente passava as tardes em aulas de arte. E as fotos que aparecem a seguir como Figuras 8 e 9 são algumas dentre as que ali a mesma produziu.

<sup>12</sup> Ana Maria mantém um acervo documental com produções da mãe: obras de arte e um álbum preparado para ela.



Figura 8: As irmãs do Colégio, St<sup>a</sup>. Catarina de Sena<sup>13</sup>.



Figura 9: Uma vista da parte interna do CSCS.

Annita nutria um carinho especial pela mãe e até a morte dela, ia muito à Curuçá para visitá-la, mas assim que isso aconteceu deixou de ir lá por muito tempo. Tinha apego a seu pai e ele a amparou quando enviuvou e ficou em situação econômica difícil aos 45 anos<sup>14</sup>. Então, Annita fez uso de uma poupança que tinha na Caixa Econômica Federal – CEF e retornou a Curuçá, onde adquiriu uma casa<sup>15</sup>. A filha Ana Maria permaneceu em Belém com a tia materna e madrinha Inah, para dar seguimento aos estudos.

<sup>13</sup> As observações manuscritas foram feitas pela própria Annita.

<sup>14</sup> Consta que passara a receber 10% apenas de pensão em relação à aposentadoria do marido; a filha que estudava no Colégio Santa Catarina teve que ser transferida para o Paes de Carvalho; ela inclusive vendeu o piano para fazer frente às despesas, mas o comprador nunca honrou o pagamento.

<sup>15</sup> O documento original desta transação encontra-se no APMC.

Porém, o emocional de Anita não resistiu à perda do esposo e entrou em depressão. E, como inclusive noticiado pela imprensa (Suicidou-se, 1958), dois anos mais tarde pôs fim à vida<sup>16</sup>. Como se depreende de Suicidou-se (1958), ela chegou a ser atendida no hospital Santa Casa pelos médicos Humberto Maradei e Gabbay, mas não resistiu. Seu corpo repousa no Cemitério Municipal Santa Isabel.

Sobre esse momento doloroso, principalmente para a família, existe uma carta. Cartas, como outros documentos a exemplo de bilhetes, poemas, diário de adolescência, anotações em uma obra literária ou outras, são importantes. De acordo com Mattiussi (2011, p. 42), “[...] podem parecer coisas sem importância. Apenas pedaços de papel. Mas, na verdade, são registros de momentos importantes, que contam de maneira fidedigna histórias de vida, culturas e outros povos. [...] podem [...] ajudar a compreender e conhecer melhor [...] uma pessoa”.

Embora não se tenha conseguido acesso a esta carta, conforme depoimento de um parente de Annita, em uma enviada a uma tia materna, Ana Maria, filha de Annita, escreveu, em 1958, sobre sua mãe com emoção e saudades<sup>17</sup>. A expectativa agora é que em algum momento, tal documento venha a público, pois o mesmo poderá revelar mais sobre Annita, sua vida, sua obra.

### 3 A PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE ANNITA

Os resultados da pesquisa indicam que ainda muito jovem Annita interessou-se pelas artes plásticas e pela música, conforme se mencionou antes. Nessa perspectiva, ela fez cursos com as religiosas do Colégio Santa

---

<sup>16</sup> Com o seu falecimento, seu pai vendeu a casa adquirida em Curuçá e colocou o recurso aferido em uma poupança para a neta, que continuou a residir em Belém. Segundo Ana Maria (Martins, 2010), o período entre a morte do pai e da mãe e logo após foi de muito sofrimento; e como era muito jovem, muita coisa não conseguia entender.

<sup>17</sup> Embora se tenha tentado e muito, não se conseguiu acesso a tal documento.

Catarina, em Belém, onde por um período longo passou as tardes. E priorizou e desenvolveu a pintura enquanto arte, tendo trabalhado principalmente com tela e óleo e em estilo realista. Como era muito religiosa, a vida de Jesus e de Santa Terezinha estiveram muito presentes em sua obra<sup>18</sup>; também pintou natureza morta, um autorretrato etc.

Da busca que se fez até o momento, encontrou-se um acervo das obras de Anita razoável número, sob o domínio de instituições, herdeiras e de uma família amiga, porém todas elas necessitando de restauro. Mas, como em geral só acontece no mundo das artes, relatos de destruição de obras suas não faltaram. Inclusive, de acordo com as lembranças de Ana Maria (Martins, 2010), em uma instância, ela testemunhou que sua mãe se pôs a campo para recuperar uma obra que fora retirada da Matriz da ICAR de Curuçá e levada para uma capela do interior. Nesse ponto, importa que se faça uma identificação do acervo encontrado das obras de Annita, as quais são predominantemente de natureza religiosa.

Pelo número de obras de Annita, o destaque é para o acervo da matriz da ICAR da cidade de Curuçá, N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Rosário. O material ali existente consta das estações da via sacra, quadros pintados sobre madeira e que foram apresentados à sociedade em 1928, no término da segunda reforma desse prédio<sup>19</sup> (Figuras 10). Mas Annita fez mais duas obras para essa mesma igreja, precisamente, uma tela com o batismo de Jesus por São João Batista, que ficava no batistério,<sup>20</sup> e um mural no altar-mor, com imagens alegóricas<sup>21</sup>.

---

<sup>18</sup> Annita fez doações à Matriz da ICAR de Curuçá, a exemplo do vitral da parte frontal (Ferreira, 2010) e a sua terceira janela do flanco direito. No que respeita a essa última doação, Hurley (1928, p. 9) assim documenta: “As janellas fôram doadas: [...] Flanco direito: [...] 3.<sup>a</sup> Exma.<sup>a</sup> Sra. Anna de Christo Cabral Hurley – cidade de Curuçá”.

<sup>19</sup> O padre Benedito, que foi pároco desta igreja matriz, mandou restaurar as obras de arte ali existentes e inclusive a Via Sacra pintada por Annita e composta por 14 quadros. O restaurador ainda não foi identificado.

<sup>20</sup> Annita Hurley produziu tal tela em Belém e se identificou muito com ela (Martins, 2011); Jorge Hurley contratou um carro de aluguel para levá-la para Curuçá (Martins, 2010). A mesma teria sido encomendada e adquirida por Amélia Mendes Pereira da Silva (1899-1964), que a doou ao Batistério da matriz da ICAR de Curuçá (Ferreira, 2010).

<sup>21</sup> A saber, com imagens de uma nave celestial e anjos.

Dessas, apenas o primeiro conjunto de obras permanece na igreja, sendo que as demais foram destruídas com o passar do tempo<sup>22</sup>.



Figuras 10: Estação da via sacra.

Autoria: Annita Hurley, n. d./Foto: L. Simonian, 2010.

O outro conjunto mais importante das obras de Annita é de propriedade da filha da artista, a Ana Maria, da neta, a Ana Clara, e da irmã Inah (Figuras 11-13). Com Ana Maria, encontrou-se cinco telas pintadas a

---

<sup>22</sup> A obra que se encontrava no batistério desta igreja, o padre Antão, um pároco, a jogou em um poço de lixo e a incinerou. Aliás, foi justamente tal obra que Annita foi buscar em uma capela do interior do município, depois de saber que um padre a tinha levado da igreja matriz e doado para tal capela. Ana Maria esteve com a mãe nessa empreitada, mas não recorda do nome da localidade da capela (Martins, 2010). Ela foi atrás e encontrou a obra jogada na sacristia da capela do interior; a seguir, pegou-a e a devolveu à igreja matriz em questão.

óleo, precisamente: *Cristo no monte das Oliveiras*; *Coração de Jesus*; *Fé*<sup>23</sup>; *Natureza morta*; *Paisagem europeia*<sup>24</sup> (Simonian, 2010-2009). Com Ana Clara, está uma tela a óleo com a imagem de *Santa Terezinha*<sup>25</sup> (Simonian, 2010-2009). A irmã Inah tem uma tela com o *Coração de Jesus* (Simonian, 2010-2009). E, como ressaltou-se antes, todas essas obras necessitam ser restauradas.



Figuras 11-13: Obras do acervo da família de Anita.  
Autoria: Annita Hurley. Fotos: L. Simonian, 2010.

Também, encontrou-se mais três obras na posse de Alcílio Alves Campos (Campos, 2011), primo de segundo grau de Annita. Uma é um autorretrato pintado em base com relevo alto,<sup>26</sup> outra é uma obra similar com a imagem de Santa Terezinha<sup>27</sup> (Figuras 14-15) e uma terceira é uma tela a óleo com a imagem do coração sagrado de Jesus, que se encontra assinada por Annita e com data de 1943. Pelo que Alcílio informou, ele encontrou tais obras sem cuidado no casarão da família em Curuçá e as trouxe para Belém.

<sup>23</sup> A tela com a imagem de uma naufraga era uma alegoria e a preferida de Anita; é de 1940 (Martins, 2010).

<sup>24</sup> Reprodução ampliada de um cartão postal.

<sup>25</sup> Esta neta também tem um oratório que era de Anita e fora presente de seu avô materno.

<sup>26</sup> A mesma conta com a inscrição Annita Hurley, também em relevo alto.

<sup>27</sup> Ainda não se conseguiu desvendar com quem Annita aprendeu a fazer as bases dessas duas obras, se com as irmãs da escola onde estudou artes. Note-se que parte do *rouge* que aparece na face esquerda de Santa Terezinha é batom que Maria de Fátima Pinheiro de Sousa, 60 anos, usava ao beijar a imagem quando pedia a intersecção da Santa para concretizar seus pedidos feitos anos atrás (Sousa, 2011).



Figuras 14-15: Obras do acervo de Alcilio Alves Campos.  
Autorias: Annita Hurley. Fotos: L. Simonian, 2010.

Outro acervo consta de uma tela pintada a óleo denominada *Jesus no horto das Oliveiras*. É assinada, sendo o quadro pequeno e o semblante de Jesus triste. Estava em 1967, no economato do Seminário N<sup>a</sup>. S<sup>a</sup>. do Conceição, localizado junto à igreja Santo Alexandre, em Belém. Por ter sido uma testemunha ocular, Cunha (2010) afirma que viu tal tela nesse Seminário quando ali estudou anos atrás e, depois, por ocasião de seu fechamento em 1967, presenciou a mesma ser empacotada.

Esta artista não deixou seguidores, embora a arte sacra seja uma presença importante, tanto em Belém como na região do Salgado paraense<sup>28</sup>. Mas sempre que pôde, atendeu a interessados. Nessa direção, tem-se a experiência de Maria Veras Alves de Campos, 86 anos<sup>29</sup>.

Maria Veras veio de Curuçá para estudar em Belém e morava em casa próxima à de Annita. Certo dia esteve na sua casa e a viu pintar em seu

<sup>28</sup> Dentre os artistas de destaque nesta área, tem-se atualmente Antonio Coutinho, de Vigia, pintor de telas e igrejas; e Marileno Sanches, de Belém, escultor e produtor de santos em madeira, dentre outras obras.

<sup>29</sup> Mais conhecida como Marizinha; ver sua biografia nesta Enciclopédia.

ateliê, tendo se interessado (Campos, M., 2011) e dito que tinha vontade de pintar uma tela, pois só desenhava e pintava a lápis, ao que a artista teria respondido: “[...] tu vais pintar” (Campos, M., 2010, n. p.). A seguir, segundo a mesma Maria Veras, Annita preparou uma tela pequena, tintas, pincéis, deu orientação de como usar a tinta e Maria Veras pintou a primeira tela<sup>30</sup>.

É possível que existam outras obras de Annita Hurley e a expectativa é de que esta biografia, ainda que reduzida, sirva de estímulo para localizá-las. De todo modo, as buscas só estão no início e precisam continuar. Talvez, parentes e ou outras igrejas conservem quadros ou murais de sua autoria, mas isso apenas com tempo se poderá revelar. Inclusive, quem sabe se em um futuro próximo não se possa ter um museu com sua obra reunida e o mesmo possa até ter início com a restauração da Via Sacra existente em Curuçá, Pará.

## 4 CONCLUSÕES

Annita Hurley viveu num tempo de muitas limitações para as mulheres, embora tenha tido uma família de origem muito amorosa e um marido intelectual, o que a tornaram muito criativa. A maternidade foi vivida em duas etapas, quer pelo cuidado que teve com as irmãs que com o casal moraram em Belém para estudar, quer bem mais tarde com a filha única, a Ana Maria. No mais, dedicou-se a apoiar a obra intelectual do esposo Jorge Hurley e as artes e manteve uma amizade privilegiada por anos com religiosas e mestras.

Como era muito religiosa, Annita Hurley trabalhou de modo dominante a imagética religiosa em sua obra artística. Assim, uma imagem pode aparecer mais de uma vez no conjunto de sua obra, como o “coração sagrado de Jesus”, “Jesus no monte das Oliveiras”, “Santa Terezinha” e

---

<sup>30</sup> Esta, ela guarda até hoje em casa. Depois de aposentada, Maria Veras voltou a pintar e faz telas com imagens paisagísticas, como a da p. 70 desta obra.

eventualmente outras ainda não encontradas. Nesses termos, a artista fazia réplicas de suas próprias obras.

Sua tela “Fé” parece que estava a antever o futuro de Annita Hurley. Retratou uma naufraga salva pela fé, mas o esforço no sentido de uma produção que era a sua preferida no dizer da filha Ana Maria (Martins, 2010), não foi suficiente para que mantivesse a chama da vida. As agruras da vida a levaram a ceifar a própria existência.

Sua memória vem sendo preservada pelos parentes próximos, inclusive por sua descendência. Mas pelo conjunto de sua obra artística e em especial pelo que se conhece e sobrou das investidas destruidoras, sua produção é um patrimônio cultural que está a demandar a interferência do poder público e isso no sentido de perenizá-lo. A restauração é um passo importante e urgente nessa direção.

## REFERÊNCIAS

BORGES, Laíde Cabral. *Entrevista à L. Simonian, sobre aspectos da vida de Annita Hurley*. Curuçá, 2010. (Arquivo pessoal de L. Simonian – APLS).

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.

CAMPOS, Alcilio Alves. *Entrevista à L. Simonian sobre três obras de artes de autoria de Annita Hurley que tem em sua residência*. Belém, 06 de fevereiro de 2011.

CAMPOS, Maria Veras Alves de. *Entrevista à L. Simonian sobre a relação que manteve com Annita Hurley*. Curuçá, 2010.

CUNHA, M. A. Ferreira da. *Entrevista à L. Simonian, sobre Annita Hurley*. Curuçá, 2010. (APLS).

CURUÇÁ. *Livro de batismo nº. 12 da paróquia da ICAR Nº. Srª. do Rosário*. Curuçá: Arquivo Público Municipal de Curuçá – APMC, 1915. p. 11-12.

———. Registro de aforamento de terreno pela prefeitura em favor de Ana de Christo Cabral Hurley e pela filha Ana Maria. In: *Livro de registros do município n. 28*. Curuçá: Arquivo Público Municipal de Curuçá – APUMC, 1952. 2 p.

FERREIRA, Paulo Henrique dos Santos. *Anotações sobre Annita Hurley*. Curuçá, 2010. (Arquivo pessoal do autor).

HURLEY, A. de C. C. *Produção de álbum fotográfico para a filha Ana Maria*. Belém: anos de 1940. Acervo de Ana Maria C. H. Martins.

HURLEY, J. *Igreja de Curuçá*. Belém: Oficinas Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1928.

———. *Prehistoria americana*. Belém: Oficina Graphica do Instituto Dom Macedo Costa, 1931.

MARTINS, Ana Maria Cabral Hurley. *Entrevista concedida à L. Simonian, sobre aspectos da vida de Annita Hurley, de quem é filha*. Curuçá, 2011. (APLS).

———. *Entrevista concedida à L. Simonian, sobre a mãe Annita Hurley*. Curuçá, 2010. (APLS).

MATTIUSI, L. Recortes da vida. *Shoulder*, São Paulo, p. 42-45, il., fev. 2011.

SIMONIAN, L. T. L. *Anotações sobre Annita Hurley*. Belém; Curuçá, 2010-2009. (APLS).

SOUSA, Maria de Fátima Pinheiro de. *Informações repassadas sobre Anita Hurley, à Ligia Simonian*. Belém, 2011.

SUICIDOU-SE ingerindo creolina a viuva do Des. Jorge Hurley. *Folha Vespertina*, p. 2, dez. 1958.



# IAÇÁ, tempo imemorial - ...

## SOFRIMENTO DE MULHER PRODUZ O AÇÁ NA PAN-AMAZÔNIA

*Ligia T. Lopes Simonian*

### 1 INTRODUÇÃO

A mulher emerge na mítica pan-amazônica com destaque. Dentre tantas outras, tem-se as Amazonas, Yara, Mani, Bota, Iaçá (Cascudo, 1972; Pereira, 2001; Simonian, 2007). Assim, neste capítulo, apresenta-se uma biografia ainda que introdutória da mulher lendária conhecida como Iaçá. O significado desse nome aponta para a palavra açá (*Euterpe oleracea* Mart.; *Euterpe precatorium* Mart.; *Euterpe longivaginata*; *Euterpe caatinga*<sup>1</sup>) ao reverso, que em tal acepção remete ao fruto dessas espécies de palmeira. Como posto em Natura (2009, n. p.), “[...] etimologicamente, a palavra açá vem do tupi, *iwasa’i*, que significa ‘fruto que chora’ [...]”, expressão que remete à Iaçá.

A identidade de Iaçá começa de modo inusitado com a fome enquanto questão social e o amor materno, mas passa pelo sofrimento até chegar à morte do filho e ao renascimento ainda que metamorfoseado em um recurso da natureza, também comestível. Pelas versões existentes da lenda, que serão consideradas como fontes, os “fatos” teriam ocorrido em tempos proto-históricos, principalmente no *locus* que, no período pós-conquista portuguesa, veio a constituir-se na Belém do Pará (Britto, 2007; Pereira, 2004; Silva, 1999; Vasconcelos, 1992). E a partir desse fruto, desenvolveu-se toda uma cultura, quer quanto à proteção da biodiversidade e a usos, nesse caso, quer alimentar, medicinal ou mesmo de outra natureza.

---

<sup>1</sup> “Em toda a Amazônia existem mais de 40 espécies de açá. São 19 na Colômbia, nove no Brasil, oito na Venezuela, três na Bolívia e outras nos demais países amazônicos” (Reis, 2010, n. p.).

Note-se, neste ponto, que já são muitas as imagens sobre Iaçá. Assim, as versões da lenda publicadas em livros ou revistas impressos ou via *Internet* são acompanhadas de imagens relativas aos trágicos momentos trágicos do final de sua vida. Também, outras imagens aparecem associadas aos aspectos da cultura amazônica, notadamente de Belém do Pará. De todo modo e como posto por Simonian (2007), todas são fundamentais enquanto elementos formadores de uma imagética dessa mulher lendária.

Em suas versões distintas, Iaçá surge com uma biografia muito particular, portanto a mesma se remete à condição de indivíduo, ainda que lendário, mas plena de complexidades. Aliás, não faz muito tempo, Velho (2006) ressaltou a importância de se superar as tendências analíticas que levam às simplificações e esquematizações, notadamente nos estudos biográficos. Nesses termos, por sua natureza lendária, essa entrada nominal se insere não apenas em um contexto cultural, mas também, ideológico.

O que segue é uma apresentação da lenda de Iaçá *strictu sensu*. A mesma aparece em versões distintas, mas a estrutura sequencial dos acontecimentos se mantém em todas elas. Logo, tem-se uma análise sobre sua importância no contexto cultural amazônico-estuarino, o que é seguido de alguns pontos conclusivos.

## **2 A LENDA DE IAÇÁ, SUA ESTRUTURAÇÃO E SEQUÊNCIAS TEMÁTICAS**

A identidade sociocultural de Iaçá chegou à contemporaneidade por força da tradição oral. Embora enquanto lenda tenha surgido em contexto indígena pré-colonial, a mesma tem sido sempre reportada à região estuarina e, precisamente, à área que depois de 1616 foi ocupada pelos portugueses e terminou formando Belém do Pará. E, por certo, a transmissão dessa lenda se fez a partir dos caboclos ribeirinhos dessa região e área.

A seguir, tem-se uma das versões mais antigas que se conseguiu levantar até o momento, tendo sido a mesma publicada em Manaus, por Silva (1999, p. 10):

Em tempos remotos, havia no local onde se erigiria, mais tarde, Belém do Pará, uma tribo que, devido à escassez de alimentos, vivia sempre em grandes dificuldades. E como a tribo aumentava dia a dia, o cacique Itaki reuniu sua gente, fazendo sentir a grande crise que adviria, caso continuasse a crescer populacionalmente.

Resolveu, de comum acordo com os mais velhos guerreiros e curandeiros, sacrificar toda criança que nascesse a partir daquele dia.

Talvez devido à tal medida, passaram-se muitas luas sem nenhuma nativa conceber: Porém, um dia, Iaçá, a filha do cacique Itaki, concebeu uma linda criança. Entretanto, não demorou muito para o Conselho Tribal se reunir e pedir o sacrifício da filha de Iaçá.

Seu pai, guerreiro de palavra, não hesitou em dar cumprimento à sua ordem. Ao saber da sorte de seu rebento, Iaçá implorou ao pai que poupasse a vida da filha, pois os campos estavam verdejantes e a caça não tardaria a abandonar na região. O cacique Itaki, porém, manteve sua palavra e a criança foi sacrificada.

Iaçá enclausurou-se em sua tenda, ficando ali por quase dois dias de joelhos, rogando a Tupã que mostrasse a seu pai uma maneira pela qual não fosse preciso repetir o sacrifício de inocentes.

Alta hora da noite, porém, ouviu Iaçá um choro de criança.

Aproximou-se da porta da tenda e, então, viu sua filha sorridente ao pé de uma esbelta palmeira. A princípio, ficou estática. Depois, em correria louca, lançou-se em direção à filha, abraçando-se a ela, mas deparou-se com a palmeira, pois, misteriosamente, a criança desaparecera. Iaçá, inconsolável, chorou copiosamente até desfalecer. No dia seguinte, o seu corpo foi encontrado ainda abraçado à palmeira. Estava morta, mas seu semblante risonho irradiava satisfação; ao mesmo tempo, seus grandes olhos negros, inertes, fitavam o alto da palmeira. Itaki notou que a palmeira tinha um cacho de frutinhas pretas.

Ordenou que fosse apanhado e amassado em um grande alguidar de madeira, obtendo, assim, um vinho avermelhado. Agradeceu a Tupã e, invertendo o nome da sua filha Iaçá, batizou o estranho vinho de Açaí, suspendendo em seguida a limitação de seu povo.

Outras versões similares existem acerca dessa lenda, embora em geral mais sintéticas, como a de Vasconcelos (1992); tentou-se localizar uma versão de séculos anteriores, mas não se conseguiu chegar a uma documentação inicial e data respectiva de apresentação ao público.

Interpretações existem para o contexto ambiental e sociocultural da lenda do açaí. Exemplar é a análise de Batista (2009), em que sugere uma estrutura política a partir do domínio do cacique e da ordem que ele impõe. Nesses termos e ao considerar-se,

[...] a teoria sobre o sistema de dominação, tem-se no cacique o dominante e, no restante da tribo, os dominados. Não existe marginalidade. O sistema pode ser classificado como de ordem onde há uma função política que estabelece o ordenamento social e outra que se submete ao mesmo. No entanto, pode-se afirmar que o cacique é um cidadão pleno porque não só possui direitos como deveres. Ao criar a ordem de matar os recém-nascidos para que eles tivessem alimentos, não excluiu a própria neta. Não agiu com favoritismo, embora tivesse condições de fazê-lo. E a solução para o problema da tribo veio do sacrifício da família do cacique que gerou a fonte de alimentos. Portanto, Iaçá e sua filha deram a vida pela própria gente. A sociedade tribal indígena, nesta lenda, encontra-se em processo civilizatório (Batista, 2009, p. 6-7).

De todo modo, embora avance no sentido analítico, essa interpretação é limitada, pois essa lenda tem transposto os limites do texto e se adentrado em outros campos culturais, como se verá mais adiante.

A imagética da lenda de Iaçá vem crescendo ultimamente. Algumas das primeiras imagens encontradas sobre Iaçá vêm de Manaus, precisamente, nas obras de Britto (2007), Félix (1999, *apud* Silva, 1999) e de Silva (1999) (Figuras 1-2). Em Belém, o Grupo Regional de Folclore Iaçá vem divulgando tal imagem em versões diferentes, sendo uma delas a da Figura 3, que, inclusive, a autora fotografou há pouco tempo, como se vê em *banner* mostrado na Figura 4<sup>2</sup>. Em outra imagem desenhada e capturada na Internet (Figura 5), vê-se Iaçá ajoelhada junto a um açaizeiro com cachos do fruto e abraçada a ele.

<sup>2</sup> A primeira imagem tem um *approach* tipo cartum; a segunda, o enfoque é a *la art naïf*.



Figura 1: Iaçá, a filha e o surgimento do açazeiro 1.  
Fonte: Félix (1999, *apud* Silva, 1999, p. 10).

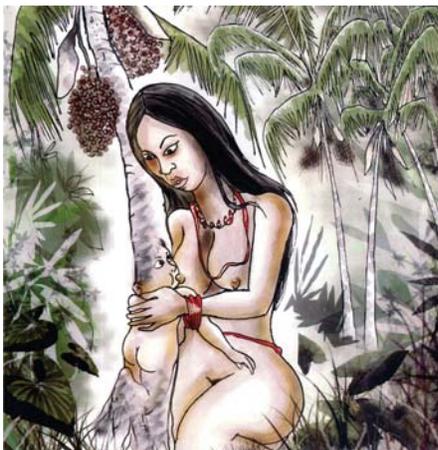


Figura 2: Iaçá, a filha e o surgimento do açazeiro 2.  
Fonte: Anônimo (1999, *apud* Britto, 2007, p. 41).

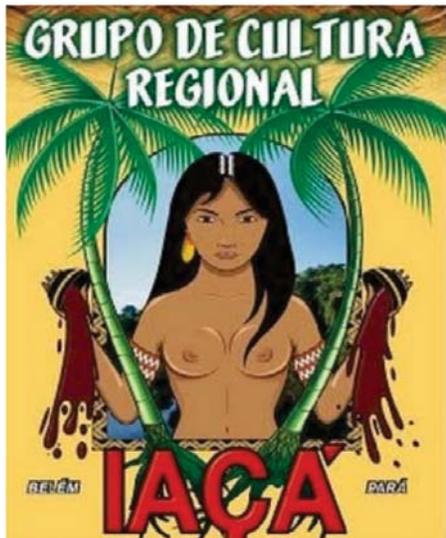


Figura 3: “Logomarca” do GCRI.  
Fonte: Iaçá, n. d.



Figura 5: Representação do GCRI. Fonte: Imagens, n. d.  
Fonte: L. Simonian, 2005.



Figura 5: Representação da Iaçá em processo de sofrimento.  
Fonte: Iaçá, n. d.

Em espaços urbanos relacionados à venda de produtos com base no fruto do açaizeiro, tem-se encontrado logomarcas identificadas como Iaçá, a exemplo do açaí congelado. A saber, em Belém encontrou-se uma chamada para Iaçá, precisamente, um ponto de venda de polpa de açaí. E em Manaus, aparece uma imagem de Iaçá *frozen*, um produto derivado da polpa do açaí.

Também, imagens de Iaçá já aparecem nas mídias digitais, quer em desenhos, pinturas em tela, fotografias da dança da lenda do açaí e/ou vídeos; por exemplo, uma das versões da lenda consultadas traz imagens (Pires, 200-). Inclusive, vídeos encontram-se no *YouTube*, com dramatizações da lenda (Grupo, 2009; Lenda, n. d.). Ainda, a cada dia, que passa outras imagens surgem a partir de um processo de incorporação da lendária Iaçá como elemento importante da identidade sociocultural regional.

### 3 A IMPORTÂNCIA DA LENDA DA IAÇÁ NO CONTEXTO CULTURAL AMAZÔNICO

A lenda do açaí, o açaizeiro e os açaizais abundantes em muitas áreas pan-amazônicas se fundem no imaginário regional. E isso apesar de não se ter ainda encontrado uma versão escrita de séculos anteriores dessa lenda<sup>3</sup>. Mas, como na versão de Pereira (2004, n. p.), tem-se toda uma região referida como de incidência desse recurso vegetal, comestível e medicinal.

É ainda este um dos autores que se manifesta sobre os muitos aspectos da cultura relacionados ao açaí:

O Açaí é o fruto de uma palmeira (*Euterpe oleracea* Mart.) bastante comum e abundante no Pará, onde seguramente tem o seu indigenato.

No vizinho estado do Maranhão seu nome é Juçara; na Venezuela é Manaca, e Quasei, Qapoe no Suriname. Desse fruto se extrai um caldo escuro e cremoso, de cheiro e sabor característico, conhecido como vinho de açaí e que tanto pode ser servido puro, com açúcar, com farinha de mandioca, de tapioca, ao natural ou gelado. Do vinho de açaí se obtém diversos manjares da culinária paraense, principalmente sobremesas. É o nosso correspondente à “ambrosia” dos deuses mitológicos do Olimpo.

Da palmeira do açaizeiro também se extrai outro delicioso petisco: o palmito. A derrubada desordenada dessa prodigiosa palmeira está preocupando os ecologistas e os consumidores do licoroso suco [...] (Pereira, 2004, n. p.).

Ainda, na Guiana Francesa, identifica-se o açaí como Pinot; na Guiana, como Euterp pal (Pereira, 2004). Como posto por Dannemann (2006), para alguns indígenas esse fruto é conhecido como iça-çai. Açaizais também existem na Colômbia, Equador, Trinidad e Tobago; ainda no Brasil, nos estados do Amazonas, Amapá, Rondônia, Acre e Tocantins (Simonian, 2010-1993). E os indígenas os identificam com nomes muito particulares.

---

<sup>3</sup> De todo modo, a pesquisa a respeito continua.

Apesar de tal diversidade, até o momento, nestas outras áreas não se encontrou lendas similares ou parecidas com a desenvolvida a partir de Belém. De todo modo, conforme Orígen (2011, n. p.), “[...] crecían las palmas manacá [...]” no *locus* onde vivem os Warao, da Venezuela, isso em ação lendária, precisamente, na lenda da criação dos astros. Mas por certo, há de se persistir com a pesquisa para tentar saber mais sobre – quem sabe – outras lendas do açaí.

O fruto do açaizeiro, escuro e redondo, se assemelha “[...] como os olhos de Iaçá” (Pereira, 2004, n. p.). O suco que se produz a partir dele foi imediatamente batizado de Açaí, para lembrar o nome da filha do cacique, a Iaçá. Com ele chegou a abundância, superando-se assim a fome e a lei do infanticídio entre os indígenas de Belém. Dentre outros aspectos, o infanticídio de algum modo evoca a saga dos judeus no Egito, e assim se coloca como elemento da cultura universal. Mas a fome persiste no mundo, embora pesquisas recentes já amplamente divulgadas indiquem propriedades importantes na composição da polpa do açaí, o que a valoriza enquanto alimento e possibilidades preventivas e curativas.

A lenda do açaí consolida a trama que aparece em outras lendas regionais, a exemplo do guaraná (*Paullinia cupana* Kunth), da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz; *Manihot utilissima* Pohl) e do cacau (*Theobroma*). Nesses termos, todas essas são “[...] originárias de um amor proibido, promotores de infortúnio e de revelações futuras” (Britto, 2007, p. 42). Como posto por Pereira (2001, p. 68), as mesmas “[...] possuem urdidura semelhante, parecendo que as fiandeiras foram as mesmas. Há nelas, também, um curumi que morre e renasce transformado-se numa bênção para o povo”.

Esta mesma lenda também aparece em contextos diferenciados, como os das culturas indígena, caboclas e afro-brasileira de Belém e de muitas áreas da Pan-Amazônia. Exemplar nessa direção é a pesquisa de Virgolino (1992, *apud* Mourão, 1999). E isso por ter revelado as concepções encontradas em terreiros de candomblé dessa capital regional.

No que se refere à economia e à cultura, o açaí é parte essencial do contexto belenense. Aliás, é difícil os forasteiros chegarem e não notarem essa realidade que, aliás, já foi documentada e analisada pela ciência (Jardim, Mourão, Groissman, 2004). Também, como posto por Silva (1999, p. 10), “E vieram os anos. O vinho vermelho veio fortalecer gerações de guerreiros e [de] caboclos. Belém tornou-se metrópole até hoje, seus habitantes tomam o vinho dessa palmeira nativa e se sentem fortalecidos [...]”. Mas os limites dessa cidade-metrópole ficaram pequenos para o poder alimentício, energético, cosmético, dentre outros, desse recurso.

Do ponto de vista da lenda do açaí, tem-se uma tentativa de análise semiótica. A mesma tem por base Sonesson (1997, *apud* Batista, 2009) e a partir das categorias dominante e dominados. Entretanto, Se a lógica é convincente ou não, não é tão importante, mas sim a possibilidade de evidenciar-se o machismo da cultura indígena, que para impor uma ordem praticamente destruiu vidas femininas. Nesse caso, certamente tais mulheres não foram inquiridas se queriam ou não dar a vida por sua nação; e nem mesmo os filhos mortos, como a filha de Iaçá.

Em outra perspectiva analítica, também central em tal lenda é o açaí que jorra a cada safra para encher as cuias e o açazeiro e que ainda oferece outros subprodutos. Dentre esses, tem-se o palmito, a palha, a madeira do tronco e as raízes e quer como elemento vegetal comestível, medicinal, cosmético etc., todos essenciais no contexto cultural regional. E como lembra Mourão (2004), essencialmente a lenda aponta para uma questão alimentar, precisamente, a fome e a sua superação.

De todo modo, a experiência de Iaçá como mulher lendária ou mítica há de ser ressaltada na análise. Com se sabe, muitos foram os seus sacrifícios como também o de sua filha. Em especial, ela amou, sentiu as dores do parto, perdeu sua filha para uma decisão alheia, viu-a transformar-se no açazeiro que daria frutos tão providenciais a sua nação indígena, mas também morreu de tanta dor.

Por sua vez e a pensar-se nos tempos contemporâneos pan-amazônicos, muitíssimas mulheres vivem no seu dia-a-dia muito da experiência de Iaçá.

Assim, tais mulheres acabam tendo que assumir a chefia de sua família ou então são vítimas de violência. E se recebem algum apoio de parte do Estado quanto a essa primeira situação, no que tange à última, nem mesmo o avanço nas leis tem evitado a violência contra elas.

## 4 CONCLUSÕES

Nos últimos anos, a lenda do açaí ou de Iaçá tem sido importante no contexto sociocultural belenense, mas também amazônico. Paradoxalmente, a versão transcrita mais antiga encontrada para a mesma no decorrer da pesquisa é bem recente. A que aparece nesta entrada nominal data de 1999, tendo sido reapresentada posteriormente em outras publicações.

Além do texto em si, toda uma imagética tem sido publicada. Por exemplo, a mesma aparece em desenhos, em pinturas, em dramatizações e em vídeos. Ultimamente, essa imagética vem sendo veiculada principalmente na *Internet*, no mais das vezes associada à lenda do açaí ou de Iaçá. O destaque enquanto temática diz respeito ao sofrimento de Iaçá e a sua relação com a filha.

Mas, quase nada se diz sobre as implicações do sofrimento que perpassa o texto antes oral e agora transcrito, em especial quanto à individualidade de Iaçá, uma mulher lendária. Nessa direção, há de se aprofundar a discussão quanto à mensagem que a lenda transmite, no sentido da submissão de Iaçá. Assim, precisa-se de resposta à questão de justiça envolvendo Iaçá e a filha, sacrificadas para saciar a fome dos seus.

## REFERÊNCIAS

BATISTA, M. de F. B. de M. Minicurso: semiótica e cultura: valores em circulação na Literatura Popular (Módulo 1). 61ª. REUNIÃO ANUAL DA SBPC, *Anais...* Manaus, jul. 2009. 7 p.

BRITTO, A. S. A lenda do açaí. In: \_\_\_\_\_. *Lendário amazônico*. Manaus: Norte Editorial, 2007. p. 40-44, il. (Ilustração sem autoria).

CASTRO, L. *Mitos e lendas da Amazônia*. 04 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.parahistorico.blogspot.com/2009/02/>. Acesso em: fev. 2011.

*DANÇA da lenda do açaí*. N. d. <http://www.oocities.org/frutosdopara/acai.html>.

DANNEMANN, F. K. Lenda do açaí: Amazônia. In: *Recanto das Letras*, 28 out. 2006. Disponível em: <http://recantodasletras.uol.com.br/resenhas/276002>. Acesso em: fev. 2011.

FÉLIX de tal. Iaçá e sua filha. (Ilustração). In: SILVA, J. F DA. *A lenda do açaí*. View, Manaus, n. 26, p. 10, il., 1999.

GRUPO Parafolclórico Frutos da Terra dançando a Lenda do Açaí, na praça Nossa Senhora Aparecida. Dia das Crianças. 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=kyC8uAa21J8&feature=related>. Acesso em: fev. 2011.

IAÇÁ: imagens. N. d. Disponível em: <http://www.google.com/images?client=gmail&rls=gm&q=Ia%>. Acesso em: fev. 2011.

JARDIM, M. A. G.; MOURÃO, L.; GROISSMAN, M. (Org.). *Açaí: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário Amazônico*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. Ilustrado. (Coleção Adolpho Ducke).

*LENDAS do açaí*: vídeo com encenação. Produção dos alunos do 1º. ano do Ensino Médio do CEC. N. d. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=EX6cKawvhXU>.

MOURÃO L. *Do açaí ao palmito*: uma história ecológica das permanências, tensões e rupturas no estuário amazônico. Belém, 1999. 355 f., anexos. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido)– Universidade Federal do Pará, 1999.

*NATURA Ekos Açaí*. Dez. 2009. Ilustrado. Disponível em: <http://naturavendas.wordpress.com/2009/08/13/natura-ekos-acai/>. Acesso em: fev. 2011.

NUNES, S. A lenda do Açaí. In: \_\_\_\_\_. *Foi desse jeito que eu ouvi dizer...* (Série). 22 out. 2009. Il. Disponível em: <http://www.silnunesprof.blogspot.com/2009/10/lenda-doacai.html>. Acesso em: mai. 2011.

*ORÍGEN de los astros (Warao)*. 04 feb. 2011. n. p. Disponível em: <<http://www.feedage.com/feeds/2576964/yabarana>>. Acesso em: fev. 2011.

PEREIRA, F. K. Açaí. In: \_\_\_\_\_. *Mitos do Brasil e da Amazônia*: mitologia e folclore. 20 dez. 2004. n. p. Disponível em: <http://www.contoselendas.blogspot.com/2004/12/aa.html>. Acesso em: dez. 2010.

\_\_\_\_\_. *Painel de lendas & mitos da Amazônia*. Belém, [1993] 2001. 92 p. (Versão ampliada e revisada).

PIRES, M. O açaí. In: \_\_\_\_\_. *Lendas paraenses*. Oct. 25, 2007, 12:36 PM. N. p. (Ilustração de Antônio Elielson Souza da Rocha). Disponível em: <http://marypires.multiply.com/journal/item/2>. Acesso em: 03 out. 2010.

PRADO, A. *Lenda do açaí*. Tela. 2010. [www.amarinaprado.blogspot.com](http://www.amarinaprado.blogspot.com). Acesso: 2011.

REIS, E. Alimento perigoso: população consome açaí de baixa qualidade. *Amapá em Dia*: jornalismo interpretativo. 18 jan. 2010. n. p., il. Disponível em: <<http://www.emanoelreis.wordpress.com/2010/01/18/acai-de-maqualidade/>>. Acesso em: jun. 2011.

SILVA, J. F DA. A lenda do açaí. *View*, Manaus, n. 26, p. 10, il., 1999. (Ilustração de Félix de tal).

SIMONIAN, L. T. L. *Anotações de campo e produção fotográfica sobre as bandeirinhas indicativas de venda de “vinho” de açaí e sobre outros aspectos culturais envolvendo esse produto*. Belém, 2010-1993. Acervo da autora.

\_\_\_\_\_. *Ah! Açaí em Belém tem!* Texto poemizado. Belém: Editora do NAEA, 2007. 64 p.

VASCONCELOS, G. Açaí inspira compositores. *Beira do Rio*, Belém, UFPA, n. 35, p. 4, dez. 1992.



# **JUREWATI, tiempos inmemoriales - ... PRINCESA DE LA LAGUNA GUAYCABA, AMAZONIA COLOMBIANA**

*Ligia T. Lopes Simonian*

*Mercedes Mejía Leudo*

## **1 INTRODUCCIÓN**

Para escribir este capítulo sobre la princesa Jurewati<sup>1</sup> hay que remitirse a la realidad mítica o leyendaria, al trabajo, a los sentimientos y a los valores humanos. El lenguaje mitológico señala aún para una mujer joven, a pueblos y culturas distintas. Según se depende de las tradiciones inmateriales del Caquetá, Colombia, que remonta al tiempo de los Andaki, los primeros habitantes indígenas, esa princesa apunta a la representación de un sentimiento de amor incommensurable.

Jurewati sería una princesa de los indígenas Koreguaje del Caquetá. Pero en ese punto, de acuerdo con Simonian (2009) y Vela-Escandón (2010), hay que resaltarse que en esa parte de la Pan-Amazonia existen otras mujeres míticas y diosas. Entre ellas son destacados la Diosa del Chairá y Mijina, Diosa Andaquí. Ya en la ciudad de Florencia se encontró en área pública la escultura de la Diosa del Chairá.

El dolor de perder su amado a la ira de su padre, el cacique Guaycabá, la puso a llorar de modo a llenar un área que se transformó en la laguna del Guyacaba. Además, las evidencias textuales disponibles sugieren que Jurewati fue capaz de inmolarsse después de la muerte del amado (Laguna, s. f.; Romano, 2010; Vela-Escandón, 2010). A su vez, eso se aproxima mucho

---

<sup>1</sup> Su nombre aparece en grafías diferentes: Jurewati e Jorewati.

del final del clásico drama occidental *Romeo y Julieta* que, aunque de naturaleza fúnebre, se impone desde el romanticismo.

Cuanto a la metodología, se buscó un abordaje interdisciplinario como en Teixeira (2004). Las nociones de trayectoria y de biografía (Montagner, 2007) fueron consideradas para esta producción. También se contó con la perspectiva de representación (Simonian, 2007), a ejemplo de una pintura reciente encontrada en Florencia, en la que se puede visualizar esa mujer mítica. La propuesta de Lévi-Strauss (1978, 1967) acerca del mito fue considerada en la producción textual que sigue, mientras noticias recientes revelan que este mito es una construcción de pocos años atrás.

A seguir, se discute la perspectiva conceptual acerca del mito y de la leyenda en cuanto a la posibilidad de producción de biografías de mujeres míticas. Después, se sitúa el área del Caquetá en lo que se refiere al contexto ecológico, histórico y social. Sigue a eso, una trayectoria biográfica de la Princesa Jurewati, una mujer mítica y, finalmente, en la conclusión se destacan los impactos en la esfera de los recursos naturales y de los valores.

## **2 MITOS, LEYENDAS, FRAGMENTOS, VERSIONES, MUJERES**

Mito y leyenda son conceptos que, en general, se remiten a tiempos muy antiguos o inmemoriales, mientras las sociedades humanas continúan a producir tales realidades. Ese primero apunta a las realidades más estructuradas; mientras el segundo se refiere a una narrativa que mezcla realidad con elementos fantásticos de la cultura.

Así, el mito es una realidad muy compleja. Ese autor, precisamente, se refiere siempre a una sucesión de acontecimientos, por tanto al pasado, que también posee una estructura permanente (Lévi-Strauss, 1978, 1967). Y esto, a pesar de que mismo siendo simplemente posibilidades, tiene una estructura bastante similar entre las más diversas sociedades del mundo. Aún,

el hecho de ser repetitivos y muy simbólicos, les da un poder muy fuerte en muchas de las sociedades<sup>2</sup>. A su vez y con base en Jung (2011, [1912] 1986), el mito se aproxima mucho al concepto de arquetipo, y su carga se mantiene consistente en relación al pasado.

Las leyendas son narrativas más sencillas e implican en transmisión oral que suelen pasar de generación a generación. Como puesto en Cascudo ([1949] 1984 y en Folclore (s. d.), ellas pueden traer en su estructura temática tanto hechos reales como históricos. Además y aún de acuerdo con la misma fuente, se busca con la leyenda una justificativa a todo lo que de otro modo sería inexplicable.

Los hombres, las mujeres e incluso los niños aparecen en los mitos y en las leyendas con regularidad. Y en general como seres especiales. En la Pan-Amazonia, las mujeres se hacen presentes en las leyendas que narran acerca de los recursos naturales, particularmente a los que se refieren al comer y beber.

### **3 EL MEDIO AMBIENTE Y LA CULTURA MÍTICA DEL CAQUETÁ**

El Caquetá es un departamento de la Amazonia colombiana, con recursos naturales típicos de los trópicos húmedos, mismo que en la bajada de los Andes (Figura 1). En el pasado lejano fue habitado por poblaciones paleoindígenas y lo mismo ocurre hoy día. De hecho, indígenas Emberá-Katío, Koreguaje y Uuitoto viven alrededor de la ciudad de Florencia, que tiene muchos encantos, es montañosa y recortada por ríos, que en parte se puede observar en la Figura 2. Ya en la Figura 3 se ve la ocupación de los Huitoto. Como puesto en Frausin *et al.* (2008), su población es cerca de 150 mil habitantes.

---

<sup>2</sup> Ejemplar en esta dirección es la relación revelada por Lévi-Strauss (1978) cuanto al mito y el símbolo en la cultura Cuna de la América Central, notadamente cuando el xamã cuenta el mito del parto junto a una parturienta que así trae al mundo su hijo con má tranquilidad y naturalidad.



Figura 1: Bosques de Florencia y el río Caquetá. Fuente: Historia, s. f.



Figura 2: Vista de Florencia. Fuente: imagine.com.co, s. f.

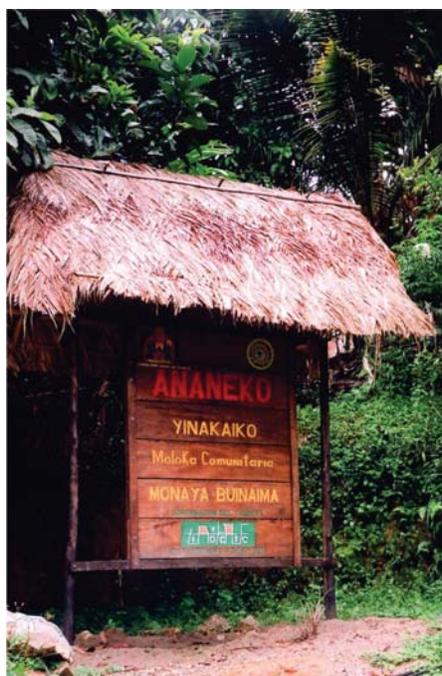


Figura 3: Portal de la ocupación indígena en periferia de la ciudad de Florencia.

Fonte: Simonian, 2009.

A causa de su localización geográfica, Florencia sufre simultáneamente la influencia de las culturas andinas y amazónicas. Entre los indígenas están grupos pequeños desplazados por la violencia y que vinieran a vivir en la

periferia de la ciudad. Los Emberá-Katío, Koreguaje y Uuitoto son algunos de ellos. Aún de acuerdo con Frausin *et al.* (2008), los Emberá-Katío trabajan como artistas,<sup>3</sup> y en general son identificados como artesanos, identidad laboral que es acribillada de prejuicios.

Ante esas condiciones, las producciones míticas y legendarias se tornan demasiado fértiles y no raro tienen una relación con las mujeres. En verdad,

la ciudad de Florencia [...], posee una amplia gama de leyendas e historias presentes en su folclor. La mitología de la zona presenta una gran profundidad y variedad, pues abarca desde personajes con poderes sobrenaturales e historias fantásticas, hasta seres que en apariencia podrían resultar normales, así como animales extraños o también personas que sufren maldiciones. Estos mitos y leyendas son la expresión de un proceso de fusión entre la cultura indígena, los hechos acontecidos en la época de explotación cauchera por parte de la Casa Arana, la religión enseñada por los misioneros en sus labores de evangelización y el folclor de los colonos llegados de muchos lugares de Colombia, especialmente de la región del Tolima Grande.

Precisamente en Florencia, además de la Diosa del Chairá (Figura 4) y Mijina, Diosa Andaquí, y de la propia Princesa Jurewati, otros seres míticos o legendarios son reportados.

En esa dirección, son ejemplares la Muñeca Roja, la Pata Sola, la Novia y la Madre del Monte (Artículos, s. f.). Pero cambios pueden ocurrir debido a las transformaciones por las cuales los indígenas y las poblaciones pasan, principalmente ante la persistencia de la violencia en la región. A respecto, es paradigmática la presencia de los guerrilleros y su militarización.

---

<sup>3</sup> Ver todo un debate sobre la dicotomía falsa entre el arte y la artesanía en Ortega (1999).



Figura 4: Monumento en homenaje a la Diosa del Chairá, en Florencia.  
Fuente: Vela-Escandón, 2010.

Por cierto, la situación de tensión en la región y en el entorno de Florencia es muy diseminada y en la periferia de esta ciudad se puede sentir y observar todo eso. En esta dirección, se ve pobreza, desesperanza y contradictoriamente búsquedas de rumbos nuevos. Y, mientras la tenaz presencia de las fuerzas militares sofoca y en larga medida acalla a la población, la vida también late en el mercado central, en la Universidad de la Amazonia de Florencia, así como en otros segmentos locales.

#### **4 JUREWATI – LA PRINCESA DE LA REGIÓN**

La existencia mítica de Jurewati está presente en la cultura de Florencia, incluso en la visualidad de esta ciudad de la Amazonia colombiana. De hecho, esa fue la primera noticia que se ha tenido de esa mujer mitológica, cuando se tomó una fotografía de una pintura mural encontrada en esa ciudad, esto es, la imagen que sigue en la Figura 4., En Romano (2010) también se encontró otra imagen idílica de Jurewati (Figura 5), donde ella aparece con su amado, el indígena de un grupo distinto y no amigo del suyo, pero pocas son las versiones textuales de la leyenda en *Internet*.



Figura 4: Imagen de Jurewati junto a la laguna del Guyacaba.

Fuente: L. Simonian, 2009.

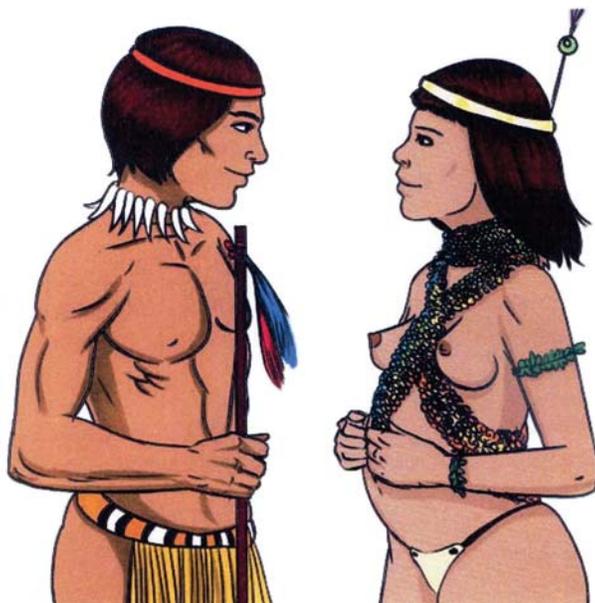


Figura 5: Jurewati y el guerrero.

Fuente: Romano, 2010, p. 55.

La versión que sigue, descrita en Laguna (s. f., n. p.), es la más completa de todas las ya encontradas sobre la leyenda en cuestión.

Los Coreguajes vivían en las riveras del río Caguán. Para esa época habitaban también otras tribus que no miraban con buenos ojos a las comunidades Coreguajes. El cacique Guaycabá vivía muy celoso de que sus hermanos de sangre se reunieran con las otras tribus.

Jurewati, hija de Guaycabá, solía salir a recoger maní<sup>4</sup> y uvas silvestres<sup>5</sup> con otra amiga. Una tarde en la cual Jurewati y su amiga recogían uvas, pasó un guerrero de otra tribu vecina, el cual fijó su mirada en la princesa Jurewati y la saludó inclinando su cabeza y agachando la cerbatana, Jurewati contestó con una sonrisa al saludo del aborigen vecino.

A partir de ese día, todos los días se veían en el mismo sitio, e intercambiaban saludo y sonrisa. Al final, Juereño, que así se llamaba el apuesto joven, decidió hablar con ella y decirle que estaba enamorado. Ella correspondió a su amor y después de varios días de encuentros amorosos, el joven se presentó a pedir la mano de la princesa. El cacique Guaycabá a toda respuesta se enfureció y mandó amarrar al joven en un hormiguero,<sup>6</sup> en donde murió a causa del dolor y la picazón. La princesa Jurewati murió de pena moral al lado del cadáver de su amado.

Al recibir la noticia, Guaycabá se arrepintió e hizo las paces con las tribus vecinas y enterraron los dos cadáveres de los amados en un mismo sitio.

Cuentan que Guaycabá se sentó al lado de la tumba y lloró tanto que se formó con sus lágrimas la laguna que hoy lleva su nombre. Dicen que en las noches de luna llena, ven a Guaycabá llorar al lado de la laguna y para esa época el agua de la laguna [se queda] salada a lágrimas.

En esa versión se repite la misma estructura de muchos mitos y leyendas de la Pan-Amazonia. Celo, pasión, dolor, muerte y arrepentimiento son

---

<sup>4</sup> *Manihot esculenta* Crantz; *Manihot utilissima* Pohl.

<sup>5</sup> *Pourouma cecropiaefolia*.

<sup>6</sup> Colonia o nidal de hormigas, a ejemplo de las *Polyergus rufescens*.

cuestiones que permean la mayor parte de tales narrativas. Las demás versiones encontradas, de cierto modo, repiten esa recién transcrita en el texto.

Contradictoriamente, a la medida que se avanzó en la investigación, llegó la noticia de que Jurewati fue una invención reciente para fines turísticos.

[...] te cuento lo que he averiguado sobre Jorewati con un amigo que trabaja en etno educación. Me dice que esa Historia se la inventó un señor al que le pagaron \$ 25.000. La historia se la inventó con el motivo que se fundó el hotel donde tú te alojaste. Se llama Guacaba. He quedado con mi amigo de hablar esta semana y llevar con que tomar nota para tener datos sobre el nombre de quien se la inventó y todo al respecto (Mejía Leudo, 2010a, n. p.).

Más tarde, datos más precisos fueron enviados por la misma Mejía Leudo (2010b, n. p.):

La persona que escribió la leyenda de la Diosa de la Laguna de Guaycabá fue el profesor: Fabio Valderrama que trabaja actualmente en la escuela Marco Fidel Suarez de Milán, en el Caquetá [...].

Esa Información me la proporcionó el Licenciado Rodrigo Bastidas [...]. Es un profesional respetado, amable con el que puedes tener una conversación seria [;] él es el encargado de la educación en lo referente a los indígenas en el Departamento.

Las tentativas de lograr contactos con tales profesores no se hicieron positivas. Quizá en el futuro se pueda obtener datos más precisos sobre tal proceso de producción, si de hecho él existió.

En esto punto, hay que subrayarse que si la leyenda de Jurewati es genuinamente indígena o no, ciertamente no es lo más relevante. En verdad, la estructura se asemeja a las de muchas otras leyendas indígenas. Y algunos

otros elementos también se aproximan de la historia de la violencia en Colombia, que Taussig (2004, p. 242) ve como un “[...] país de matadores [...]”, eso como si los otros también no lo sean. En el caso en análisis, un padre garante, directamente, la muerte de un hombre que se dice apasionado por su hija e, indirectamente, la de su propia hija que de él estaba enamorada.

La imagen pintada por un o una artista anónima es emblemática, de una situación mítica y *pos-mortem*, que de alguna manera borra la violencia de la experiencia vivida por la princesa Jurewati y por su amado. Se ve, pues, la laguna ya instalada, un tiempo primaveral en que ella recoge flores en una calabaza, pero con una mirada enigmática que no permite trasparecer dolor o miedo, y tampoco regocijo o felicidad. Si esa leyenda asegura el turismo en Florencia, es poco probable, mismo porque la presencia de los soldados del Ejército Nacional, de los guerrilleros y de los paramilitares en sus alrededores es efectivísima.

## 5 NOTAS FINALES

Las leyendas y los mitos siempre han sido centrales en la historia de las culturas humanas. Ambos vienen y se van porque se encuentran subordinados a los contextos históricos y culturales. Así, en el caso de la biografiada Jurewati, no importa si la leyenda acerca de ella es reciente o no y, en ese caso, si se refiere a los tiempos y culturas inmemoriales. Su existencia ya es suficiente para añadir cuestionamientos sobre la cultura local, que es permeada por una multiculturalidad inmensa, como es la de Florencia y de sus alrededores.

De todo modo, la princesa Jurewati ya forma parte de la cultura en esta área de Colombia y, aunque contemporánea, con bases en la mitología indígena – y porque no – probablemente con fundamentos en la no indígena. Las fuentes escritas vehiculadas en la *Internet* forman apenas una parte de

esa verdad. Esas, junto a las dos imágenes encontradas, son igualmente importantes en un proceso diseminador de esa leyenda en cuanto elemento de la cultura florenciana.

La imagen hecha en un muro y la que aparece en una publicación de 2010 son elementos a más a dar existencia a tal personaje mítico. Pero, es temprano todavía para afirmar si los indígenas, que desde algún tiempo viven en esa área urbana de la Amazonia colombiana, van a apropiarse de tal leyenda en su proceso de ajuste al medio, pero no imposible. Además, con el paso del tiempo la población amazónica florenciana sabrá dar un rumbo a las versiones existentes y de acuerdo con sus intereses en cuanto a su memoria.

## REFERENCIAS

*ARTÍCULOS* [sobre mitos y leyendas en el Caquetá]. N. d. Disponible en: <<http://micaqueta.com/Web/Articulos.php>>. Acceso en: 21 Enero 2011.

CASCUDO, L. da C. *Literatura oral no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, [1949] 1984. (Série Reconquista do Brasil, 84).

*FOLCLORE brasileiro*. S. f. Disponible en: <<http://www.suapesquisa.com/folclorebrasileiro/folclore.htm>>. Acceso en: mar. 2011.

FRAUSIN, G.; TRUJILLO, E.; CORREA, M.; GONZALEZ BETANCOURT, V. H. Semillas usadas en artesanías por una población indígena Emberá-Katío desplazada por la violencia en Colombia. *Caldasia*, [Bogotá], v. 30, n.2, p. 315-323, il., 2008. Disponible en: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_pdf](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_pdf)>. Acceso en: 25 mar. 2011.

*HISTORIA de Florencia, Caquetá*. 01 jun. 2009. n. p. Fotografías. Disponible en: <http://mariakadena.blogspot.com/2009/06/historia-de-florencia-caqueta.html>. Acceso en: 25 mar. 2011.

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Símbolos de transformação*. Petrópolis: Vozes, [1912] 1986.

LA LAGUNA Guaycaba. In: *Mitos y leyendas del Caquetá*. 22 nov. 2008. n. p. Disponible en: <<http://micaqueta.com/Web/Articulos.php?op=Leer&idregistro=299>>. Acesso em: 25 set. 2010.

LÉVI-STRAUSS, C. *Mito e significado*. Lisboa: Edições 70, 1978.

\_\_\_\_\_. A estrutura do mito. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967, p. 237-265.

MEJÍA LEUDO, M. *Datos sobre Jurewati conseguidos en Florencia*: en respuesta a preguntas de L. Simonian; mensajes por e-mail. 11 jul. 2010b. (Archivo de L. Simonian).

\_\_\_\_\_. *Nota inicial sobre problemas con la leyenda de Jurewati*: en respuesta a preguntas de L. Simonian; mensajes por e-mail. 11 jul. 2010a. (Archivo de L. Simonian).

*MITOS y leyendas de Florencia (Caquetá)*. S. f. Disponible en: [http://www.territorioscuola.com/wikipedia/es.wikipedia.php?title=Anexo:Mitos\\_y\\_leyendas\\_de\\_Florencia\(Caquet%C3%A1\)](http://www.territorioscuola.com/wikipedia/es.wikipedia.php?title=Anexo:Mitos_y_leyendas_de_Florencia(Caquet%C3%A1)). Acceso en: set. 2010.

MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

ROMERO, D. La laguña Guaycaba. In: *Leyendas de mi tierra*. 2010. p. 55, il. Disponible en: <[http://issuu.com/dannyromero/docs/mitos\\_leyendas](http://issuu.com/dannyromero/docs/mitos_leyendas)>. Acceso en: set. 2010.

SIMONIAN, L. T. L. *Anotações e fotografia sobre a Princesa Jurewati*. Florencia, 2009. n. p. (Arquivo pessoal).

\_\_\_\_\_. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Editora do NAEA, 2007. p. 15-52. Il.

TAUSSIG, M. *My cocaine museum*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2004. 336 p., il.

TEIXEIRA, O. A. Interdisciplinaridade: problemas e desafios. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, n. 1, p. 37-69, jul. 2004.

VELA-ESCANDÓN, M. Mitos y leyendas de Caquetá. *Mitos OEI* 26, n. p., il., 06 sept. 2010. Disponible en: <<http://mitosoei26.blogspot.com/2010/09/mitos-y-leyendas-de-caqueta-colombia.html>>. Acceso en: 26 sept. 2010.



**LIMA, Dulcinéia – 1970 - ...**  
**LIDERANÇA SERINGUEIRA DA PARTE MÉDIA**  
**DO RIO JURUÁ, AMAZONAS**

*Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt*

## **1 INTRODUÇÃO**

Dulcinéia Lima é uma liderança importante das seringueiras do rio Juruá, município de Carauari, Amazonas. É seringueira, pescadora, agricultora, e moradora da comunidade São Raimundo na Reserva Extrativista – RESEX do Médio Juruá. É mulher de Manoel Cunha, presidente atual do Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNPE (ex-Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS). Por meio da trajetória de Dulcinéia, pretende-se descreve-se e analisa-se algumas articulações em torno da criação dessa Reserva que vem reconfigurando relações e papéis sociais antes estabelecidos e contados a partir dos homens.

A trajetória foi reconstruída a partir do trabalho etnográfico. Então, fez-se entrevistas direcionadas parcialmente e livres, manteve-se conversas na sua casa na partilha de alguns almoços em família (Schweickardt, 2010). Ainda, conforme essa obra, fez-se observação de algumas de suas atividades rotineiras na comunidade, onde se esteve em momentos diferentes quando da pesquisa para elaboração da tese de doutorado

Nestes termos, a visão de Castro (2001) é importante; assim, é no interior das relações que estruturam e organizam a vida coletiva, e que é possível compreender sua concepção de territorialidade. Então, percebe-se que é no âmbito dessas relações que as mulheres têm desempenhado historicamente um papel fundamental.

O exercício de reproduzir o contexto de tais processos de territorialização na região pelos olhos e pela voz de uma mulher revela

detalhes, acontecimentos pequenos, afetos e sonhos. Simultaneamente, demonstra que as mulheres organizam, explicam e se inserem no mundo social a sua maneira. E isso suscita ainda outras questões que se relacionam à emergência de sujeitos sociais novos na Amazônia, tomados como “tradicionais”.

## 2 O APRENDIZADO DA VIDA CAMPONESA-EXTRATIVISTA NA AMAZÔNIA E A ORGANIZAÇÃO DA VIDA EM COMUNIDADES

Nascida em março de 1970, no seringal Nazaré do Bóia, no município de Itamarati, Dulcinéia (Figura 1) foi com sete anos morar no seringal Bonfim, onde ainda “meninota”, como ela mesma conta, conheceu Manoel Cunha nas festas que haviam por lá. Lembra com carinho dos tempos que brincavam nos rios e pegavam pupunha (*Bactris gasipaes*, Kunth) no Bonfim, quando Manoel ia passear por lá na casa de um tio dele. Manoel já morava com a família no antigo seringal Mandioca, agora “comunidade” Mandioca.



Figura 1: Dulcinéia Lima na sede do CNPE/Manaus.  
Foto: K. Schweickardt, 2011.

Francisco e Judite, seus pais, tiveram ao todo dezessete filhos, entre homens e mulheres. E, como na maioria das famílias camponesas amazônicas, a divisão sexual do trabalho organizava a atividade produtiva (Fraxe, 2000; Heredia, 1979). Os “meninos-homens” trabalhavam com a seringa (*Hevea brasiliensis* – EUPHORBIACEAE) e as “meninas-mulheres” com a agricultura<sup>1</sup>. Seu Francisco ia envolvendo-os nas atividades de acordo com a idade. Sempre trabalhando na agricultura, Dulcinéia, filha do meio, aos poucos foi tornada responsável pelos trabalhos da casa e pelos cuidados com os irmãos menores.

Por estes tempos, cerca de 1980, muitas famílias da área média do rio Juruá ainda estavam envolvidas com a economia da exploração da borracha natural, além de outras atividades tais como a pesca, a roça e a extração da madeira. Embora o governo tivesse reeditado o incentivo à exploração da borracha, as redes de sociabilidade já não mais reproduziam as relações do seringal antigo (Almeida, 1992; Reis, 1953). Muitos seringais já estavam desativados e a cadeia de exploração dos seringueiros e extrativistas daquela calha de rio persistia agora capitaneada por barcos regatões e não nos barracões<sup>2</sup>.

Como Francisco, pai de Dulcinéia, não sabia ler, Judite, sua mãe, um pouco mais estudada, tinha que acompanhá-lo nas viagens pelo rio para fazer as anotações e as contas das transações. A vida de trabalhar embarcado não era fácil e ainda mais com vários filhos pequenos. Desse modo, Francisco acabou por aceitar um convite de um compadre, que naquele tempo era gerente do seringal Xibauá<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Principalmente, mandioca e macaxeira (*Manihot esculenta* Crantz; *Manihot utilissima* Pohl).

<sup>2</sup> Conforme documentado por Schweickardt (2010), alguns seringueiros que se destacavam na atividade e que possuíam relações mais próximas com alguns patrões, acabavam se tornando donos de barcos-regatões pequenos, comerciantes de porte pequeno do rio.

<sup>3</sup> Isto para tomar conta do barracão no seringal Samaumeira, um pouco abaixo do Bonfim. Embora, pudessem todos voltar a estar mais em casa, alguns irmãos de Dulcinéia não queriam a mudança. Alguns dos filhos-homens mais velhos já haviam se casado e havia restado apenas filhas mulheres e alguns meninos ainda pequenos em casa que resistiam um pouco à mudança para outro seringal. De todo modo, a família acabou indo morar no Samaumeira, mesmo já em tempos precários para a exploração da borracha.

No final dos anos de 1980, a decadência era quase que total da economia da borracha, e várias famílias de seringueiros já começavam a se organizar em comunidades, quer fosse por incentivo do poder municipal local, para facilitar o atendimento de alguns serviços básicos como a instalação de escolas e motores de luz, cuja atribuição passava agora a ser totalmente do poder público, quer fosse por incentivo da Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR que considerava a organização em comunidades uma importante estratégia para o processo de organização social local e para o fortalecimento das redes de sociabilidade.

Como em outras localidades amazônicas, o modo de organização social característico dos moradores da calha do rio Juruá, e de seus igarapés e lagos, é por eles denominado de comunidade. Esse termo possui significados múltiplos, e como sugere Bauman (2003) exprime sensações, como lugar de gente que se conhece, e de grupo a que se pertence.

Ser de uma comunidade é quase como que possuir um sobrenome, ter uma identidade, que significa mais que uma delimitação física, embora as da parte média do rio Juruá estejam espacialmente localizadas. Assim, pode-se afirmar que em Juruá, os moradores partilham da elaboração de Gusfield (1975) acerca da definição do termo comunidade como um grupo social que se constitui demarcando a sua diferença com relação a outros grupos sociais<sup>4</sup>.

No rio Juruá, momentos importantes na conformação das redes de sociabilidade eram as festas das comunidades, onde rapazes e moças se encontravam. Muitos desses encontros vinham a resultar, como entre Dulcinéia e Manoel, em casamento. No início do namoro, eles só ficavam juntos nas festas<sup>5</sup>. Foi por volta dos 13 anos que Dulcinéia conheceu Manoel, também menino, com 15 anos. A aproximação se deu por meio de uma

---

<sup>4</sup> E ainda como posto por Gusfield (2005) e Schweickardt (2010), tal ocorre seja por pertencerem a um mesmo local de moradia, seja, principalmente, por recorrerem a uma identidade comum, a regras específicas de solidariedade e lealdade, e cuja coesão é a sua própria razão de ser.

<sup>5</sup> Quando Dulcinéia era menina, com 12 anos, as meninas andavam só pelas mãos dos pais. Ela lembra com certa nostalgia desse tempo já que hoje em dia, segundo ela, meninas dessa idade já ficam soltas nas festas.

irmã mais velha de Dulcinéia que era casada com um primo dele. Além das festas, ela fazia passeios na casa de sua irmã e aos poucos foi crescendo a intimidade entre os dois.

Quando estavam com seis meses de noivado, foi o período em que o pai de Dulcinéia aceitou gerenciar o barracão no seringal Samaumeira, função com a qual sempre havia sonhado. Significava o reconhecimento do seu trabalho de seringueiro e sua fidelidade ao patrão. Porém, como o Samaumeira ficava distante do Mandioca onde a família do Manoel se fixara há tempos, Manoel se adiantou em pedi-la em casamento<sup>6</sup>.

Marcou-se o casamento para dezembro de 1988, na comunidade Mandioca. Mas, o pai de Dulcinéia autorizou Manoel a vir buscá-los para o casamento caso aparecesse um padre pelo rio Juruá, mesmo antes da data prevista. Assim, em setembro, Manoel apareceu no Samaumeira avisando que havia um padre fazendo missa no seringal São Sebastião, rio acima, e que eles precisavam aproveitar a ocasião, o que fizeram<sup>7</sup>.

Depois de casados, Dulcinéia e Manoel foram morar com os pais dele, Joaquim Cunha e Noêmia, na mesma casa, embora contassem com uma peça separada<sup>8</sup>. A família Cunha trabalhava no verão amazônico, época seca, no Mandioca e no inverno, época das chuvas, iam para uma colocação no centro chamada Bom Jardim. No centro e logo após o casamento, Manoel fez uma casa pequena para eles do outro lado do igapó para morarem separados<sup>9</sup>. No verão seguinte, retornando à comunidade Mandioca, voltaram a morar com os pais de Manoel até que a casa deles ficasse pronta<sup>10</sup>.

---

<sup>6</sup> De pronto, Dulcinéia achou que era brincadeira, mas aceitou mesmo não estando ainda bem certa se era o que queria e meio desconfiada por eles terem pouco tempo de namoro. O fato é que palavra empenhada entre os camponeses é uma questão de honra, não se volta atrás. Ele falou com o pai dela que aceitou o pedido.

<sup>7</sup> Então, subiram o rio e se casaram apenas no religioso, como de costume na região, no dia 26 desse mês e ano. Dulcinéia estava então com 18 anos e Manoel com 20.

<sup>8</sup> É comum nesta região que as moças mudam-se para o local onde mora o seu marido, quando esse tem suas próprias estradas de seringa e sua roça com sua família paterna.

<sup>9</sup> Naquele ano a família havia aumentado com a chegada de Birinha, nome carinhoso de Antônia Raimunda, primeira filha do casal.

Ao seguir a tradição local, quando a casa deles – construída pelo próprio Manoel – ficou pronta, a peça em que moravam na casa de Noêmia ficou para Moça, irmã do Manoel,

### 3 REORGANIZAÇÃO DA VIDA A PARTIR DO MOVIMENTO SOCIAL

Na ocasião em que Dulcinéia se casou com Manoel, ele e a família Cunha trabalhavam bastante com borracha e roça de subsistência e tinham pouca participação no movimento social que havia na região do médio Juruá. À época, o mesmo era capitaneado pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carauari – STR e pelo Movimento e Educação de Base – MEB. Esse movimento é uma organização de educação popular, de caráter religioso e político, ligado à ICAR.

Esta Igreja, em especial a pessoa do padre holandês João Dereckx e o MEB, desempenharam papel fundamental no início do processo organizativo dos seringueiros e moradores da calha do médio rio Juruá durante os anos de 1980. Parte da memória desses tempos, assim como cópias de documentos referentes às reivindicações feitas às autoridades pedindo providências em relação às populações indígenas e seringueiras daquela região se encontram num livro escrito por ele. Esse era o tempo da Rio 92<sup>11</sup>.

Porém, Dulcinéia lembra que, mesmo que sua família não estivesse diretamente envolvida, a maioria das oficinas de educação popular e formação politicorreligiosa realizadas pelo MEB ocorriam na comunidade Mandioca. O primeiro convite mais direto feito ao Manoel para que se envolvesse com o movimento dos seringueiros, cuja organização já estava formalizada desde a criação do CNS – em 1985 (Allegretti, 2002; Almeida, 2004), foi feito por Ademar da Cruz, agente do MEB local, para reunião em Xapuri, no Acre. Depois de superar muitas dificuldades na cidade de Carauari, ele conseguiu ir e participar da primeira reunião com lideranças do movimento<sup>12</sup>.

---

cujo marido havia se mudado para a comunidade. Assim, eles ficaram lá até que sua própria casa também ficasse pronta.

<sup>11</sup> Conferência da Organização das Nações Unidas – ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, que ficou popularmente conhecida como ECO-92. O livro em questão tem por título “No coração da Amazônia – Juruá, o rio que chora”, reeditado em 2007.

<sup>12</sup> Como não eram acostumados a estas viagens distantes e de vários dias, depois que Manoel pegou o barco para Carauari e o avião para Xapuri, Dulcinéia ficou apreensiva por acreditar que ele não iria mais voltar.

Na volta de Xapuri, Manoel resolveu se envolver mais diretamente nas atividades do MEB, vindo a se tornar monitor, uma espécie de educador popular. Como ele falava bem, logo foi se destacando. Assim, foi muito convidado a dar palestras nas outras comunidades e a motivar a participação das pessoas na calha da parte média do rio Juruá.

O processo de “libertação” e envolvimento com o movimento que Manoel vivenciava, era acompanhado, num primeiro momento, com muita preocupação e tristeza por Dulcinéia. Ela conta que sempre que ele saía para alguma reunião, eles arengavam. A questão não era valorizar ou não a participação no movimento, mas a sobrecarga com os afazeres domésticos, o cuidado com a roça e com os filhos pequenos. Mas, para Manoel, não havia mais volta e aos poucos Dulcinéia compreendeu a dimensão do processo de transformação em suas vidas e na vida dos extrativistas e seringueiros da região.

#### **4 O INÍCIO DA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO DE MULHERES SERINGUEIRAS E EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA**

Neste despertar, Dulcinéia acabou por aceitar um convite de Suzy Lima, também agente pastoral do MEB, à época, para participar do primeiro Encontro de Mulheres do Médio Juruá. Era 1996, ano em que nasceu sua filha caçula. Como o Encontro era na comunidade Mandioca mesmo, não teve dificuldades para participar. A reunião no Mandioca contou com a presença de 104 mulheres e nela Dulcinéia foi entendendo e exercitando a participação<sup>13</sup>.

Alguns anos depois, participou do II Encontro de Mulheres do Médio Juruá, agora não mais na sua comunidade, mas na do Bom Jesus, rio abaixo. Era a primeira vez que viajava, mesmo que perto ainda, para participar de

---

<sup>13</sup> Ela lembra que participou intervindo e questionando quando discordava das propostas colocadas pela coordenadora da reunião.

uma reunião. Como os meninos já eram maiores, ficaram no Mandioca e suas cunhadas e filhas mais velhas ficaram tomando conta de tudo. A vida em comunidade e a certeza de que seus filhos estariam bem cuidados pelas demais mulheres a encorajou.

Desde então, Dulcinéia não conseguiu mais se ver fora das reuniões até ser escolhida para representar as mulheres seringueiras do Estado do Amazonas no Encontro de Saúde em Santarém, em 2003. Suas companheiras da RESEX passaram a vê-la como alguém que tinha coragem para falar. Ao chegar o convite na comunidade do São Raimundo, foi prontamente indicada. O objetivo do Encontro era capacitar as lideranças para empreender ações de prevenção de problemas de saúde. Na sua avaliação, o encontro foi uma importante oportunidade de conhecer outras realidades de mulheres que viviam na floresta, e partilhar sonhos e experiências. Apenas se ressentiu que a proposta do Ministério da Saúde não teve continuidade.

Os filhos foram crescendo e Dulcinéia foi assumindo cada vez mais responsabilidades enquanto liderança. Isso ocorreu principalmente quanto às organizações sociais locais. Tornou-se tesoureira da Associação de Moradores da Reserva Extrativista da Comunidade São Raimundo e membro do Conselho Fiscal da Associação de Produtores Rurais de Carauari – ASPROC.

#### 4.1 COTIDIANO NO CAMPO, NA FLORESTA E NO MOVIMENTO SOCIAL

Para a mulher que trabalha na pequena agricultura e mora na floresta, tudo tem sua época, diz Dulcinéia (Figura 2). Ela começa a rotina da semana planejando as atividades com os filhos no domingo. Se é para capinar o roçado, vai com os filhos homens bem cedo para a lida e as meninas ficam tomando conta da casa e dos filhos menores<sup>14</sup>. Quando seus filhos eram

---

<sup>14</sup> Nunca gostou de levar as meninas para a roça, não porque não fosse coisa de mulher, mas porque se elas fossem, ninguém fazia o serviço da casa e quando ela chegasse, cansada, ainda teria que fazê-lo.

pequenos, e o Manoel já estava “no mundo”, expressão que ela usa para suas viagens, a comunidade a ajudava na lida. Agora, com seus filhos já rapazes e moças, luta sozinha com sua família nuclear.



Figura 2: Dulcinéia na sua casa.  
Foto: Kátia Schweickardt, janeiro/2007.

Além da roça, todos os dias precisam pescar para comer. Um de seus filhos homens é o pescador. Quando estão sem peixe, ele vai para a pesca e ela vai com os outros para a roça. Assim, enquanto uns estão na roça, outros estão pescando e Dulcinéia administra todo o tempo o trabalho geral. Hoje, contam com o retorno da extração da borracha pelos jovens<sup>15</sup>.

Seu filho Emanuel, desde os doze anos pediu ao padrinho que o ensinasse a cortar. A princípio era só um ajudante, acompanhava os adultos apenas para ir colocando as tigelas. Depois de muito insistir com a mãe, que achava que ele ainda era muito novo para aguentar a dureza da atividade, conseguiu que lhe arrandassem seus próprios instrumentos e suas próprias estradas<sup>16</sup>. De fato, esta hoje é uma parte importante da renda da família.

<sup>15</sup> Seus filhos mesmo, se dedicam à atividade com muito gosto, em função da renda que ela gera a partir da venda para a ASPROC e pela subvenção paga pelo governo federal, pelo estado e pelo município.

<sup>16</sup> Mesmo estudando à noite, às vezes até às 22h, deita um pouquinho ao chegar em casa,

Como se sabe, a farinha que a família produz, por ser de um roçado pequeno, é apenas para o consumo e para ajudar a filha mais velha que faz faculdade na capital. Então, o extrativismo contribui para com a reprodução social dessa família.

## 4.2 CRIAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA E PRESIDÊNCIA ATUAL DA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO

Para Dulcinéia, embora considerando que a Reserva poderia ter chegado antes, já que foram anos de luta e reivindicações até a sua decretação em 1997 e considera que a vida das pessoas melhorou bastante. Depois que a borracha quase não era mais comercializada, muitas pessoas tiravam mesmo madeira e peixe para vender visando a sua sobrevivência. Foi um trabalho grande do MEB, do padre João Derickx e dos moradores da parte média do Juruá, o que culminou na conquista da RESEX junto ao IBAMA<sup>17</sup>.

Dulcinéia conta que seus sogros, Joaquim e Noêmia, desde sempre tiveram uma preocupação com a manutenção dos recursos da região para que seus filhos e netos tivessem do que viver no futuro. Para eles, o apoio da Reserva fez com que todos soubessem que ali é uma área de preservação, o que impôs mais respeito na relação com os recursos naturais. Além da proteção da área, a Reserva Extrativista trouxe, segundo Dulcinéia, a possibilidade de implantação de diversos projetos: o do INCRA<sup>18</sup>; o da PETROBRÁS<sup>19</sup>; e mais recentemente o do Comércio Ribeirinho Solidário<sup>20</sup>.

---

e levanta-se às 23h para ir para a estrada de seringa. Com esse dinheiro da borracha, Emanuel ajuda sua mãe a pagar a despesa da cantina na comunidade.

<sup>17</sup> Sem a Reserva, talvez hoje quase não houvesse mais floresta na região e as famílias que não estavam envolvidas com a retirada indiscriminada de madeira, nem com as redes de comercialização do pescado, não teriam do que viver.

<sup>18</sup> Com os créditos da reforma agrária disponibilizados pela primeira vez para moradores de uma Área Protegida – AP.

<sup>19</sup> De saneamento básico e construção de poços artesianos nas comunidades.

<sup>20</sup> Este é implementado pelo governo do estado do Amazonas e consta de apoio com capital de giro para a implantação e manutenção das cantinas comunitárias por meio da ASPROC.

A cantina da comunidade São Raimundo é uma espécie de ponto de comércio onde se vende o produto da agricultura e do extrativismo e se compra os bens necessários para a sobrevivência. Segue o estilo do barracão do patrão do tempo anterior, só que agora administrado pelos próprios moradores e sem a finalidade de gerar lucro. Por meio dela, e agora com o apoio do Comércio Ribeirinho Solidário, as cantinas vendem todo o produto para a ASPROC que compra as mercadorias e abastece as cantinas de quase todos os bens necessários pelo preço equivalente ao da capital.

Agora, desde 2009, Dulcinéia é a presidenta da comunidade São Raimundo, depois da saída do Tota, que foi presidente junto com Manoel, por vários mandatos. Depois de sua entrada no movimento, ela sabia que tal era seu destino, isso dentro do perfil das lideranças possíveis que percebia na sua comunidade. Em parte, sua escolha teve a ver com o trabalho pessoal de preparação que Manoel vinha fazendo com ela.



Figura 3: Dulcinéia na Assembléia da ASPROC, na comunidade de São Roque.

Foto: K. Schweickardt, 2010.

Nesta função, são muitas suas atividades. Ela organiza a distribuição dos fornos de farinha entre as famílias da comunidade, sendo usualmente um forno para cada quatro famílias; gerencia a fiscalização dos lagos por meio das equipes de moradores organizados por ela; representa a comunidade nas reuniões fora do São Raimundo. Mas também segue cuidando de toda a sua

família, trabalhando na roça, na casa de farinha e na pesca. Até o ano passado, ainda estudava à noite na escola, junto com alguns de seus filhos mais velhos.

Em 2010, como passaria a cursar o ensino médio, que é oferecido no turno noturno, não pode fazê-lo por não ter com quem deixar sua filhinha de criação, de cinco anos de idade, já que até sua filha Çulinha também está nesse turno. Optou, como em outros momentos da sua vida, em priorizar os filhos e aguardar mais uma vez sua hora. Como foi com sua trajetória para a liderança da comunidade. Lugar social que ela confessa se sentir muito bem em ocupar.

## **5 NOTAS CONCLUSIVAS OU DULCINÉIA, MULHER DA FLORESTA**

Na reconfiguração territorial e simbólica da Amazônia contemporânea, mulheres como Dulcinéia Lima, têm sido ativas protagonistas, mesmo que seus nomes não apareçam destacados na história e na memória desses processos. A organização do seu modo de vida e o modo como percebem e se inserem nos processos recentes de territorialização estão fortemente imbricados na relação com o tempo da natureza.

As que se identificam hoje ribeirinhas ou extrativistas refazem as redes internas de relações sociais e políticas e tecem novas estruturas de produção da vida. Eles expõem na arena pública (Sardan, 1995), estratégias que integram natureza e sociedade e que revelam outras lógicas de organização do mundo social em diálogo com o modelo de cultura ocidental e da modernidade.

Os processos vividos pelas mulheres da floresta politizam, como lembra Castro (2001) e a exemplo de temas diversos, como cotidiano de trabalho, sexualidade, maternidade, relações familiares, e questões relacionadas ao acesso à terra e aos seus recursos. A seus modos, essas mulheres vêm associando tais problemáticas ao debate ambiental e à crítica aos projetos de desenvolvimento. Isso porque provocaram mudanças importantes no seu território e em suas vidas, o que exige delas um posicionamento político.

## REFERÊNCIAS

ALLEGRETTI, M. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*. Brasília, 2002. 827 f. Tese (Doutorado em Gestão e Política Ambiental)–Universidade de Brasília, 2002.

ALMEIDA, M. W. B. de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 55, p. 33-53, jun. 2004.

\_\_\_\_\_. *Rubber tappers of the upper Juruá River, Brazil*. The making of a forest peasant economy. Cambridge, 1992. 406 f. Ph. D. Dissertation (Graduate Program in Social Anthropology)–Cambridge University, 1992.

BAUMAN, Z. *Comunidade...* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTRO, E. Prefácio. In: SIMONIAN, L. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/NAEA, 2001. p. 15-21.

FRAXE, T. J. P. *Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

GUSFIELD, J. The social construction of community: concepts as existential types. In: \_\_\_\_\_. *Community, a critical response*. N. York: Harper & Row Pub., 1975.

HEREDIA, B. M. A. de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

REIS, A. C. F. *O seringal e o seringueiro*. Rio de Janeiro: SIA, 1953.

SARDAN, J.-P. O. de. *Anthropologie et développement*. Essai em socio-anthropologie du changement social. Paris: Karthala, 1995.

SCHWEICKARDT, K. H. S. C. *As diferentes faces do Estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá*. Rio de Janeiro, 2010. 408 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.



**MENDES, Laura da Silva, 1918-2009**  
**PROFESSORA E GESTORA ESCOLAR**  
**DA REDE PÚBLICA DE ENSINO,**  
**NASCIDA EM CURUÇÁ-PA**

*Paulo Henrique dos Santos Ferreira*

## **1 INTRODUÇÃO**

Uma menina tão branca que chegava a parecer cor de rosa, de olhos azuis como o céu, Laura da Silva Mendes nasceu na vila conhecida como Ponta de Ramos, no município de Curuçá, numa manhã, como a própria fazia questão de mencionar. Era o dia 6 de março de 1918, sua mãe foi Maria da Silva Mendes, de quem o parto foi assistido por Raymunda Guerreiro, que era irmã da primeira esposa falecida<sup>1</sup> de seu pai, parteira competentíssima da vila e a quem com desvelo chamava de “Tia Guerreiro”.

Era filha do português naturalizado brasileiro, o tenente Luiz Rodrigues Mendes, comerciante influente na época e na região. Ela contou com apoio e cuidado de seus pais, que a fizeram muito cedo frequentar a escola regida na época pela cunhada de Laura, a professora Mariana de Sousa Mendes. Sua alfabetização deu-se nesse contexto.

O seu batismo deu-se na igreja matriz de Nossa Senhora do Rosário, em Curuçá, no dia 19 de janeiro de 1919. O padre José Maria do Lago oficiou o batismo e Domingos Antonio Pereira da Silva e Amélia Mendes Pereira da Silva foram os padrinhos. Esses, por sua vez, eram respectivamente cunhado e irmã.

Laura realizou seus estudos primários na cidade de Curuçá. Nessa época, ela passou a morar na residência de seus padrinhos de crisma, a

---

<sup>1</sup> Cujo nome era Maria do Rosário Ferreira Mendes.

professora Olinda Veras Alves e o coletor Manoel de Christo Alves. A conclusão do curso primário elementar deu-se no dia 18 de novembro de 1929, sob direção da professora Raymunda Pinheiro Alves e tendo como professora Mariana Mendes, a que lhe ensinou as primeiras letras. No período em que fez o curso complementar, esteve sob os cuidados da professora Colombiana Moura Guimarães, a “Bina Guimarães”.

Na adolescência, Laura desfrutou da companhia de pessoas ilustres da época, isso ao frequentar a sociedade curuçaense, e em particular os bailes<sup>2</sup> e festas onde as famílias tradicionais da época eram convidadas. Naquele tempo, a família Mendes, liderada por seu pai, gozava de prestígio, como até hoje, em especial pela dignidade, simplicidade e respeito aos demais munícipes. Inclusive, pelo conhecimento e relações comerciais que a família mantinha com todos, pois, além de comerciante, seu pai trabalhava com barcos pesqueiros na região.

Em 1937, Laura contrai matrimônio com Manoel Firmiano Modesto Filho, curuçaense e maquinista dos bondes em Belém, passando a assinar-se Laura Mendes Modesto. Dessa união, nasceu um filho, o Benedito Alcy Mendes Modesto. Com o desgaste imposto pela distância do esposo, a vida conjugal do casal se deteriorou e resultou em divórcio, ocasião em que voltou a usar o nome de solteira. Desde então, sua dedicação voltou-se em muito à causa da educação.

## 2 A PROFESSORA

Um fator interessante a observar-se é que no interior da Amazônia, tanto no século XIX quanto no início do XX, era representativo o número de mulheres que aceitava o exercício do magistério na rede pública, mesmo

---

<sup>2</sup> Tais bailes aconteciam nos salões do prédio da prefeitura municipal anterior, que se localizava onde atualmente encontra-se o prédio da câmara municipal, ou seja, na praça Coronel Horácio. Na época, comentava-se que Laura da Silva Mendes era umas das moças mais belas da sociedade curuçaense.

sendo somente alfabetizadas. Nesse contexto, é possível identificar mulheres que buscaram um aperfeiçoamento profissional cada vez maior. Isso aconteceu inclusive com as mulheres em idade mais avançada.

Na experiência de Laura da Silva Mendes, observa-se que ela assumiu o cargo de professora leiga muito jovem, quando tinha apenas 17 anos. A partir de então, ela começou uma jornada itinerante, tendo lecionado como contratada da CP Z-5 em localidades as mais diversas e sempre como alfabetizadora. A primeira escola em que lecionou foi a do povoado de Pacamorema, isso em 1935, mas ainda ensinou nos lugarejos conhecidos como Areuá, Jabotipucaia (hoje Iririteua, na ilha de Fora), Araquaim, Valentim, Caratateua e Itajuba.

Neste trabalho, Laura revelou boa vontade e coragem, pois teve que enfrentar as intempéries e contornar os obstáculos com a coragem que lhe era peculiar (Prancha I/Figuras 1 e 2). Assim, andou de canoa, no lombo de cavalos ou mesmo a pé. Nesse caso, quando longas e cansativas, as caminhadas eram suavizadas pelo sorriso das crianças que gritavam, conforme lembranças da própria Laura (Mendes, 2000): “Lá vem a professora, com um olhar alegre, que era uma verdadeira festa de boas vindas”. Mais tarde, já em 1945, foi transferida para São Domingos do Capim, onde residiu por sete anos e atuou ainda como professora leiga.

A seguir, Laura percebeu que precisava avançar como profissional. Sabidamente, ela desenvolveu a capacidade de educar e de liderar, o que lhe permitiu ser bem sucedida em todas as atividades educacionais em que se envolveu e em escolas diferenciadas. No entanto, em 1952, ela solicitou a transferência para a capital paraense. Sua pretensão era dar continuidade aos estudos, o que, segundo a Prancha I/Figura 2 e o Quadro 1, assim o fez.

## Prancha I



Figura 1: Laura 20 anos, usando o uniforme da Instrução pública – IP. Fonte: Arquivo pessoal – AP de LdaSM.



Figura 2: Laura da Silva Mendes, em meio à moças amigas<sup>3</sup>; 1940. Fonte: AP de LdaSM.



Figura 3: Foto da licenciada Laura da Silva Mendes. Fonte: AP de LdaSM.

### Quadro 1: Cursos de aperfeiçoamento profissional realizados por Laura Mendes

CURSO	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	PERÍODO	LOCAL
Curso Underwood-Técnico de Datilografia	Escola “Mauá”	1954	Belém
Ginasial	Instituto de Educação do Pará –IEP	1966	Belém
Professor de Ensino Primário	IEP	1968	Belém
Treinamento de Professores de 1ª. Série	Departamento de Ensino Primário, da Secretaria de Estado de Educação do Pará –SEDUC-PA	1969	Belém
Matemática Moderna	IEP	1969	
Secretários Escolares	Departamento de Ensino Médio e Superior – SEDUC-PA	1970	Belém

<sup>3</sup> A penúltima da esquerda para a direita.

<b>CURSO</b>	<b>INSTITUIÇÃO PROMOTORA</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>LOCAL</b>
Revisão Gramatical	Departamento de Ensino Primário – SEDUC-PA	1971	Belém
Administração e Gerência	Programa Intensivo de Mão-de-Obra – PIPMO; Departamento de Ensino Médio do Ministério de Educação e Cultura – MEC	1972	Belém
Educação Sexual	Associação dos Professores do Instituto de Educação do Pará APIEP	1973	Belém
Licenciatura em Pedagogia e Administração Escolar	Universidade Federal do Pará –UFPA	1973	Belém
Formação de Secretários de estabelecimentos de Ensino	Centro de Educação Técnica da Amazônia – CETEAM; Departamento de Ensino Médio – MEC	1974	Belém
Encontro de Diretores de Escolas de 1º. Grau	Coordenadoria dos Órgãos Regionais e de Cooperação Financeira – SEDUC-PA	1977	Belém
Atualização de secretários de escolas de 2º. Grau	CETEAM; Departamento de Ensino Médio – MEC	1978	Belém
Atualização Pedagógica para Docentes do ensino de 2º. Grau	CETEAM; Departamento de Ensino Médio – MEC	1981	Belém
Atualização em Legislação do Ensino Aplicado ao 2º. Grau	CETEAM; Departamento de Ensino Médio – MEC	1981	Belém
Tecnologia Educacional	Fundação Educacional do Pará – FEP; SEDUC-PA	1981	Belém
Treinamento para o Sistema de Organização Modular de Ensino	FEP; SEDUC-PA	1981	Santarém

Fonte: AP de L. Mendes; Arquivo Público Municipal de Curuçá.

Na capital, à medida que Laura Mendes foi avançando nos estudos e na formação profissional, foi conseguindo trabalho. Iniciou como inspetora de alunos no IEP. Como coroamento desse esforço, em fevereiro de 1969, prestou concurso para professora primária da rede estadual de ensino e foi aprovada. A mesma recebeu seu certificado de aprovação e nomeação em 17 de fevereiro de 1970.

Neste ínterim, ela conseguiu espaço junto à Secretaria de Educação Estadual – SEDUC-PA, precisamente uma lotação com carga horária que lhe permitiu lecionar em escolas da área metropolitana de Belém. Dentre essas, estava a Escola Estadual “Ruth Passarinho”; a Escola Estadual “Jarbas Passarinho”; a Escola Estadual “Presidente Costa e Silva”; a Escola Estadual “Placídia Cardoso” e no próprio IEP. Ela também participou do Encontro de Diretores de escolas de 1º. Grau promovido em 1977 pela SEDUC-PA, através da Coordenadoria dos Órgãos Regionais e de Cooperação Financeira.

Após a sua graduação em 1973, no ensino superior, chegou em 1975 ao cargo de secretária do Instituto de Educação do Pará – IEP na capital do estado. Inclusive, ela assumiu em caráter excepcional a sua direção. Por certo, esse já era um *locus* bem distinto que o de seu nascimento, a povoação Ponta de Ramos, que se vê na Figura 4.



Figura 4: Vista da vila Ponta de Ramos, Curuçá-PA<sup>4</sup>.

Fonte: L. Simonian, 2011.

<sup>4</sup> Na parte abaixo das árvores maiores, tem-se uma praça totalmente destruída.

Pelo seu desempenho enquanto funcionária e educadora, Laura da Silva Mendes recebeu vários prêmios. Em 1969, ela recebeu o Diploma de Honra ao Mérito pelos serviços prestados como funcionária do Instituto de Educação do Pará – IEP. Em 1979, esse Instituto lhe outorgou a Medalha de Ouro Honra ao Mérito por sua atuação como professora e diretora de escolas estaduais da capital do estado. Nesse mesmo ano, recebeu uma homenagem do IEP, precisamente, o Diploma de Honra ao Mérito. No 20º. aniversário da Escola Estadual “Olinda Veras Alves”, sua direção lhe concedeu o Diploma “Amigo da Educação”.

### **3 A PROFESSORA LAURA E A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE 2º. GRAU EM MAGISTÉRIO EM CURUÇÁ**

Até 1980, Curuçá não possuía uma escola que oferecesse o curso de formação de professores ao nível de magistério, sendo o número de professores leigos no exercício da docência escolar na rede pública, tanto municipal quanto estadual, muito grande. Isso causava desconforto para aqueles educadores que almejavam avançar nos estudos e conseguir sua qualificação profissional. Inclusive, para estudar, eles tinham que deixar o município e se dirigir à cidade de Castanhal, o que se fazia com dificuldades.

A professora Laura da Silva Mendes, mesmo residindo em Belém, onde exercia a docência e a função de secretária do IEP, decidiu lutar pelo interesses de seus conterrâneos sedentos de formação profissional adequada. Assim, ela se empenhou e conseguiu que se implantasse uma escola de 2º. grau que oferecesse o curso de magistério, cujo objetivo era qualificar os professores leigos do município. Em 1979, ela fora convidada a retornar a Curuçá para compor a comissão responsável pela implantação de tal escola.

Por sua experiência na área de gestão escolar e formação profissional técnica, Laura da Silva Mendes foi indicada para exercer a gestão de tal unidade de ensino especializada, que recebeu o nome de Escola de Ensino Médio “Profª. Olinda Veras Alves”. Cerca de um ano depois, ela foi nomeada

diretora, de acordo com a Portaria N<sup>o</sup>. 604/1980, de 30 de maio, com efeito retroativo a partir de 01 de abril desse mesmo ano<sup>5</sup>. Como se percebe, esta escola tinha função dupla – ao mesmo tempo em que oferecia o ensino médio, também ofertava o curso de magistério, nesse caso, sob o Sistema Modular de Ensino – SOME. Na Figura 5, tem-se uma foto da diretora com os alunos.



Figura 5: Prof<sup>a</sup>. Laura da Silva Mendes,<sup>6</sup> então diretora, junto aos alunos pioneiros, em 1980.

Fonte: AP de LdaSM.

As autoridades que viabilizaram esse projeto foram: Alacid da Silva Nunes, governador do Pará; Dionísio João Hage, secretário de educação do Pará; Manoel Moutinho, presidente da FEP; Manoel Paulo Ferreira dos Santos, prefeito. Laura da Silva Mendes (2000, n. p.) se orgulhava desse projeto e assim se manifestou a respeito: “[...] os professores desejavam ver o prodígio de seu talento e hoje podem dizer sou professor com letras maiúsculas, devido a sua formação no curso técnico em magistério”. Ela permaneceu nessa escola com diretora e professora até 1985; ver Prancha II/ Figuras 6, 7 e 8.

<sup>5</sup> O professor Manoel Viegas Campbell Moutinho foi quem assinou esta portaria, isso na condição de superintendente geral da Fundação Educacional do Pará – FEP.

<sup>6</sup> Na terceira fila, sentada e de óculos, a terceira da esquerda para a direita.

## Prancha II



Figura 6: A diretora trajando a beca para outorga do grau de técnico em magistério.  
Fonte: AP de LdaSM.



Figura 7: Laura, como oradora oficial no desfile escolar de 1982.  
Fonte: AP de LdaSM.

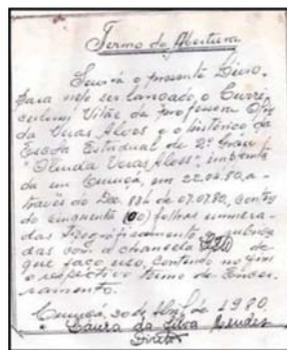


Figura 8: Termo de abertura do 1º. livro ocorrências da escola de 2º. grau de Curuçá, assinado pela diretora.  
Fonte: AP de LdaSM.

Na condição de aposentada, Laura da Silva Mendes retornou a Belém. Por um período não muito longo tratou de sua vida particular. Porém, em 1993, recebeu um convite para voltar a atuar na área da educação em Curuçá.

## 4 A CHEFE DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Aos 75 anos de idade, a Prof<sup>a</sup>. Laura aceitou o convite do prefeito municipal de Curuçá, Osvaldo Felix Nauar, para exercer o cargo de Chefe do Departamento Municipal de Educação, a Secretaria Municipal de Educação atual, por quatro anos (Prancha III/Figura 9). Esse foi momento importante na vida profissional dessa professora, pois nesse período ela conseguiu junto ao MEC o reconhecimento das escolas municipais sediadas em Curuçá. Também, promoveu a qualificação dos professores da rede municipal na área de magistério através do Projeto Gavião por um convênio com a SEDUC-PA.

Ao deixar este cargo devido à saúde frágil e à idade avançada, a Prof<sup>ª</sup>. Laura disse: “[...] estou sim aposentada do serviço público, com mais de 50 anos de trabalho, entretanto, com muita saudade do valor temporário com servi ao estado e ao município” (Mendes, 1996, n. p.). Pessoa de lúcida inteligência e de uma cultura bastante desenvolvida, essa mestra gozava do respeito e admiração no seio da sociedade curuçaense e paraense. Ela foi e continua sendo vista como exemplo de figura feminina que venceu os preconceitos e a discriminação num tempo difícil para a mulher.

Em abril de 2001, por ocasião da colação de grau dos alunos do curso de magistério da Escola Estadual Olinda Veras Alves, a Prof<sup>ª</sup>. Laura proferiu um discurso longo em que, com sabedoria e humildade, agradeceu a homenagem e dividiu seus feitos com os colaboradores do município e do estado.

Quis a divina providência que hoje, eu estivesse para comungar da alegria que reina nos corações de cada concluinte do Curso Técnico em Magistério da Escola Estadual de Ensino Médio “Prof<sup>ª</sup> Olinda Veras Alves” e para agradecer a homenagem a mim prestada pelos alunos, como Diretora fundadora da referida escola que hoje esta completando 20 anos de serviços à Educação e à sociedade curuçaense [...], dando assim oportunidades para centenas de professores leigos e outras pessoas que não tinham como completar seus sonhos, em relação à continuidade de estudos [...]. Quero agradecer, de coração puro e sincero, o afeto amoroso dos formandos, especialmente daqueles que fizeram questão de minha presença aqui. [...] para receber ao vivo, esta homenagem como 1<sup>a</sup> Diretora e Fundadora desta querida escola. Recebam também o meu carinho agradecido. Muito obrigada e sejam felizes! (Mendes, 2001, n. p.).

Uma das últimas aparições em público da Prof<sup>ª</sup>. Laura ocorreu durante a cerimônia de apresentação dos símbolos municipais oficiais de Curuçá, que teve lugar na Câmara Municipal em julho de 2009, como se vê na Prancha III/Figura 10.

### Prancha III



Figura 9: Atendendo em seu gabinete, como Chefe do Departamento Municipal de Educação, 1994. Fonte: AP de LdaSM.



Figura 10: Aos 91 anos, a Profª. Laura ainda demonstrava seu sentimento patriótico participando das cerimônias cívicas<sup>7</sup>. Fonte: AP de LdaSM.

Esta curuçaense foi incansável quanto ao compromisso com sua educação enquanto indivíduo, com a do município e com a do estado do Pará. E cultivou esse propósito até o final de sua vida, sempre buscando incentivar os colegas e os mais jovens. Inclusive, se pode afirmar que antes de tudo se considerou professora, mestra.

## 5 A MORTE E A IMORTALIDADE

Curuçá perdeu em 21 de abril de 2009, às 12h30, uma das personalidades mais importantes de sua história educacional, social e política, a renomada Profª. Laura da Silva Mendes. Seu falecimento deu-se com a idade de 91 anos. E em sua memória e em razão das contribuições relevantes ao município de Curuçá, conforme Curuçá (2009), a administração municipal decretou ponto facultativo no dia 22 de abril de 2009 e luto oficial por três dias no município.

<sup>7</sup> Da esquerda para a direita: Profª. Maria Campos, a Profª. Laura, o autor deste artigo, Maria Lucimar Sousa Santos, Darcy Alves de Lima e o Vereador Egídio Nascimento Paes.

Então, muitas foram as homenagens prestadas à Prof<sup>ª</sup>. Laura. No Cemitério Municipal de Curuçá e durante o enterro, o ex-prefeito Manoel Paulo Ferreira dos Santos e o autor desta entrada nominal discursaram. E o fizeram em nome da sociedade curuçaense. A mesma também recebeu salva de palmas. Ainda, a poetisa Telma Coelho, sua ex-aluna, leu um poema<sup>8</sup> que fez em sua homenagem. Ainda, na sessão ordinária da Câmara Municipal de Vereadores – CMV de Curuçá, em 24 de abril, a vereadora Silvia Melo registrou voto de pesar pela morte da Prof<sup>ª</sup>. Laura. Isso foi feito em nome dos demais vereadores. Ainda, outras homenagens se seguiram.

Dentre estas, tem-se a denominação de uma escola em construção como Escola Municipal de Educação Infantil “Prof<sup>ª</sup>. Laura da Silva Mendes”. Isso como proposta de 767 curuçaenses que se manifestaram via abaixoassinado junto à CMV de Curuçá, processo intermediado pela vereadora Ana Silvia Neves de Melo. O objetivo de tal proposta foi o de immortalizar o nome dessa cidadã na história educacional curuçaense.

## REFERÊNCIAS

CURUÇÁ. *Decreto nº. 046/2009*: faculta o dia 22 de abril de 2009 a todos os servidores públicos municipais, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pela Senhora Laura da Silva Mendes, falecida no dia 21/04/2009 e luto oficial pelo período de três dias. Prefeito Fernando Alberto Cabral da Cruz. Curuçá, 22 abr. 2009.

MENDES, L. da S. *Discurso lido na formatura dos alunos do curso de magistério da Escola Estadual “Olinda Veras Alves”*. Curuçá, abr. 2001. Arquivo pessoal.

———. *Observações feitas ao deixar o cargo de diretora de ensino de Curuçá*: anotações de Paulo Henrique dos Santos Ferreira. Curuçá, 1996. n. p. Arquivo pessoal de PHSF.

———. *Entrevista concedida a Paulo Henrique dos Santos Ferreira*: anotações. Curuçá, 2000. n. p. Arquivo pessoal de PHSF.

---

<sup>8</sup> Ver este poema no Anexo 1, que inclui outro.

## ANEXO 1: POEMAS EM HOMENAGEM À LAURA DA SILVA MENDES

Professora Laura  
por Telma Coelho, 2010

Professora Laura, que saudade  
Eu me lembro até hoje  
Quando eu estudava com a senhora  
Naquela escolinha  
Durante ser a minha professorinha  
Eu jamais faltaria àquela escolinha  
Eu chegava lá  
A senhora me mandava me sentar  
Me ensinando a escrever  
Ler ao mesmo tempo, a cartilha do ABC  
Que saudade, da professora Laura  
Era uma mulher muito importante  
Era homenageada a todos os estudantes  
Das escolas onde ela lecionou  
Por tudo quanto foi canto  
A professora Laura passou  
Deixando admiração e encanto  
E todos a admiravam  
O seu prestígio e sabedoria  
Sua inteligência e dignidade  
E todos a amavam  
E lhes prestavam solenidade.  
Hoje a professora Laura  
Não se encontra mais entre nós  
Ela partiu para Deus Nosso Senhor  
Somente por aqui a saudade ficou

E a lembrança para aqueles  
Que ela a todos ensinou  
Nas escolas onde ela passou  
Deixando aos seus alunos  
Uma lágrima nos olhos que brotou  
Da saudade que a todos deixou.

### **Personagem da história**

Pelos alunos da Escola Estadual “Prof<sup>ª</sup>. Olinda Veras Alves” à Prof<sup>ª</sup>.  
Laura Mendes. Curuçá, 19 abr. 2000.

Teu nome fulgura na história estudantil  
Como heroína destacada entre outras mil  
Servindo sempre bem, educando seus alunos  
Para melhor servir o Brasil.  
É um nome exemplar que faz parte  
Das famílias tradicionais de Curuçá  
Muitos por aqui passaram e também  
Deram sua contribuição entre eles:  
Orivaldo Saraiva e Conceição Galvão  
Professora Laura Mendes, ainda  
Muito tens a nos orgulhar  
O nosso orgulho maior é:  
Que a senhora nossa 1<sup>a</sup>. Diretora  
Ainda viva está!  
Quem de ti não lembrará?  
Quem haverá que teu nome não comente  
Quem há de esquecer também  
O primeiro corpo docente.  
Preparaste o Olinda, sempre

Com muita dedicação, dirigindo  
Sempre bem com meta a boa educação  
Dos filhos de Curuçá  
Para melhor servir a nação  
Minhas palavras são poucas  
Grande é a nossa emoção, de  
Nesta festa de aniversário do Olinda  
Você estar pisando neste chão  
Saiba que esta história tem sua participação  
Obrigado Dona Laura, nome de muita  
Estima, conhecido no Pará  
Por formar sábios alunos  
Saídos de Curuçá  
Para encerrar eu tenho uma novidade  
Quando a professora Laura repreendia  
seus alunos  
Com amor dizia sempre esta frase:  
“Se vocês não conhecem a Adelaide  
Não se metam com ela  
Pois ela gosta de lealdade”.



# MERIAN, Anna Maria Sybilla, 1647-1717

## NATURALISTA Y PINTORA: ENTRE EL ARTE Y LA CIENCIA EN EL SURINAME

*Patricia Tovar*

### 1 INTRODUCCIÓN

El 18 de junio de 1701, zarpó de Paramaribo un barco cargado de azúcar, *The Peace*, de regreso hacia Holanda. En él iba Anna María Sybilla Merian<sup>1</sup>, acompañada de su hija de veintidós años, Dorothea, su sirvienta y asistente indígena y una joven, Laurentia Verboom, recomendada a sus cuidados para ser entregada a su familia en Europa. Dentro de su voluminoso equipaje llevaba toda clase de insectos, orugas, ranas, lagartos,<sup>2</sup> huevos, crisálidas, plantas, en fin, toda orden de especímenes que pudieran ser preservados para sus estudios posteriores, y pudieran ser pintados o vendidos a ávidos coleccionistas. Llevaba también muchas pinturas y notas de lo que había observado en esas tierras “asombrosas”.

En resumen, en este capítulo se revela la historia de María Sybilla Merian, una mujer extraordinaria y talentosa, conocedora de animales y plantas, pintora y naturalista. A los cincuenta y dos años decide emprender un arduo y costoso viaje a través del océano, a regiones inhóspitas y salvajes, de una selva poblada de seres fantásticos en Surinam, en ese entonces, colonia holandesa. En una época que pocas mujeres se atrevían a viajar sin la compañía de un hombre, ella lo hace para explorar zonas tropicales, remontar precariamente ríos, visitar aldeas y asentamientos, observar detenidamente y recoger toda clase de cosas de su interés.

---

<sup>1</sup> A seguir ella será referida como María Sybilla Merian o como María Sybilla.

<sup>2</sup> Insectos (gén. *Cantharis* L.); orugas (familia NOCTUIDAE); ranas (RANIDAE); lagartos (gén. *Abronia*, Gray).

La grandeza de María Sybilla fue atreverse a mirar lo pequeño y lo insignificante y a descubrir sus secretos. En vez de gritar y correr asustada por una diminuta e insignificante araña, se detenía fascinada a observarla. Y al ver una mosca, no la mataba de un golpe, sino que se ponía a admirar la translucidez de sus alas y su colorido reluciente como una joya. Sus ilustraciones transformaron las imágenes malignas y erróneas que se tenía de los insectos, permitiendo que se entendiera el proceso de metamorfosis, se divulgara el conocimiento y se viera y representara a la naturaleza de otra manera.

## **2 MARIA SYBILLA COMO PERSONA E INVESTIGADORA**

De hecho, trece años tenía cuando se dio cuenta de que los insectos no surgían espontáneamente del barro de la tierra, ni de la materia en descomposición, como se creían algunos, y como si fuera por arte del demonio. Con cuidado los recogía a escondidas de sus vecinos, para que no la acusaran de brujería, los guardaba, los alimentaba, los observaba y los pintaba. Así, llegó a la conclusión de que las misteriosas creaturas aladas que llegan en verano a los campos europeos dejaban diminutos huevos, y que de allí emergían larvas<sup>3</sup>.

Cuando emprendió su viaje a América del Sur, María Sybilla (Figura 1-3) tenía ya gran reputación en Europa, había publicado importantes obras y era común verla en los círculos de naturalistas, con quienes mantuvo una nutrida correspondencia, además de hacerse visitante en el recién creado Jardín Botánico de Amsterdam. Para esa altura llevaba varios años divorciada de Johann Andreas Graff, diez años mayor que ella, de profesión dibujante y grabador, procedente de una familia notable de Nuremberg. Ya María Sybilla había nacido en Frankfurt am Main, en el seno de una familia de pintores y artistas.

---

<sup>3</sup> Entonces, poco a poco y en un proceso lento, comían vorazmente, crecerían, tejerían un capullo y se transformarían en “aves de verano”, como llamaban a las mariposas en esa época.



Figuras 1-3: Retratos pintados de María Sybilla.

Fuentes: (1) Anónimo, s. XVII; (2) Arnold Houbraken (1679, *apud* Davis, 1995); (3) De Bale.

Matthaus Merian fue su padre y murió cuando ella apenas tenía tres años, pero alcanzó a publicar el libro de pinturas de flores *Florilegium renovatum* y una serie de grabados sobre Grandes Viajes al Nuevo Mundo, que posiblemente le habrían de servir de inspiración. Su madre, Johanna, se casó en segundas nupcias con Jacob Marrel, quién tenía un taller donde impartía clases. Éste disfrutaba de reconocimiento en su trabajo y frecuentaba muchas familias importantes en Alemania. Fue Jacob quién le enseñó el amor por la pintura realista, las técnicas del óleo y de la acuarela, los grabados en cobre y la pintura en textiles.

De esta manera estuvo expuesta desde edad muy temprana a un ambiente de creatividad, hasta que se especializó en el trabajo de dibujar flores e insectos. Inclusive, había en esta época muchas mujeres dedicadas a la pintura, pero no era costumbre que estudiaran o pintaran el cuerpo humano y menos todavía el masculino. Desde el arte, el conocimiento del cuerpo estaba excluido para ellas, así que de la mano de su madre aprendió el arte del bordado y tuvo contacto con el trabajo de la seda.

Algunos comerciantes amigos de la familia se dedicaban al cultivo del gusano de seda (*Bombyx mori*), y el hermano de su padrastro era comerciante de sedas que llegaban de lejanas tierras. Por esa razón, María tuvo acceso al conocimiento del proceso de desenrollar los capullos e hilar la seda, trabajo

que estaba a cargo de las mujeres y que ella podía observar fácilmente. Eso se ve reflejado en sus primeras pinturas, que fueron del gusano de seda alimentándose de las hojas de la morera (*Morus nigra*). Su segundo libro fue un tratado sobre las abejas, constantes, industriosas y útiles en producir la miel, agradable “don de dios”, como lo describió en uno de sus escritos.

Nadie en su familia se sorprendía de las excentricidades que se le notaban desde pequeña, ni de que pasara horas observando a los extraños objetos que había en el Gabinete de Curiosidades que tenía su familia. Eso era una especie de mini museo, que estaba de moda entre las clases acomodadas de Europa. De igual manera, la aristocracia encargaba mariposas y otros insectos para sus colecciones privadas, pagando a veces sumas exorbitantes.

A los dieciocho años María contrae matrimonio con Johann Graff, uno de los estudiantes favoritos de la escuela de su padre, y se traslada a Nuremberg, donde nace su primera hija, llamada Johanna Helena. Allí continúa su trabajo de recolección, observación y pintura de flores e insectos y se dedica a enseñar su técnica y sus conocimientos a un grupo selecto de jovencitas de la ciudad. Se rodea de otras mujeres también pintoras e ilustradas como ella, y establece una gran amistad con Dorothea María Auerin, quién será la madrina de su segunda hija y a quién bautizará con el mismo nombre.

Su vida matrimonial no era muy feliz, razón por la cual solicita el divorcio. Eso era algo posible, pero no muy corriente a una mujer de su época. Así, ella retorna a firmar sus trabajos con su apellido de soltera y, para sostenerse con dos hijas, vende bordados y dibujos, hace uno que otro retrato, además de publicar un libro de flores de jardín que se suponía serviría como muestras y patrones para labores de bordado.

Dos obras ilustradas de ciencias naturales muy importantes vieron la luz en esta época; *El teatro de insectos y otras criaturas menores*, de Jan Swammerdam, y *La Historia General de los Insectos*, publicada en el año 1669. Ese último libro intentaba clasificar diferentes especies y mostraba algunos momentos de transformación. Pero se centraba en la disección de los animales y sus diferentes órganos internos, vistos posiblemente a través de un microscopio.

### 3 PRODUCCIÓN CIENTÍFICA DE MERIAN Y VIAJE A SURINAM

Maria Sybilla Merian publica su primer libro en el año 1679, éste sería el primer volumen sobre las orugas, su maravillosa transformación y su peculiar subsistencia a partir de los alimentos proporcionados por las flores. La gran diferencia de su trabajo era que ella mostraba los animales en todo su esplendor, vivos y en movimiento, acompañados de las plantas que los alimentaban, incluso enseñando las hojas agujereadas por donde habían pasado las orugas. La exquisitez y el detalle de sus insectos eran dibujados después de ser muy observados a través de una lupa.

O sea, su mirada era lo que hoy día se llamaría mirada ecológica, pues trataba de representar todo el ambiente que rodeaba al insecto. En esa época no se conocía aún el papel de los insectos en la polinización de las plantas, tampoco se sabía que éstas tenían órganos reproductivos. Cómo se verá más adelante, sus trabajos sirvieron para que se mejoraran los estándares de la ilustración científica.

Previas a su trabajo, algunas de las ilustraciones de plantas incluían insectos, los cuales estaban allí más bien para adornar que para contar una historia. No mostraban ningún proceso de transformación y tampoco de asociación con la planta representada. Aparecían más bien como metáforas de la resurrección y siempre con otras connotaciones religiosas. Por lo general, los dibujos de la naturaleza estaban acompañados de alguna narrativa o comentario que hacía referencia a la grandeza del creador, a veces con citas textuales de la Biblia.

Aunque el trabajo de Merian estaba imbuido de un cierto tono religioso, no había alegorías de ninguna clase, excepto en el caso de las abejas ya mencionadas. La diferencia con otros pintores es que ella se tomaba la molestia de capturar, criar, y estudiar a los insectos. Y lo hacía para conocerlos en ciertos momentos, es decir: era una aficionada entomóloga.

De hecho, la vida de María Sybilla estuvo atravesada por un intenso episodio religioso de transformación. Libre, ya como mujer divorciada,

aunque nacida Luterana, junto con su madre y sus hijas se une a la comunidad de los Labadistas, radicada en Frankfurt, entregando todos sus bienes y talentos terrenales al servicio del grupo. Allí vive en un ambiente austero y de mortificación, alejado de los placeres del mundo, en donde se entera de los esfuerzos de varios de sus correligionarios, así como de sus intentos en asentarse en las colonias convirtiendo a las tribus y a los esclavos que allí vivían. Seis años duró esa experiencia, hasta que deja atrás la austeridad y el misticismo y se muda a la ciudad de Ámsterdam.

En el siglo XVII, pocos fueron los naturalistas que viajaron a tierras distantes con el propósito de observar directamente a los especímenes, tomar notas, bien como recogerlos. Cuando María Sybilla tenía apenas un año, se publicó la *Historia Natural de Brasil*, resultado de una expedición auspiciada por el príncipe Johan Maurits of Nassau-Siegen. Él también viajó con dos médicos ilustres, con el fin de observar directamente las cosas raras y curiosas de las colonias.

De igual manera, los mercadores de la Compañía Oriental de las Indias Holandesas recibían encargos de importantes notables de la época. Con el fin de impresionar a sus amigos, ellos querían oír de primera mano y obtener muestras para sus colecciones, como objetos, animales, plantas y minerales. Con excepción del viaje de María, la gran parte de las expediciones eran financiadas por la realeza o por personajes de muchos recursos, que no querían ni podían hacer el viaje ellos mismos.

La calidad y variedad del trabajo de Merian le habían permitido vivir confortablemente como mujer divorciada que se hacía cargo de dos hijas. Sin embargo, esto no era suficiente para su viaje a Surinam, acompañada de una hija soltera. Por tanto, decide vender muchas de sus propiedades y obras a coleccionistas. Y como mujer independiente, solicita un préstamo, el cual garantiza, ya que tardaría varios años en pagarlo, pues en prenda se respaldaría con lo que pudiera traer a su regreso.

Un viaje transatlántico de esta envergadura necesitaba varios años de preparación y se corría toda clase de riesgos. Las tormentas, los piratas y otras desgracias acechaban a los viajeros, cosa que hacía necesaria la elaboración de

un testamento, de hacer rogativas y de encomendar el alma a Dios. La partida hacia Surinam se realizó en junio de 1699, pocos meses de redactar y firmar varios documentos, donde también se empeñaba parte de las ganancias del viaje, en prenda, como parte del pago de la deuda adquirida para los gastos del viaje.

Sus dos hijas quedaron como herederas universales, y el esposo de su hija Helena, Jacob Hendrik Heroldt, quedó nominado como uno de sus agentes en la venta de sus pertenencias. Jacob se dedicaba al comercio ultramarino, en la Compañía Holandesa de las Indias Occidentales. La motivación principal de María Sybilla para tal viaje fue la de ver exóticos insectos (Figura 5), animales y plantas en su estado natural, no como seres independientes, sino asociados directamente con su medio ambiente.



Figura 5: Insecto en billete de 500 marcos en honor a Maria Sybilla.  
Fuente: Germany, 1991.

Después de un viaje fatigoso de tres meses en un barco mercante, madre e hija desembarcan en Paramaribo. La vida de la colonia estaba poblada de esclavos trabajando en extensas plantaciones de caña de azúcar, de algunas familias europeas propietarias, asentadas en la región, de cimarrones y de indígenas Caribes y Arawak. Merian encuentra una casa en Paramaribo y desde allí realiza visitas a varias localidades, a lo largo de los ríos Surinam, Saramacca y Maroni, sin pérdida de tiempo, inmediatamente después de su llegada.

Maravillada por las cosas que veía, emprende viajes cortos a lo largo de la costa y de los ríos, donde no habitan europeos y, junto con su hija aprenden

la lengua criolla hablada en la zona, para comunicarse más fácilmente con los nativos<sup>4</sup>. Desde su llegada, siempre se encontró bajo la protección del comandante Laurens Verboom, a quién encargaría que se llevara consigo, en viaje de regreso a Holanda, su hija; aquel que le dio personal esclavo e indígena para que la acompañara como guía en sus recorridos por las florestas y los ríos. Tales personas se encargaban de abrir las trochas, de trepar a los árboles y bajar flores y frutos, además de trasplantar especímenes al jardín que organizó en su casa de la ciudad.

Esta relación terminó siendo muy fructífera, ya que le permitió desplegar intuitivamente talentos que hoy se llamarían etnográficos. Además, Meriam les dio créditos de manera muy inusual a la época. Entonces, solo una persona se llevaba el reconocimiento, como si todo hubiese estado a cargo de un solo individuo, a quienes hoy llamaríamos asistentes y colaboradores de la investigación de campo.

Quizá por esta razón fue fácil para ella acercarse a las mujeres esclavas, cimarronas e indígenas y recopilar sus conocimientos sobre las hierbas y plantas que mantenían en sus jardines. Incluso, esas mujeres se internaban en la espesura de los bosques a recoger muestras para ella o se sumergían en la profundidad de las aguas a extraer moluscos y conchas, cuidadosamente como ella les enseñara, para pronto ser preservados en brandy. De igual manera, prensaban o transportaban su creciente colección para ser embarcada hacia Holanda.

Meriam pinta una de sus láminas titulada *Flos pavonis*, o Flor pavo real, y anota como sus semillas apresuran el parto. Ella hace una explicación de los usos de esa planta. Eso según como se lo contaron directamente las mujeres esclavas, que la utilizaban para deshacerse del fruto de sus vientres, cuando decidían que no querían producir más esclavos para sus amos.

De una manera muy cercana, Meriam se enteró de muchos secretos de mujeres y reportó, sin condenar, las prácticas abortivas totalmente censuradas por la ley y por la iglesia en Europa. Sus cuadernos estaban llenos de notas de campo. En esas, mostraba la instrucción que recibía de los africanos y de

---

<sup>4</sup> Aquellos que siglos después la antropología llamaría de informantes.

los amerindios, al respecto de plantas y animales, sus usos, además de otros datos de carácter etnográfico<sup>5</sup>.

Las noticias sobre su labor de recolección y pintura se extendieron por la región, de manera que indígenas, esclavos y blancos la buscaban para llevarle cosas que, tal vez, pudieran interesarle. Aunque la agobiaba el calor, se movió lo más que pudo por ríos y bosques. A veces en frágiles embarcaciones y exponiéndose a diversos peligros, hasta que la salud comenzó a fallarle y tuvo que empezar a organizar su regreso a casa. No se sabe qué ocurrió con la mujer indígena que la acompañó en su viaje de regreso, pero lo que sí está claro, es que ejerció un papel primordial como asistente, explicando para qué servía cada una de las plantas que había llevado de vuelta a Holanda.

Sus hijas resultarían instrumentales en esta empresa de recolección, documentación y posterior publicación, incluso después de su muerte. También muy talentosas, alentadas y entrenadas por su madre, en los secretos de su arte, sus dos hijas fueron cercanas colaboradoras, tanto en el trabajo de pintar y recoger insectos, como en los negocios. Johana se traslada a vivir permanentemente a Surinam y allí continúa pintando y enviando material a su madre, mientras que Dorothea se casa y se traslada a San Petersburgo.

En los círculos científicos europeos se le da crédito a Maria Sybilla por haber llevado la descripción e ilustraciones de las plantas de cassava (*Manihot esculenta* Crantz; *Manihot utilissima* Pohl), guayaba (*Psidium guajava* – MYRTACEAE), papaya (*Carica papaya*) (Figuras 6-8), batatas (género *Solanum*) y muchas otras raíces y frutos desconocidos en Europa, y que para las cuales los indígenas ni siquiera tenían nombre; y de las orugas y otros insectos que se alimentaban de sus hojas. Varias veces Merian se lamentó de la destrucción de los bosques, debido a la intensidad del cultivo de la caña de azúcar (*Saccharum officinarum*).

---

<sup>5</sup> Ejemplos de esto era lo que escribía sobre la división del trabajo en el cultivo de plantas, las tareas asignadas a cada género y los extraños rituales de iniciación; también reportaba otros usos de los insectos para demostrar el valor y la fortaleza; o en el caso de los hombres, cuyas esposas acababan de dar la luz y que, en tanto, ellos eran los que se reclinaban en sus hamacas por varias semanas, como si estuvieran en un capullo.



Figura 6-8: (1) Dibujo de la papaya (*Carica papaya*); (2) dibujos en estampillas de los EUA, (3) Cassava con polilla sphinx (*Sphinx ligustri*) y *Boa constrictor* (todos hechos por Merian. Fuentes: (1) London: The Royal Collection; (2) Frankfurt am Main: Städel Museum; (3) Merian (1705, *apud* Davis, 1995).

Cuatro años después de su regreso a Amsterdam, María Sybilla consiguió finalmente terminar su obra titulada *Metamorphosis Insectorum Surinamensium*. *La metamorfosis de los insectos de Surinam*, publicada originalmente en holandés y en latín, donde mostraba los animales maravillosos y otras creaciones del Señor Dios, como escribió en el prólogo. Esa fue una edición de sesenta grabados a color, con sus respectivas anotaciones y con copias disponibles en blanco y negro o coloreadas por ella.

El libro fue inmediatamente considerado un éxito y se convirtió en su obra más ampliamente conocida, donde se mostraban por primera vez insectos y plantas de zonas tropicales del Mundo Nuevo, antes nunca vistas por naturalistas. Los insectos, en particular, ocupan un espacio central en los estudios de las ciencias naturales, pues apenas habían sido nombrados de pasada en los trabajos de Marcgraf sobre Brasil. De esta manera, ella contribuyó a crear en Europa una nueva conciencia sobre la vida animal y vegetal del planeta.

Años después de su regreso de Surinam, a los sesenta y dos años, María Sybilla se había transformado en lo que hoy se llamaría una celebridad en Amsterdam. Cualquiera que quisiera aprender algo sobre la naturaleza, debería pasar por su casa y comprar sus libros y acuarelas. Eso hizo Pedro el Grande cuando pasó por la ciudad. Su médico de cabecera adquirió varias obras a su nombre.

Años antes, María Sybilla había enviado a la Reina Ana de Inglaterra una copia, especialmente iluminada para ella, de su *Metamorfosis de los Insectos de Surinam*, y con una dedicatoria especial, de mujer a un personaje de su mismo sexo. Vale relatar que, después de ese viaje cambió la forma de representar la fauna (Figura 9) y flora de los trópicos y de las colonias, con relación a la que se hacía hasta entonces, mostrando indígenas o esclavos arrodillados, haciendo ofrendas y obsequiando regalos a los europeos.

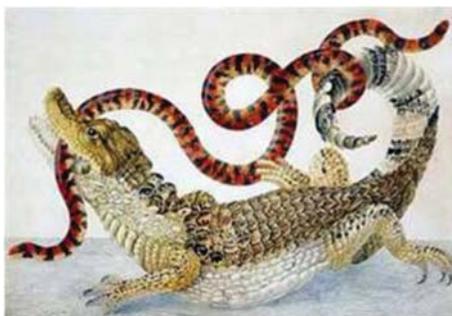


Figura 9: El caimán (*Caiman latirostris*) con coral falsa (*Erythrolamprus aesculapii*); dibujo de 1719.

Fuente: The Royal Collection and Städel Museum, Frankfurt am Main.

En el año 1711, Maria Sybilla sufre un derrame cerebral del cual se recupera, aunque queda con algunos problemas que la debilitan, pero eso no le impide de continuar trabajando por seis años más. El mismo año de su muerte, en 1717, su hija Dorothea publica en Amsterdam las tres partes de la obra de su madre, en el volumen titulado *Erucarum Ortus Alimentum et Paradoxa Metamorphosis*,<sup>6</sup> donde se incluyen 50 láminas, un apéndice con dibujos de su hija Johanna, enviados desde su residencia en Surinam; y un retrato de su madre en la vejez. Al año siguiente, Dorothea se traslada a San Petersburgo, razón por la cual gran parte de la obra de María Sybilla termina en Rusia.

<sup>6</sup> El fue dedicado a la *Pia Memoriae* Matris Ejus Maria Sibylla Merian y para los amantes de los insectos.

## 4 CONCLUSIONES

El trabajo de María Sybilla continúa siendo ávidamente apreciado y coleccionado. Es adquirido, mismo a altos precios en el mercado, cuando se encuentran en buen estado. Pero es lamentable muchos de sus libros se deterioraron por el uso amplio, a lo largo de los años.

También, ellos inspiraron muchas generaciones de naturalistas y exploradores. Entre ellos, al Barón Alemán Alexander von Humboldt y al sueco Carl Lineo. A menudo ellos citaban el trabajo de Merian como pionero en la clasificación de las especies. A comienzos del siglo XVIII, Holanda era un centro importante de conocimiento, cosa que atrajo a Lineo para sus estudios de medicina y botánica.

Allí mismo, apenas un par de décadas después de la muerte de María Sybilla, publicase su libro famoso, *Sistema Natural* de clasificación botánica. Hoy en día, más de tres siglos después de su muerte, los que acceden a su obra, siguen encantados con la belleza, los colores exuberantes, la brillantez y la calidad científica de su colección. Muchos la imitaron, pero pocos alcanzaron su grandeza.

## REFERENCIAS U OBRAS DE CONSULTA

DAVIS, N. Z. 1995. *Metamorphoses. Women on the margins: three seventeenth century lives*. Cambridge: Harvard University Press.

GERMANY. [*Billete de 500 marcos en honor a Maria Sybilla Merian*]. *Currency Commission*, 1991. Disponible en: <[www.thecurrencycomission.com](http://www.thecurrencycomission.com)>. Acceso en: 2011.

POLK, M.; TIEGREEN, T. *Women of discovery. A celebration of intrepid women who explored the world*. New York: Clarkson Potter Publishers, 2001.

REITSMA, E. *Maria Sybilla Merian and daughters*. Amsterdam: The Rembrandt House Museum; Getty Publications, 2008.

WETTENGL, K. (Ed.) *Maria Sybilla Merian (1647–1717): artist and naturalist*. Ostfildern: G. Hatje, 1998.

WYNNE, C. (Ed.). *New book of flowers*. London: Prestel Publishing, 1999.



**PRINCESA DO IPOMONGA – desde  
tempos imemoriais - ...  
ENCANTAMENTO NAS TERRAS DE CURUÇÁ**

*Raimundo Carlos de Moraes Santos  
Maria do Socorro Pinheiro Ruivo*

## **1 INTRODUÇÃO**

No arsenal cultural do município de Curuçá, se entrelaçam lendas e mitos que encontram substância nos aspectos geográficos, ambientais e sociais, permitindo conceber narrativas da cultura local. Sabe-se que lenda é a narração de caráter maravilhoso, em que os fatos históricos são modificados pela imaginação do povo ou do poeta (Casudo, [1949] 1984; Oliveira, 1951). Por outro lado, de acordo com o mesmo autor, o mito é a narrativa de significação simbólica, transmitida de geração em geração dentro de um determinado grupo e considerada verdadeira por ele.

A Princesa da praia do Ipomoanga é uma figura feminina mítica, elemento comum na cultura e na religiosidade dos povos amazônidas. Essa mulher fabulosa desperta a curiosidade e o interesse de estudiosos do assunto, bem como de inúmeros moradores do município. Isso em função dos poderes extraordinários que possui e de suas manifestações fantástico-maravilhosas a trabalhadores e visitantes que estiveram na ilha homônima (Santos, Brito, 2002). Ipomonga situa-se no litoral do município de Curuçá e é cheia de encantos e magias, segundo o imaginário popular.

A personagem objeto deste capítulo é dona de uma beleza extraordinária, segundo as pessoas que a descrevem; também, é figura pertencente a um clã da realeza que habita o mundo fantástico da encantaria. Sua tez é morena clara, olhos esverdeados que se exibem incrustados como duas gemas preciosas num rosto oval belíssimo; e esse é bem delineado

por madeixas castanhas longas e onduladas e seus membros alongados imprimem graça e preciosidade a seu porte escultural (Santos, Brito, 2002). Ainda, locomove-se com extrema altivez e delicadeza como se flutuasse nas areias alvas da praia ou nas ondas do mar.

Em campo, são diversas as narrativas orais populares daqueles que ouviram dizer e também dos que afirmam que presenciaram um feito ou manifestação de tal Princesa. Nesse ponto, note-se que em Curuçá, outros encantados são mencionados com frequência. Inclusive, recentemente, Simonian *et al.* (2011) lançaram uma obra sobre a ilha Pacamorema, também de Curuçá, em que analisa a partir das evidências produzidas, a presença de feiticeiras e sua relação com questões de desenvolvimento. Mas essas são apenas algumas das tantas identidades lendárias ou míticas desse município e região.

Com esta entrada nominal, pretende-se divulgar a presença dessa entidade e de tantas outras do mesmo gênero, dentro da cultura e da religiosidade popular dos curuçenses. E, por que não dizer, dos amazônidas da região nordeste do Pará. Assim, pretende-se contribuir para a preservação da sua identidade mítica e cultural.

## **2 IPOMONGA ENQUANTO AMBIENTE E LOCUS DE CULTURA MÍTICA**

Ipomonga é uma ilha (com praia homônima) situada numa das entrâncias da baía do rio Curuçá, na porção meridional do município. Quando se fala dessa ilha, em geral descrições sobre as belezas praianas vêm à tona. Entretanto, referências aos bacurizais sempre acompanham essas primeiras descrições.

Mas veja-se a descrição de Cunha (1939, p. 37) sobre tal ilha, ele que é um clássico sobre Curuçá:

A ilha do Ipomonga é famosa pelas lendas que contam acerca dos mysterios que envolvem as suas tradições: "Navios de fogos acessos a manobrar ao largo, sinos a repicar festivamente, gallos a anunciar a madrugada, cavaleiros em ginetes fôgosos, de espada em punho, a intimidar incautos pescadores a retirarem o **muquem** (girão sobre braseiro para assar peixe pelo calor) da porta do Palacio do Rei, que vae sahir a passeio, chumbadas desatadas da linha de pesca à hora da preamar, a 20 braças de profundidade, pedra visível na baixa mar das grandes marés, trazendo esculpida uma inscrição cuja leitura produziria o prodígio de fazer surgir a cidade que alli vive submersa, se as letras não se trocassem a todo instante, motivo porque ainda não houve doutor que desse jeito a tão complicado e original logogrifho".

A descrição de Cunha (1939) permite uma associação: a de que essa Princesa bela pode perfeitamente ser filha desse rei que segundo as lendas da ilha também sai a passear na praia escoltado, tal qual a Princesa, por fieis cavaleiros.

Augusta Alves (2002) (65 anos, mãe-de-santo) relata que desde criança "[...] já ouvia de seus pais, tios e outras pessoas de idade mais avançada que na praia do Ipomonga se escutava em 'horas abertas' (6h, meio-dia, 18h e 24h) galo (*Gallus gallus domesticus*) cantar, cachorro (*Canis lupus familiaris*) latir, vozes de moças vindas do fundo do mar, banda de música tocar, sino bater [...]" (Augusta Alves (2002, *apud* Santos, Brito, 2002, p. 10). Ainda, segundo mãe Augusta, num determinado tempo, os pescadores que lá frequentavam perceberam que surgiu na praia uma pedra que se mantinha no mesmo nível da água da maré, não ia ao fundo.

Nesta pedra, "[...] aparecia estampada uma inscrição com letras luminosas que mudavam constantemente de posição, bastava alguém se aproximar para [...lê-la]" (Santos, Brito, 2002, p. 10). Esse fato "[...] despertou a curiosidade de muita gente [...]" do povo e, também, estudiosos como pesquisadores, "[...] padres, bispos, juízes, promotores..., [...]" pessoas com mais conhecimento, "[...] com estudo mais elevado que o povo daqui"

(Santos, Brito, 2002, p. 10). Passado mais um tempo, alguém encontrou ao lado da pedra um papel com algumas inscrições, que a princípio ninguém conseguia decifrar.

Porém, isto se tornou possível quando descobriu-se que o papel poderia ser lido se mergulhado na água. Na mensagem, estava escrito que “[...] se alguém conseguisse decifrar o que estava escrito na pedra, a cidade de Curuçá e uma parte do estado do Pará iria ao fundo e em seu lugar surgiria outra cidade, vinda do ‘encante’ e que era governada por certo rei” (Santos, Brito, 2002, p. 10-11). Passados muitos anos, a pedra que chamou a atenção de tantas pessoas desapareceu misteriosamente. Sua lembrança está registrada apenas na memória coletiva do povo curuçense, sendo esse acontecimento ainda hoje repassado aos mais jovens.

Uma das narrativas que permanece no imaginário popular conta que há muito tempo um comerciante da região, Sócrates Cabral, “[...] lá cultivou muitas espécies de frutos, inclusive limão” (Santos, Brito, 2002, p. 12). Para Sócrates, trabalharam pessoas diversas e ainda segundo Augusta Alves (2002, *apud* Santos, Brito, 2002, p. 12), “Certa vez, foram convocados para trabalhar e tomar conta da praia arrendada dois rapazes; um chamado Raimundinho e outro chamado João”.

Raimundinho sofria com muita dor no dente e nesse tempo o município era carente de recursos, em especial médicos e dentistas, que por lá era muito difícil. Em uma oportunidade, estando ele com muita dor no dente e tendo ouvido dizer que naquela praia habitava uma Princesa encantada, exclamou:

Princesa, se é que tu existes mesmo e tens poder, quero que venhas com tua mão abençoada por Deus e retire essa dor de dente que eu te darei um guaraná<sup>1</sup> (Augusta Alves, 2002, *apud* Santos, Brito, 2002, p. 12).

---

<sup>1</sup> Uma bebida que tem por base a *Paullinia cupana* Kunth.

Àquela época, era difícil se falar ou mesmo conhecer refrigerante! Aproximadamente à meia-noite, estando os dois rapazes deitados, recolhidos na barraca onde se abrigavam, perceberam que alguém batia os pés nos degraus da escada e se dirigia até onde eles estavam deitados.

Aliás, ambos ficaram paralisados sem poder se comunicar um com o outro, mas percebiam o movimento da moça, que olhou para um e outro e colocou a mão sobre o que estava com dor no dente. Depois de ocorrido este fato, Raimundinho comentou com seu companheiro que após a moça retirar a mão do seu rosto, não sentiu mais dor, apenas um peso o incomodava por causa do inchaço na bochecha. Dias depois, ao retornar da cidade, Raimundinho trouxe consigo o guaraná prometido à Princesa.

Na oportunidade, colocou uma parte em uma cuia e a outra parte deixou na garrafa. Envolveu a cuia<sup>2</sup> numa rodilha feita com sua própria camisa e arriou na beira da praia. Tarde da noite, os rapazes ouviram alguém bater com a cuia na boca da garrafa. Ao amanhecer o dia, foram verificar o que tinha acontecido e constataram que o guaraná ali deixado tinha sido todo bebido – não havia líquido na cuia e nem na garrafa – estando a esse primeiro recipiente emborcado no gargalo da garrafa.

Outra vez, ainda os dois rapazes receberam ordem do mesmo patrão Sócrates Cabral, que deu a eles a incumbência de colherem três mil limões (família das RUTACEAS), empaneirarem e irem deixar na cidade. Raimundinho, com a fé que já nutria pela Princesa, bateu as mãos e a chamou, pedindo-lhe que, com seu poder, viesse ou mandasse seus cavaleiros para colherem os frutos. Tais cavaleiros eram os homens que eles perceberam que acompanhavam a Princesa quando ela os visitou pela primeira vez.

Bem próximo da meia-noite, os rapazes puderam ouvir, da barraca onde estavam, as árvores de limão serem balançadas por alguém e o barulho

---

<sup>2</sup> Objeto de uso doméstico produzido a partir do fruto da cuieira (*Crescentia cujete* L. – BIGNONIACEAS).

dos frutos caindo ao chão. Ao romper da manhã, os dois se dirigiram aos limoeiros e viram embaixo das árvores muitos frutos caídos que eles só precisavam juntar. Juntos agradecerem muito e uma vez mais e ofertaram à Princesa, na beira da praia, um guaraná.

De outra feita, tem-se uma narrativa mais recente sobre as aparições e feitos realizados pela princesa encantada da praia do Ipomonga. Tal narrativa aponta como personagens algumas pessoas de Curuçá. Dentre essas, tem-se o cabo da Polícia Militar – PM Daniel Marques de Oliveira, 57 anos, mais conhecido pelo apelido de Muru, filho nato de Curuçá; o comerciante Dumas Aguielo Borges da Silva; isso além de um pescador que preferiu ficar no anonimato.

Em suas narrativas, ela apresenta-se vestida também elegantemente em trajes finíssimos que, mesmo sendo longos em saia e mangas, servem apenas para realçar toda a formosura de sua silhueta, como se vê na Figura 1. Não ostenta jóias em excesso, mas sua tiara, brincos, colar, pulseiras e anel são ornados de pedras preciosas que cintilam maravilhosamente sob a luz do luar. A personagem nobre, quando dos momentos de suas fantásticas aparições, nunca se apresenta sozinha, se faz acompanhar em todos esses momentos de outros prováveis membros de sua corte e de três ou cinco cavaleiros que provavelmente fazem a sua guarda.



Figuras 1: Imagem da Princesa do Ipomonga e praia homônima.

Fonte: Informações com base em Santos e Brito, 2002;  
execução do desenho: Gleidson Macedo Leal,<sup>3</sup>2010.

Em meados da década de 1980, a ilha do Ipomonga esteve sob proteção policial, pois um grupo empresarial que a havia comprado não permitia a presença de pessoas circulando no local. Então, alegava-se que os visitantes destruíam espécies animais e vegetais da ilha, o que resultou em solicitação de proteção policial. Essa foi concedida pelas instituições públicas competentes; poucos eram os pescadores que recebiam permissão para abrigar-se ali e poder esperar a hora certa da maré para a pescaria.

<sup>3</sup> O mesmo é autodidata, tem 36 anos, nasceu em Belém e há 12 anos reside na cidade de Curuçá.

Certo pescador para o qual foi concedida permissão de ficar abrigado em uma das palafitas da beira da praia, durante uma noite em que o cabo Daniel estava de serviço na ilha, ao descer para pegar sua canoa e sair para pescar, percebeu um estranho objeto que flutuava na água da maré, às proximidades da canoa. Ao aproximar-se com cautela, o pescador usou a pá de seu remo para jogar o objeto para a areia da praia. Não percebendo nenhum movimento ameaçador por parte do objeto, capaz de colocá-lo em risco, o homem se aproximou e o pegou nas mãos.

Sua surpresa foi imensa, pois o objeto que flutuava próximo de sua canoa e o qual ele havia jogado para a areia da praia era uma pedra. Embarcou a pedra na canoa e saiu para pescar. Nessa noite, “[...] a maré estava pra peixe [...]”, conforme o ditado popular, e a pesca foi abundante. Ao retornar à barraca, o pescador presenteou o cabo Daniel com alguns dos peixes que trouxe e a pedido desse, com a pedra encontrada.

Ao ser substituído por outra equipe policial, o cabo Daniel e seu comando retornaram para a sede do município. Primeiro, esse cabo levou consigo a pedra que recebera de presente do pescador para quem concedera permissão de abrigar-se na ilha durante seu período de trabalho. Ao chegar à cidade, o cabo da PM procurou o bar de seu amigo Dumas Aguielo para beber uma cerveja.

Com este, comentou com esse sobre a pedra que ganhara quando estava de serviço na ilha do Ipomonga. Dumas manifestou interesse em comprar a pedra porque gostava de colecionar objetos antigos e incomuns. A negociação foi feita e a pedra flutuante passou a ornamentar a prateleira do bar do Dumas.

Dias depois, o pescador personagem desta narrativa foi para a sua pescaria e procurou abrigo na praia do Ipomonga. Como da vez anterior, o mesmo recebeu permissão para ficar no local. Porém, ao contrário do que aconteceu da outra vez em que ali se abrigou, sua estada não foi nada agradável.

Despertava sobressaltado sempre que tentava conciliar o sono. Algo sobrenatural parecia tomar-lhe o corpo a cada vez que tentava dormir. Ficou a sofrer tal perturbação até quando deu a hora da maré. Depois que levantou,

o pescador arrumou seus apetrechos de pesca e dirigiu-se em direção ao local em que havia deixado a canoa.

Para sua surpresa, uma jovem linda e vestida ricamente estava sentada na borda da pequena embarcação. Ele ficou estupefato. De onde surgira jovem tão bela? Nenhuma outra embarcação estava atracada no porto. Ninguém o informara da presença de uma jovem na ilha. E suas vestes, em nada se pareciam com as das mulheres da atualidade. O homem estava estático. Nada nele se movia. Apenas os sons de sua respiração e de seus batimentos cardíacos eram possíveis se ouvir.

A jovem formosa desceu da canoa e se dirigiu ao assustado pescador e lhe falou com voz calma, mas firme:

A pedra que lhe foi dada como amuleto não poderia ser destinada para nenhuma outra pessoa. Era um amuleto, uma proteção para você. Uma vez que você não quis ficar com ela, é preciso que a devolvas a mim. Tens um prazo de sete dias a contar de hoje para me devolvê-la. Caso contrário, tuas noites serão mais angustiantes que a de hoje.

Caminhando ao longo da praia a bela princesa desapareceu. O temeroso pescador, mesmo depois da extraordinária visão que teve ainda tentou a pescaria. Mas nessa noite, “a maré não estava pra peixe” (Oliveira, Daniel Marques de, 2002, entrevista).

Poucos peixes foram pescados. Não foi nada fácil convencer o Aguiuelo a desfazer o negócio e devolver a pedra. Porém, os argumentos apresentados pelo pescador a quem a pedra fora dada naquela noite na beira da praia e pelo cabo Daniel eram irrefutáveis o que fez com que o Dumas devolvesse a pedra aos dois amigos para que esta pudesse ser devolvida ao mar.

Ao seguir a orientação que recebera da princesa, o pescador foi fazer a devolução da pedra para as águas do mar. Remou mar afora. Ao se ter distanciado um pouco da margem pegou a pedra e a soltou no mar. Diferentemente do que ocorrera nos momentos anteriores, a pedra não ficou a flutuar. Imergiu.

### 3 CONCLUSÕES

No âmbito das narrativas populares, dentro do universo da região amazônica, a figura feminina é uma constante em personagens como bruxas, feiticeiras, matintas, mães-d'água, princesas, sereias, caboclas encantadas<sup>4</sup>. Dentro dessa perspectiva, analisa-se aqui a presença dessa entidade feminina constante das narrativas populares. E com suas facetas múltiplas, associando-as a entidades de cultos difundidos pela tradição oral que não estão adaptados à região, mas amplamente propagados no sul do país: as fadas.

As figuras femininas encontradas nos enredos das narrativas orais são constituidoras da cultura dos povos amazônicos e apresentam personalidades dúbias, ora agindo como elemento comprazido no bem, ora no mal. Esses seres encantados apresentam, também, além das características físicas, outras similaridades com o ser humano. Precisamente, a dualidade, a presença de bons e maus sentimentos, em constante conflito no íntimo de cada um.

Afinal, o que poderia ter acontecido aos personagens caso não tivessem cumprido, a ordem da Princesa da praia do Ipomonga? No mundo dos encantados como o dessa Princesa, tudo seria possível. No mundo dos seres humanos, muito também o seria, embora muito mais situa-se no campo do desconhecimento.

### REFERÊNCIAS

ALVES, Augusta. *Relato sobre a princesa da praia do Ipomonga*. Curuçá, 2002. (Anotações d Raimundo Carlos de M. Santos).

CASCUDO, L. da C. *Literatura oral no Brasil*. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, [1949] 1984. (Série Reconquista do Brasil, 84).

CUNHA, C. *Município de Curuçá: sua geographia, história, lendas, bellezas e riquezas naturaes – dados estatísticos*. Curuçá: s. ed., 1939. 100 p., il.

---

<sup>4</sup> Índias, boiadeiras, princesas, prostitutas etc.

OLIVEIRA, Daniel Marques de. *Relato sobre uma pedra encantada de Ipomonga*. Curuçá, 2011.

OLIVEIRA, J. C. de. *Folclore amazônico, lendas...* Belém, Ed. São José, 1951.

SANTOS, R. C. de M.; BRITO, J. F. V. *Pedra, tempo, água, mulher e cerveja: elementos do caos e do cosmo nas narrativas orais de Curuçá e Irituia*. Castanhal, 2002. 42 f., il. TCC (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2002.

SIMONIAN, L. T. L.; ALBERTO, D. P. S.; BATISTA, I. M. DA S.; BAPTISTA, E. R. *Pacamorema / RESEX Marinha Mãe Grande: terra de feiticeiras ou metáfora para impasses ao desenvolvimento?* Belém: Editora do NAEA, 2011. 142 p., il. [E-book].



# **SADALA, Maria de Lourdes Gomes – 1930-2005**

## **BALATEIRA, PROFESSORA, VEREADORA DE**

### **ALMEIRIM/PARÁ**

*Denise Machado Cardoso*

## **1 INTRODUÇÃO**

Embora mais conhecida como Marina, Maria de Lourdes Gomes Sadala nasceu em Almeirim, no dia 29 de abril de 1930. Foi a primeira mulher eleita para o cargo de vereadora da Câmara de Vereadores de Almeirim – CVA, PA. Tornou-se vereadora no ano de 1954, aos vinte e quatro anos de idade. Sua trajetória indica o quão difícil foi sua inserção na vida política desse município, a exemplo do que ainda ocorre com tantas outras mulheres que desejam o reconhecimento de sua importância socioeconômica e participação política, nos espaços públicos e domésticos.

Quanto a seus fazeres, Marina fez muito mais como cidadã almeirinese e também como mãe. Por exemplo, como balateira há “pouca fala”, quase um esquecimento, como se isso tivesse menos relevância em sua vida. De fato, uma primeira obra tratando dessa categoria de extrativistas na Amazônia é recente e de autoria de Simonian (2006), que, inclusive, entrevistou e fotografou Marina, dentre outras dessas trabalhadoras. No artigo publicado, essa autora revela a importância do trabalho das balateiras, quer como extrativistas propriamente ditas, quer como chefes de equipe, como comerciantes de sua produção etc.

Mas, ao tratar de sua atuação como professora de várias gerações em Almeirim, o sentimento de orgulho por ter contribuído na educação de tantas pessoas tornou-se evidente em sua fala e expressões faciais, tal

como ocorria ao relatar sua trajetória política. Como mãe de sete filhos,<sup>1</sup> Marina demonstrou o zelo ao lidar com a formação desses e a tristeza por nem sempre tê-los por perto. Contudo, sua atuação nessa função teve o reconhecimento por quem a teve como mãe. Por certo, os desafios dessa mulher revelam práticas que são comuns a tantas outras que vivenciam os dilemas de atuarem em espaços diferentes e desenvolvendo tarefas múltiplas para além daquilo que lhes é atribuído por serem mulheres.

Desenvolveu-se o percurso metodológico desta pesquisa com utilização de entrevistas e conversas informais, como em Langness (1973) e Oliveira (1996), com Marina Sadala, seus filhos e pessoas idosas do município. Fez-se as entrevistas com ênfase em questões que permitissem a análise e compreensão da vida de Marina em suas atividades produtivas e sociopolíticas. Procedeu-se desse modo tanto no âmbito do espaço doméstico, quanto no espaço público do município de Almeirim. Conforme orientação de Alberti (2000) e de Zimmermann e Medeiros (2004), a preocupação foi com a produção de um texto biográfico.

Utilizou-se a entrevista não dirigida como um instrumental metodológico valioso. Isso porque a mesma torna possível “[...] apreender o que as próprias pessoas julgam que seja importante ou que, pelo menos, elas pensam ser importante dizer ao antropólogo” (Langness, 1973, p. 67). Assim, a pesquisa desenvolvida nesse estudo baseia-se em estudos etnográficos e fontes históricas não escritas.

Trabalhar com história oral implica em utilização de uma metodologia que enfatiza a memória. Entretanto, não se trata apenas do que é lembrado pelas pessoas, mas também os seus esquecimentos (Assmann, 2003). O destaque tanto às lembranças quanto aos esquecimentos se justifica dentre outras coisas pelo fato de que ambos são elementos constitutivos da memória, seja ela individual ou coletiva.

Esta ênfase aos estudos com base antropológica e da história oral vincula-se ao fato de que a historiografia oficial trata o passado de Almeirim

---

<sup>1</sup> Ver mais detalhes mais adiante.

a partir de uma perspectiva idealista, pois “revela” fatos significativos da vida dos heróis, o que é feito acriticamente e desconsiderando os anseios e expectativas dos vencidos. Nessa direção, tem-se a referência ao “período de José Júlio”, ou “tempo da firma”, como um período marcado como tempo de prosperidade e de fartura nesse município. Contudo, pouco se sabe, por exemplo, sobre os índios que habitavam a região nos tempos pré-colonial e colonial.

Com raras exceções, os trabalhos que tratam do tempo ou “período da firma” e do Projeto Jari omitem o cotidiano dos trabalhadores dessa empresa, seja nos momentos de lazer e/ou de envolvimento com essa empresa e/ou com as empresas subcontratadas, e muito menos o de natureza crítica, como as greves e o desemprego<sup>2</sup>. Essa mesma abordagem historiográfica oferece um tratamento parcial quanto à participação de certos segmentos sociais. Nessa direção, é paradigmático o entendimento quanto à “revolta do Cesário”<sup>3</sup> e à participação política de mulheres no espaço público de Almeirim, como é o caso de Marina Sadala, cuja vida política local foi marcada por ter sido a primeira parlamentar a atuar na CVA.

Além da pesquisa com entrevistas e conversas informais, utilizou-se a documentação fotográfica e o registro de imagens. Usa-se ferramentas metodológicas diferentes como a fotografia e a etnografia, por serem duas maneiras de olhar as realidades. O ato de fotografar implica em opção, isto é, à situação, pessoa ou lugar fotografado atribuiu-se um valor em detrimento dos demais (Sólha, 1997). E, assim ocorre com a pesquisa antropológica, pois como ensina Edwards (1999), o que está a ser pesquisado é resultado de uma preferência de quem exerce o papel de antropólogo, ou de qualquer outro ramo do saber científico.

---

<sup>2</sup> Dentre as exceções, ver a tese de doutorado de Pedroso (2004).

<sup>3</sup> Revolta de trabalhadores na extração da balata, que ocorreu no início do século XX, a partir do rio Jari, mas se estendendo à localidade de Arumanduba e à cidade de Belém.

## 2 A PARLAMENTAR

A inserção de Marina Sadala na vida política de Almeirim ocorreu pela conscientização da necessidade de conquista de seus direitos políticos. Isso ocorreu numa época em que ser política essa era uma prerrogativa ainda restrita aos homens. Ela enfrentou a discriminação e a falta de apoio político, para lutar por melhores condições de vida aos munícipes de Almeirim.

No período em que Marina Sadala iniciou sua trajetória política, predominava o modelo patrimonialista e coronelista na gestão pública em Almeirim. E, a despeito do modelo vigente, ela conseguiu se destacar e se tornou uma vereadora atuante. Em sua fala, é possível notar as dificuldades inerentes às condições presentes no contexto da primeira metade do século XX. Assim disse ela (Sadala, dez. 2004, entrevista): “Eu entrei na política na época da UDN, Almeirim era tão pequena e não tinha muita representação [...] eu fui a primeira vereadora daqui”.

Marina Sadala era afilhada de José Júlio, um dos nomes principais da história recente de Almeirim, ficou conhecido pelas suas ações como empresário e político, tornando-se um “modelo” de benfeitor e, ao mesmo tempo, de político autoritário. Embora seja um fenômeno presente ainda nos dias atuais, o coronelismo que caracterizava as ações politicoadministrativas de José Júlio teve suas bases lançadas no período monárquico<sup>4</sup>. A isso, somase o paternalismo e assistencialismo de suas ações.

Esta visão acerca de seu padrinho é reforçada, como se depreende do relato segue:

Muita gente fala mal, mas ele não era mau. Quando a pessoa é má não ajuda seus empregados. Ele obrigava as crianças a estudar e os grandes também, e conseguiram ter uma profissão. Pagava professora e exigia relatório. Não tinha criança na rua, o capataz Sombreira ia à casa

---

<sup>4</sup> Esta prática solidificou-se no início do período republicano, por meio produtores rurais de porte grande que mantinham o controle político local via uso do poder econômico e da força.

dos pais quando a criança faltava. Sr. José Júlio queria que todo mundo soubesse ler e escrever e aprender profissão.

No final do ano ele dava presente pra todo mundo, ele trazia caixas e caixas pros empregados. Tinha desde telégrafo em Arumanduba, matava gado todo dia, nunca faltou nada. A pessoa não sabia o que era fome (Sadala, 2003, depoimento).

Possivelmente, esse tipo de referência a José Júlio demonstra a influência do patriarcalismo, como definido por Freyre (1968), ao discutir a formação social do Brasil colonial.

A “cordialidade” apontada por Holanda (1996, p. 146) está presente por meio da generosidade de José Júlio, quando se adota crianças e doa-se presentes a elas e suas famílias em momentos festivos. Isso também ocorre pela via do emprego de pessoas em suas terras. José Júlio pode ser apontado como exemplar em termos de coronelismo, em especial pelo seu poder patriarcal, sua influência política e econômica na região. Isso se manifesta a partir de sua “generosidade” e pelo controle de seus subalternos por meio da violência – a qual era controlada por seu cunhado Duca Nena.

Com relação a tal poder patriarcal, o relato de D. Marina Sadala é sugestivo:

Meu padrinho me chamou pra casar com Ofir Sadala quando eu tinha 13 anos. Ele percebeu o interesse de Ofir, mas antes ele me mandou estudar em Monte Alegre. Cursei três anos lá e tirei o segundo grau. Com dezesseis anos casei.

Constata-se na fala de Marina (Figura 1), a conformação em ter casado com um homem que mal conhecia e que fora indicado por seu padrinho. Esse fato é, segundo sua interpretação, um reforço de que José Júlio só estava interessado em procurar “oferecer o melhor” para seus parentes consanguíneos ou não.



Figura 1: Marina Sadala em 2003.  
Fonte: Denise Machado Cardoso, 2003.

Silva (2000, p. 16) reforça esta compreensão, como a passagem a seguir:

[...] Era assim que funcionava	Porém antes de casar
Segundo depoimentos	Zé Júlio as deflorava
As moças eram confinadas	E depois de consumado
Aguardando o momento	Nada mais lhe interessava
Em que o próprio coronel	Chamava um empregado
Marcava seu casamento	E o casamento marcava [...].

Evidencia-se, por esses relatos, a existência na região de Almeirim, de um modelo de poder conhecido como coronelismo (Leal, 1949). A influência de José Júlio e de sua gestão coronelista podem ser observados nos dias atuais a partir da participação restrita da população local nas decisões de políticas públicas. As pessoas demonstram que aprenderam a lidar com o paternalismo e, aparentemente, desconhecem outra maneira de lidar com os governantes.

Como no passado, há, atualmente, em Almeirim uma valorização diferenciada das atividades “ditas para homens e mulheres”. O poder político é identificado como masculino e é altamente valorizado, rastro histórico deixado pelo coronelismo na região (Cardoso, 2007). Por sua vez, o cuidado com a família é associado como algo feminino e é pouco valorizado. Observou-se que a população feminina nem sempre se sente em condição confortável para participar nas discussões políticas, pois em geral implica em disputa, ainda que minimamente.

Contudo, a visão de que as mulheres são seres passivos e dominados absolutamente e que não resistem diante da opressão não condiz com a realidade. Aliás, isso os estudos feministas vêm demonstrando amplamente (Cardoso, 2000; Manesch, 1995; Simonian, 2009, 2006). Nessa perspectiva e ainda que de maneira tímida, algumas mulheres infringem as normas da dominação patriarcal de modos os mais variados<sup>5</sup>.

Isto pode ser constatado com Marina Sadala, a primeira mulher eleita para o cargo de vereadora na CVA. Motivada pela consciência de seus direitos políticos, ela enfrentou a discriminação e a falta de apoio político. E tudo para lutar por condições melhores, principalmente para a educação de seu município.

### 3 TRABALHO DE MULHER NOS BALATAIS

Desde a primeira metade do século XX, a extração da balata (*Manilkara bidentata* D. C. Chev.) era significativa na parte baixa do Amazonas. Nesse período, a vila de Arumanduba estava no auge sob o comando de José Júlio de Andrade (padrinho de M. Sadala). As atividades Marina Sadala nos balatais são pouco valorizadas pela sociedade local e por ela mesma em sua trajetória, pois enfatiza-se mais seu casamento com Ofir Sadala e sua atuação como vereadora.

---

<sup>5</sup> Esta “resistência” pode ser vislumbrada em sociedades tradicionais e não tradicionais diversas. Ao discutir experiências passadas e desafios políticos das mulheres em geral, e das indígenas em particular, Simonian (2009, 2005) afirma que elas têm integrado, mesmo que de maneira velada, os processos organizativos do fazer política.

De fato, ela só relatou sobre isto após muitos encontros e conversas, como se tivesse esquecido desse período e do que realizava como balateira. No relato a seguir, registrou-se o início dessa atividade:

Com dezesseis anos casei e fui trabalhar com balata. Morávamos em um tapiri alto porque tínhamos medo de onça. Ele era coberto de palha de buçu [*Manicaria saccifera*]. Quando fiquei grávida peguei malária e fui pra Monte Alegre. Trabalhei como balateira na época da Guerra e hoje estou aposentada<sup>6</sup>. Matava jacaré [*Melanosuchus niger*] e capivara [*Hydrochoerus hydrochoetis*] tudo com ele. Chegamos a ter duas mil rezes [*Bos taurus taurus*], mas ele começou a arranjar mulher daqui e acolá. Comércio, casa aqui, casa em Belém, nos separamos e ele ficou com a mulher de um balateiro.

O que se evidencia é que sua participação ao lado do marido teve início desde o começo de seu casamento e que só não perdurou devido a problemas de saúde. Mais tarde, quando diversificou-se as atividades para além da extração, e Ofir se tornou comerciante da balata, além de outros fatores pessoais e afetivos, foram várias as alterações no cotidiano desse casal.

Todavia, não se percebeu em sua fala qualquer rancor em ter ido trabalhar na extração da balata e em ter enfrentado todas as adversidades advindas dessa atividade produtiva. Cabe destacar que os depoimentos orais, segundo Janotti (1988), possuem uma pluralidade de aspectos subjetivos, posto que a memória envolve uma carga emocional forte, que interfere na narrativa e na sua interpretação. Possivelmente, isso ocorreu com Marina ao “esquecer” de sua vida nos balatais devido a essa carga emocional que as lembranças desse período poderiam trazer-lhe.

Ainda em relação a tal atividade, é importante ponderar que o trabalho desenvolvido por mulheres nem sempre é reconhecido e valorizado por elas próprias (Simonian, 2006). Como ocorre com o trabalho agrícola

---

<sup>6</sup> Como posto por Simonian (2006), em Almeirim, Marina foi a única extrativista que conseguiu se aposentar como soldada da borracha, ou seja, por ter trabalhado como extrativista no período da II Guerra Mundial.

desenvolvido por povos indígenas e populações tradicionais caboclas e quilombolas da Amazônia, há a participação de homens e mulheres nas etapas de produção, processamento e comercialização. Entretanto, e devido a fatores socioculturais, o trabalho feminino é invisibilizado<sup>7</sup>.

Esta maneira de “deixar em segundo plano” a atividade produtiva da mulher dificulta até mesmo a produção e possíveis modalidades de mobilização e associação entre mulheres em suas respectivas atividades. Mas a partir de processos organizativos, muitas mulheres têm superado tais limitações. Aliás, a produção acadêmica tem demonstrado isso.

#### **4 MARINA MÃE**

As lembranças trazidas pelos filhos entrevistados em Almeirim e em Belém dão conta da importância de Marina Sadala na estruturação de sua família. Dos sete filhos nascidos no matrimônio com Ofir Sadala, entrevistou-se Ofir Sadala Filho, conhecido em Almeirim como Fifi, e Wanda Maria Sadala dos Santos, que vive em Belém<sup>8</sup>. Nas lembranças da filha Wanda sobre sua mãe, está a figura de uma mulher dedicada à sua família.

Wanda é a segunda filha do casal Mariana e Ofir Sadala. Única filha nascida em Almeirim, logo após seu nascimento a família passou a morar em Belém. Ela afirma não lembrar de detalhes de sua infância, pois em um período determinado em que foi aluna interna, juntamente com sua irmã mais velha Rosemari, no colégio Santo Antônio. Isso fez com que ela ficasse afastada de seus pais a maior parte do tempo. Wanda permaneceu na condição de interna até seus treze anos.

---

<sup>7</sup> A desvalorização do trabalho feminino pela própria mulher também está presente, por exemplo, na pesca como demonstram os estudos de Cardoso (2007), Alencar (1993) e Maneschy (1995), e em outras atividades produtivas (Simonian, 1995; Campbell, 1996).

<sup>8</sup> Os demais filhos moram em Monte Dourado (distrito de Almeirim), Macapá e Rio de Janeiro. O que eles têm em comum é o fato de terem acompanhado mais de perto Marina nos últimos anos de sua vida. Com problemas respiratórios crônicos, ela precisou vir mensalmente a Belém, para acompanhamento médico adequado.

Ainda neste período em Belém, a família tinha casa na rua Quintino Bocaiúva. Como Ofir Sadala mantinha os negócios em Almeirim, ele deslocava-se constantemente entre esses municípios. Para os filhos, e para a própria Marina, essa situação facilitou a constituição de uma família nova por parte do Ofir Sadala. Assim, ele passou a ter uma família e moradia em cada um desses dois municípios<sup>9</sup>.

Wanda Sadala Santos casou-se em 1966, também aos dezesseis anos de idade. Na fotografia de seu casamento (Figura 2) é possível observar a presença de seus pais nesta cerimônia. Apesar das fotografias, ela manteve o silêncio a maior parte da entrevista realizada em sua casa no bairro da Cidade Velha, em Belém. Visivelmente emocionada, Wanda passou a falar mais quando seus filhos, netos e nora passaram a participar da entrevista.

Os relatos partiam mais destas pessoas do que da própria filha de Marina Sadala. E, mesmo quando se formulava uma questão mais específica sobre o convívio no período de infância e juventude, a ausência de lembranças era apresentada como falta de informações mais precisas. Passado esse momento de quase silêncio ela fez referências às suas próprias pinturas comparando-se a sua mãe nesse quesito. Revelou que, tal como Marina, ela própria pinta artisticamente. Além disso, revelou que Marina era uma mulher muito ativa, zelosa e organizada. Orgulhosa com sua semelhança com a mãe, assim relatou o que dizem seus filhos a esse respeito: “Lá esta a D. Marina”.



Figura 2: Marina e Ofir (ver setas) no casamento da filha Wanda Sadala, em 1966.

Fonte: Arquivo pessoal de Fifi Sadala.

<sup>9</sup> Ofir Sadala teve mais sete filhos com Neide Sadala.

Fifi é o filho mais novo do casal Ofir e Marina Sadala. Ele ficou com sua mãe em Almeirim e a acompanhava sempre que ela precisava se deslocar para Belém. Traz muitas lembranças de sua vida em família e após a separação de seus pais, seguia com a mãe Marina nas atividades que ela desenvolvia. Fez referência as etapas da vida e as dificuldades enfrentadas em Belém, na casa da Quintino. Nas Figuras 3 e 4, tem-se duas fotografias quando Marina estava com 53 anos e com 74 anos.



Figura 3 e 4: Marina Sadala aos 53 anos e aos 74 anos (fotos de 1983 e 2004).

Fonte: Arquivo pessoal de Fifi Sadala.

Enfim, Mariana Sadala é lembrada sempre pela família. Muitas pessoas da sociedade e lideranças políticas de Almeirim também recordam-se dela. E ao se manifestarem, sempre evidenciam os pontos altos de sua vida, embora sem deixar de assinalar os sofrimentos pelos quais passou e a sua fortaleza em tentar superá-los.

## 5 CONCLUSÕES

As discussões sobre a participação política das mulheres revelam o quanto importante é o papel delas nas atividades produtivas e não produtivas de seus grupos sociais. Os estudos sobre essa questão indicam que tal

participação é condição necessária ao desenvolvimento. Os governos que pretendam promovê-lo necessitam perceber e reconhecer a relevância das mulheres como um passo importante para se encontrar a solução de problemas socioambientais de diversas naturezas.

Após vários anos convivendo com dificuldades respiratórias, Marina Sadala foi acometida de aneurisma na aorta. Sua vida foi marcada pelo enfrentamento diante das adversidades inerentes aos balateiros da primeira metade do século XX. Também, pela sua condição de mulher em região na qual as práticas patriarcalistas e patrimonialistas se fazem notar ainda na atualidade.

Seus exemplos de luta e cidadania são referenciados pelas vereadoras atuais e exparlamentares da CMA. Seu legado como educadora está registrado na lembrança de quem a conheceu como professora e na memória coletiva através da homenagem a ela prestada pela prefeitura. Atualmente, a biblioteca pública – a única do município de Almeirim – leva o nome dessa mulher tão importante para a vida pública desse município.

Esta maneira de marcar na história a trajetória de pioneirismo de Marina Sadala revela mudanças sociopolíticas no país. Dentre essas, tem-se o que se refere ao reconhecimento da importância das mulheres nos espaços públicos e, portanto, espaços decisórios da política local e nacional. E que este capítulo, mesmo que introdutório quanto à biografia de Marina Sadala, se torne um passo a mais em tal direção.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. 5 f., pdf.

ALENCAR, E. F. Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELLO, A. F. DE. (Org.) *Povo das águas: realidade e perspectiva na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993. p. 63-81.

ASSMANN, A. A gramática da memória coletiva. *Humboldt*, Bonn, n. 86, p. 2-4, 2003.

CAMPBELL, C. Women's group of Xapuri... In: ROCHELEAU, D. *et al.* (Ed.). *Feminist political ecology*. London: Routledge, 1996. p. 27-61.

CARDOSO, D. M. Catadoras de Caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. *Revista Estudos Feministas*, v. 15, p. 485-490, 2007.

\_\_\_\_\_. *Processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local: rio Arraiolos, Almeirim-Pará*. Belém, 2006. 288 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido)–Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

\_\_\_\_\_. *Mulheres catadoras: uma abordagem antropológica sobre produção de massa de caranguejo – Guarajubal/Pará*. Belém, 2000. 107 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)–Universidade Federal do Pará, 2000.

EDWARDS, E. Beyond the boundary: a consideration of the expressive in photography and anthropology. In: BANKS, M.; MORPH, H. (Ed.) *Rethinking visual anthropology*. [London]: Yale University Press, 1999. p. 53-80

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, [1933]1968. 517 p.

HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 220 p.

JANNOTTI, M. DE M.; PAULA, R. Z. DE. História oral: uma utopia? In: GARRIDO, J. del A. *As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: ANPUH, Marco Zero/SCT/CNPq/FINEP, v. 25/26, p. 9-14, 1998.

LANGNESS, L. L. A coleta de dados de campo. In: \_\_\_\_\_. *A história de vida na ciência antropológica*. São Paulo: EPU, 1973. p. 57-78.

LEAL, V. N. Indicações sobre a estrutura e o processo do “coronelismo”. In: ———. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa Ômega, 1949. p. 19-57

MANESCHY, M. C. Pescadoras em busca de cidadania. In: ÁLVARES, M. L. M.; D’INCAO, M. A. (Org.) *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEN/GOELDI (Col. Eduardo Galvão), 1995. p. 81-96.

OLIVEIRA, R. C. DE. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

SADALA, Maria de Lourdes Gomes Sadala. *Depoimento sobre sua experiência de vida*. Almeirim, 2004. (Anotações feitas por DMC).

SÔLHA, H. L. A construção dos olhares: uma fala sobre Antropologia visual. *Diálogos antropológicos*, Campinas, p. 132-144, dez. 1997. (Imagem. Dossiê I).

SILVA, R. B. DE. *História do coronel José Júlio de Andrade*. Almeirim: Graf. Rápida. 2000.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres enquanto políticas: desafios, possibilidades e experiências entre as indígenas. *Papers do NAEA*, Belém, n. 254, p. 3-34, il., 2009.

———. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia brasileira. In: SCHERER, E. F.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 195-232.

———. Saber local, biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial. In: BELAS, C. A.; MOREIRA, E.; BARROS, B. (Org.). *Saber local/interesse global...* Belém: MPEG/CESUPA, 2005, p. 59-93.

ZIMMERMANN, T. R.; MEDEIROS, M. M. de. Biografia e gênero: repensando o feminino. *Revista de História Regional*, v. 9, n. 1, p. 33-44, 2004.

# **SILVA, Antônia Maria Gomes da – 1952 - ...**

## **MULHER DOS RIOS E FUIROS DE BELÉM**

*Eduardo Lima dos Santos Gomes*

### **1 INTRODUÇÃO**

A luta pelo direito à dignidade e respeito às mulheres das ilhas de Belém foi a razão maior do envolvimento de Antônia Maria Gomes da Silva no cotidiano da vida comunitária da ilha Cotijuba. Todavia, essa assistente social foi esposa; é mãe, avó, profissional dedicada à profissão e uma mulher de luta pela igualdade de gênero nas ilhas de Belém. Também e como posto por Simonian (2001), isso implica na relação mulheres e desenvolvimento.

Antônia nasceu em Santa Isabel do Pará, em 1952, residiu em Belém, ilha Cotijuba e atualmente vive no município de Breves. Casou-se em 1970 com Jose Raimundo da Silva Lima, de quem se divorciou, tendo gerado um casal de filhos, a Adriana e o Flavio e ainda tem três netos<sup>1</sup>. Estudou mesmo com dificuldades, mas conseguiu realizar-se como cidadã graduando-se como Assistente Social pela Universidade da Amazônia – UNAMA.

Ela tornou-se uma mulher de fibra e coragem a partir de sua relação com as desigualdades e injustiças entre as mulheres de Cotijuba. Nisso, envolveu-se na Associação de Produtores Rurais da Ilha de Cotijuba – APIC e fundou o Grupo de Mulheres da Associação de Produtores Rurais da Ilha de Cotijuba – GM APIC, mais tarde ampliado e denominado Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB. E esse Movimento é destaque na vida comunitária das ilhas de Belém, notadamente, entre as mulheres.

O procedimento metodológico adotado para a construção deste capítulo foi a partir da orientação da antropologia, onde os ensinamentos de

---

<sup>1</sup> Beatriz, Thiago e Tobias são filhos de Adriana Maria Gomes de Lima e Flávio Gomes de Lima, filhos de Antônia.

Oliveira (1996) ressaltam o olhar, o ouvir e o escrever como as ferramentas da compreensão da realidade investigada. Usou-se o diário de campo (Malinowski, 1967) para registro das informações necessárias à construção das evidências<sup>2</sup>. Toda a estruturação e discussão do material coletado formaram o foco a partir da abordagem da biografia, isso com base em Zimmermann e Medeiros (2004), que destacam que as mulheres reescrevem suas trajetórias não mais pautadas em sofrimentos ou melancolismo e sim em um realismo sincronizado com a realidade.

Ainda, fez-se uma pesquisa fotográfica. A base de dados encontrada foi o acervo familiar de Antônia. Em Simonian (2007), buscou-se a orientação teórica para tal decisão, pois dentre outros, essa autora aponta a importância da fotografia como documento a ser analisado, além de seu potencial artístico.

Nesta direção, pautou-se a investigação no indivíduo e na figura de uma mulher, que estabelece uma relação com a sociedade local e evidencia sua história de vida para reescrever o sentido verdadeiro da mulher cabocla e ribeirinha da Belém insular. A pesquisa para a estruturação desta entrada nominal se deu a partir de uma abordagem metodológica de natureza interdisciplinar. Os levantamentos bibliográficos e documentais foram fundamentais para a sustentação das evidências do campo de pesquisa. Também, entrevistou-se a própria Antônia<sup>3</sup>.

A seguir neste capítulo, tem-se uma narrativa dos laços de família, vida doméstica e profissional de Antônia. Depois, evidencia-se sua atuação profissional como Assistente Social das ilhas de Belém, especificamente, de Cotijuba. Por fim, conclui-se revelando que a trajetória de vida e experiências dessa mulher contribuiu de maneira positiva na construção de valores e rumos novos para as mulheres locais e de outras ilhas.

---

<sup>2</sup> Isto, durante o período da pesquisa exploratória nos meses de março e abril de 2011.

<sup>3</sup> Isto por meio de um protocolo de 10 perguntas abertas relacionadas com sua trajetória de vida pessoal, profissional e sua relação com a vida comunitária da ilha Cotijuba. As respostas foram dadas, em parte pessoalmente, por meio de uso de correio eletrônico e telefonemas, tendo em vista que Antônia reside atualmente no município de Breves. Entrevistou-se a filha dela, a Andréia, por meio de conversas informais, em parte, pessoalmente e outra através de correio eletrônico e telefonemas que se registrou no diário de campo.

## 2 LAÇOS DE FAMÍLIA, VIDA DOMÉSTICA E PROFISIONAL

A trajetória de vida de Antônia teve início na cidade de Santa Isabel do Pará. Filha dos agricultores Gercina Soares de Lima e Orlando Gomes da Silva, Antônia e os irmãos tiveram uma infância difícil porque a família não dispunha de bens materiais no interior que permitisse um ambiente salubre para a sobrevivência de todos. Com isso, houve o desmantelamento do casamento dos seus pais e, no ano de 1959, a mãe, ela e os irmãos vieram para Belém.

E o fizeram na certeza de dias melhores. Apesar disso, na capital paraense, a vida de Antônia foi muitíssimo difícil. Viveu a infância nos bairros Marco e Sacramenta. Passou a adolescência na passagem São Sebastião, bairro do Marco. A família vivia de economias parcas, pois a mãe de Antônia desenvolvia trabalhos como doméstica e lavadeira.

Antônia teve uma educação formal com muita dificuldade, e como a condição de vida piorava, a mãe dela passou a acreditar que o matrimônio era a melhor opção para uma jovem mulher e que para casar, segundo sua mãe, a mulher não precisava estudar muito. *A priori*, Antônia se entregou ao casamento e à vida em sua família nuclear e a partir desse momento viveu como doméstica. Ela conheceu o seu esposo ainda na adolescência, quando residia na passagem São Sebastião. Ela casou e viveu nessa mesma passagem durante 11 anos. Posteriormente, ela e o esposo residiram no Conjunto Habitacional Cidade Nova V.

Conforme antes mencionado, da união entre Antônia e José Raimundo nasceram os filhos Adriana e Flávio. Eles cresceram na Cidade Nova V e Antônia percebeu que o casamento não era o que ela queria para si. Apesar de o marido dizer que mulher que quer estudar quer é buscar diversão, Antônia resolveu, mesmo escondida, voltar a estudar na busca de uma inserção social e qualidade de vida para ela e seus dois filhos.

Ainda que sem aprovação do marido, Antônia optou pelos estudos e a partir daí uma crise familiar toma conta do lar e desmantela o relacionamento

matrimonial, o que culminou com o divórcio dois anos depois de ela ter ingressado no curso superior. Escolheu a faculdade de serviço social, por compreender a importância do profissional da assistência social para a sociedade. Realizou os estudos superiores com sacrifício em instituição de ensino particular (Figura 1). Essa fase não foi fácil na vida dessa mulher.



Figura 1: Antônia fazendo o juramento no dia da formatura do curso superior, em 1992.

Fonte: Acervo de fotografias da família.

Antônia conceituou esta fase como aprendizado de sobrevivência, uma vez que para o pagamento da mensalidade da faculdade, ela trabalhava em dois estágios remunerados ao mesmo tempo e costurava para as colegas de estudo e do local do estágio. Essa visível dificuldade não a desanimou de continuar a construir com dignidade sua vida pessoal, já que o casamento não existia mais e ela precisava orientar os filhos, à época, ainda adolescentes para um futuro melhor. Com o término do curso de graduação em Serviço Social, ela não conseguiu inserção profissional, no entanto, ela tinha uma boa clientela de costuras, o que possibilitou a manutenção dos filhos e ainda reservar algo para o futuro.

Como dificuldades surgiam a cada dia, isso foi angustiando Antônia, que já não queria mais viver sob sofrimentos e desilusões de toda ordem. Assim, foi em meados dos anos de 1990, que ela e a amiga Maria Lídia Lopes

dos Santos resolveram investir na compra de um terreno na ilha Cotijuba, que se encontrava em evidência. Isso por conta da gestão do prefeito Hélio Gueiros, que lá fez investimentos; ainda, porque apresentava um cenário bucólico e tranquilo.

Precisamente, elas investiram em uma granja de frango<sup>4</sup> de corte, que instalaram no terreno adquirido e localizado na praia Vai-Quem-Quer. Desse modo, Antônia decidiu mudar definitivamente para a ilha e recomeçar a vida, mas dessa vez de um ponto certo e com qualidade de vida, pois ela acreditava que aquela paz e tranquilidade da localidade escolhida seriam permanentes. A vida na ilha parecia ser bem tranquila. Nos tempos da granja, em 1996, uma crise financeira se acentuou forçando Antônia e Maria Lídia a procurar uma atividade econômica alternativa na ilha Cotijuba.

Como a ilha estava despertando no imaginário social dos residentes da cidade de Belém e de outras localidades, o desejo de conhecer as belezas das praias, as duas amigas e sócias decidiram abrir uma pousada para hospedar os que ali pernoitavam. Elas a batizaram de Sol e Lua e, com isso, uma fase nova na vida de Antônia começa: a da empreendedora do turismo local<sup>5</sup>. Aliás, no mesmo período, já no ano de 1997, devido a uma articulação política boa que Antônia tinha com o Partido dos Trabalhadores – PT, a Prefeitura Municipal de Belém – PMB contratou-a para trabalhar na parte administrativa da ilha e, também, conseguiu um emprego na sua área de formação profissional. Ela trabalhou em abrigo para doentes mentais em Belém.

Com tanto trabalho, a vida de Antônia estava em um momento de estresses e conflitos. Todos os dias, ela tinha o ofício de atravessar a baía para trabalhar em Belém e, ainda, dar conta da responsabilidade de trabalhar na parte administrativa em Cotijuba. Somado a isso, ela assumiu a presidência de uma associação comunitária dessa ilha, envolveu-se integralmente na vida comunitária da mesma, culminando com a criação de um Movimento de Mulheres.

---

<sup>4</sup> O animal jovem da espécie *Gallus gallus domesticus*.

<sup>5</sup> A pousada ainda existe. Ela atualmente chama-se Quarto Crescente e não é mais em parceria com a amiga Lidia. A gestão da pousada está sob responsabilidade de Adriana Maria Gomes de Lima, filha de Antônia.

Mas como não aguentou mais a maratona de idas e vindas entre Belém e Cotijuba, Antônia resolveu deixar os empregos formais desgastantes e se dedicar mais à organização social das mulheres das ilhas de Belém. Porém, com o tempo, necessitou de recursos financeiros e resolveu aceitar o convite de assessorar a Secretaria de Municipal de Promoção Social de Breves. Lá, a mesma chegou como contratada e como fez concurso e foi aprovada, faz parte do quadro permanente de servidores públicos municipais como assistente social.

De uma jovem simples do interior, Antônia transformou-se em uma trabalhadora ética e comprometida com a vida social das pessoas que mais necessitam. Assim, essa mulher mostrou que ser dependente de marido e desiludida com a carreira profissional já não era mais aceitável. Mas teve que lutar muito, sendo que esse aprendizado de sobrevivência terminou na lição mais importante em sua vida.

### **3 A ASSISTENTE SOCIAL DAS ILHAS DE BELÉM**

Diante das dificuldades encontradas na vida, a formação acadêmica e profissional foi o diferencial de Antônia. Ela iniciou sua carreira acadêmica na Universidade da Amazônia – UNAMA, no curso de graduação em Serviço Social. A escolha pelo curso de Serviço Social se deu pelo fato de ela sempre acreditar que o profissional dessa área tem uma contribuição importante para o processo de desenvolvimento social do país.

Nessa mesma Universidade, o curso de Serviço Social era visto como um curso militante de movimentos sociais e de provocações quanto aos direitos dos cidadãos. As mulheres formavam a maioria das turmas. Outro aspecto interessante era que a maioria desse curso era formada por discentes de classes trabalhadoras, que buscavam no ensino superior particular o sonho da formação profissional, pois na universidade pública, o acesso era bem mais difícil.

Nos tempos da faculdade, Antônia conseguiu três estágios remunerados que lhe garantiram a sobrevivência. Sua vida estava difícil devido ao divórcio

e ao compromisso de assumir dois filhos. Isso aconteceu porque o ex-marido não a ajudava financeiramente e, desse modo, quase comprometeu o sonho dela em se tornar uma assistente social de nível superior.

As experiências dos estágios lhe proporcionaram um amadurecimento acadêmico que a permitiu compreender o papel do trabalhador assistente social. Assim, a dificuldade do emprego formal na área de formação acadêmica incentivou Antônia a procurar algo mais concreto e que pudesse promover seu sustento e de seus filhos. Então, ela passou por uma fase de transição que a levou a uma caminhada rumo a uma vida mais individual.

Quando Antônia decidiu residir definitivamente em Cotijuba, ela não imaginava se envolver com a vida comunitária local. De fato, isso somente pôde ser possível quando ela e sua amiga Lidia instalaram a Granja de Frango de Corte no terreno delas na praia do Vai-Quem-Quer. Com a instalação do empreendimento, ela se associou à Associação dos Produtores Rurais de Cotijuba – APIC e a partir desse processo de filiação, começou a viver um pouco mais a vida difícil dos agricultores e produtores rurais de Cotijuba.

Inicialmente, Antônia participava das reuniões, assembleias e presidia discussões acerca do papel da APIC no município de Belém. Aos poucos, ela começou a perceber que as mulheres produtoras rurais não se articulavam e tampouco procuravam saber de seus direitos. Isso a motivou a criar, em 1998, o Grupo de Mulheres da APIC denominado de GMAPIC, contando com 25 mulheres produtoras rurais da ilha Cotijuba que trabalhavam com a produção e comercialização de doces, compotas e licores.

A fundadora desse grupo investiu em pequenas reuniões na casa das associadas e percebeu o quanto ainda faltava a ser feito para inserir essas mulheres no mundo do trabalho. Ela verificou que a necessidade maior dessas associadas era de gerar renda, saúde e direitos de viverem como cidadãs. O interesse de buscar apoio institucional fora da ilha Cotijuba foi a primeira atividade que essa fundadora do grupo decidiu realizar.

A partir da criação do GMAPIC, as mulheres produtoras rurais, donas de casa e comunitárias de Cotijuba começam discutir as suas vidas e ter a

liberdade de conversar assuntos de mulher<sup>6</sup>. A atuação de Antônia nesse Grupo foi essencial. Assim, em assembléia na APIC, os associados decidiram que ela seria sua presidenta no mandato de 1998 a 2000. Então, o mesmo enveredou por rumos novos a partir das orientações e diálogos construídos por essa liderança.



Figura 2: Antônia (a 3ª. da esquerda para a direita) em reunião do MMICB; 2001.  
Fonte: Acervo de fotografias da família.

Uma vez empossada como Presidente da APIC, Antônia leva à frente as demandas dos associados e tenta consolidar parcerias com algumas pastas municipais para efetivá-las. No entanto, as dificuldades foram maiores e Antônia se articulou e conseguiu algumas ações direcionadas à Cotijuba com a Federação de Assistência Social e Educacional – FASE Pará. Isso foi possível devido Antônia fazer parte do Fórum Estadual de Mulheres através do GMAPIC.

<sup>6</sup> Note-se que até então não existia um espaço destinado a tal finalidade, uma vez que a presença masculina na maioria das organizações sociais comunitárias locais dificultava o espaço para as vozes femininas.

Nesta empreitada a favor das mulheres da GMAPIC, Antônia também se mostrou interessada nos jovens filhos delas, que por falta de oportunidades na ilha, migravam para a cidade de Belém na busca de continuar os estudos e conseguirem algum trabalho digno para o sustento dos pais que ficavam na ilha. Diante desse fato, no ano de 1998, a APIC apresentou ao Programa Comunidade Solidária – PCS, um programa do governo federal que a antropóloga e ex-primeira dama do Brasil Ruth Cardoso gerenciou, um projeto, o “Sons da Ilha”, para conseguir recursos para execução de dois cursos de produção para os jovens da ilha Cotijuba.

O projeto foi aprovado e executado no ano de 1999. O projeto visava a capacitação de 50 jovens (meninos e meninas) nos cursos de reciclagem de papel e fabricação de instrumentos musicais a partir de matéria-prima da floresta. Esses dois cursos proporcionaram aos jovens da ilha momentos de integração e práticas de atividades produtivas. A partir daí, o GMAPIC tornou-se uma referência de Organização Social em Cotijuba despertando a inveja e os conflitos entre as outras associações comunitárias locais. Desse modo, iniciou-se, sob orientação de Antônia, uma fase nova para as mulheres como articuladoras políticas exemplares.

A GMAPIC ganhou destaque e iniciou um processo novo de organização social, onde as mulheres começam a se interessar pela associação e participarem das atividades realizadas pelo GMAPIC. Destacou-se na realização de cursos voltados à produção de doces, compotas e licores, o que despertou em muitas mulheres o interesse em aprender e a buscar mais independência financeira. Ainda nessa direção, com o término do projeto aprovado, houve a necessidade de continuidade dos trabalhos de capacitação de jovens e mulheres da ilha Cotijuba, principalmente, em cursos com ênfase no uso racional dos recursos naturais.

Diante disto, já com um discurso mais ativo politicamente e detentora de conhecimentos sobre a realidade local, Antônia inicia outro processo de busca por mais oportunidades para esses atores. Assim, em outubro de 2000 e na condição de um jovem bolsista do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/Universidade Federal do Pará – UFPA, o autor apresentou à Antônia

e sob coordenação da APIC, uma proposta da oficina; a mesma versaria sobre “Desenvolvimento comunitário para o ecoturismo”<sup>7</sup>.

O objetivo principal seria o de sensibilizar e instruir a comunidade local com vistas à implantação do ecoturismo. Logo, mudou-se o enfoque para o turismo comunitário. A respeito, Gomes (2007) ressalta que a idéia que se tem é de que essa modalidade possa combater a miséria e a pobreza dos núcleos receptores potenciais de turismo, fomentando empreendimentos comunitários de porte pequeno e micro, que seriam fortalecidos pelo turismo.

Após mais esta etapa, Antônia ficou mais confiante, principalmente com a idéia de um turismo mais participativo e comunitário. Por meio da APIC, em janeiro de 2001, ela apresentou à FASE, o projeto “Agente comunitário de ecoturismo”, com o objetivo de instrumentalizar, via conhecimentos acerca de ecoturismo e comunidade, os participantes. Essa Organização Não Governamental – ONG aprovou o projeto que foi executado com louvor. Inclusive, um bolsista jovem chegou a coordenar tal projeto.

A concretização desta proposta de turismo se deu com a assessoria técnica do autor, principalmente entre 2000 e 2001; e viabilizou-se a partir da divulgação de uma trilha, a Quatro Bocas. Inclusive, a mesma foi filmada posteriormente por um grupo de estudantes bolsistas do Instituto de Artes do Pará – IAP. A intenção foi de registrar os trabalhos executados pelas comunidades locais das ilhas de Belém.

Ainda, ressalta-se que o PT convidou Antônia em 2000 a assumir um cargo municipal em Cotijuba e assim contribuir para a construção de uma agenda política para essa ilha. Ela aceitou o convite e iniciou tal atividade concomitantemente com a presidência da APIC. Por fim, essa decisão resultou em um conflito interno e a certeza de que isso não era o que ela almejava, enquanto um futuro promissor e qualidade de vida.

Passada a execução do projeto de turismo comunitário e a decepção com a política do PT e tendo uma base mais consolidada de conhecimentos e

---

<sup>7</sup> Tal oficina fez parte do plano de trabalho desse bolsista, que integrava o Projeto Mudança do Estuário Amazônico – MEGAM por meio da ação antrópica e gerenciamento ambiental, coordenado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edna Castro (NAEA/UFPA).

percepção do papel social das mulheres das ilhas de Belém, Antônia e outras associadas do GMAPIC decidiram desligar-se da APIC. Isso ocorreu em assembléia geral realizada no dia 6 de setembro de 2002. Tal decisão teve por base o fato de terem percebido que, durante a ampliação do GMAPIC, já não eram mais respeitadas como mulheres, associadas e formadoras de opiniões.

Desde então, tais mulheres iniciaram um trabalho mais independente e não mais limitado somente à ilha Cotijuba, nascendo assim o MMIB como um movimento social emergente. Seu objetivo principal foi o de buscar alternativas para a inclusão social da mulher cabocla da Belém insular, principalmente em questões como a organização social, a capacitação profissional e a geração de rendas, expandindo a área de atuação para outras ilhas adjacentes. Dentre essas, priorizou-se as ilhas Jutuba, Paquetá, Urubuoca, Nova e Tatuoca.

No período compreendido entre 2002 e 2005 e sob coordenação de Antônia, o MMIB chamou a atenção de empresas privadas e ONG por seus ensaios de sobrevivência e lutas pela inserção social das mulheres da Belém insular. Ainda, por meio do MMIB, promoveu ações pontuais para incentivar as mulheres a buscarem independência. Observou-se que em sua gestão aconteceu, em novembro de 2002, o curso de “formação de lideranças” com o apoio da FASE.

Em janeiro de 2003, iniciou-se a plantação de priprioca (*Cyperus prolixus*) em convênio com a empresa Natura, beneficiando 11 famílias da ilha Cotijuba, o que se viabilizou com a implantação de área piloto do projeto. Em fevereiro de 2003, em parceria com a Cruz Vermelha/PA, realizou-se o curso de Primeiros Socorros para os Agentes Comunitários de Saúde das ilhas pertencentes ao raio de atuação do MMIB. No ano de 2004, construiu-se a sede do MMIB, a “Casa da Mulher Insular”, o que ocorreu via parceria com a empresa Natura.

No mesmo ano, ainda sob gestão de Antônia, o MMIB assinou um convênio com o Instituto PEABIRU de Ecoturismo/SP para ações de ecoturismo e geração de rendas. Em julho de 2005, o MMIB, inaugurou a Agência Comunitária de Ecoturismo, uma espécie de empresa comunitária para tratar de assuntos referentes à planificação, organização e

operacionalização do turismo comunitário. Inoperante por anos, retomou-se as atividades em 2010, com parceria com a Faculdade de Turismo – FACTUR do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas – ICSA, UFPA.

Assim, com este legado instituído a partir de suas experiências como assistente social, Antônia torna o MMIB uma realidade. Então, construiu-se agendas de atividades para as mulheres das ilhas de Belém. Antônia foi a primeira coordenadora geral do MMIB e sua experiência contribuiu para que outras mulheres associadas pudessem participar mais das atividades de gestão do movimento.

O mais importante desta gestão no MMIB foi a parceria estabelecida em 2004 com a empresa Natura<sup>8</sup>. A mesma rendeu a construção da sede própria do MMIB e a oportunidade de jovens e mulheres desse movimento perceberem a pertinência das orientações dadas por Antônia. Conforme o registro da memória social local, essa líder sempre enalteceu o papel das mulheres quanto às agendas políticas de inclusão social e de dignidade.

## 4 CONCLUSÕES

O descortinar de um mundo mais justo e equitativo para as mulheres dos furos e rios da Belém insular sempre foi o objetivo maior de Antônia. Sua atividade profissional como assistente social contribuiu para que ela pudesse orientar e construir uma agenda de ações para as mulheres de Cotijuba. Isso no sentido de organizá-las para lutarem por mais independência econômica e inclusão social desde as atividades produtivas locais.

Nisso, a colaboração de Antônia na construção dessa agenda de mulheres das ilhas no MMIB foi importante para que elas pudessem ter autoestima e vontade de prosseguir a vida sem depender diretamente dos seus companheiros. A orientação de Antônia contribuiu para que atualmente o MMIB e suas colaboradoras e colaboradores possa ser uma referência de

---

<sup>8</sup> De acordo com os depoimentos das mulheres, isso contribuiu muito para que as famílias das associadas do MMIB pudessem ter a dignidade de construir suas vidas dentro da ilha.

projetos de desenvolvimento pautados na sustentabilidade local dos recursos naturais da ilha Cotijuba.

Assim, o destaque foi para as atividades econômicas atreladas ao artesanato, turismo e agricultura orgânica, o que tem contribuído para que as famílias de tais mulheres pudessem ter trabalho e renda. Inclusive, tais atividades são prioridades atualmente, sendo que o que Antônia deixou ao final de sua gestão ainda reluz entre as associadas do MMIB. Ou seja, o compromisso, a responsabilidade e a solidariedade na certeza do amadurecimento e da coragem para que encarem os desafios que não são poucos.

Em Cotijuba e em outras ilhas de Belém, Antônia incentivou outras mulheres a pensarem mais em suas vidas femininas em uma ilha esquecida pelas políticas públicas. Essa mulher é corajosa, mãe, avó, assistente social e cidadã. Acredita-se que seu legado seja mais sua contribuição no processo de emancipação das ilhas de Cotijuba e na construção do MMIB.

Tem-se, assim, a convicção de que sua experiência de vida baseada numa construção de valores morais bem exercitados foi de importância enorme para outras seguidoras. Desse modo, elas puderam evidenciar o sentido verdadeiro de ser mulher nas ilhas de Belém. E isso aconteceu depois da passagem iluminada de Antônia no GMAPIC e no MMIB.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, E. C.; SANTOS, P. S. dos. *Análise da implementação dos roteiros turísticos de base comunitária do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB*. Belém, 2008. 120 f. Trabalho de Conclusão (Bacharelado em Turismo)– Universidade Federal do Pará, 2008.

GOMES, E. L. dos S. *Anotações sobre Antônia M. G. da Silva*. Belém, 2011. (Arquivo pessoal de EG).

\_\_\_\_\_. *Gênero e turismo: a experiência de turismo do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB*. 2011. (No prelo).

\_\_\_\_\_. *Turismo no entorno do PARNA do Cabo Orange, Amapá*. Belém, 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)– Universidade Federal do Pará, 2007.

LIMA, A. M. G. de. *Entrevista à E. Gomes, sobre aspectos da vida de Antônia M. G. da Silva*. Belém, 2011. (Arquivo pessoal de EG).

MALINOWSKI, B. *A diary in the strict sense of the term*. New York: Harcourt, Brace and World, 1967.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Editora do NAEA, 2007a. p. 15-52, il.

\_\_\_\_\_. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: Editora do NAEA, 2001. 270 p., il.

ZIMMERMANN, T. R.; MEDEIROS, M. M. de. Biografia e gênero: repensando o feminino. *Revista de História Regional*, v. 9, n. 1, p. 33-44, verão 2004.

**SILVA, Celina Cadena da – 1946 - ...**  
**CONHECIMENTOS TRADICIONAIS**  
**INDÍGENAS E OCIDENTAIS**  
**NA ORGANIZAÇÃO INDÍGENA**  
**E POLÍTICAS PÚBLICAS**

*Elvira Eliza França*

## **1 INTRODUÇÃO**

Celina Cadena da Silva é mais conhecida como Celina Baré, nasceu em 02 de fevereiro de 1946, no Amazonas, e se destaca pela força dos argumentos e capacidade ímpar de integrar conhecimentos das tradições indígenas com o conhecimento ocidental. Sua presença em reuniões ou eventos, organizados por indígenas ou brancos, gera expectativas quando se pronuncia, dado o modo inusitado, pertinente e corajoso de dizer o que pensa, mesmo diante de autoridades, com postura ética e de respeito às diferenças. Conforme França (2002),<sup>1</sup> ela possui uma história de vida rica de experiências, sustentada por uma formação educacional e espiritual abrangente e diferenciada<sup>2</sup>.

A história oral é considerada uma metodologia científica de estudo histórico e a biografia um espaço privilegiado de valorização do sujeito na história, quando a experiência pessoal do entrevistado revela a experiência

---

<sup>1</sup> O primeiro contato da autora com Celina foi após o encerramento de uma assembleia indígena, no final dos anos de 1980. O mesmo se consolidou em contatos esporádicos de apoio mútuo, para elaboração e participação em projetos. Dentre eles, destaca-se o “Ritual na Floresta”, em 1996 (Congresso da Young President Organization – YPO, que congrega os presidentes das maiores empresas nacionais e internacionais e que realizavam seu evento anual em Manaus, Amazonas, em 1996), e o estudo de França (2002) sobre suas estratégias verbais e não verbais para a promoção da saúde (1998-1999).

<sup>2</sup> Inclusive, isto lhe direcionou a ajudar o outro, a promover a saúde e a educação, seja por meios convencionais ou não.

coletiva (Alberti, 2000). Por meio da entrevista é possível se fazer a reconstrução da história individual, com uma interpretação historicossocial, abrangendo a compreensão do contexto familiar imediato que chega ao contexto social mais abrangente (Ferrarotti, 1991). Nessa perspectiva, o diálogo histórico proposto por Vigotski e Bakhtin (apud Silva, 2011) torna possível à entrevista o processo de construção da consciência<sup>3</sup>.

Durante a infância e maturidade, vive-se acontecimentos, aventuras, situações inesperadas que desviam o curso normal da vida, mas ajudam na formação do caráter, dos princípios éticos e morais, importantes para a participação politicossocial. Nesse sentido, a investigação biográfica proporciona condições de investigação dos aspectos da cultura considerada não dominante e de sua influência na transformação do pensamento oficial. Isso ocorre em um processo em que a cultura tradicional indígena e os conhecimentos ocidentais marcam a história do movimento indígena nacional e internacional na Amazônia, conforme se depreende da trajetória de Celina Baré, uma líder indígena, neste capítulo.

## 2 A VIDA PESSOAL DE CELINA BARÉ

Celina é filha de indígenas do povo Baré, da fronteira do Brasil com a Venezuela e Colômbia. A mãe venezuelana e o pai brasileiro<sup>4</sup> são dos estados do Amazonas da Venezuela e do Brasil, respectivamente. A quarta filha do casal, entre nove filhos, nasceu em Cucuí, junto ao IV Pelotão de Fronteira do Amazonas, no sítio da Glória, dos avós maternos. A família sempre se transferia do Brasil para a Venezuela, percorrendo uma distância de

<sup>3</sup> Notadamente, entre as subjetividades entrevistador/entrevistado, enquanto usam as palavras para reconstruir o tempo. Note-se, segundo Silva (2010), que aquele que fala nunca está sozinho, mesmo quando fala para si mesmo, pois o pensamento é constituído de diálogos internos múltiplos que se externalizam, evidenciando lições de vida e exemplos educativos que envolvem outras personagens, numa história que é individual/coletiva.

<sup>4</sup> Nome da mãe: Catarina Bolívar Cadena; nome do pai: Guilherme Pereira da Silva. Nome dos parceiros: o negro Papitunati Rivas (Natividad) e a esposa indígena Mamitamaia (Mariana do povo Dyarumari).

aproximadamente 190 km, nos períodos de colheita da roça, coleta de frutas silvestres, caça, pesca, festas culturais, nascimentos, doença e necessidades de cuidados especiais.

O pai era analfabeto e para que os filhos aprendessem a ler e a escrever com a mãe, já alfabetizada, fazia molduras nas folhas verdes de bananeira (*Musa paradisiaca*) ou sororoca (*Clusia nemorosa*), usando talas de buriti (*Mauritia flexuosa* Mart.), inajá (*Attalea maripa*) ou de outras palmeiras. Nas folhas esticadas, a mãe escrevia as letras com uma flecha apontada como se fosse lápis, para as crianças reforçarem o traçado. As lições eram feitas enquanto os pais trabalhavam na roça. Ao término, Celina e os irmãos mais velhos realizavam atividades domésticas<sup>5</sup>.

Também participavam do trabalho da roça com os pais, carregando maniva (*Manihot esculenta* Crantz), capinando e queimando o mato, colhendo frutas. Raspavam, ralavam e espremiam a massa da mandioca para fazer tucupi e retirar a goma. Brincadeiras só no momento do banho no rio, ou quando a menina via calangos (*Cnenidodhorus ocelliser*) e os perseguia. Isso sem se importar com a punição dos pais por ter quebrado maniva na roça, ter se arranhado e se sujar com resíduos do mato queimado.

Com sete anos foi passear, por 15 dias, em Puerto Ayacucho, na Venezuela, com amigos da família. Lá vivia um tio materno<sup>6</sup> que não a deixou retornar e a matriculou num colégio salesiano; e lá a menina permaneceu por 12 anos, longe dos pais. Estudava música, fazia apresentações públicas nas festas, cerimônias e disputas entre colégios. Ao avançar nos estudos, as freiras a matricularam no curso técnico de saúde pública, em outro colégio.

Nas férias, as alunas passavam dias com grupos indígenas diferentes e, com os dados de campo, elaboravam trabalhos escolares (França, 2002). Com tal base escolar, Celina ingressou na Universidade Central de Caracas; depois, no Colégio Universidad Dominicana de Bogotá – Colômbia, e

---

<sup>5</sup> Como cuidar das crianças menores, cozinhar, tirar lenha na floresta, encher as vasilhas com água do rio etc.

<sup>6</sup> Nome do tio: Waldyno Bolívar Cadena, que foi criado pela mãe de Celina e considerava de grande valor retribuir à sobrinha proporcionando estudo formal no colégio religioso salesiano Madre Maria Mazzarello.

concluiu curso de enfermagem na Universidad de Rubio – Venezuela. Posteriormente, realizou cursos de ginec obstetria e instrumentista de centro cirúrgico. Tinha formação para atuar na Cruz Vermelha.

Seu primeiro relacionamento conjugal foi aos 19 anos<sup>7</sup>. Era funcionária pública do hospital venezuelano Dr. José Gregório Hernandez de Porto Ayacucho. Quatro meses após o nascimento da primeira filha<sup>8</sup> foi enviada à Cumaná, zona de guerrilha, com a missão de socorrer civis e militares feridos, onde ficou por meses. “Você faz um juramento de profissão para se dedicar à vida do próximo [...]. Quando se vai para campo de guerra, vai com a fé de voltar, mas não sabe qual vai ser seu destino”<sup>9</sup>. Ao retornar da missão, Celina voltou à casa dos pais, em Cucuí, onde socorria doentes e acompanhava os médicos.

Seu segundo relacionamento conjugal foi com um gaúcho, piloto da aeronáutica,<sup>10</sup> e foi morar em São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, Brasil. Contudo, ele faleceu em um acidente aéreo. Celina, grávida, deixou a filha mais velha com os pais em Cucuí e foi recomeçar a vida em Manaus. Mas na cidade não havia Cruz Vermelha e com a demora para o reconhecimento do diploma, trabalhou em atividades diferenciadas<sup>11</sup>. Tempos depois, conheceu um indígena Baré, militar do exército<sup>12</sup>. Após a baixa dele no serviço militar, constituíram família e tiveram três filhos<sup>13</sup>. Hoje, vive com ele e tem oito netos.

---

<sup>7</sup> Nome da pessoa do primeiro relacionamento afetivo Agustín Orozco.

<sup>8</sup> Maryluz Cadena Orozco.

<sup>9</sup> O afastamento do lar por tempo prolongado comprometeu o relacionamento conjugal no retorno.

<sup>10</sup> Antonio Cordeiro.

<sup>11</sup> Então, fez cursos de: hotelaria, garçonne, camareira, telefonista, secretária executiva, cozinheira e continuava prestando socorro aos doentes.

<sup>12</sup> Manoel de Jesus Cardoso Neto, conhecido por Neco. Na revisão da história de vida de ambos, descobriu já conhecê-lo numa prestação de socorro à família dele, em São Gabriel da Cachoeira.

<sup>13</sup> Keyth Yajaira Cadena da Silva; William Guilherme Cadena da Silva e Johnny da Silva Cardoso. Só o último recebeu o sobrenome paterno.

### **3 PAJELANÇA NÃO VERBAL E VERBAL, TRADICIONAL E OCIDENTAL**

A força da linguagem verbal e não verbal de Celina pode promover mudanças em estados físicos e mentais e surpreendeu a autora em dois momentos. O primeiro foi em 1996, durante o “Ritual na Floresta”, no encontro da YPO, no meio da reserva de floresta de um hotel de Manaus. No início do ritual, começou uma forte chuva tropical, com ventos, raios, trovões, sons dos pingos nas folhas das árvores e sensação fria das primeiras gotas na pele, o que ameaçava o momento sagrado.

Celina concentrou-se, direcionou o olhar para o céu e topo das árvores, e fez movimentos com braços e mãos como se estivesse afastando as nuvens daquele local. Pediu que todos soprassem na direção de suas mãos e a chuva parou onde o grupo estava, ainda que os sons continuassem nas proximidades. O ritual durou 40 minutos, com oferendas dos elementos terra, água, fogo e ar e benzimento de fumaça, com resina de vegetais. Ao terminar o ritual, as pessoas retornaram ao hotel e assim que pisaram no último degrau da escada da entrada a chuva caiu torrencialmente, sem que o grupo se molhasse, numa coincidência temporal surpreendente.

No dia seguinte, um suíço que havia viajado deitado no avião devido a uma rigidez crônica na coluna vertebral e que estava desanimado com tratamento alopático por tempo longo e sem resultado, retornou ao ritual. Agradeceu pela cura do dia anterior, pois ao levantar-se da cama, naquela manhã, havia flexionado normalmente a coluna. No grupo, tocou os próprios pés para mostrar aos presentes o benefício alcançado.

O segundo fato surpreendente ocorreu no Fórum Regional Antidrogas, de 2004<sup>14</sup>. Celina foi convidada pela autora a participar do grupo de trabalho de prevenção, mas optou por se inscrever no grupo de redução da oferta

---

<sup>14</sup> O Fórum Regional Antidrogas da Região Norte foi realizado em Manaus, sob a coordenação local do Conselho Estadual de Entorpecentes, com o objetivo de coletar propostas dos movimentos sociais para o Fórum Nacional Sobre Drogas de Brasília, que seria realizado em 2005, em Brasília, visando a implementação da Política Nacional Antidrogas para o Brasil.

(repressão), composto por magistrados, promotores, delegados, policiais federais, estaduais e municipais, investigadores e militares. Estava presente no evento o presidente da Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD, autoridade de Brasília<sup>15</sup>.

Na plenária final deste fórum, o coordenador pediu para homenagear a representante indígena, em nome dos demais componentes do grupo. Agradeceu a Celina pelo enriquecimento do debate, pelas informações sobre plantas medicinais, seus benefícios e efeitos psicotrópicos. Evidenciou a mudança da visão preconceituosa e policialesca do grupo, proporcionada pelas palavras daquela líder indígena.

Celina levantou-se, juntou os punhos, na altura da face, e contou o que havia sentido ao falar entre as autoridades e aqui relembra o fato:

Eu disse: o que eu vou falar para vocês pode fazer eu sair daqui presa e algemada pela Polícia Federal, mas eu vou sair feliz da vida, porque eu estou com uma coisa engasgada na garganta e preciso falar. Aí, eu falei sobre a coca, ayuaska, maconha. Eu falei sobre os princípios ativos dessas plantas para a saúde e fui citando os usos para as várias doenças. As pessoas tiveram esclarecimento sobre os benefícios das plantas alucinógenas e reconheceram que até então só consideravam os perigos e não os benefícios delas. Fui homenageada pelos componentes do grupo de trabalho, que reconheceram que eu havia sido um trofeu de corpo vivo e alma, presente nos debates (Silva, 2012, entrevista).

Na plenária, Celina ainda falou que o homem branco havia transformado as substâncias naturais das plantas em laboratórios, produzindo drogas potentes e perigosas à saúde, que o estavam destruindo. Mas não era justo sacrificar nem queimar a natureza bondosa que ajuda a curar, nem criminalizar os usos indígenas das plantas medicinais alucinógenas<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> General Paulo Yog Uchôa, presidente da Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD.

<sup>16</sup> No final de sua fala, foi convidada formalmente a participar do Fórum Nacional de 2005, por ser uma presença imprescindível, com a oferta de todos os gastos assegurados.

Na compreensão de Rocha (2012, entrevista),<sup>17</sup> Celina possui um olhar sensível para detectar problemas de saúde e recomendar tratamentos naturais. Faz isso por ter conhecimento profundo sobre plantas medicinais e sobre como podem ser combinadas em chás. Conforme França (2002), para promover a saúde ela ainda usa pedras, mitos, astros e fé.

#### **4 REPRESENTATIVIDADE E CONTRIBUIÇÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

A participação dos indígenas na elaboração de políticas públicas é um fenômeno recente no Brasil, que se fortaleceu a partir do processo de democratização, com os movimentos de base, durante a Constituinte (anos de 1987-1988). Celina destacou-se no período pós-ditadura por não ter inibição para falar. Assim, assumiu o papel de líder indígena e assegurou uma participação feminina ainda que minoritária<sup>18</sup>.

De fato, Celina chegou a esta condição a partir da contundência de seus argumentos. Inclusive, Sacchi (2003) e Simonian (2000) apontam a importância política das mulheres indígenas, por apresentarem uma problemática própria de gênero: violência sexual, prostituição, alcoolismo, dificuldade de participação devido a resistências das lideranças indígenas masculinas, participação nos processos de trabalho e outras.

Todavia, Celina aborda questões relacionados à infância, adolescência, Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST/ *Acquired Immunodeficiency Syndrome* – AIDS, e outras epidemias que afetam os indígenas. Assim, galgou espaços políticos como representante indígena em conselhos locais e depois representou o Amazonas e a região Norte em instâncias nacionais

---

<sup>17</sup> José Rocha é assessor de comunicação do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, onde atua desde 1988 e fez muitas viagens pelo interior com Celina, para realização de assembleias com grupos indígenas.

<sup>18</sup> Segundo Rocha, todos os indígenas participam das assembleias nas comunidades; contudo, em eventos que requerem deslocamento e permanência fora da comunidade são eleitos representantes, geralmente homens, o que explica o número menor de mulheres em assembleias ou outros eventos.

ligadas ao Ministério da Saúde – MS<sup>19</sup>. Já representou o Brasil em eventos internacionais e sua ação social e política é reconhecida pelas conquistas dos povos indígenas.

Atualmente, participa do Programa Nacional de Malária – PRONAM do MS. Atua no grupo de Mecanismos de Cooperação de País – MCP, do Fundo Global, da Organização das Nações Unidas – ONU. No início de sua atividade profissional em Manaus, sofreu discriminação de profissionais da área da saúde, por ser indígena<sup>20</sup> e não falar português.

Sua formação era diferenciada e valorizava a cultura tradicional indígena e conhecimentos técnicos e científicos, e ela protestava contra o que via e vivia no contexto da saúde, e incomodava brancos e indígenas, em certas situações. Na compreensão de Ramos (2012, entrevista),

Celina é muito sábia, tem muito conhecimento sobre ervas medicinais e tradição indígena, e ajudou na valorização do conhecimento tradicional aplicado à saúde e educação. Ela tem uma grande leitura da realidade que fortaleceu as discussões e as tradições indígenas nas grandes cidades.

Mas na década iniciada em 1970, começaram a surgir movimentos de organização indígena, apoiados pelo Conselho Indigenista Missionário – CIMI, geralmente coordenados por homens.

No início dos anos 1970, segundo Rocha (2012, entrevista), missionários da Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR que atuavam na clandestinidade trouxeram a público informações sobre os massacres dos indígenas no Brasil; e em 1972, criaram o CIMI. Dois anos mais tarde, esse conselho foi oficializado no Amazonas.

---

<sup>19</sup> Atuou como delegada, membro do Conselho Estadual de Saúde do Amazonas e comissões de trabalho junto a tal ministério (Silva, 2012, entrevista).

<sup>20</sup> Os indígenas sofrem um processo histórico de desvalorização étnica desde a colonização. Altini *et al.* (2011) revela práticas de escravidão, chacinas, guerras, epidemias de doenças infecciosas e o descaso colonial com a perspectiva de extermínio dos indígenas, considerados “entraves ao desenvolvimento”. Daí o motivo do atendimento à saúde indígena, muitas vezes, se restringir a medidas paliativas e emergenciais.

Eram movimentos fechados, devido ao temor da perseguição militar, mas aos poucos foram se tornando visíveis à sociedade, por favorecerem a criação de movimentos indígenas organizados e com participação feminina. Dentre esses e de acordo com Silva (2012, entrevista) e Rocha (2012), foram criados: a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN; o Conselho Indígena do Território de Roraima – SINTER, que se transformou em Conselho Indígena de Roraima – CIR; o Conselho Geral Bilíngue Tikuna; o Conselho Geral da Tribo Tikuna – CGTT; e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, essa criada em 19 de abril de 1989.

Celina trabalhou na COIAB por 12 anos, na assessoria de educação, saúde e autossustentação. Em 2002, recebeu convite para compor uma mesa no I Encontro das Mulheres Indígenas da Amazônia. Então e conforme Portaria de 29 set. 2005, foi eleita como articuladora social para representar o movimento indígena no Conselho Nacional de Mulheres Indígenas – CONAMI.

Neste percurso, chegou ao Ministério da Saúde, como membro do Comitê Técnico Assessor de Articulação com Movimentos Sociais em HIV/AIDS – CAMS<sup>21</sup>. Em tal comitê, atuou em questões relacionadas à redução de danos, decorrentes do uso de drogas e comportamentos de risco. Como representante indígena em atividades do MS, foi incluída no Programa Nacional da Malária – PRONAM.

Não é fácil discutir com o governo porque sem conhecimento a pessoa pode ser ‘engolida’, porque o que o governo coloca não pode ser contestado simplesmente e deve se dizer ‘amém’. Mas quando há bons argumentos e uma boa defesa, com nível similar ao dos técnicos governamentais, eles respeitam o ponto de vista diferenciado e, dependendo da situação, melhoram as propostas (Silva, 2012, entrevista).

---

<sup>21</sup> Constituído pelas Portarias nº 53, de 29 set. 2005 e nº 84, de 02 out. 2008 do MS/ Secretaria de Vigilância em Saúde – SVS.

Para justificar tal possibilidade, Celina menciona a força dos movimentos populares para a adoção da produção e distribuição dos mosquiteiros que matam o mosquito *Aedes aegypti* sem prejudicar a saúde humana, pelo PRONAM.

E cita a política de redução de danos, com sugestão acatada para a realização de testes rápidos e gratuitos para detecção de sífilis e AIDS; e a valorização, respeito e reconhecimento do direito da convivência homoafetiva, a partir da mobilização de homossexuais, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais<sup>22</sup>.

Em 2000, Celina fundou a Organização de Desenvolvimento e Sustentabilidade Econômica para os Povos Indígenas – ODESPI, com atuação, também, na área educacional. Coordenou o I Encontro de Lideranças Indígenas do Rio Cuieiras e Adjacências, para discussão sobre a oficialização e implantação das escolas indígenas naquela região. O debate resultou na criação do Núcleo de Educação Indígena – NEI em Manaus, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e criação de sete escolas indígenas.

Este movimento favoreceu a criação do Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena – CEEEI e assegurou a contratação de professores indígenas para atuar em escolas indígenas oficiais (Ramos, 2012, entrevista)<sup>23</sup>. No que se refere à valorização da língua indígena, Celina também colaborou com pesquisadores linguistas da UFAM, na tradução e entonação de palavras em Nheengatu<sup>24</sup>. Como posto por Silva (2012, entrevista), seus conhecimentos ajudaram no processo de recuperação da língua Mura.

Quando sente necessidade de defender seus direitos ou os de quem não sabe se defender, Celina não fica inibida diante das autoridades. Diz

---

<sup>22</sup> Na ata de setembro de 2008, Silva (2008) se manifesta sobre o índice alto de infectados que, devido à discriminação, buscam ajuda em locais distantes; aborda a falta de vigilância [epidemiológica] nas zonas de fronteira, e informa que o primeiro caso veio da Guiana Francesa.

<sup>23</sup> Ademir Ramos (2012, entrevista) foi o primeiro presidente da Fundação Estadual de Política Indigenista – FEPI-AM (2002), que foi transformada em Secretaria Estadual de Política Indigenista do Amazonas – SEPI; Coordena o Núcleo de Cultura Política – NCPAM da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

<sup>24</sup> Nheengatu é a língua geral, criada pelos jesuítas na época da colonização portuguesa.

que reconhece que muitas não têm domínio de toda a realidade, porque seu trabalho se restringe aos gabinetes. Por isso, sente responsabilidade de transmitir o que sabe e o que vê acontecendo com a população. Quando tem condições, tira fotos para comprovar o que diz. “A gente conhece a realidade e sabe que não pode ficar calada” (Silva, 2012, entrevista). Celina diz que sente um nó na garganta, temendo sofrer um derrame ou ataque do coração se não falar, devido ao comprometimento social e espiritual com o outro.

Por ter trabalhado em sanatórios, revida a tese de que tuberculose é doença de pobre, pois pessoas ricas também sofrem dela (Silva, 2012, entrevista). Como conhece o sofrimento de crianças abandonadas em orfanatos, condena mães que tomaram e tomam remédios para abortar ou usam drogas, causando lesões ou deficiências nos filhos, que depois são rejeitados e traumatizados por toda a vida. Defende que a prevenção é mais importante, porque evita a necessidade e os gastos com tratamento.

Dentre os trabalhos preventivos que realizou, considera o mais gratificante aquele que envolveu adolescentes, amigos de seus filhos, que estavam usando drogas e correndo o risco de entrar no submundo da criminalidade. Com a ajuda dos filhos, Celina levou os adolescentes para sua casa e deu a eles uma atenção especial, por meio de conversas e brincadeiras que atravessavam a noite e iam pela madrugada. Depois, eles eram levados para suas casas e não ficavam perambulando pelas ruas, expostos à violência. Assim, ela criou laços de amizade e de confiança que ajudaram na recuperação do grupo. Hoje, eles são trabalhadores e cidadãos dignos. Seus filhos a chamam de vovó.

## 4 CONCLUSÃO

Celina é um sujeito da história que considera que todos têm um papel no resgate social. Acredita que, se cada um assumisse esse papel, o mundo seria bem melhor, mais humano, justo e feliz. Com o avançar da idade, suas contribuições à sociedade estão ficando mais restritas, mas continua fazendo o que pode para promover a saúde indígena. Sua biografia ajuda a compreender como a evolução pessoal está atrelada à evolução social e,

em seu caso específico, à evolução do movimento indígena local, nacional e internacional, e às políticas públicas voltadas para as questões indígenas.

As conquistas do movimento indígena fazem parte de sua história e merecem ser lembradas, principalmente num momento em que o empoderamento de uma secretaria governamental no Amazonas já está nas mãos dos indígenas. Mas o desafio maior permanece, com a falta de recursos suficientes para todas as ações que, realmente, resgatem a dignidade do povo indígena, o dono original do território brasileiro. Por isso, a biografia de Celina é um exemplo de escola de vida e de esperança para as gerações futuras, para que não esmoreçam em suas lutas em defesa da natureza, da saúde, da educação, da vida com dignidade e cidadania.

Estas não são lutas só dos indígenas, mas de todo ser humano e depende da construção de uma consciência nova. A esse respeito, o conhecimento tradicional indígena há de ser reconhecido como aliado do conhecimento convencional, tanto na promoção da saúde, quanto da educação e demais políticas públicas. Por esse meio também se pode promover a paz do indivíduo consigo mesmo, com o outro e com o planeta.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. *Indivíduo e biografia na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000. 5 p.

ALTINI, E. et al. (Org.). *A política de atenção à saúde indígena no Brasil...* Brasília: Conselho Indigenista Missionário – CIMI, 2011.

CONEXÃO Amazônica: Agenda 21 das Mulheres da Floresta. Disponível em: <file:///F:/Celina/CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria – Conexão Amazônica...>. Acesso em: 10 mar. 2012.

FERRAROTTI, F. Sobre autonomia do método biográfico. *Sociologia: Problemas e Práticas*, n. 9, p. 171-177, 1991.

FRANÇA, E. E. *Crenças que promovem a saúde: mapas da intuição e da linguagem de curas não-convencionais em Manaus, Amazonas*. Manaus: Ed. Valer; Governo do Amazonas, 2002.

MINISTÉRIO da Saúde – MS. Disponível em: <<http://ministériodasaúde.gov.br>>. Acesso em: 09 mar. 2012.

MORAES, S. M. *Memória e reflexão: a biografia como metodologia de investigação e instrumento de (auto) formação de professores de arte*. XVIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISADORES EM ARTES PLÁSTICAS: TRANSVERSALIDADES NAS ARTES VISUAIS, Salvador, 21 a 26 set. 2009.

RAMOS, Ademir. *Entrevista concedida a Elvira Eliza França sobre a importância de Celina Cadena da Silva no movimento indígena e nas políticas públicas do Amazonas*. Manaus, 06 mar. 2012. (Anotações de E. E. França, arquivo pessoal).

ROCHA, José. *Entrevista concedida a Elvira Eliza França sobre a importância de Celina Cadena da Silva no movimento indígena no processo de democratização do país e no Amazonas*. Manaus, 07 mar. 2012. (Anotações de E. E. França, arquivo pessoal).

SACCHI, Â. Mulheres indígenas e participação política... *Revista Antropológicas*, ano 7, v. 14, n. 1-2, p. 95-110, 2003.

SILVA, Celina Cadena. *Entrevista concedida à Elvira Eliza França sobre vida pessoal, participação no movimento indígena e na formulação de políticas públicas*. Manaus, 06 mar. 2012 (Anotações de E. E. França, arquivo pessoal).

\_\_\_\_\_. *Matéria informativa sobre sexualidade e enfermidades*. 2008. Disponível em: <[agbtl.org.br/pipermail/adocaogbt\\_abglt.org](http://agbtl.org.br/pipermail/adocaogbt_abglt.org)>. Acesso em: 09 mar. 2012.

SILVA, M. das G. V. *Bakhtin e o estudo da educação no romance: Bakhtin e Vigotski – a compreensão do discurso professor/aluno em sala de aula*. Vila Nova de Gaia, 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Instituto Superior de Línguas e Administração, 2010.

SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: Editora do NAEA, 2001.



# **SILVA, Luzarina Varela da, 1961 - ... DO MUNDO DAS ÁGUAS AO MUNDO DO MOVIMENTO DAS MULHERES EM MANAUS**

*Elenise Faria Scherer*

## **1 INTRODUÇÃO<sup>1</sup>**

Há quem diga que a vida não é feita de certezas lineares nem de destinos previsíveis. É feita de contradições, dilemas, alegrias e tristezas, encontros e desencontros, dramas e tramas. E todos esses processos e relacionamentos sociohistóricos são sempre mediados pelo trabalho. Aqui vou narrar um pouco da história e das estórias, por que não, de uma mulher guerreira que nasceu nas terras molhadas do município do Careiro da Várzea e ainda criança migrou para Manaus e se tornou uma liderança dos movimentos de mulheres no Amazonas.

Neste capítulo, discute-se a trajetória de vida de Luzarina Varela da Silva, uma mulher, mãe, trabalhadora, política etc. do estado do Amazonas. Essa modalidade de estudo já foi definida como ilusória, nesse caso, por Bourdieu (1996). Mas independentemente de tal interpretação, o uso da história oral (Thompson, 2002) no decorrer da pesquisa permitiu que se produzisse um conjunto de evidências precisas sobre a biografada de modo a garantir uma exposição convincente.

Luzarina nasceu em 12 de setembro de 1960, na comunidade<sup>2</sup> Nossa Senhora de Perpétuo Socorro. A mesma situa-se na localidade da Costa da Terra Nova, município do Careiro da Várzea, distante 22 km de Manaus em linha reta. Lugar de várzea que se costuma denominar de terras molhadas porque estão sempre propícias a serem inundadas pelos rios Amazonas e Solimões.

---

<sup>1</sup> Ou “[...] na Costa da Terra Nova: vida ribeirinha”.

<sup>2</sup> Este conceito precisa ser compreendido por uma perspectiva crítica, como posto por Silva e Simon (2005).

Seus pais são originários do mesmo lugar. Não se sabe ao certo, mas seus avós possivelmente vieram na leva de migrantes/retirantes nordestinos que mudaram para o Amazonas na época da produção gomífera. Seu pai era pescador e assim o fazia para subsistência e o excedente era vendido na comunidade ou nos mercados à beira-rio da capital. A mãe era agricultora e mulher forte, que cuidava dos afazeres da casa e plantio da roça como as demais mulheres no mundo rural brasileiro.

Mas quando Luzarina era pequena os pais se separam e cada um refez e constituiu famílias novas. E ambos tiveram outros filhos. Assim, a sua família é numerosa, como é natural em vários lugares da Amazônia.

## **2 DAS TERRAS MOLHADAS PARA A VIDA URBANA**

O mundo rural amazônico sempre foi desprovido de políticas públicas, especialmente as políticas de saúde e educação. Havia, naquele tempo, poucas escolas nas comunidades ribeirinhas e com apenas o ensino primário. Por isso migravam para a capital, Manaus, se quisessem continuar os estudos. Assim, quando os filhos chegavam à idade escolar, muitas famílias rurais tinham que se deslocar

Com Luzarina não foi diferente. Quando completou dez anos, sua professora de catecismo sugeriu aos seus pais a possibilidade de continuar seus estudos na capital, morando em uma casa de família, como era muito comum ocorrer com as meninas/adolescentes das áreas rurais da Amazônia. Ser filha de criação ou criadas como filha, como se dizia à época, era muito comum no imaginário das famílias rurais. As jovens vinham para a casa das famílias urbanas, em geral, para serem babás. Em troca, teriam comida, roupa e estudos assegurados. Ser filha de criação, poucas se davam conta; à época, escondia, muitas vezes, uma dura realidade.

Menina e criança de dez anos de idade, deixa sua casa muito pequena na Costa da Terra Nova e veio para Manaus morar em casa de família, na vila Municipal. Em troca, tomaria conta de uma criança filha do casal. Também, ganharia algum dinheiro para que pudesse ajudar a família na comunidade.

Na época, não se falava em trabalho infantil e nem em jovens envolvidas em trabalhos domésticos. Mas a capital começava a sofrer transformações grandes. Era a década iniciada em 1970, a Zona Franca começa a se expandir, as fábricas já se multiplicavam no DI. As zonas rurais, historicamente abandonadas, começam a se esvaziar, o processo migratório deslanchava. A cidade se transformava com novos costumes e nova cultura. Era o começo de uma era nova.

Na casa de família, Luzarina ficou por quatro anos e quando se preparava para fazer o exame de admissão, seu patrão foi transferido para o Rio de Janeiro. Contar sobre esse tempo vivido não se constitui em nenhum problema. Acredita que cresceu muito na dialética da vida. Primeiro, era bem tratada; segundo, aprendeu com sua patroa como administrar uma casa, controlar o orçamento doméstico com disciplina.

Além de maneiras boas, aprendeu até noções de civilidade e bem viver. Não havia salário, mas recebia um pouco de dinheiro e não gastava; de fato, economizava para levar para sua mãe quando retornava ao convívio familiar e às agruras do mundo rural do Careiro da Várzea. Por isso, não lamenta sua passagem em casa da família e nem se envergonha disso.

Aos 14 anos, essa etapa de sua vida se encerra. Luzarina foi morar com o seu tio, irmão de seu pai, no bairro de São Raimundo. A Zona Franca de Manaus e seu parque industrial despontavam. Como sabemos, as empresas multinacionais vieram para Manaus por conta dos incentivos fiscais oferecidos pelo governo federal na ditadura militar e, sobretudo, pela farta mão de obra barata, jovem, disponível e desmobilizada politicamente.

### **3 O MUNDO DA FÁBRICA E O OPERARIADO AMAZONENSE RECENTE: AS OPERÁRIAS DO DI**

Manaus – a capital da Zona Franca. A racionalidade capitalista de natureza industrial redefine a vida social amazonense, em todas as esferas. O cenário urbano se transforma. Modificam-se as relações de produção e as

forças produtivas se desenvolvem. Formam e se definem classes sociais novas, configuradas pela dinâmica do capital na região. Compõe-se uma força de trabalho nova, constituída por levas de caboclos que migram para a cidade de Manaus. Aos olhos dos ribeirinhos abandonados nas terras de várzeas e experimentando as agruras da crise agroextrativista, a ZFM, com todo o seu aparato industrial, constituía-se na possibilidade de uma vida melhor.

No Distrito Industrial, hoje denominado de Polo Industrial de Manaus – PIM, as corporações transnacionais de porte grande instalam-se, sobretudo as do setor eletroeletrônico, produzindo manufaturados. Seu padrão organizacional é fordista periférico e mediante uso da força de trabalho semiespecializada, em sua maioria feminina e desmobilizada politicamente. O processo produtivo requer jovens entre 15 a 25 anos, dóceis e um traço peculiar da ZFM – predominantemente feminina.

A presença da força de trabalho feminina nas fábricas do PIM pode ser explicada: seja pelas próprias características das industriais, aqui instaladas, requerem habilidades artesanais, semiartesanais, em atividades como lapidação de cristais, fabricação de relógios e de produtos eletroeletrônicos, seja porque os salários pagos às mulheres são inferiores aos dos homens. Nos anos iniciais da década de 1970, a força de trabalho das fábricas do DI era constituída por 70% de mulheres.

Trabalhar nas fábricas do DI era, portanto, um sonho de qualquer jovem. Esse sonho de vida melhor parece se abrir no imaginário de Luzarina. Aos 14 anos, ela enfrenta a longa fila por uma vaga na Semp-Toshiba. As vagas estavam preenchidas. Tenta a fábrica Sonora e, em pouco tempo, era montadora na linha de montagem da máquina fotográfica *Love*. Carteira assinada e salário mínimo assegurados. Poderia ocorrer algo melhor?

Como muitas operárias das fábricas do PIM, Luzarina logo deixou de estudar. Havia as escalas para o turno da noite. Nesse tempo, Luzarina foi morar com uma tia no bairro do Aleixo, onde conheceu o seu primeiro e único marido. Antes de completar 17 anos, se casou e aos 18 anos já era mãe. A dificuldade de conciliar a vida doméstica com o trabalho obrigou-a escolher pela primeira.

Desempregada e mãe de uma menina, Luzarina estava indócil. Isso porque já estava acostumada a ganhar seu ‘dinheirinho’ e não depender de ninguém. A família aumentava: mais uma menina. Precisava ir à luta. Nesse momento, sua sogra se ofereceu para cuidar das filhas. Lá se foi Luzarina para um emprego novo, o de vendedora na Charme Loja – confecções, localizada na avenida Eduardo Ribeiro.

No começo de 1980, já ganhara mais um filho, mas o casamento já estava em crise e não resistiu. Ser operária do Distrito era, ainda, o sonho de qualquer jovem pertencente à classe trabalhadora. As linhas de montagens esperavam por Luzarina. Dessa vez, na Evadin Componente, onde o processo produtivo precisava de jovens e de mãos delicadas. Salário assegurado, carteira assinada, que lhe assegurava independência. Separada, dividia o aluguel e a manutenção de uma casa com uma amiga que, também, era trabalhadora do PIM.

#### **4 NA ESTEIRA DE MONTAGEM. SER CIPEIRA E A LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Na Evandin Componente, Luzarina começou a se envolver, timidamente, no grêmio esportivo, nas programações de lazer dentro e fora da fábrica. Foi ativa jogadora de futebol feminino. Ganhava até campeonatos. Mas havia algo que lhe incomodava. Embora todos os funcionários da Evadin contribuíssem mensalmente para a manutenção do grêmio, apenas os homens participavam, no intervalo do almoço, das atividades recreativas, dentro da fábrica.

Mas não era justo! Em certo dia, Luzarina e outras operárias questionaram: todas pagavam, mas somente os homens usufruíam; então, passaram a impedir que os homens usassem as máquinas, no horário reservado para o lazer. Criou-se um alvoroço. A partir dessa data, assegurou-se o direito das mulheres, também, participarem dos jogos tanto quanto os homens. Luzarina ganhou respeito!

Neste meio tempo, conheceu a ‘turma do SENAI’. Com sede dentro do Distrito Industrial, essa instituição patronal oferecia cursos profissionalizantes aos operários das fábricas, tais como: controle de qualidade, técnico em eletrônica, entre outros. Educava para o capital. A ‘turma do SENAI’ também fazia parte da Pastoral Operária, ligada à CNBB – Norte I, que já se expandia com o trabalho político-pastoral em Manaus.

Além disto, Luzarina também já fazia parte dos movimentos políticos. Ela dava muitas sugestões, inclusive, estimulando as operárias a se associarem ao Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eletrônicas e Metalúrgicas. Isso porque na época a diretoria estava nas mãos de lideranças sindicais chamadas de ‘pelegas’ havia mais de 20 anos.

Corajosa e destemida, Luzarina se destacava dentro da Evadin. E por isso, a indicaram para participar da eleição para escolha de cipeiros novos da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA/Delegacia Regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho. Ser cipeiro era um cargo disputado, porque não só era importante para começar a militância sindical, mas, também, porque era um meio de defender e lutar pela prevenção dos acidentes no chão da fábrica, como ainda lutar pela melhoria das condições de trabalho. Além disso, os cipeiros tinham estabilidade no emprego.

A cipeira Luzarina observava que os capitalistas do PIM não tinham respeito pelos trabalhadores amazonenses. De fato, as condições de trabalho eram péssimas; no restaurante, serviam comida estragada; os ônibus que transportavam os operários dos bairros até a fábrica eram de péssima qualidade, ou eram reaproveitados com uma nova pintura. Era como se os caboclos amazonenses não tivessem direito a nada.

As fábricas se consolidavam no PIM. E coincidiam com a época da transição democrática: a ditadura militar se esgotava, os partidos de esquerda saíam da clandestinidade, o ABC paulista em greves. Personagens novos entram em cena. A Pastoral Operária e a Associação Nacional de Articulação dos Movimentos Populares – ANAMPOS, nos porões da CNBB, coordenavam as ações políticas e eram a escola política da *peãozada* no PIM.

Como cipeira, lutava pela melhoria das condições de trabalho no mundo da fábrica. Além disso, na Evadin Indústria, já tinha um grupo organizado de metalúrgicos, como a Gilsa, o Joaquim Lucena, a Miracelma, o Rivaldo, a Rose, entre outras tantas outras. Mas o mais contraditório, o capital impôs-lhes hábitos, habilidades e comportamentos novos. É aí que esses se descobriram e redescobriram pelos próprios mecanismos da dinâmica do capital (Ribeiro, 1986; Scherer, 2005). Fazia-se classe no sentido thompsoniano.

Em 1984, Luzarina e sua prole já estavam morando no bairro da Compensa com uma amiga, também metalúrgica, com seus filhos. A família era grande, tipicamente operária. No Compensa, emergiam muitas lutas: movimento pela terra e pela moradia. Nesse tempo histórico, a mobilização da oposição sindical metalúrgica já se consolidava, estava conectada com as lutas desencadeadas no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Era o período da abertura e da mobilização política e das *Diretas-Já*

## **5 O SINDICATO DOS METALÚRGICOS: A LUTA DE CLASSE SE INTENSIFICA**

Liderada por Ricardo Moraes, metalúrgico da Phillips, a chapa Puxirum disputa a eleição para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos e derrubou a antiga diretoria de direita ou ‘pelega’ depois de mais de 20 anos. Os tempos de Luzarina não se resumiram tão somente como organizadora e jogadora do time de futebol feminino da fábrica Evadin. Como cipeira, aprendia fazer política fazendo-a, mas também lendo tudo que lhe chegava às mãos.

Numa das viagens de finais de semana à sua comunidade na Costa da Terra Nova, chegou-lhe às mãos o livro Igreja, fé e política, de dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. A leitura desse livro e também do Manifesto comunista foram o pontapé para a militância política. Desse modo, cada vez mais se comprometia com a causa operária.

A semente estava plantada em sua cabeça. Luzarina já se recusava a fazer hora extra. Se as fizesse, estaria tirando a vaga de algum trabalhador na fábrica. Desculpava-se quando convocada, dizendo que não tinha com quem deixar seus filhos pequenos à noite e/ou outras demandas que a vida familiar lhe exigia. Sua consciência política se consolidava com o trabalho das pastorais e da Federação de Assistência Social e Educacional – FASE.

Então, as demandas eram muitas: lutas por creches, estabilidade no emprego, campanha salarial, convenção coletiva. Familiarizava-se com palavras e discursos novos que nunca havia escutado. Não teve dúvida, era por isso que queria lutar. E em 1985, durante a campanha salarial, observava, nas assembleias gerais dos metalúrgicos, as manifestações dos companheiros de fábricas diferentes, sobretudo de cada companheira, sobre a opressão, condições péssimas de trabalho; as dificuldades eram comuns.

A bravura e coragem faziam parte de uma mulher guerreira que sempre foi. Durante a greve dos metalúrgicos, em 1986, grávida de seu quarto filho, Luzarina saía para panfletar nas portas das fábricas. Por ocasião de um piquete na porta da fábrica da Monark, um dos ônibus que transportava os metalúrgicos queria, por força, furar a greve e entrar na fábrica.

Os piqueteiros não tinham carro para fazer barreira e impedir a entrada. Luzarina, com sua enorme barriga, não teve dúvidas. Com outros companheiros, deitaram-se na rua atravessados, fazendo uma barreira humana para impedir que o ônibus adentrasse a fábrica. No movimento dos metalúrgicos, ninguém se esquece dessa história. Além de ter enfrentado, nos piquetões os mais diversos, a polícia e seus camburões.

Somente em 1985, ela entra para o Partido dos Trabalhadores – PT. Embora um pouco tarde, mas alguém lhe havia dito que quem luta pela injustiça já era petista antes do PT nascer. Nesse tempo, ser cipeira estava se esgotando e, em decorrência, a estabilidade do emprego na Evadin. O fato mais grave: fazia parte da ‘lista negra’ dos empresários. Era difícil permanecer nas fábricas do DI. Mas os companheiros metalúrgicos inventaram uma estratégia. Eles a colocaram para fazer parte da diretoria da Federação dos Trabalhadores da Indústria, de modo a segurar sua estabilidade.

A “face humana” do capitalismo fordista do *Welfare State* europeu passava longe das fábricas do DI, situado em uma cidade no meio da floresta, na periferia do mundo capitalista, onde só tinham caboclos com cara de índio; portanto, deveriam ser tratados a pão e a ferro. Mas esses já haviam aprendido: era na luta que poderiam barganhar melhores condições de trabalho e de vida. Tinha-se assegurado o direito da mulher engravidar no chão da fábrica, direito a deixar os filhos nas creches e os serviços sociais dentro da fábrica.

Em 1985, Luzarina fez parte da comissão de negociação do sindicato, tendo representado as operárias na convenção coletiva que assegurou a estabilidade de emprego e salário. Em 1986, no entanto, a greve dos metalúrgicos foi considerada ilegal. Então, muitas demissões ocorreram. Luzarina foi junto. Mas essa mulher ribeirinha, das terras molhadas do Careiro da Várzea, não se abateu.

## 6 O CORTE DE GÊNERO

Demitida do Distrito, tornou-se militante integral do Sindicato dos Metalúrgicos. Era uma ‘faz-tudo’, desde a discussão política até, se necessário, a comida da ‘peãozada’. Nesse contexto, percebeu que a luta política tem um corte de gênero, como ela se refere, quando percebeu as atitudes machistas dos companheiros no movimento sindical. E, também, pelas tantas frentes colocadas e exigidas pelas mulheres operárias do DI. Em 1987, no II Congresso da CUT, aprovou-se a formação da Comissão de Mulheres Trabalhadoras e, neste mesmo ano, realizou-se o I Encontro de Mulheres, da CUT.

Logo, também, as militantes sindicais conseguiram criar o Departamento Feminino de Mulheres Metalúrgicas, dentro do Sindicato dos Metalúrgicos do PIM. Em 08 de março de 1987 – data comemorativa do Dia Internacional das Mulheres –, contaram com a presença da petista Marta Suplicy. Nesse momento, cria-se o Comitê da Mulher Trabalhadora

no Amazonas, com a participação de professoras, operárias, várias mulheres de outros segmentos de trabalhadores.

O Departamento Feminino se transformou em Comissão de Mulheres Metalúrgicas; juntas, estavam atentas à luta pela estabilidade por 90 dias das operárias gestantes, pela construção de creches dentro da fábrica; era um direito das mulheres. Outras demandas externas foram surgindo, como, por exemplo: pensão alimentícia, violência doméstica e auxílio à natalidade. As mulheres eram maioria da força de trabalho no DI e o sindicato tinha de dar resposta. Era necessária, inclusive, a criação das assessorias jurídicas dentro do sindicato. Era preciso ter um levantamento das demissões, especialmente os salários diferenciados entre homens e mulheres.

Em 1989, escolheu-se Luzarina para participar do encontro das mulheres da Pastoral Operária. Nele, discutiu-se sobre a opressão das mulheres. Havia sido assassinada a liderança rural Margarida Alves e Maria da Penha sofrera tanta violência que até os dias atuais permanece em cadeira de rodas. As duas eram lideranças de sindicatos rurais do Nordeste brasileiro.

Depois de criado o Conselho Nacional da Mulher, caíra por terra aquele velho ditado de que: ‘em briga de marido e mulher ninguém mete a colher’. Havia, sim, necessidade de criar mecanismos contra a opressão e violência domésticas. Ao mesmo tempo, se disseminavam denúncias sobre o assédio sexual no trabalho, realização de festinhas para prostituir as meninas do DI etc. Nesse meio tempo, surgiu outro criado um aliado importante: o Conselho Estadual da Criança e dos Adolescentes e, em seguida, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

As mudanças na direção do Sindicato coincidem com a eleição de Collor de Melo a presidente da República, com a crise brasileira que atinge brutalmente o modelo Zona Franca de Manaus. O índice de demissão era enorme. E as mulheres eram, por serem em número maior no DI, as mais afetadas, especialmente, aquela com a idade acima de 25 anos.

Entre 1990 e 1993, a ZFM atravessou sua crise pior. Nesse período, as indústrias demitiram mais de 26.300 trabalhadores, segundo os dados da

Superintendência de Manaus – SUFRAMA. Assim como foram transferidas várias unidades produtivas para outras partes do país (Scherer, 2005). Combinam-se os processos de ‘enxugamento’ da força de trabalho com as mutações no processo produtivo. As palavras de ordem passam a ser a flexibilização, a desregulamentação e as modalidades novas de gestão da força de trabalho que começam a estar presentes, mesclando-se com a orientação de produção fordista ainda hoje evidente no processo produtivo brasileiro.

Esta década é decisiva para o movimento dos metalúrgicos. Ocorre a intervenção do sindicato; Luzarina, decepcionada e triste, resolve dar um tempo como militante do movimento sindical metalúrgico. Engaja-se como voluntária no Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH. Em 1992, vivendo com o dinheiro da indenização da Evadin Componente, entra na chapa da Executiva Municipal do PT, e foi presidente do Partido no decênio 1993-1994 (Figura 1).



Figura 1: Luzarina Silva em foto de 2006.

Fonte: Arquivo pessoal de L. Silva.

Desencantada com a vida de militância, decidiu dedicar-se ao trabalho de formiginha contra a violência doméstica nos bairros da Zona Leste. Mas como se sabe, mesmo depois da Lei Maria da Penha, essa luta tem sido muito inglória. Apesar disso, Luzarina não é mulher nem liderança de se abater; assim, persiste na luta.

## 7 VALEU A PENA... QUANDO A ALMA NÃO É PEQUENA

Com eleição de Lula, em 2002, as mulheres dos movimentos se perguntavam: Qual seria o papel da mulher no governo Lula? Como elas seriam tratadas? As demandas dos movimentos de mulheres seriam atendidas? Logo em seguida, as mulheres começam a ser chamadas para a realização das conferências nacionais. Como fazer para participar desse evento nacional? Luzarina pensou: estava na hora de voltar e se engajar nas lutas mais amplas em defesa das mulheres.

Em 2003, as mulheres dos vários movimentos no Amazonas realizam, no município de Itacoatiara, o I Encontro das Mulheres do Amazonas. Ali, elas fundam o Movimento de Mulheres Solidárias da Amazônia – MUSAS. Luzarina, aquela militante com um semblante tranquilo e ao mesmo tempo determinada e aguerrida, voltou para ficar.

Como balconista em um comércio de porte pequeno no bairro de São José, Zona Leste, conciliou o trabalho com o papel de militante. Logo em seguida, iniciam-se os preparativos para a realização das conferências nacionais de mulheres em Brasília. Era preciso realizar as conferências municipais e estaduais. Meio a contragosto e sem apoio dos governos municipal e estadual, realizaram-se as conferências. Nesse processo, fortaleceram a MUSAS e participaram da Conferência Nacional em Brasília, a capital do país.

Hoje, o MUSAS se consolidou, assim como se implantou o Conselho Municipal da Mulher – CMM, na gestão de Serafim Corrêa. Assim, o MUSAS é atuante no Fórum de Mulheres de Manaus – FMM e nos vários movimentos de mulheres nos bairros da cidade. Luzarina reconhece que a luta é coletiva, árdua e difícil, sem trégua. E acredita que será a força do movimento das mulheres no Brasil, independente de se ter uma mulher na Presidência da República, que fará a Lei Maria da Penha tornar-se uma realidade.

A implementação da lei está acontecendo no país, mas existem muitos entraves e o principal deles é a falta de políticas públicas em rede. De fato, nos mais diversos lugares da Amazônia, as mulheres não contam sequer com um posto policial, para o registro da violência contra a mulher. O mesmo

ocorre quanto ao Conselho Municipal de Direitos das Mulheres – CMDM, pois inexistem em mais de 60 municípios do estado do Amazonas.

Atualmente, Luzarina divide seu tempo no CMDM; na Pastoral Operária, onde é responsável pela participação das mulheres na geração de renda no Fórum Municipal de Economia Solidária; e no GT de Gênero, exclusão das mulheres, na Setorial de Mulheres do PT e no Fórum de Mulheres de Manaus. E também é responsável pela venda na lojinha de livros da Editora Perseu Abramo, na sede do PT.

Se valeu a pena? Com certeza, observa Luzarina, com um sorriso tímido e de quem aposta, com paciência, que o mundo de opressão das mulheres um dia mudará. E com a certeza de que nada do que fez foi sozinha. Um ato isolado. Tudo o que viveu e que viverá fez parte de um processo histórico, de luta e da vida.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 183-191.
- RIBEIRO, M. *Do seringueiro a agricultor, de agricultor a operário*. Belo Horizonte, 1986. 380 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Minas Gerais, 1986.
- SCHERER, E. F. *Baixas na carteira: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus*. Manaus: EDUA, 2005.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado, história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- SILVA, R. C. da; SIMON, C. P. Diversidade de sentidos de comunidade. *Psicologia*, PUC-RS, v. 36, p. 39-46, 2005.



**SILVA, Raimunda Moreno da – 1881-1909**  
**ALMA MILAGROSA DE SANTA RAIMUNDA**  
**DO SERINGAL ICURIÃ, ACRE**

*Maria do Socorro Soares de Oliveira*

## **1 INTRODUÇÃO**

A diversidade cultural na Amazônia é tão vasta como a socioambiental. O culto à alma de pessoas simples, com histórias de vida e morte trágica, vinculados a fatos religiosos no passado tem influência até hoje nas populações da Amazônia. Em Belém, dentre outras almas ou mulheres santas, tem-se a de Severa Romana (Flores, 1955). A obra de Klein (2003) reúne vários casos de ‘almas milagrosas’ em toda a área de fronteiras, notadamente, da Amazônia ocidental, às quais são atribuídos poderes sobrenaturais.

Na Amazônia sul-ocidental, tem-se uma área geopolítica estratégica de fronteira trinacional constituída pelo Acre (Brasil), Madre de Dios (Peru) e Pando (Bolívia). Ali e anualmente, tem-se a celebração da Romaria da Alma Raimunda do Bom Sucesso (ou Santa Raimunda). Esse é um evento que revela a existência de rituais que articulam a população dos três países em torno da memória de uma das almas santas dessa área.

Segundo uma lenda indígena, a comunidade que leva o nome do canto de um pássaro era um entreposto de borracha. O seringal Icuriã hoje faz parte da Reserva Extrativista Chico Mendes – RECM (Mapa 1), abriga 280 famílias e tem mais de 300 colocações, algumas desativadas. A comunidade Icuriã fica a 70 quilômetros do início da reserva, à beira do rio Iaco. Era a sede do seringal de mesmo nome, ao lado do seringal Guanabara.



## 2 A BIOGRAFIA DE SANTA RAIMUNDA

A origem da festividade e romaria em homenagem à Santa Raimunda remonta ao ano 1909. Então, no Seringal Icuriã, na parte alta do rio Iaco, município de Assis Brasil, morava em uma colocação com o nome de Bom Sucesso uma mulher seringueira e parteira. Ela chamava-se Raimunda Moreno da Silva, tinha 28 anos e ajudava o marido no sustento da casa. Na Figura 1, tem-se uma imagem dessa santa ainda na condição de mulher e na Figura 2, outra que representa essa mulher, mas já na condição de santa.

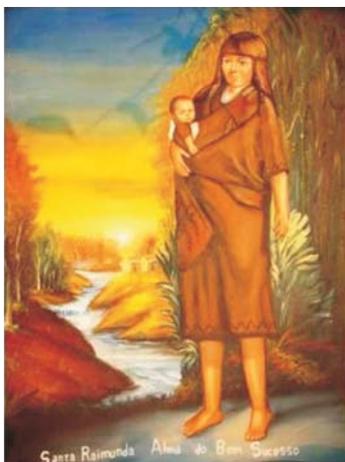


Figura 1: Pintura com Santa Raimunda conforme o imaginário popular.

Fonte: Imagem que circula em algumas HP na Internet e sem especificações.



Figura 2: Santa Raimunda Alma do Bom Sucesso (ou Santa Raimunda)

Foto: Oliveira, 2010.

No dia de sua morte, Raimunda estava no nono mês da terceira gestação. Ainda, continuava trabalhando na estrada de seringa, o que ao menos no passado foi uma realidade frequente, como se depreende da pesquisa de Simonian (2001) sobre mulheres seringueiras da Amazônia ocidental. Naquela ocasião e com pressa, seu marido saiu andando na frente, de volta para casa, e deixou-a só para trás.

Pelo que as narrativas locais apontam, após subir uma enorme ladeira, cansada do peso da carga e também da sua gestação, Raimunda não teve força para continuar caminhando e sentou-se à sombra de uma árvore de seringueira (*Hevea brasiliensis* M. Arg.; EUPHORBIACEAE), onde entrou em trabalho de parto. Nessa hora, não houve quem a socorresse e, vencida pelo cansaço, morreu. Seu marido e vizinhos encontraram-na horas depois com a criança ainda viva em seus braços.

Na oportunidade, fez-se uma tentativa de retirar o corpo do lugar para sepultar perto da sua casa, mas não se conseguiu. Então, resolveu-se cavar uma cova e sepultá-la ali mesmo. O lugar onde se enterrou Raimunda tornou-se diferente; lá e até cerca de 10 metros de distância, sentia-se um perfume que não existia antes. E afirma-se que com o tempo, os milagres começaram a acontecer.

Ainda, sabe-se que em 1943, havia uma capela simples e de paxiúba (*Iriartea exorrhiza*) no local (Paróquia, 2008). Também, sobre experiências passadas o bispo Júlio Mattioli informou

[...] nas suas crônicas, que o Sr. Mariano José dos Santos, seringueiro, morador na colocação do Benfica, Icuriã, Iaco, conheceu Raimunda Moreno da Silva, a alma do Bom Sucesso; [ela teria casado] no rio Caeté, na passagens de Mons. Leite, em 1901. Foi para Icuriã com seu marido João Moreno, seringueiro, o qual está agora no rio Caeté. Afirma ter sido a referida Senhora muito boa 'ofendendo apenas a comida que comia'. Morreu de parto em 1909. A criancinha foi levada por parentes ao Ceará (Mattioli, 19--, *apud* Paróquia, 2008, n. p.).

E, por certo, muito se perdeu quanto a informações sobre a trajetória de Raimunda enquanto mulher, mãe, esposa, isso pela falta de uma tradição documental e analítica na cultura regional.

A capela atual com a imagem da Santa (Figura 2, acima), doada pelos devotos peruanos e cuidada pelos devotos da Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR do Brasil fica localizada em uma área de floresta da fronteira trinacional. Nela, se chega por um caminho de terra, e cujo percurso a pé leva em torno de quatro horas de viagem, saindo da sede de Assis Brasil (Figura 3). O caminho até a capela da Santa Raimunda Alma do Bom Sucesso é realizado em duas partes, como se verá mais adiante.



Figura 3: Capela de Santa Raimunda Alma do Bom Sucesso, Assis Brasil.

Foto: Oliveira, 2010.

A história da Alma do Bom Sucesso começou a se espalhar, principalmente depois que um seringueiro conhecido como Manoel Honorato fez uma promessa para Santa Raimunda. Para retribuir a graça alcançada, construiu uma capela de madeira de primeira qualidade (maçaranduba: *Manilkara huberi* (Ducke) A. Chev.), com a cobertura de zinco, conforme se viu na figura acima. Isso fez com que aumentasse o número de devotos em torno da Alma do Bom Sucesso, em vários municípios do Acre,

seringais da RECM, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo e em outras cidades do Peru (Iñapari, Ibéria, Puerto Maldonado, Cusco e Lima) e da Bolívia (Bolpebra e Cobija).

Como os devotos de Santa Raimunda haviam alcançado um número muito grande, a ICAR, pressionada, enviou em 14 de dezembro de 1943 um administrador apostólico. Ele visitou e benzeu a sepultura da Alma do Bom Sucesso, conforme Figura 4. Depois, a irmã Terezinha Dalcegio, coordenadora da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Assis Brasil, juntamente com uma equipe, organizou no dia 15 de agosto de 2003 a primeira Romaria Ecológica, com uma participação enorme dos devotos.



Figura 4: Sepultura da Alma do Bom Sucesso.  
Foto: Oliveira, 2010.

No âmbito da administração municipal de Assis Brasil, instituiu-se um feriado em homenagem à Santa Raimunda. Tal ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2007, pela Lei nº 160. E, fundamentalmente, todas as repartições desse município e da cidade cumprem tal feriado.

É importante destacar que apenas algumas pessoas da ICAR buscam o reconhecimento dos milagres realizados pela santa da floresta, e que o município somente aceitou essa manifestação religiosa, devido ao número grande de fiéis brasileiros, peruanos e bolivianos. Outro fator importante

foi que um ex-prefeito doente admitiu que recebeu um milagre da Santa Raimunda e propôs o feriado acima citado. As Figuras 5 e 6 ilustram os objetos deixados na capela em agradecimento às graças alcançadas. Por sua vez, a Figura 7 mostra as camisetas e os livretos produzidos para as comemorações em homenagem à Santa Raimunda.



Figuras 6 e 7: Objetos dos devotos deixados na capela de Santa Raimunda.  
Fotos: Oliveira, 2010.



Figura 7: Camisas e livretos usados nas comemorações em homenagem a Santa Raimunda.  
Foto: Oliveira, 2010.

A primeira parte é pela estrada que dá acesso à Reserva Extrativista Chico Mendes. É uma estrada de terra que, no período do verão, apresenta uma poeira muito forte e, no inverno, as chuvas praticamente isolam a região.

Duas paradas são obrigatórias: uma em um comércio particular localizado na entrada da RECM e outra no comércio instalado na casa de um vereador somente na época das festividades. Em ambos os locais são comercializados comidas, bebidas e tem-se acesso ao banheiro.

Após a segunda parada, os romeiros seguem a pé por dentro de seringais, onde as condições de acesso são péssimas, conforme ilustra a Figura 8 e 9. As motos são proibidas de trafegar, durante a romaria, por dentro dos ramais da floresta. E, nos termos de Dourado (2010, n. p.), “O caminho é todo sinalizado com placas ‘Santa Raimunda Alma do Bom Sucesso’”.



Figuras 8 e 9: Caminhos da romaria da Santa Raimunda Alma do Bom Sucesso.  
Fotos: Oliveira, 2010.

Em 2009, celebrou-se os 100 anos da morte da Santa Raimunda Alma do Bom Sucesso e realizou-se a 7ª Romaria Ecológica, que contou com a presença de cerca de 2.500 fiéis. No entanto, é importante destacar que a capela só recebe melhorias na época da festividade, e durante o resto do ano fica abandonada. A ICAR conseguiu na justiça a posse de dois hectares de terra onde está localizada a capela, e a Prefeitura havia se comprometido a pagar um funcionário para cuidar do local. No entanto, isso não tinha acontecido até 2010. Além da igreja, os fiéis contam com uma casa de apoio, ilustrada na Figura 10, que pode ser utilizada durante as festividades em homenagem à Santa.



Figura 10: Casa de apoio aos devotos de Santa Raimunda.  
Fotos: Oliveira, 2010.

Ainda no aspecto religioso da fronteira, verificou-se a existência de conflitos entre religiões. Aliás, situações como essa têm sido cada vez mais frequentes na região, conforme posto por Ligia T. L. Simonian<sup>2</sup> a partir de suas pesquisas no interior e nas cidades amazônicas. Inclusive, muitas vezes ocorre atos de vandalismo em capelas e igrejas, como a destruição de imagens, bem como em outros locais considerados sagrados pelos católicos.

No caso em discussão, relatos indicam a intolerância religiosa, por parte de alguns seringueiros evangélicos vizinhos da capela da Santa Raimunda, que tentam proibir a passagem dos romeiros brasileiros, peruanos e bolivianos nas visitas. Algumas estratégias utilizadas com essa finalidade são: colocar fogo na área próxima à capela, criar cachorros bravos, ameaçar com tiros de espingarda, não oferecer água e nem pouso e solicitar à Associação de Moradores da RECM um controle maior de entrada das pessoas estranhas na área.

Em conversa com alguns brasileiros, peruanos e bolivianos ficou claro o descontentamento em relação ao modo como as autoridades brasileiras e a Igreja tratam a Santa Raimunda. Eles gostariam de assumir responsabilidade

---

<sup>2</sup> Comunicação pessoal à autora, em 2011.

pela capela, mas sabem que a legislação brasileira não permite. Relatam também que tudo o que é ofertado para a Santa é roubado por brasileiros e bolivianos, o que por dificuldades diversas não se pôde comprovar.

A imagem da Santa e seu manto são depredados e muitos romeiros são maltratados e explorados por comerciantes brasileiros que ficam na fronteira trinacional. Os peruanos, ao contrário do costume dos brasileiros e bolivianos, quando fazem uma promessa passam o resto da vida pagando. Consequente, eles são os que mais visitam a Santa Raimunda durante o ano todo.

### 3 CONCLUSÃO

Por fim, constatou-se que a região de fronteira estudada é palco de relações sociais, econômicas, culturais, afetivas transfronteiriças diversas e intensas, constituindo um cenário único de apropriação e construção do território. Muitas dessas relações não são dimensionadas e visibilizadas pelas estatísticas oficiais dos três países e tampouco são incorporadas nos planos e projetos governamentais de desenvolvimento. Apesar disso, tais relações seguem dinamizando as pessoas e seus desejos, aspirações e receios, que, em constante movimento, constroem e reconstroem seus modos de vida e sua história. A fé nos poderes de Santa Raimunda é apenas um desses aspectos.

### REFERÊNCIAS

FLORES, J. *Severa Romana: a mártir popular paraense*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1955.

KLEIN, E. *Santos da floresta: cultura religião entre os seringueiros do Acre*. Rio Branco: EDUFAC, 2003.

MONTAGNER, M. A. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, 2007.

OLIVEIRA, M. DO S. S. DE. *Notas e documentação fotográfica sobre Alma Raimunda do Bom Sucesso, em contexto de pesquisa para tese de doutorado*. Assis Brasil, 2010. n. p.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

REICH, W.; BUSS, R.; FEIN, H.; KURTZ, T. Notes on Women's Graffiti. *The Journal of American Folklore*, v. 90, n. 356, p. 188-191, Apr.-Jun., 1977.

PARÓQUIA *Nossa Senhora do Perpétuo Socorro*. Assis Brasil, 18 jul. 2008. n. p. Disponível em: <[http://www.dioceseribranco.com.br/jm/index.php?option=com\\_content&view=article&id=76%](http://www.dioceseribranco.com.br/jm/index.php?option=com_content&view=article&id=76%>)>. Acesso em: 2011.

SANTA Raimunda do Bom Sucesso deve atrair milhares de devotos para caminhada religiosa. 12 ago. 2009. Disponível em: [http://www.agencia.ac.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=9998](http://www.agencia.ac.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9998)

SIMONIAN, L. T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Editora do NAEA, 2007. p. 15-52, il.

\_\_\_\_\_. Mulheres seringueiras na Amazônia brasileira: trabalho duro, silenciado e quase extinto. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: Editora do NAEA, 2001. p. 71-103.

VALCUENDE, J. M. (Coord.). *História e memória das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia*. São Paulo: EDUC, 2009.

ZIMMERMANN, T. R.; MEDEIROS, M. M. de. Biografia e gênero: repensando o feminino. *Revista de História Regional*, v. 9, n. 1, p. 33-44, verão 2004.



# SNETHLAGE, Emília, 1868-1929

## UMA CIENTISTA ALEMÃ NA AMAZÔNIA

*Miriam Junghans\**

### 1 INTRODUÇÃO

Em 1909, a cientista alemã Emília Snethlage percorria a região do rio Xingu, na parte média desse rio. Seu objetivo era fazer coletas de espécimes botânicos e zoológicos para o Museu Goeldi, o hoje Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG. Além disso, pretendia explorar a região entre os rios Xingu e Tapajós, até então desconhecida para a ciência. Ao conhecer algo da sua história, marcada pela sua situação social e profissional incomum, pode-se compreender melhor o que significava ser mulher, cientista e estrangeira no início do século XX, em Belém do Pará. Neste capítulo, analisa-se algumas das condições sociais e institucionais presentes na trajetória dessa cientista.

Quando Emília Snethlage chegou a Belém do Pará, em agosto de 1905, tinha 37 anos. Trazia consigo um diploma de doutora em Filosofia Natural da Universidade de Freiburg im Breisgau, na Alemanha. Sua trajetória como cientista estava apenas começando, mas ela já havia percorrido um caminho longo e tinha atrás de si muitos anos de trabalho e estudo.

Emília Snethlage nasceu em 1868, em Kraatz bei Gransee, ao norte de Berlim, no estado de Brandemburgo/Alemanha. Como perdeu a mãe muito cedo, com quatro anos, seu pai, que era pastor luterano, a educou em casa. Aos 21 anos, ela prestou o exame do governo prussiano que lhe permitia lecionar em colégios para moças. Depois de passar um ano na Suíça, aperfeiçoando seus conhecimentos de francês, passou a trabalhar como preceptora (educadora)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Precisamente, em casas de família, na Inglaterra, Irlanda e na própria Alemanha.

Tal tipo de trabalho não era incomum entre as moças instruídas da época. Mas não era um trabalho fácil. Viviam junto às famílias dos seus alunos, mas sua situação social não era muito clara. Eram empregadas das casas, como os demais criados, mas tinham a missão de educar as crianças e tinham estudos, como as pessoas das camadas sociais mais elevadas. Como se pode imaginar, esse papel intermediário, não muito bem definido, podia levar às vezes a situações delicadas. Enfim, era uma situação precária, tanto em termos profissionais quanto pessoais (Perrot, 1993).

Depois de dez anos de trabalho como educadora, Emília recebeu uma pequena herança (Snethlage, H., 1930, p. 123) e resolveu dedicar-se ao que parece ter sido um interesse de longa data: os estudos de história natural. É sua trajetória como cientista formada na Europa e atuante na Amazônia que se discute a seguir.

## **2 OS CONTEXTOS SOCIOCULTURAL E IDEOLÓGICO DA FORMAÇÃO DE SNETHLAGE**

Ao receber a herança Emília Snethlage se inscreveu na Universidade de Berlim em 1899. Passou também pela Universidade de Jena, e doutorou-se em Freiburg em 1904. Entre seus professores estavam cientistas alemães muito reconhecidos, como Ernest Haeckel (1843-1919), que divulgava o pensamento evolucionista de Charles Darwin na Alemanha, e August Weismann (1834-1914), um dos nomes mais importantes da teoria da evolução no continente europeu.

Na Europa do final do século XIX e início do XX, as mulheres lutavam por seus direitos à formação universitária<sup>2</sup>. As primeiras mulheres doutoraram-se na Alemanha em 1901, e para isso, tiveram que enfrentar

---

<sup>2</sup> O primeiro país de língua alemã a aceitar mulheres na universidade foi a Suíça, em 1865, seguido pela Áustria, que desde 1878 permitia que assistissem às aulas como ouvintes. Na Alemanha, a Universidade de Freiburg foi a primeira a aceitar oficialmente a matrícula de mulheres, a partir do semestre 1899/1900.

situações hoje inconcebíveis. Como relata o sobrinho-neto de Emília, Roger Snethlage, em entrevista concedida à Gleice Mere,<sup>3</sup> a estudante devia chegar ao recinto onde teria lugar a aula quinze minutos antes do início desta, recolhendo-se atrás de um biombo.

Não lhe era permitido manifestar-se de nenhum modo durante a apresentação e tinha que deixar o local apenas depois de transcorrido um quarto de hora do final da aula. Aparentemente, os cavalheiros presentes não poderiam, de nenhum modo, ser distraídos pela presença de uma dama. Foi assim, enfrentando preconceitos, que as primeiras mulheres cursaram a universidade na Alemanha, Snethlage entre elas.

Depois de formada, a cientista passou a trabalhar no Museu de História Natural de Berlim como assistente de seção de zoologia, sob as ordens do ornitólogo alemão Anton Reichenow (1847-1941). Ela poderia ter continuado na Europa, embora provavelmente isso a condenasse a uma carreira profissional como assistente. Todos homens, os cientistas que ocupavam posições de chefia tinham em geral carreiras longas.

Aliás, isso era uma das causas da pouca mobilidade profissional na área – que se chama hoje de ciências da vida –, no início do século XX na Alemanha (Corrêa, 2003). Mas a cientista tomou uma decisão diferente. Seu chefe no museu de Berlim era editor de duas importantes revistas de ornitologia alemãs e mantinha contato com o zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917) em Belém do Pará.

Goeldi, que vivia no Brasil há algum tempo, havia sido convidado pelo governador do estado do Pará, Lauro Sodré, em 1894, para renovar o museu de história natural de Belém. A cidade vivia então um período de pujança econômica, com o extrativismo da borracha. Tinha aproximadamente 100.000 habitantes e havia passado por grandes reformas urbanas. A ciência tinha então um lugar destacado no imaginário social, sendo vista como promotora do tão almejado progresso. E Belém precisava de uma instituição científica que estivesse à altura da cidade moderna que tinha se tornado.

---

<sup>3</sup> A autora agradece a ambos pelo envio dessas informações e por ter autorizado seu uso.

Na ocasião em que Goeldi chegou a Belém, promoveu uma revitalização profunda no então chamado Museu Paraense de História Natural e Etnografia, que passaria a se chamar, em 1900, Museu Goeldi. A renovação da instituição incluiu instalações novas, um regulamento novo, e a contratação de uma equipe ativa de cientistas. Como Sanjad (2005) ressaltou, esses eram estrangeiros, pois não havia no Brasil, então, formação específica na área de atuação do museu, ou seja, a das ciências naturais.

Emílio Goeldi havia estudado em universidades da Europa central, como Snethlage. Ernest Haeckel, professor de Snethlage, fora orientador da tese de doutorado de Goeldi. Portanto, eles participavam da mesma rede de cientistas; falavam, por assim dizer, a mesma linguagem científica. Quando precisava contratar pessoal científico para o Museu, era sempre a essa rede de conhecidos que Goeldi recorria (Sanjad, 2005). E foi assim também com Emília Snethlage. Por intermédio de seu chefe em Berlim ela soube que havia um cargo em aberto em um museu de história natural na América do Sul. E veio, em agosto de 1905, para Belém do Pará.

### **3 A ATUAÇÃO DE EMÍLIA SNETHLAGE NA AMAZÔNIA**

O que leva uma mulher de 37 anos deixar sua terra natal – a Europa – e transferir-se para um país distante e desconhecido? Certamente, a vontade de ter uma carreira independente, mas também o desejo de conhecer um lugar que devia fazer parte do seu imaginário, como de tantos outros europeus dessa época. Pois Emília Snethlage nascera na segunda metade do século XIX, século marcado por viagens de exploração e pela conquista de impérios coloniais. Incontáveis viajantes e naturalistas percorriam as partes menos conhecidas do mundo e os relatos dessas viagens eram publicados, alimentando o imaginário de todas as classes sociais europeias.

Talvez, Emília Snethlage tenha ouvido falar de uma conterrânea, Amalie Dietrich (1821-1891), que percorreu a Austrália. Em tal oportunidade, Amalie coletou espécimes de história natural entre 1863 e 1872 (Stresemann,

1975). Como se depreende ainda de Leite (2002), pode ainda ter lido algum dos 13 livros publicados pela austríaca Ida Pfeiffer (1797-1858), que viajou sozinha por diversas regiões do mundo, passando pelo Brasil em 1846.

Das regiões de língua alemã vieram para o Brasil naturalistas viajantes e etnólogos como Spix, Martius, Wied-Neuwied, Karl von den Steinen, dos quais certamente a cientista havia lido algum relato. No imaginário europeu, os trópicos eram vistos como uma região de grandes riquezas naturais, o lugar ideal para os trabalhos de um naturalista. E essa talvez tenha sido uma das motivações de Emília Snethlage ao transferir-se para Belém.

A especialidade de Snethlage era a ornitologia, o estudo das aves. Ao chegar a Belém passou a trabalhar como assistente da seção de zoologia do Museu Goeldi, que era chefiada pelo próprio diretor. Com o retorno desse a sua Suíça natal, em 1907, ela ficou como chefe da seção.

Durante o tempo em que ali trabalhou, a cientista percorreu incansavelmente a região da parte baixa do rio Amazonas, fazendo coletas e observando os hábitos e a distribuição das aves. Em consequência, a área em que atuou ficou conhecida entre os ornitólogos, como “a área da Snethlage”. Portanto, o trabalho de campo, atividade que muitas vezes apresentada como impedimento para a participação das mulheres nas ciências naturais, foi uma das marcas que distinguiu a trajetória científica de Snethlage.

Outras mulheres percorreram a região amazônica antes da naturalista, mas em geral, dentro de outras condições sociais e institucionais e com objetivos diferentes do trabalho por ela desenvolvido. Como exemplo tem-se a princesa Teresa da Baviera (1850-1925), doutora *honoris causa* pela Universidade de Munique e coletora ávida de espécimes para suas coleções, que percorreu parte da Amazônia em 1888 (Bußmann, Neukum-Fichtner, 1997). Ou então Octavie Coudreau (1870-1910), cartógrafa, desenhista e topógrafa que, junto com seu marido, o explorador e geógrafo Henri Coudreau (1859-1899), fez pesquisas na região amazônica<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Com a morte do esposo e para honrar o contrato firmado com o governo do Pará, ela assumiu o controle das expedições e publicou os resultados (Corrêa, 2003).

Tais mulheres diferenciam-se de Snethlage principalmente por seu estatuto de visitantes ocasionais e temporárias na sociedade da qual a naturalista participaria de modo mais permanente. Por sua vez, eram legitimadas, uma, por um título de nobreza ligado às casas mais importantes da Europa, e outra, por estar ali em função de uma missão profissional atribuída ao seu marido, tendo-a assumido após a morte dele. Já a legitimidade de Snethlage provinha inicialmente da sua formação – à qual se somou o renome que foi construindo para si, através da sua atuação profissional –, e da instituição que representava.

A serviço do Museu Goeldi, Emília fazia suas viagens em geral na companhia de um preparador, funcionário da instituição, ou então sozinha. Consta que era exímia atiradora. Também sabia preparar os espécimes que coletava muito bem e rapidamente<sup>5</sup>. Apesar da legitimidade profissional e institucional que a acompanhava, Snethlage tinha consciência da ambiguidade do seu estatuto social, da estranheza que poderia causar a presença de uma cientista mulher e estrangeira na vida e no imaginário social de Belém no início do século passado.

E para reduzir os efeitos desta indeterminação, procurava manter uma aparência física sóbria e feminina. Em quase todas as fotos que se conservou, ela aparece trajando saias (Figura 1, adiante). Conforme Roquette-Pinto (1940, p. 89) ressaltou, usava calças compridas apenas quando ia a campo e mantinha os cabelos longos, embora reconhecesse que “[...] a moda dos cabelos curtos seria de fato muito cômoda para uma naturalista, mas [...] as senhoras, no interior, poderiam, no começo do uso, estranhar”.

---

<sup>5</sup> De acordo com uma estimativa feita por seu sobrinho, Heinrich Snethlage, Emília preparou, ao longo de toda sua carreira, aproximadamente 10.000 peles de aves, que estão em coleções de museus brasileiros, europeus e norte-americanos (Snethlage, H., 1930). Uma relação recente, na qual são contabilizadas apenas as peles seguramente preparadas por Snethlage e cuja localização foi confirmada, apresenta 7.636 peles de aves. Como muitas peles foram inutilizadas pelo tempo, outras não foram localizadas, a estimativa de H. Snethlage apresenta-se como razoável. Nesse ponto, um agradecimento é devido à Fátima Lima, assistente de ornitologia no Museu Goeldi, pelas informações acima, fornecidas em comunicação pessoal.

Das suas muitas excursões e viagens a mais importante, que teve grande repercussão nos meios científicos do Brasil e do exterior, foi a travessia entre os rios Xingu e Tapajós, em 1909 (Snethlage, 1912a). A região ainda não havia sido percorrida por nenhum não índio. A viagem, desde a partida até o retorno a Belém, durou aproximadamente cinco meses e teve início na ‘volta grande do Xingu’, na localidade de Vitória, hoje parte do município de Altamira.



Figura 1: Snethlage no Museu de Belém, n. d.  
Fonte: Arquivo fotográfico do MPEG.

Na travessia, Snethlage percorreu o rio Xingu até o rio Iriri, seguindo por este até o rio Curuá. Do Curuá ao Jamanxim, afluente do Tapajós, o terreno foi percorrido a pé, na companhia de sete índios Kuruaya, três mulheres e quatro homens. O tempo necessário para efetuar a travessia, no entanto, foi mal calculado. Ao invés de alcançarem o rio Jamanxim em uma semana, como previsto inicialmente, a caminhada durou 26 dias!

Durante a travessia, o grupo enfrentou todo tipo de dificuldades: fome, ameaça de ataque de onças (*Felix onca*) e de tribos hostis, noites ao relento, enfim, uma verdadeira aventura. Mas durante esse período, diz Snethlage (1912a, p. 88-89),

Aprendi a estimar e amar os índios Curuahé [Kuruaya] como gente essencialmente boa, dum caráter infantil e amável, dóceis e não destituídos de inteligência, bem dignos de uma outra sorte que da de tantas outras tribos selvagens que foram malvadamente aniquiladas por uma civilização nem sempre superior sob o ponto de vista moral aos seus costumes primitivos.

O objetivo da travessia era, além das coletas zoológicas e botânicas para o Museu Goeldi, fazer um reconhecimento da área entre os rios, até então desconhecida pela ciência.

A partir dos levantamentos feitos por Snethlage, publicou-se em um atlas alemão, em 1912, um mapa novo da região. Suas descrições do percurso são repletas de detalhes etnográficos<sup>6</sup>. Precisamente, com base em suas pesquisas e anotações, Snethlage (1912b) pôde publicar um vocabulário comparativo dos ‘Chipaya e Curuahé’, leia-se Xipaya e Kuruaya, na grafia atual.

De tais anos de trabalho intenso, resultou uma série de artigos publicada em revistas científicas brasileiras e estrangeiras, principalmente alemãs. O ponto alto da produção ornitológica de Snethlage foi a publicação, em 1914, do ‘Catálogo das aves amazônicas’<sup>7</sup>. De acordo com o zoólogo e historiador Osvaldo Cunha (1989), esse catálogo foi essencial para a ornitologia brasileira durante os 70 anos seguintes.

O ano da publicação do Catálogo, 1914, foi de grande importância na trajetória de Emília Snethlage também por outros motivos. Em fevereiro desse ano, o botânico suíço Jacques Huber (1867-1914), que era então diretor do Museu, faleceu repentinamente, e ela passou à diretora da instituição. De acordo com Cunha (1989), Snethlage tornou-se uma das primeiras mulheres na América Latina a ocupar um cargo de direção numa instituição científica.

---

<sup>6</sup> Para uma análise dos trabalhos de etnografia de Snethlage, ver Corrêa (2003).

<sup>7</sup> Esta obra contém todas as espécies descritas e mencionadas até 1913. Ao trabalhar com mais de 10.500 peles de aves da região das coleções do Museu Goeldi e com as informações fornecidas por uma rede vasta de cientistas, coletores, coleções, além da literatura, ela ordenou sistematicamente todas as informações sobre o assunto às quais teve acesso até 1913, inventariando 1.117 espécies de aves amazônicas.

Mas o período durante o qual Snethlage foi diretora foi bastante atribulado. Em julho, alguns meses depois de ter assumido a direção do MPEG, teve início a Primeira Guerra Mundial e, em 1917, o Brasil declarou guerra à Alemanha. Ter uma alemã como diretora de uma instituição nacional tornou-se insustentável e, em 1917, o governador do estado demite Snethlage do cargo de diretora.

No entanto, à mesma permitiu-se que se mantivesse na chefia da seção de zoologia. Em março de 1918, com o acirramento das hostilidades, Snethlage é completamente afastada da instituição (Cunha, 1989). Com o fim da guerra ela é reempossada na chefia da seção de zoologia em junho de 1919, e na direção do museu no mês seguinte, permanecendo no cargo até 1921.

Quando Snethlage voltou à direção do museu em 1919, a situação social e econômica da Amazônia se alterara profundamente. Com o final do ciclo extrativista da borracha o Pará entrou em um período de depressão econômica que se estendeu até 1930 e que atingiu duramente a instituição. As questões econômicas passaram a ser prioritárias para o governo paraense e o apoio ao museu, tanto político quanto financeiro, diminuiu consideravelmente. Snethlage lutou o quanto pôde para preservar a instituição e o conhecimento científico ali acumulado, mas no entendimento de Corrêa (2003), estava deslocada, como mulher sozinha e estrangeira, num espaço social e institucional que se mostrava hostil.

Em 1921, uma “praga” antiga que assolara o museu anteriormente voltou a aparecer: artigos anônimos em jornais locais denunciavam irregularidades na administração da instituição. Um artigo publicado no “Estado do Pará”, em 19 de abril de 1921, acusava a diretora de permitir o desvio de alimentos destinados aos animais e reparti-los entre os funcionários mais necessitados. Segundo Cunha (1989, p. 93-94), outra denúncia dizia que as residências dos funcionários solteiros eram visitadas por “[...] mulheres de vida duvidosa, sem o menor respeito à direção e às famílias também lá residentes” (Cunha, 1989, p. 93). O fato de os funcionários residirem no espaço ocupado pelo museu tornava indistintos o espaço profissional e o doméstico.

Snethlage era acusada, dentro de um registro ambivalente das suas funções sociais, de ser guiada pela emoção e pela compaixão. Isso envolveu principalmente o caso de alimentos desviados pelos funcionários. Como posto por Cunha (1989, p. 93), era ainda acusada de ser demasiadamente permissiva, não sabendo impor a necessária disciplina sobre o corpo funcional, no caso das “[...] mulheres de vida duvidosa”.

Ou seja, era acusada de agir como mulher, quando o que se esperava dela era que fizesse um “[...] trabalho de homem [...]” e mantivesse a lei e a ordem na instituição (Venancio, 2004, p. 166). Exonerada das suas funções, ela permanece na chefia da seção de zoologia até dezembro de 1921, quando lhe é concedida uma licença de seis meses. Em 1922, Snethlage transfere-se, como naturalista viajante, para o Museu Nacional do Rio de Janeiro – MNRJ.

Esse Museu havia sido fundado em 1818, por dom João VI, como Museu Real, e teve, desde a sua fundação, um perfil institucional bem diferente do Museu de Belém. A instituição nortista era especializada na flora e fauna amazônicas enquanto que o Museu do Rio de Janeiro tinha um caráter metropolitano, enciclopédico e universal (Lopes, 1997). Apesar das diferenças institucionais, a chegada da naturalista ao MNRJ lhe abrirá, literalmente, horizontes novos em termos de produção ornitológica.

A especialista em avifauna amazônica passará a percorrer um território geográfico muito mais amplo. Precisamente, os estudos de zoogeografia iniciados em Belém serão estendidos para todo o território nacional. Em 1929, escreve uma síntese das suas observações sobre a distribuição da avifauna no Brasil, na qual soma o conhecimento adquirido durante os anos de permanência na Amazônia aos resultados das suas viagens por outras áreas país do país e de países do rio da Prata<sup>8</sup>.

Em 1929, Snethlage decide percorrer o rio Madeira, o único dos afluentes grandes ao sul do Amazonas que não tinha explorado como desejava. A viagem fazia parte do seu planejamento para escrever, a partir de

---

<sup>8</sup> Ela percorreu o Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Goiás, do Paraná ao Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai.

1930, uma obra geral sobre a avifauna brasileira. Antes de partir comenta com Roquette-Pinto (1940, p. 88), então diretor do Museu Nacional, “[...] esta será a minha última viagem”. Deveras. Com a saúde debilitada por longos anos de luta contra a malária, Emília Snethlage faleceu em Porto Velho, no dia 25 de novembro de 1929.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória profissional de Emília Snethlage, bastante representativa do ponto de vista da ciência, não foi isenta de dificuldades. Dentre essas, algumas podem ser atribuídas ao fato de ela ter sido mulher. Consciente da sua condição, Snethlage construiu cuidadosamente o seu renome profissional, como uma maneira de se proteger numa sociedade, a do início do século XX (tanto na Europa quanto no Brasil). Então, a condição de cientista mulher era vista como uma desvantagem, quando não um impedimento, ao exercício da profissão científica.

A documentação existente sobre a cientista, que se encontra nos arquivos do MPEG, é formada, em sua maior parte, de documentos administrativos, ofícios e memorandos. As cartas e outros documentos que poderiam nos dar uma visão mais pessoal de Snethlage sobre o seu trabalho e vivência na região amazônica infelizmente foram inutilizados pela ação do tempo. Mesmo assim, é possível depreender, de testemunhos de familiares e de pessoas que a conheceram, o carinho e entusiasmo que tinha pelo seu trabalho.

A frieza aparente dos seus artigos científicos deixa transparecer momentos de vibração intensa. Nesses, pode-se perceber uma cientista que realizava seu trabalho com grande alegria e dedicação. No que diz respeito à sua realização profissional, trocar a Europa por Belém do Pará parece ter sido uma decisão acertada de Emília Snethlage.

## REFERÊNCIAS

BUßMANN, H.; NEUKUM-FICHTNER, E. *“Ich bleibe ein Wesen eigener Art”*: Prinzessin Therese von Bayern. Munique: Ludwig Maximilians Universität. 1997.

CORRÊA, M. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG. 2003.

CUNHA, O. R. da. Maria Elizabeth Emília Snethlage. In: \_\_\_\_\_. *Talento e atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi, I*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989. p. 83-102.

JUNGHANS, M. *Avis rara: a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil*. Rio de Janeiro, 2009. 148 f., il. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, 2009.

LEITE, M. L. M. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ. 1997.

LOPES, M. M. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC. 1997.

PERROT, M. Salir. In: DUBY, G.; PERROT, M. (Org.). *Historia de las mujeres*. v. 8. Madri: Taurus. 1993. p. 155-189.

ROQUETTE-PINTO, E. Snethlage – alma de mulher e de sabia. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 88-90.

SANJAD, N. *A coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SNETHLAGE, E. Catalogo das aves amazonicas, contendo todas as espécies descriptas e mencionadas até 1913. *Boletim do Museu Paraense de História Natural e Ethnographia*, Belém, v. 8, p.1-530, 1914.

\_\_\_\_\_. A travessia entre o Xingú e o Tapajoz. [1910]. *Boletim do Museu Goeldi*, Belém, v. 7, p. 49-92, 1912a.

\_\_\_\_\_. Vocabulário comparativo dos Indios Chipayas e Curuahé. *Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de História Natural e Ethnographia*, Belém, v. 7, p. 93-99, 1912b.

SNETHLAGE, H. Dr. Emilie Snethlage zum Gedächtnis. *Journal für Ornithologie*, Berlim, v. 78, p. 123-134, 1930.

STRESEMANN, E. *Ornithology from Aristotle to the present*. Cambridge: Harvard University Press, [1951] 1975.

VENANCIO, A. T. A. A questão de gênero na história da antropologia no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 165-169, 2004.

\* Este capítulo desta enciclopédia tem por base parte da dissertação de mestrado da autora intitulada “*Avis rara*: a trajetória científica da naturalista alemã Emília Snethlage (1868-1929) no Brasil”, defendida em 2009, na Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. A pesquisa foi orientada pela Dr<sup>a</sup>. Magali Romero Sá e contou com bolsa da FIOCRUZ. Aproveita-se ainda a oportunidade desta publicação para dedicar *in memoriam* este capítulo ao zoólogo e historiador do Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, Osvaldo Rodrigues da Cunha, falecido a 11 de março de 2011, cujos trabalhos foram fundamentais para pesquisa realizada pela autora e para as de outros historiadores da ciência que se dedicam às questões da Amazônia.



# **SOUSA, Regina Lúcia Barata Pinheiro de – 1960 - ...**

## **REGINA BARATA – ESSA PETISTA É ÓTIMA**

*Izaquiel Mateus Macedo Gomes*

### **1 INTRODUÇÃO**

Regina Lúcia Barata Pinheiro de Sousa nasceu em Belém do Pará, em 1960; é mais conhecida como Regina Barata, que é casada com o vereador Amaury Silva há 20 anos e mãe de três filhos. Morou no bairro do Umarizal com os pais, depois de casada passou a morar no bairro da Pedreira, onde reside. É advogada<sup>1</sup> e defensora pública de carreira desde 1983.

Em sua atuação junto à defensoria pública, levava informação sobre direitos humanos aos centros comunitários, clubes de mães, igrejas e outros<sup>2</sup>. Tal atividade lhe proporcionou visibilidade junto aos movimentos sociais e a aproximaram ideologicamente dos partidos de esquerda ou de massa, os quais possuem restrições mínimas à participação e que estariam ligados às causas sociais (Duverger, 1970). E o Partido dos Trabalhadores – PT seria então o mais pertinente uma vez que nasceu do movimento operário.

De 1990 a 1996, presidiu a Associação Paraense de Portadores de Deficiência – APPD do Pará, quando lutou pela implantação do passe livre para os deficientes nos transportes coletivos municipais e intermunicipais. Entre 1994 a 1996, presidiu a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos – ONEDEF. Ainda, ajudou a criar e presidiu o Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE (colegiado ligado ao Ministério da Justiça). É conselheira e ainda representa

---

<sup>1</sup> Formou-se pelo Centro de Estudos Superiores do Estado do Pará – CESEP, a Universidade da Amazônia – UNAMA atual, onde estudou com auxílio do crédito educativo.

<sup>2</sup> Nestas ocasiões, geralmente extrapolava seu horário de trabalho no intuito de esclarecer e apoiar as pessoas quanto a seus direitos

o Brasil na Rede Ibero-Americana de Pessoas Deficientes – RIADS.

Seu envolvimento com a APPD vem refletir em toda sua vida parlamentar. Tal envolvimento baseou-se em ideais de dignidade e respeito, o que balizou sua conduta política e pessoal. Também, proporcionou-lhe visibilidade e reconhecimento por parte dessa e de outras entidades, o que auxiliou sobremaneira em sua ascensão política.

Neste capítulo, trata-se da trajetória política de Regina Barata. Inicialmente, apresenta-se seus antecedentes. Em seguida, suas atividades políticas em decorrência de sua ascensão parlamentar e, ainda, o número de votos por ela obtidos nos pleitos que disputou. Ao final, discute-se sua inserção atual na sociedade local.

## **2 ANTECEDENTES POLÍTICOS E PARTICIPAÇÃO**

Regina Barata iniciou sua militância política ainda na faculdade de ciências jurídicas, em fins dos anos de 1970 e início da década seguinte, período conturbado da história política recente do país. Os instantes de tensão e distensão do regime militar, crise econômica em decorrência do pós ‘milagre econômico’ e a anistia fortaleceram os discursos em prol da abertura política (Panke, 2011). E tal realidade iniciou no governo Ernesto Geisel e fora finalizada no governo João Baptista Figueiredo.

Nas universidades, os centros acadêmicos contestavam o governo. Os sindicatos dos metalúrgicos no ABC paulista<sup>3</sup> comandavam paralisações de trabalhadores, o que atacava fortemente o Estado (Panke, 2011). A sociedade civil saía às ruas protestando não somente contra a censura, mas também contra toda uma conjuntura desfavorável às liberdades civis e políticas.

Neste cenário politicossocial, que coincide com a vida acadêmica de Regina Barata, ela se integra ao movimento estudantil que também fazia pressão pela redemocratização. A respeito, disse a então deputada:

---

<sup>3</sup> Área considerada o ‘berço’ do PT, onde nasceu a liderança de Luiz Inácio da Silva, ou melhor, de Lula.

[...] é, talvez, minha história política tenha começado na faculdade por que eu vivi o período da transição democrática; [...] naquele momento borbulhavam a questão da abertura política [...] nas eleições de 82, eu participei politicamente indo para as ruas nas passeatas (Sousa, 2007a, n. p.).

Com o fim do bipartidarismo e o surgimento de siglas partidárias novas a partir da aprovação da Lei Orgânica dos Partidos de dezembro de 1979, nasce no ABC Paulista, o PT, um partido formado por operários que, com representatividade radical, desafiava o governo autoritário de então.

Ainda, inclui-se as mulheres que lutavam por essa tendência e queriam ver-se representadas. Sobre esse período, manifestou-se Regina Barata: “Era o momento em que as mulheres estavam chegando às universidades, nos partidos etc., tinha passado aquela época das décadas de [19]60 e [19]70 em que as mulheres queriam apenas sua liberdade” (Sousa, 2007a, n. p.). Por sua vez, a mesma viveu um paradoxo ao participar da turma derradeira da fase 1 do Projeto Rondon, o qual estava inserido na política estratégica de ‘integração nacional’ dos governos militares e a partir do Ministério da Defesa.

Apesar disso, foi um momento essencial na carreira política de Regina Barata, uma vez que, segundo ela: “[...] foi nesse momento que me entendi como um novo sujeito nesse processo [...] e isso foi fundamental” (Sousa, 2007a, n. p.). Atualmente, mesmo afastada do legislativo e de suas funções devido à licença na Defensoria Pública, mantém suas ações voltadas para as lutas em torno dos direitos das pessoas com deficiência.

### **3 A PARLAMENTAR**

Regina Barata elegeu-se vereadora de Belém pelo PT em 1996 e reelegeu-se em 2000 (Fotografia 1). Em 2002, elegeu-se deputada paraense e, em 2006, conquistou um segundo mandato na Assembléia Legislativa do Pará – ALEPA, na qual presidiu a Comissão de Constituição e Justiça – CCJ,

a mais importante do poder legislativo no Pará. Como parlamentar, ela se notabilizou por não abdicar de princípios políticos e éticos.



Fotografia 1: Deputada Regina Barata em seu gabinete.  
Fonte: Izaquiel Mateus, 2007.

As primeiras eleições disputadas por Regina Barata foram as de 1996 e 2000, ambas para o cargo de vereadora, anos nos quais obteve seus dois mandatos junto à Câmara Municipal de Belém – CMB. Sua primeira campanha desenrolou-se com visitas domiciliares pelo bairro da Pedreira, onde reside. Também, teve participações em eventos festivos e o chamado “corpo a corpo”, mostraram-se importantíssimos para o fortalecimento da campanha, segundo nos foi relatado pela parlamentar.

Naquele ano, de 1996, a pré-candidata beneficiou-se da lei de cotas, Lei 9.100, facilitando o seu recrutamento. No Brasil, aprovou-se a “Lei de Cotas” em 1995, tendo sido aplicada já nas eleições municipais de 1996. Ressalte-se ainda que, nessa mesma eleição, o PT não preencheu o número de vagas para o gênero feminino. Entretanto, conseguiu eleger duas mulheres, Regina Barata e Marinor Brito.

É importante, neste ponto, que se faça uma abordagem ainda que rápida sobre a ascensão do PT no pleito de 1996. Assim, entende-se que a ‘virada’ do candidato do partido na disputa pela prefeitura de Belém, Edmilson Rodrigues, colaborou sobremaneira para a eleição de quatro

vereadores petistas, dentre os quais Regina Barata. Como se sabe, num primeiro momento tal candidatura apresentava uma situação desfavorável.

Demonstra-se abaixo, na Tabela 1, com base em dados fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará – TRE-PA, os números correspondentes à votação de Regina Barata nos dois pleitos disputados para o cargo de vereadora.

**Tabela 1:** Cálculo da força dos votos nominais de Regina Barata (RB) – 1996 – 2000, para a Câmara Municipal de Belém – CMB

Ano	Partido	Nº. Belém	Nº. Part.	Nº. RB		
			Abstenção	%	Abstenção	%
1996	PT	316.418	72.078	22,7	4.755	6,60
2000	PT	393.014	125.379	31,9	7.711	6,15

Fonte: Pesquisa, 2009.

O número de votos absolutos (72.078) no ano de 1996 e apresentado na tabela acima para o PT é referente somente aos obtidos para o cargo de vereador. Desses, 4.755 são dirigidos à Regina Barata o que representou 6,6% da votação dos vereadores do PT. Essa votação representou o correspondente a 0,67% do eleitorado municipal.

Esta parlamentar assumiu muitas frentes de trabalho. Por exemplo, as lutas pelos direitos dos portadores de deficiência e contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, o que levou a parlamentar a propor em 2006, a criação do Selo Empresa Protetora da Criança e Adolescente – SEPÇA<sup>4</sup> (Pará, 2007). Também, a defesa dos direitos da mulher também foi foco de sua carreira política e parlamentar.

Neste sentido, propôs leis e emendas parlamentares visando à melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, além de buscar a proteção, o resguardo

<sup>4</sup> O mesmo seria concedido às empresas que desenvolvessem ações de combate a tal crime.

e o respeito de seus direitos. Por sua atuação junto a tais seguimentos sociais, o então presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, o deputado federal Nilmário Miranda convidou-a para se pronunciar nessa Casa. À época, a vereadora falou sobre o papel do parlamento, do ministério público e da sociedade na construção da cidadania<sup>5</sup>.

Tais atividades da vereadora Regina Barata junto à Câmara a credenciaram ao pleito do ano de 2000. À época, saiu reeleita, mas que não concluiu o mandato, pois, em 2002, concorreu à ALEPA, sendo eleita deputada, período do qual falaremos mais adiante. Por ora, analisa-se seu desempenho enquanto vereadora, onde observa-se seu crescimento no mercado eleitoral de Belém, conforme Gráfico 1 abaixo:

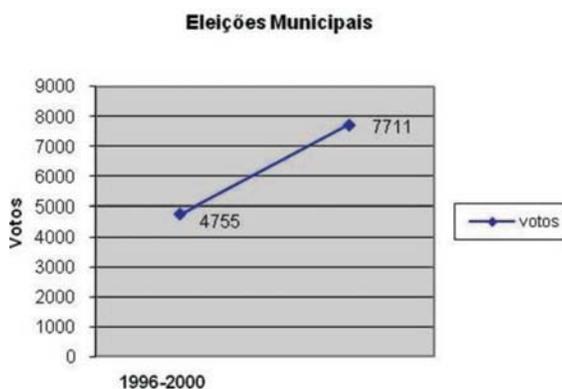


Gráfico 1: Votação eleições municipais: 1996-2000.

Fonte: Gomes, 2008, p. 30.

Ainda, percebe-se que o número de votos obtidos pela parlamentar no pleito do ano de 2000 cresceu exponencialmente, se comparado ao pleito anterior, qual seja o de 1996. O número de votos obtidos em sua primeira disputa, 4.755, quase que dobrou na disputa seguinte, passando para 7.711

<sup>5</sup> Também, ressaltou a necessidade de se buscar apoiar os direitos das pessoas com deficiência e das demais minorias, como os das mulheres, e cada vez mais, proteger crianças e adolescentes e tirá-los de situações de risco. Regina Barata (Sousa, 2007b) falou ainda das medidas tomadas na cidade de Belém para facilitar a locomoção dos deficientes de toda espécie.

o número de seus eleitores. Isso representou um crescimento na ordem de 62,16% no número de seus eleitores, sendo tal percentual responsável pela mudança de status da parlamentar dentro do partido. De fato, se antes ela havia colaborado com 0,67% do número de votos obtidos pelo partido, agora tal colaboração cresceu para 0,97%, o que demonstrou seu potencial de crescimento em números absolutos.

Mediante resultados bons e, principalmente, ao seu exponencial crescimento junto ao eleitorado, conforme confirmado nas urnas, Regina Barata mesmo antes do término do seu segundo mandato na CVB lançou-se ao pleito estadual de 2002. Então, concorreu ao legislativo estadual, do qual saiu vencedora. Tal iniciativa corrobora a premissa desenvolvida por Miguel (2003, p. 3), a saber:

O cargo de Vereador ocupa a base, sendo a posição eletiva de menor prestígio político. O Vereador que deseja ascender na carreira via de regra cogita disputar a eleição para Deputado Estadual ou então Prefeito Municipal, embora, caso trate-se de uma cidade de grande porte, este último cargo seja elevado demais para suas pretensões. E assim por diante, até a Presidência da República, que está indiscutivelmente no topo da carreira política brasileiro.



Figura 1: Estrutura da carreira política no Brasil.

Fonte: Miguel, 2003, p. 3.

Capital é essencial para avançar na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação desse recurso.

A hierarquização dos cargos diferenciados não ocorre apenas ou mesmo prioritariamente ao poder efetivo de cada um, mas também à visibilidade de que se dispõe. E essa visibilidade é alterada ou reafirmada cotidianamente pelos meios de comunicação de massa. Em especial, tais meios geram “atalhos” novos na carreira, na medida em que indivíduos com visibilidade midiática alta podem postular cargos mais elevados do que seria esperado em um desenvolvimento “normal” da carreira política.

A carreira da parlamentar segue o padrão apresentado acima, haja vista que, ela sai da base da pirâmide do poder (vereadora) (Tabela 2) e ascende a um cargo de prestígio maior, visibilidade e maior poder de intervenção política.

**Tabela 2:** Cálculo da força dos votos nominais de Regina Barata (RB) – 2002 – 2006, para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA

Ano	Partido	Nº. Pará	Nº. Part.	Nº. RB		
			Abstenção	%	Abstenção	%
2002	PT	3.569.333	354.763	9,7	23.380	6,59
2006	PT	4.157.735	417.180	9,6	27.987	6,15

Fonte: Pesquisa, 2009.

Já na sua primeira disputa à ALEPA, Regina Barata despontou como um nome a ser considerado politicamente,<sup>6</sup> tendo deixado claro a todos que, enquanto vereadora, seu trabalho havia sido reconhecido e que o seu capital eleitoral se mantinha crescente.

Ao final de sua primeira legislatura como deputada, Regina Barata concorreu, em 2006, à reeleição, empreitada esta que foi exitosa. Então, apesar

<sup>6</sup> Ela alcançou 23.380 votos, o que representou 6,59% do total obtido para o cargo em todo o estado e 9,7% dos votos obtidos pelo seu partido.

do número de eleitores no Pará ter crescido, se constata tal afirmação pelo aumento do N°. Pará de 2006 ser maior cerca de 1,46 % em relação ao N°. Pará de 2002, o número de eleitores do partido da parlamentar, qual seja, o PT, manteve-se o mesmo, assim como o N°. Regina. Isso significa que tanto seu partido, como ela conquistaram eleitores novos, confirmando a tese de que o capital eleitoral cresce na mesma proporção que o número de eleitores.

É o que representa o Gráfico 2 abaixo, onde tal crescimento é demonstrado:

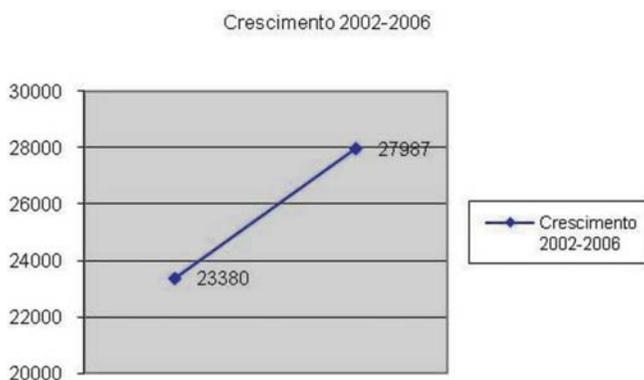


Gráfico 2: Crescimento do 2002-2006 número de votos.

Fonte: Gomes, 2008.

Sua atuação parlamentar e a dedicação às causas sociais foram relevantes para seu crescimento e manutenção no cenário político paraense. Apesar disso, a mesma obteve apenas 19.641 votos na eleição de 2010 à ALEPA, quando enfrentou sua primeira derrota.

Todavia, não se pode esquecer de que as ações de Regina Barata voltadas especialmente aos portadores de deficiência têm sido essenciais na vida política dela. O mesmo pode ser dito quanto à proposta de ampliação dos centros de atendimento e inclusão dos portadores de deficiência<sup>7</sup> à política estadual de atenção desse segmento social. Também, é um exemplo de sua

<sup>7</sup> Tal proposta encontra-se incluída no orçamento do estado do Pará e teve por objetivo fortalecer tais centros, por meio de sua efetivação.

atuação, conforme se verá em algumas de suas propostas abaixo relacionadas (Informativo, 2007a, p. 2; 2007b, p. 1):

- LEI N° 7.942, DE 19/01/1999 - Dispõe sobre a adaptação de listas e placas de preços e cardápios em bares, restaurantes, lanchonetes, supermercados e estabelecimentos similares, ao uso por deficientes visuais.
- EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELÉM N°16 DE 15/03/1999 - Que garantiu o passe livre nos transportes municipais de Belém às pessoas com deficiência.
- LEI 8.068, 28/05/2001 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiências.
- LEI 8.148, 25/06/2002 - Dispõe sobre passe livre nos estádios, cinemas e estabelecimentos de lazer ou cultural, no município de Belém, as pessoas com deficiência.
- PROJETO DE LEI 23/2003 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, no estado do Pará e da outras providencias.
- PROJETO DE LEI 83/2003 - Isenção de IPVA para as pessoas deficientes.
- PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO PARAENSE-08/2003 - Acrescenta ao inciso XV ao art.270 da constituição Estadual, garantido assistência integral ao portador de HIV.
- PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL - 10/2003 - Alteração aos incisos III e IV do art. 3º. da constituição Estadual, de não discriminação a pessoa com deficiência. (Projeto aprovado).
- PROJETO DE LEI 124/2003 - Institui a criação do conselho estadual das pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências. Projeto aprovado por unanimidade, porém vetado pelo governador. Encontra-se na casa para apreciação do veto.

Ainda, note-se que a parlamentar participou de comissões importantes da CVB, como a de Justiça, Legislação e Redação de Leis<sup>8</sup> e a de Defesa dos Direitos Humanos.

---

<sup>8</sup> Regina Barata só entrou nessa Comissão, após o PT ter assegurado na justiça uma das vagas (PT, 1999).

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação da mulher no cenário político brasileiro tem sido marcada por avanços e recuos. Desde 1934, seus direitos eleitorais são reconhecidos, mas só vieram a ocorrer de maneira plena a partir da vigência do código eleitoral atual, que é de 1965. Essa conquista é resultado de um histórico longo de luta pelo direito de participação e reconhecimento da condição da mulher como cidadã plena e capaz.

A história recente do Brasil indica que passou-se por um processo conhecido por redemocratização na década de 1980. O mesmo foi crucial para ampliação do cânone democrático. Nesse contexto, inclui-se uma participação maior das mulheres, inclusive filiando-se aos partidos políticos, candidatando-se, vencendo e tomando posse.

Regina Barata iniciou sua vida política ainda na faculdade, conforme visto. Depois, participou dos movimentos sociais, *a priori*, de redemocratização e organizando e ampliando os de pessoas com deficiência. Essa trajetória confirma o que é apresentado pela literatura como perfil de uma mulher para chegar à representação político parlamentar.

No início dos anos de 1990, Regina Barata esteve à frente de entidades que lutam pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência: APPD, ONEDEF e CONADE. Isso possibilitou visibilidade, confiança e motivação para candidatar-se em 1996 a cargo público eletivo. E passou a integrar o PT, o que a lei de cotas facilitou, saindo vencedora.

Assim, depreende-se do histórico desta parlamentar, que a partir de um cargo público e como defensora pública, ela passou a ter uma visibilidade e poder de interlocução com segmentos determinados da sociedade. Assim, Regina Barata lançou-se na carreira política, até mesmo porque, de posse de um mandato eletivo, teria meios para defender melhor os interesses de grupos sociais determinados e da sociedade como um todo<sup>9</sup>. Aliás, essa foi uma das razões pela qual se afastou da CMV de Belém em 2002 para

---

<sup>9</sup> Note-se ainda que na medida em que sua visibilidade cresceu, ela procurou ocupar um cargo de representatividade maior dentro da carreira política.

concorrer ao legislativo do estado, vindo a ser eleita deputada estadual do Pará pelo PT.

Em 1996 e em 2000 tornou-se vereadora e em 2002 e 2006 concorreu como deputada estadual. De eleição para eleição, percebe-se um aumento considerável da preferência do eleitorado pelo nome de Regina Barata, onde esse crescimento deu-se em torno de 30% em cada pleito. Essa foi uma resposta excelente a sua atuação junto à CVB, enquanto vereadora e, a ALEPA, enquanto deputada.

Regina Barata participou da eleição de 2010 à ALEPA, na qual concorria à reeleição pelo PT, mas enfrentou sua primeira derrota. Atualmente, está de licença de suas funções na Defensoria Pública do Pará. E prepara-se confiante para a eleição de 2012.

## REFERÊNCIAS

ÁLVARES, M. L. M. *Mulheres na competição eleitoral: seleção de candidaturas e padrão de carreira política no Brasil*. Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.

DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 465 p.

GOMES, I. M. M. *Mulher de Partido*. Belém, 2008. 36 f. Monografia (Especialização em Partidos e Eleições na Democracia Contemporânea)– Universidade Federal do Pará, 2008.

*INFORMATIVO do Mandato* [de Regina Barata]. Belém, 2007a.

*INFORMATIVO Regina Barata*. Belém, 2007b.

MIGUEL, L. F. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003.

PANKE L. *Lula, de sindicalista a presidente da República: as mudanças nos discursos políticos sob a perspectiva da temática emprego*. Disponível em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/panke-luciana-lula-de-sindicalista-a-presidente.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2011.

PARÁ. *Lei nº. 6.943, de 16/02/2007*. Institui o selo “Empresa Protetora da Criança e do Adolescente”.

PT tenta garantir espaço para comissão. *O Liberal*, Caderno Poder, p. 2, 25 mar. 1999.

SOUSA, Regina L. B. P. de. *Depoimento pessoal a Izaquiel Mateus Macedo Gomes, sobre a sua trajetória política*. Belém, 2007a. (Arquivo pessoal de IMMG).

\_\_\_\_\_. *Depoimento pessoal a Izaquiel Mateus Macedo Gomes, sobre a suas ações voltadas para atenção aos portadores de deficiência*. Belém, 2007b. (Arquivo pessoal de IMMG).

TRIBUNAL Eleitoral do Estado do Pará – TRE-PA. *Relatório de Eleição*. Belém, 2002.



# **WAJURU, Valda Ibañez Braga – 1977 - ... UMA VIDA EM DEFESA DAS CAUSAS INDÍGENA E AFRO-BRASILEIRA**

*Tereza Almeida Cruz*

## **1 INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, tem-se como objetivo discutir a trajetória de vida de Valda Ibañez Braga Wajuru, uma mulher do vale do Guaporé, no estado de Rondônia, que se tornou uma liderança indígena e afro-descendente na luta pelos direitos das populações tradicionais dessa área amazônica. A partir de seu relato oral, analisa-se as lutas sociais de indígenas e afro-descendentes pela titulação de seus territórios ancestrais, bem como suas interações com o meio, pois compreende-se como propõe Halbwachs (1990), que a memória individual está entrelaçada à coletiva. Nesse sentido, as experiências narradas pela Wajuru são expressões da coletividade, são experiências sociais.

A historiografia tem silenciado a respeito da ação histórica de grupos sociais como operários, afro-descendentes, indígenas e mulheres. Se de modo geral a história desses grupos não era registrada, imagine a das indígenas, negras e quilombolas, pois a história era vista, pensada e relatada a partir dos “feitos grandes”, dos “homens grandes”, numa perspectiva androcêntrica e positivista (Cruz, 2001). Nesse sentido, tais mulheres sofrem uma marginalização tríplice: por serem mulheres, afro-descendentes e pobres.

No interior das aldeias e comunidades remanescentes de quilombos, as mulheres têm um papel importante no sentido de defesa da vida da família e da preservação do ambiente<sup>1</sup>. Assim, a proposta é a de construir uma

---

<sup>1</sup> Por isto, é preciso dar visibilidade ao trabalho, ao papel, à atuação dessas mulheres guerreiras que enfrentam tudo quanto é dificuldade. Isso nas entranhas da floresta e às margens dos rios para melhorar as condições de vida de seus familiares, construindo

história nas “margens”, na perspectiva de Priore (2003), “[...] pensando o Brasil, valorizando as margens”<sup>2</sup>. E pretende-se dar visibilidade a “[...] outro espaço, outras vozes, outras cores” (Priore; Gomes, 2003, p. IX), sobretudo, destacando a atuação de uma mulher tão marginalizada pela história.

Também a inspiração vem de Thompson (1981, p. 182), no sentido de registrar a “[...] experiência humana [...]”, considerada por ele, como o “[...] termo ausente [...]” na obra de Marx. Nesse sentido, ressaltar-se-á as experiências dessas mulheres indígenas e afro-descendentes tão esquecidas pela historiografia regional, via história de vida de Wajuru, permitindo que suas vozes sejam escutadas, exercitando a “[...] arte de ouvir [...]”, como propõe Portelli (1997, p. 22). Assim, como Dias (1992, p. 45), se está enfatizando “[...] a experiência histórica e social das mulheres enquanto seres concretos”<sup>3</sup>.

A conquista e a colonização do vale do Guaporé ocorreram em meados do século XVIII, em decorrência da expansão mineradora portuguesa e dos movimentos bandeirantes que invadiram os territórios indígenas<sup>4</sup>. A efetivação da extração do ouro e a construção da capital foram possíveis graças à introdução da mão-de-obra escrava africana. Como outras regiões do país, os afro-descendentes resistiram à escravidão, em geral pela fuga e formação de quilombos, territórios de liberdade<sup>5</sup>.

---

um desenvolvimento sustentável. No entanto, o seu trabalho, a sua contribuição não é devidamente reconhecida pela própria comunidade. O seu trabalho se torna invisível ou é considerado apenas uma “ajuda” aos homens. Simonian (2001) destaca de modo interessante e abrangente, a participação da mulher na economia agroextrativista e na reprodução da vida na Amazônia.

<sup>2</sup> E de modo a valorizar “[...] esse Brasil que o eixo Rio-São Paulo desconhece e que tanto quanto ele tem uma história. Iluminando as margens, as franjas, os outros Brasis [...] Porque nesses tempos de multiculturalismo, a reflexão sobre as culturas locais é imperiosa” (Priore; Gomes, 2003, p. IX).

<sup>3</sup> Especificamente, “[...] à margem de sujeitos abstratos, de sistemas teóricos, de conceitos intelectuais, porque sempre se constituíram como um sistema de dominação e de exclusão das mulheres da história racional e finalista que conceituavam” (Dias, *id.*, *ibid.*).

<sup>4</sup> Para garantir a posse na região, criou-se a Capitania de Mato Grosso e Cuiabá, tendo como capital Vila Bela da Santíssima Trindade. Esse era um local estratégico no centro das áreas de mineração e nas imediações das fronteiras naturais com a vizinha colônia castelhana do Vice Reinado do Peru.

<sup>5</sup> Como posto por Teixeira (2004), os quilombos do Guaporé surgem desde 1734, mas principalmente durante a segunda metade do século XVIII. Um dos mais conhecidos

Ainda, chama a atenção o registro que há sobre a rainha viúva Theresa de Benguela que governava em 1779, quando o Quilombo do Quariterê foi atacado e destruído (Teixeira, 2004). Teria ela nascido no próprio quilombo que existia desde 1734? A saber, os registros históricos se referem a ela como uma rainha que governava com muita disciplina para garantir a segurança e a sobrevivência de toda a comunidade quilombola<sup>6</sup>.

Essa invisibilidade da participação das mulheres na sociedade guaporeense e rondoniense desafia os pesquisadores e as pesquisadoras a “desvirilizar” a história, na perspectiva de Perrot (1993), mas compreendendo o conceito de gênero como relacional, pois um sexo só existe em relação ao outro. De fato, a historiografia recente tem procurado inverter a historiografia tradicional, voltando-se para a memória de grupos sociais marginalizados do poder. Segundo Montysuma e Cruz (2008, p. 220), abre-se caminho para uma história social das mulheres, para as tramas cotidianas prenhes de significações.

## **2 VALE DO GUAPORÉ E O SURGIMENTO DE LIDERANÇAS COMO WAJURU**

Então, a partir dos pressupostos expostos acima, segue-se o que se conhece da trajetória de vida de Valda Ibañez Braga Wajuru (Figura 1),

---

é o Quilombo de Quariterê que se manteve ativo por mais de um século. E a atração exercida pelas fronteiras fazia com que as fugas se multiplicassem. A imensidão da floresta e o despovoamento da região se tornavam aliados dos afro-descendentes que buscavam a sua liberdade. Eles tiveram que aprender os segredos da floresta, nela se embrenhando em busca da liberdade, enveredando pelos igarapés em áreas difíceis e se distanciando do rio para escapar da recaptura. Na bibliografia e documentação consultada, não se encontrou nenhum registro acerca da existência de mulheres escravas no vale do Guaporé provenientes do continente africano. E como a ocupação se deu via exploração aurífera, havia preferência para escravos do sexo masculino. Pela análise de Teixeira (2004), para resolver o problema da solidão e do desequilíbrio entre os sexos, uma saída encontrada pelos quilombolas foi a captura de índias, o que gerou conflitos sérios.

<sup>6</sup> Foi a única referência de destaque que se encontrou sobre uma mulher quilombola de tal época. Após sua captura e humilhação de seu povo suicidou-se.

indígena e afro-descendente que ousou sair do anonimato, do silêncio na busca dos direitos de suas comunidades. Precisamente, envolveu-se na luta por uma vida digna que começa pelo reconhecimento e titulação dos territórios indígenas e quilombolas. É natural de Rolim de Moura do Guaporé, distrito do município de Alta Floresta d'Oeste, Rondônia, e nasceu em 1976.



Figura 1: Valda Wajuru com sua família nuclear.

Fonte: T. A. Cruz, 20xx.

Seus pais são Natanael Braga e Maura Ibañez Wajuru, filhos do Guaporé. Seu pai é descendente de escravos que fugiram de vila Bela da Santíssima Trindade e sua mãe é do povo Wajuru. Sua família tem uma característica comum da região guaporeana: o casamento interétnico. Valda vive o paradoxo dessa “dupla identidade” de ser indígena e ser quilombola simultaneamente. Ela fala dessa experiência:

Olha, do mesmo jeito que eu me sinto uma remanescente de quilombo eu me sinto indígena também, as duas dividida mesmo, é as duas coisas. Mesmo que eu não quisesse essa é a realidade. Tanto eu fui criada na aldeia quanto eu fui criada pelos negros [sic]. Até porque os entendimento de ambas partes eram boa. O que eu

posso fazer tanto pelos indígenas eu faço pelos negros [sic], eu me sinto, graças a Deus, muito bem. Essa minha divisão, eu sei dividir até o tempo. Eu vou pra um lado, eu vou pro outro. Até essa parte aí quilombola agora eu me atualizei mais (Wajuru, 2009, entrevista).

Valda se identifica com as duas dimensões de sua identidade: indígena e quilombola e, de forma significativa, na sua trajetória de vida, ela se tornou uma liderança que defende os interesses tanto dos povos indígenas quanto dos afro-descendentes.

Há seis anos ela assume a liderança de seu povo indígena e, mais recentemente, da luta quilombola. Ela explica os motivos que a impulsionaram a defender seus direitos:

A forma como a gente vinha sendo tratada, porque o povo quilombola, tanto quilombola quanto indígena é um povo que você não se vê no mercado de trabalho. Era uma coisa que desde o tempo do colégio, a gente ia ficando para trás. Os professores nunca davam prioridade nem pros indígenas e nem pros pessoal quilombola. E desde criança eu ficava olhando isso aí. Sempre falava: “O dia que eu tiver oportunidade de lutar eu vou lutar” [...] Tanto a parte dos quilombolas, eles tem a língua materna deles, mas isso aí no colégio foi proibido de falar igual foi proibido falar a língua indígena. Tem a minha tia, muitas coisas que ela fala hoje em dia eu não entendia. Agora eu entendo que ela falava era na língua deles, na língua africana, que ela falava.

A discriminação sofrida na escola e a observação das injustiças sociais sofridas despertaram desde cedo em Valda esse desejo de lutar por tais direitos. Outro aspecto relevante apontado por ela é a proibição de falar a língua materna<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Este é um mecanismo utilizado em todo país para aniquilar as especificidades de cada povo. Suas línguas tradicionais eram consideradas atrasadas, “língua de bicho” que precisava ser substituída pela língua oficial brasileira, a “língua de gente”. Isso significava uma tentativa de destruir as culturas dos indígenas e dos afro-descendentes, impondo uma “cultura” genérica da sociedade brasileira, como parte de sua homogeneização.

Entretanto, as populações da floresta têm as suas particularidades, os seus costumes, as suas crenças, as suas tradições, os seus modos de vida singulares, vivendo em contato intenso com a mata, com os rios, os igarapés e lagos. É desses ambientes que extraem da natureza os bens necessários para a sua sobrevivência, preservando os recursos naturais. Da floresta eles tiram a madeira para fazer canoas, mesas, bancos, para construir as suas casas, extraem a palha para o telhado, o cipó envira<sup>8</sup> para amarrar as palhas; coletam frutos diversos e deliciosos que servem de alimentos<sup>9</sup>.

Também, a mata fornece as matérias-primas para a produção de artesanato, como cipós, enviras, cascas de árvores, palhas (Cruz, 2010). As populações do vale do Guaporé aproveitam bem estes recursos florestais fornecidos em abundância. A Valda Wajuru aprendeu com seus antepassados a utilização de vários desses recursos.

Esta liderança começa revelando seus conhecimentos sobre a produção artesanal:

A gente usa a palha pra fazer bolsa, do broto da palha que é uma coisa que dá, com o tempo cai e já não estraga. Utiliza pra fazer bolsa, pra fazer saia, pra fazer brinco, pra fazer rede, pra fazer manta pra cobrir. A gente tira ela de manhã cedinho, quando tá tudo frio. Tem uma forma que a gente estala ela, puxa ela, ela dá aquele vácuo, aí a gente puxa, tira aquelas linha certinha. Aí a gente deixa ela no sol, depois pega o sabugo do milho [*Zea maíz*] e puxa ela no sabugo do milho, depois passa ela na perna. Na perna, a gente emenda uma com a outra e vai fazendo aqueles bolo pra ocupar, pra fazer bolsa, rede, manta, coisa pra colocar de lado pra carregar a criança, todas essas coisas. E do broto da palha a gente faz cesta [...] A gente faz chapéu, faz abanador, faz esteira pra criança

<sup>8</sup> A exemplo da palmeira ubim (*Geonoma deversa* (Poit) Kunth) e da *Xylopia nitida* Dun. (ANNONACEAE).

<sup>9</sup> Como o açai (sendo o mais comum o *Euterpe oleracea* Mart.), a bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart. (ARECACEAE)), o patoá ou patuá (*Oenocarpus patuái*), o buriti (*Mauritia flexuosa* Mart.), a castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* K. B. K. (LECYTHIDACEAE) Mart.), a pupunha (*Bactris gasipaes* Kunth), dentre outros; também, extraem óleos medicinais da copaíba (*Copaifera spp*), da andiroba (*Carapa guianensis*), do agico (*Hcourbaril* L.).

sentar pra comer. Tudo isso é coisa que ia estragar, cair no chão. Então, isso é reaproveitamento que a gente faz ... (Wajuru, 2009, entrevista).

Valda descreve com propriedade o processo de produção de bolsas, saias, brincos, redes, mantas, esteiras com a palha do tucumã. São práticas de produção artesanal carregadas dos conhecimentos ancestrais das populações do vale do Guaporé que aproveitam os recursos naturais de modo sustentável<sup>10</sup>.

Por isto, no seu trabalho na aldeia e entre os afro-descendentes, a Valda incentiva o trabalho de produção artesanal, sobretudo das mulheres. Além da palheira de tucumã [*Astrocaryum aculeatum*], aproveitam também o coco de babaçu [*Orrbignya speciosa* Mart.] e o buriti, como ela continua ensinando, a Wajuru (2009, entrevista), essa sábia da floresta:

Tem o tucum, o babaçu, tem o [i]naja [*Maximiliana maripa*]. O coco é uma coisa que ele dá e por ele mesmo ele cai. A gente utiliza ele, faz anel, pulseira, faz brinco. De todos eles a gente tira, faz o óleo, faz doce também. Tanto faz o doce quanto tira o óleo dele. [...]. Aí a gente faz óleo da castanha e daquela casca que sobrou a gente utiliza no fogo, queima; ele pega bem, a gente utiliza. A castanha a mesma coisa: a gente come a castanha, faz doce, tira azeite da castanha; e do ouriço também a gente usa pra queimar, utiliza pra fazer pulseira, pra fazer colar, brinco, todas essas coisas. Tudo era coisa que ia se perder. E do açá e do buriti, a mesma coisa. Açá e buriti a gente não corta, sobe lá em cima e tira o açá e o buriti, o patoá. Então a gente aproveita tudo também.

Esse relato retrata aspectos muito importantes da experiência de manejos dos recursos florestais próprios das populações do vale do Guaporé e de outras regiões da Amazônia<sup>11</sup>.

<sup>10</sup> Assim, reaproveita-se até matérias-primas que iriam se decompor. Transformam, desse modo, o broto dessa palha em artesanato que possui tanto valor de uso cotidiano quanto valor de troca, o que proporciona o aumento da renda familiar.

<sup>11</sup> Precisamente, tem-se o aproveitamento cuidadoso de cocos, da castanha que serve tanto para alimento quanto para extração de óleo, produção de artesanato; a atenção para não

E ainda há um cuidado especial na hora de coletar os cachos de açaí: “Se num pé tem quatro, cinco cachos, não se coleta todos. A gente tira um pouco e um tem que ficar lá em cima que aí vem os pássaros comer. E outra que eles maduros o vento joga eles e ele nasce. Então não pode tirar tudo de um pé” (Wajuru, 2009, entrevista). Há a preocupação até com o alimento dos pássaros e com as sementes que produzirão outros açaizeiros<sup>12</sup>.

Entretanto, esta situação de um convívio mais tranquilo com a floresta que fornece boa parte dos recursos necessários para a sobrevivência na região começou a se modificar, sobretudo, a partir do final da década de 1980, com a chegada de migrantes de outras regiões do país, ameaçando a sobrevivência física e cultural dessa população indígena e afro-descendente, como revela Wajuru (2009, entrevista):

As casas era feita de paxiúba, de madeira. A gente sabe as madeiras que a gente tirava pra fazer casa. Mas hoje tem muito roubo nos sítios da madeira [...] tem muito mogno, cedro, cerejeira<sup>[13]</sup>... [...] A mata está se indo. O ano passado tocaram fogo também. Ninguém sabe quem botou fogo, queimou a mata inteira. Os animais que a gente preservava também. A gente sabia aquelas épocas em que eles botava, chocava. Ia lá ver se tinha saído do ninho. A mata pegou fogo matou muito, muito bicho [...]. A gente não comercializa animal, a gente não vende madeira e nem derruba canto pra fazer roça. A gente roça aquele tanto certo e fica aquela capoeira. E só vai trabalhando em cima daquele pedaço ali. E outra que o pessoal indígena ninguém tem gado [*Bos taurus*].

Esses migrantes que chegaram começaram a desmatar para implantar a agropecuária, alterando substancialmente os modos de vida da população

---

destruir um açaizeiro e outras palmeiras que produzem frutos que servem de alimentos, servem para a extração de óleos vegetais e os resíduos ainda são reaproveitados para produzir artesanato ou para lenha.

<sup>12</sup> E, conforme Cruz (2010, no prelo), são práticas culturais de respeito ao meio ambiente que revelam uma sabedoria que brota do chão cotidiano e que vai sendo transmitida de pais e mães para filhos e filhas.

<sup>13</sup> Respectivamente, *Swietenia macrophylla* King. (MELIACEAE), *Cedrela fissilis* Vell e *Amburana cearensis* (Fr. All.) A. C. Smith.

local, como analisa a Valda, e causando também sérios prejuízos ao meio ambiente.

Mais recentemente, a situação da comunidade de Rolim de Moura do Guaporé, segundo relato da liderança Valda Wajuru, tem piorado com o desenvolvimento do turismo incentivado, principalmente depois da criação da Associação Ecológica do Mequéns e do Guaporé – ECOMEG, como continua denunciando:

Quando essa associação entrou foi quando despertou turismo, aí veio muita gente pra fazer hotel, essas coisas. Já plantou muito capim [*Brachiaria decumbens*]. E o capim está invadindo os sítios... [...] Em vez deles preservarem eles estão despreservando. Leva um monte de turistas. Os peixes<sup>[14]</sup> eles estão tirando em grande quantia. Desde aí já começou o turismo e começou as brigas com o pessoal indígena, os quilombolas. Em Porto Rolim, a gente está passando por uma situação que eles levam, no final de semana, os turistas paga uma taxa pra essa associação e eles leva bastante pra pescar ali dentro e eles leva muito peixe. E o pessoal de dentro até para a sua sobrevivência, do dia-a-dia que pesca, porque a gente indígena como os quilombolas que você viu, a gente utiliza muito a flecha. [...] E se eles pega a gente com a flecha eles prende, aí eles aplica multa, eles prende. E os turistas que mata jacaré, mata pato, arara,<sup>[15]</sup> tudo o que eles vê no rio eles mata por atirar, pra ver quem atira melhor. E eles não prendem... (Wajuru, 2009, entrevista).

E de acordo com as denúncias de Wajuru, o desenvolvimento do turismo em Rolim de Moura do Guaporé que iniciou em 2006, tem causado problemas para a comunidade local, pois a ECOMEG, paradoxalmente, conta com o apoio do IBAMA e da SEDAM – os líderes dela também são os representantes dos órgãos oficiais da política ambiental<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> O “[termo “peixe” [é] utilizado por conveniência, e não por unidade taxonômica, porque os peixes não compõem um grupo monofilético” (Aprenda, n. d.).

<sup>15</sup> Respectivamente, *Melanosuchus niger*, família dos ANATIDAE, *Ara chloropterus* e *Ara macao*.

<sup>16</sup> Ainda, segundo Valda Wajuru, eles não fiscalizam com rigor a atuação dos turistas e, por outro lado, perseguem os moradores com apreensão até de utensílios artesanais de pesca.

Uma das lutas junto aos órgãos competentes é a titulação do território Wajuru, já que Rolim de Moura do Guaporé é considerado mais indígena do que quilombola. Isso tem se chocado com os interesses da ECOMEG que, inclusive, estava construindo a sua sede em cima de um cemitério indígena. Segundo Wajuru (2009, entrevista):

Então não tem ordem pra eles construir. O Ministério Público e a [Fundação Nacional do Índio –] FUNAI, junto com o [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –] IPHAN que está ajudando nisso aí. Eles achavam que tava parado, porque inclusive eles têm foto. Que eles chegaram lá, o pessoal da FUNAI viu que os indígenas eram enterrados nos potes. E eles estão arrancando esses potes, eles falam agora das urnas funerária. [...]. E ali perto da construção da ECOMEG tem bastante enterrado. [...] O nosso negócio é pra preservar. [...] E se eles fazer aquelas construção, que o interesse deles é turismo, eles vão está destruindo aquilo ali tudo, porque vem muita gente de jeep, de moto, eles passa e vão quebrando, quebrando e vai ficando os cacos e aqueles pedaço.

Os encaminhamentos da Valda e a ação dos órgãos federais competentes não foram suficientes para impedir que a ECOMEG finalizasse a construção de sua sede, destruindo parte de um patrimônio histórico e cultural não apenas do vale do Guaporé, mas do Brasil. Por outro lado, todos estes vestígios históricos apontados por Valda Wajuru são sinais evidentes da presença indígena forte no vale do Guaporé<sup>17</sup>.

---

Os indígenas e afro-descendentes que há séculos habitam a região, tendo um modo de vida que preserva o meio ambiente passam a serem as vítimas da política ambiental que não respeita os modos de vida ancestrais, inclusive a pesca de quelônios e a caça, que fazem parte da dieta alimentar dos ribeirinhos. Entretanto, Valda não se cala e procura de todos os modos defender os direitos de seus povos e do meio ambiente.

<sup>17</sup> Isso, apesar do massacre sofrido devido às frentes de ocupação da mineração (séc. XVIII), de exploração dos seringais (final do séc. XIX e parte do séc. XX), da agropecuária (a partir de 1980), pois os povos indígenas do Guaporé resistiram e ainda existem em um número significativo. Por isso, seus direitos territoriais precisam ser respeitados para garantir a sobrevivência física e cultural destes povos.

Para fortalecer os aspectos culturais dos Wajuru e de outros povos indígenas que vivem em Ricardo Franco,<sup>18</sup> onde Wajuru (2009, entrevista) também tem uma atuação significativa, ela incentiva, sobretudo, as mulheres:

E a gente trabalha também, procura incentivar sobre o artesanato, a cultura [...] Então, essas é as coisas que eu procuro incentivar mais sobre isso aí, fazer o artesanato, as nossas pintura, a nossas comida tradicional, os remédios, porque é essa é a parte mais da mulher, cuidar de filhos. Então, ela tem que se aperfeiçoar mais nos remédios tradicionais para não deixar acabar<sup>19</sup>.

Ela ressalta ainda: “Eu aprendi. A gente tem muitas plantas no mato, né? Hoje em dia eu já conheço. Fui levada no mato pelos meus tios também” (Wajuru, 2009, entrevista). Ela revela um pouco destes seus conhecimentos tradicionais:

A quina-quina [*Arrabidaea chica* (Bonpl.) Verl.], a gente usa pra malária, que é um pau do mato, coloca na água e usa pra beber. Essa aí, de primeiro, a gente curava malária só com a quina-quina. Hoje em dia não, porque já tem remédio, mas a gente tano no mato ainda usa muito a quina-quina. [...] Tem o crajiru [Gên. CHICHONA, fam. RUBIÁCEAS], é uma planta do mato também que a gente usava, a minha avó usava. Hoje em dia eu sei fazer, que é pra infecção. Aprendi desde os tempos de criança (Wajuru, 2009, entrevista).

É importante destacar que Valda afirma ter aprendido esses remédios desde “os tempos de criança”, ou seja, a aprendizagem se dá via práticas cotidianas<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> Os Aricapu, Canoé, Cojubim, Coruborá, Diarróio, Macurap, Miquelém, Sacaré, Tupari, Urucu-wau-wau.

<sup>19</sup> Assim, Valda incentiva suas companheiras com palavras e, sobretudo, com ações. Ela, como tantas outras mulheres de sua região, têm uma versatilidade impressionante: pesca, caça, trabalha no roçado, faz farinha de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), capa porcos (*Sus domesticus*), confecciona artesanatos de produtos florestais e de cerâmica e conhece os segredos da medicina da mata.

<sup>20</sup> Ou seja, do fazer-se nas aldeias e comunidades do Guaporé, onde os mais velhos transmitem às crianças e jovens a sua sabedoria, as práticas medicinais e outras dimensões da cultura.

Há uma variedade de remédios produzidos a partir de banha de animais da floresta e do rio que faz parte do patrimônio cultural destas populações do Guaporé<sup>21</sup>.

Este é outro aspecto cultural muito presente nas populações indígenas e afro-descendentes do Guaporé que conhecem e respeitam as influências naturais, o tempo da natureza em suas atividades produtivas, como também coloca Wajuru (2009, entrevista):

Igual agora [maio], agora já é época da colheita, de colher arroz [*Oryza sativa*]. Daqui uns dias é época de roçar. E pra roçar, porque a gente roça, eu também roço, eu planto muito e é mais na mingunte, que mais roça, pra roçar que a gente fala que demora a sujar, né? E pra plantar é na cheia, a cheia que a gente usa pra plantar. E pra fazer canoa também é na mingunte, porque se for na nova derrubar pau pra fazer canoa, ele racha, quando cai ele racha e fuchia tudo. E pra capar assim – a gente criava muito porco – e pra capar a gente capa na nova. Na nova é que é capado. Eu também capo, eu capo muito. É por lua... A nova também pra plantar arroz, feijão [*Phaseolus vulgaris* – FABACEAE] bicha. Pra plantar feijão não presta é só na cheia, porque se plantar na crescente, ele cresce muito e dá pouco. É a cheia que a gente usa.

Há o tempo certo para preparar o roçado, para plantar, para colher, para a extração de madeira que se transformará em canoa, para capar porcos; o tempo de caçar, o tempo de pescar, enfim, é a natureza quem determina os tempos das atividades agroextrativistas.

<sup>21</sup> Wajuru (2009, entrevista) revela essa sabedoria: “A banha do jacaré é usada mais pra bronquite, pra asma, pra pneumonia que é usado a banha de jacaré com o mel. Ainda, usa-se a banha de arraia também pra bronquite, pneumonia”. E, na sua narrativa ela enfatiza: “Aprendi com a minha vó, com a minha mãe. Minha vó não deixava a gente beber remédio de farmácia, tudo era esses remédios. Tudo era com esses remédio. A casca do jabuti ela usava muito. Ela fazia só na lua mingunte o jabuti torrava e dava pra gente com o pau d’alho, esse cipó que tem no mato”. Essa fala revela a influência da lua na produção deste remédio.

Também, o processo de produção de artefatos de cerâmica tem toda uma ciência, fazendo-se observar a natureza. Como reflete Castro (2001, p. 17), “[...] tais dimensões de tempo, integradas ao cotidiano, são provenientes dessas relações complexas com os ritmos e os fluxos da natureza”. Wajuru, essa mulher da floresta detém conhecimentos das práticas culturais de seus ancestrais do Guaporé, na relação respeitosa com o ambiente.

### 3 CONCLUSÃO

Na sua trajetória de vida, ela se tornou uma liderança de seu povo Wajuru, subvertendo os papéis sociais de gênero atribuídos tradicionalmente às mulheres. A luta pela demarcação do território Wajuru continua. Também, ela apoia a luta de famílias afro-descendentes que residiam na comunidade de Tarumã<sup>22</sup>.

Como tantas mulheres guerreiras da Amazônia a Valda não se cansa na luta pelos direitos de seus povos. Ela também se articula com outras organizações tanto indígenas quanto quilombolas. Atualmente faz parte da diretoria da Organização das Mulheres Indígenas de Rondônia, Sul do Amazonas e Noroeste do Mato Grosso – OMIRAM.

Como fruto de sua atuação, conseguiu a efetivação de convênio entre o estado de Rondônia e a Prefeitura de Alta Floresta d’Oeste para assistência de saúde às comunidades quilombolas de Santo Antônio do Guaporé, Pedras Negras, Rolim de Moura do Guaporé e Laranjeiras. Assim, desde junho de 2008, uma vez por mês uma equipe composta por um médico, uma enfermeira e a própria Valda passam por essas comunidades<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Próxima a Rolim de Moura do Guaporé; era uma localidade fundada por seu bisavô Bernadino Nery da Trindade; hoje moram em Guajará Mirim, mas desejam retornar caso ele se torne Terra Quilombola – TQ.

<sup>23</sup> Nestas oportunidades, a equipe faz atendimento médico, prevenção do câncer, levando remédios. Esse trabalho tem melhorado significativamente as condições de saúde de tais comunidades.

## REFERÊNCIAS

APRENDA *biologia com Djalminha*. N. d. Disponível em: <<http://www.aprendabiologia.comdjalminha.blogspot.com>>. Acesso em: fev. 2011.

CASTRO, E. Prefácio. In: SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/NAEA, 2001. p. 15-21.

CRUZ, T. A. Mulheres da floresta do vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 18, n. 3, set.-dez., 2010.

\_\_\_\_\_. *A articulação do movimento de mulheres trabalhadoras rurais do Acre e Sul do Amazonas*. Recife, 2001. 145 f. Dissertação (Mestrado em História)– Universidade Federal de Pernambuco, 2001.

DIAS, M. O. L. da S. Teoria e método dos estudos feministas... In: COSTA, A. de O.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-92.

FUNES, E. A. “Nasci nas matas, nunca tive Senhor”: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 467-497.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 224 p.

MONTYSUMA, M.; CRUZ, T. A. Perspectivas de gênero acerca de experiências cotidianas no seringal Cachoeira-Acre (1964-2006). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 12, n 3, , p. 219-236, set.-dez., 2008.

PERROT, M. *Entrevista com Michelle Perrot*. *Revista Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 10, dez. 1993. p. 129-130.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho – algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*, São Paulo, PUC, n. 15, abr. 1997. p. 13-49.

PRIORE, M. del; GOMES, F. *Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

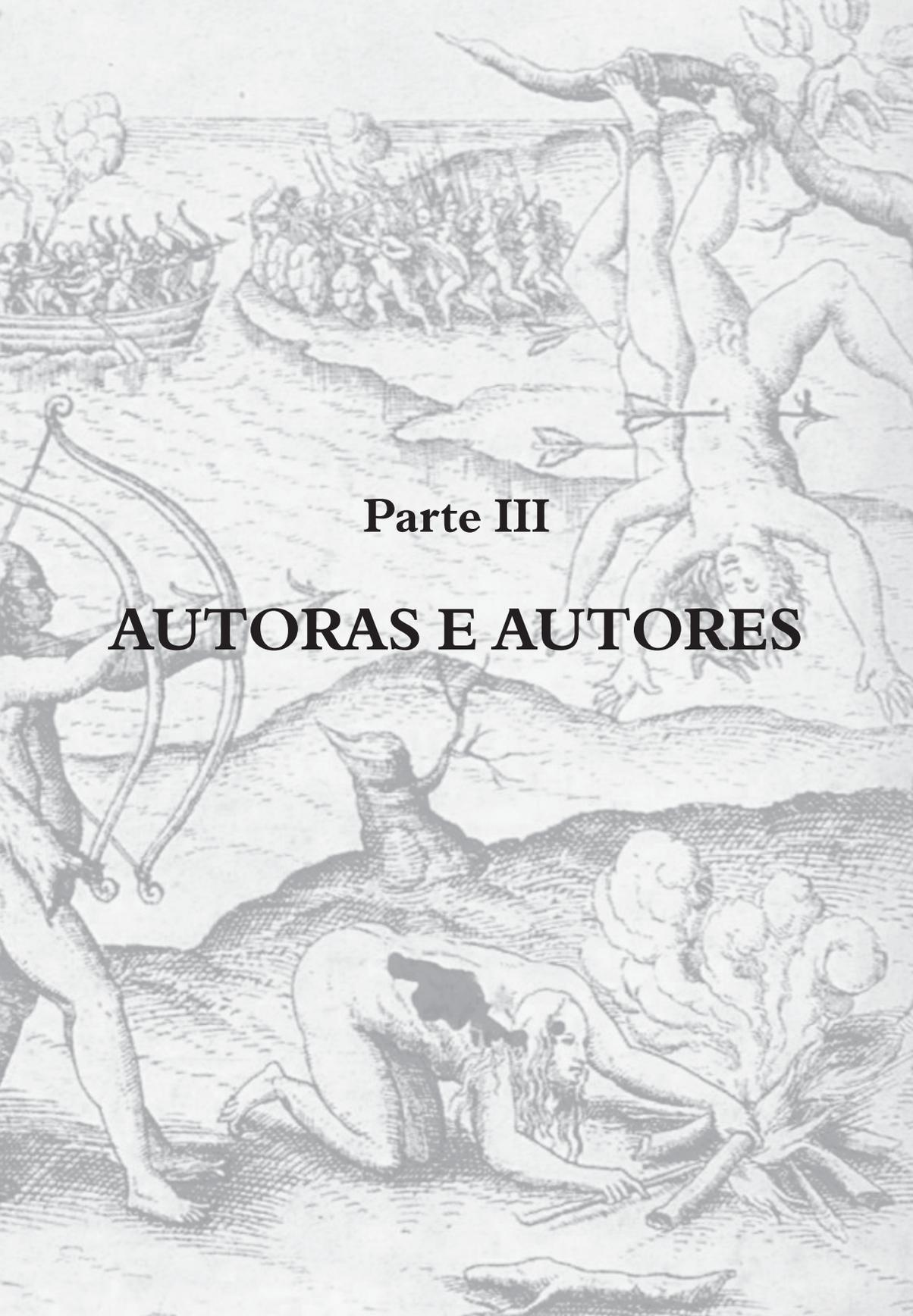
SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura*. Belém: UFPA/NAEA, 2001. 270 p., il.

TEIXEIRA, M. A. D. *Campesinato negro de Santo Antônio do Guaporé: identidade e sustentabilidade*. Belém, 2004. 530 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável no Trópico Úmido)–Universidade Federal do Pará, 2004.

THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria...* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WAJURU, Valda Ibañez Braga. *Entrevista concedida à Tereza Almeida Cruz*. Alta Floresta D'Oeste, 18 mai. 2009.





Parte III

# AUTORAS E AUTORES



**ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth.** Tem doutorado em História pela École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS e Pós-Doutorado pelo Centre National de la Recherche Scientifique, França. É professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/Universidade Federal do Pará – UFPA; coordena o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PNCSA. Tem muitas publicações no país e no exterior, o que inclui artigos, capítulos de livros e livros. *E-mail:* <ream30@hotmail.com>.

**CARDOSO, Denise Machado.** 46 anos. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/Universidade Federal do Pará – UFPA. É docente e pesquisadora do Laboratório de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA. É membro do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPA; integra os grupos NÓS MULHERES, GEPEN, GEPI e PET/GT/CS. Coordena projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão em Antropologia da Educação, Relações de Gênero, Ciências Sociais e Ambientais. *E-mail:* <denise.cardoso@terra.com.br>.

**CRUZ, Tereza Almeida.** 46 anos. Doutora em História pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC; professora e pesquisadora da Universidade Federal do Acre – UFAC. Recentemente, publicou o artigo “Mulheres da floresta do vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente” na *Revista de Estudos Feministas* (Florianópolis, UFSC, v. 18, n. 3, set.-dez., 2010). *E-mail:* <tereza-cruz@bol.com.br>.

**CUNHA, Manoel Alexandre Ferreira da.** Antropólogo, museólogo, pesquisador, escritor. Doutor em Antropologia, Mestre em Antropologia Social; membro de Associações de Escritores como a APE e UBE. Autor de livros e artigos, nacionais e internacionais sobre questões sociais e antropológicas, Atualmente é Professor Associado e Assessor do Reitor da Universidade Federal do Pará – UFPA, atuando na Faculdade de Ciências Sociais e no PROJOVEM, na Coordenação de Avaliação do Programa. *E-mail:* <cunha@ufpa.br>.

**FERREIRA, Leila Cristina Leite.** 35 anos. Filósofa formada pela Universidade Federal do Pará – UFPA, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais desta mesma Universidade e ativista cultural em Belém. *E-mail:* <klaustrofobicotidiano@yahoo.com.br>.

**FERREIRA, Paulo Henrique dos Santos.** 28 anos. Licenciado Pleno em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Especialista em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial pela FIBRA. Professor concursado da rede municipal de ensino de Curuçá, da rede de ensino do estado do Pará e chefe do Departamento de Arquivo Público Municipal de Curuçá. *E-mail:* <comendadorpaulo@yahoo.com.br>.

**FERREIRA, Rubens da Silva.** 34 anos. Bacharel em Biblioteconomia. Especialista em Biblioteca Universitária. M. Sc. em Planejamento do Desenvolvimento. Professor da Faculdade de Biblioteconomia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará (FABIB/ICSA/UFPA). Dentre suas publicações recentes, tem-se “Cidade das “bonecas”: a sedução das travestis na Belém urbana” (*in* SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Belém do Pará...* Belém: Editora do NAEA..., 2010. p. 543-570, il.). *E-mail:* <rubenspa@yahoo.com.br>.

**FRANÇA, Maria Elvira.** 54 anos. M. Sc. pela Universidade de Campinas – UNICAMP. É consultora independente e voluntária da Pastoral da Criança do estado do Amazonas. Tem trabalhos científicos publicados, inclusive um livro sobre práticas de cura na periferia de Manaus, AM. *E-mail:* <elvirafranca@hotmail.com>.

**GOMES, Eduardo Lima dos Santos.** 34 anos. Turismólogo e M. Sc. em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA-UFPA. É professor da Faculdade de Turismo FACTUR-UFPA. Há pouco, publicou Políticas públicas, desenvolvimento e turismo junto às populações do entorno do PARNA Cabo Orange, AP, um capítulo de livro *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá* (Org. por L. Simonian em 2010). *E-mail:* <egomes28@gmail.com>.

**GOMES, Izaquiel Mateus Macedo.** 34 anos. Graduado em Ciências Sociais: ênfase em Ciência Política; Especialista em Ciência Política, mestrando em Ciência Política: Universidade Federal do Pará. Experiência na rede pública de ensino: médio. E na rede particular de ensino: médio e superior. Gerente do Programa Bolsa Família pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado do Pará (2007-2008). *E-mail:* <izaquielmateus@yahoo.com.br>.

**JUNGHANS, Miriam.** 47 anos. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro. A dissertação de mestrado dessa autora teve como objeto a trajetória científica de Emília Snethlage, como destacado na nota nº. 1 da entrada nominal ora publicada. *E-mail:* <miriamjung@gmail.com>.

**MEJÍA LEUDO, Mercedes.** 44 años. Es colombiana, agrónoma; profesora e investigadora de la Universidad de la Amazonia en Florencia, Amazonia colombiana. Investiga semillas de comestibles de la región y posee muchos trabajos publicados en revistas especializadas. *E-mail:* <mmejial@uniamazonia.edu.co>.

**MONTYSUMA, Marcos.** 52 anos. Possui graduação em História pela Universidade Federal do Acre (1985), mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1990) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Atualmente é professor associado I da Universidade Federal de Santa Catarina. Presidente da Comissão Própria de Avaliação/UFSC. Coordenador de Avaliação Institucional – CAI/SEPLAN. *E-mail:* <mmontysuma@gmail.com>.

**MOREIRA, Valdenira Maria de Jesus.** 58 anos. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará – UFPA (1977) e especialização em Administração de Bibliotecas pela mesma UFPA (1999). Atualmente, é bibliotecária do Núcleo de Medicina Tropical da UFPA. *E-mail:* <nira@ufpa.br>.

**OLIVEIRA, Maria do Socorro Soares.** 41 anos. É doutoranda pelo PPGDSTU/NAEA- Universidade Federal do Pará – UFPA. Trabalha no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. *E-mail:* <msocorro11@gmail.com>.

**PONTE, Laura Arlene Saré Ximenes.** 55 anos. Antropóloga, doutora pelo PPGDSTU/NAEA- Universidade Federal do Pará – UFPA, professora e pesquisadora da UFPA. Dentre outras publicações, é também autora de “Os índios Andirá em Curuçá”, um capítulo da coletânea *Políticas públicas e sustentabilidade na RESEX Mãe Grande de Curuçá, Pará*, organizado por Ligia T. Lopes Simonian, a ser publicado em 2012, pela editora do NAEA. *E-mail:* <lauximen@yahoo.com.br>.

**RODRÍGUEZ, Guadalupe.** 41 años. Nació en Buenos Aires, Argentina; es licenciada en Filosofía por la Universidad Nacional de Educación a Distancia UNED, España; es investigadora y activista de la organización Salva la Selva. *E-mail:* <guadalupe@salvalaselva.org>.

**RUIVO, Maria do Socorro Pinheiro.** 51 anos. É licenciada em Letras pela Universidade Federal do Pará – UFPA e especialista em Patrimônio Cultural pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia – FIBRA, professora concursada pelo estado do Pará e pelo município de Curuçá, em cuja cidade homônima reside e atua como profissional; está Vice-Diretora na EEEM “Profª Raimunda Sena da Silva”, também desenvolve a atividade de técnica de nível superior no Arquivo Público Municipal de Curuçá – APUMC. *E-mail:* <ruivosocorro@yahoo.com.br>.

**SANTOS, Ana da Silva.** 54 anos. Bibliotecária da Universidade Federal do Pará – UFPA desde 1987. Especialista em Bibliotecas Universitárias pela UFPA (1988). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA) (1911). Entre 1993 e 2009, exerceu o cargo de Diretora da Biblioteca do (NAEA/UFPA). *E-mail:* <assantos@ufpa.br>.

**SANTOS, Raimundo Carlos de Moraes.** 44 anos. É formado em Letras pela Universidade Federal do Pará – UFPA; é professor de língua e literatura brasileira e portuguesa; tem pós-graduação em Gestão Escolar. Atualmente, é Diretor da EEEFM “Prof. Gonçalo Ferreira”, em Curuçá, PA. *E-mail:* raimondcarl@gmail.com>.

**SCHERER, Elenise Faria.** 56 anos. Professora associada e pesquisadora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia do ICHL e do de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazonia – CCA/Universidade Federal do Amazonas – UFAM. É líder do Grupo de Pesquisa: Políticas públicas, território e ambiente na Amazonia da UFAM/CNPQ. Publicou os livros *Baixa na carteira: desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus* (EDUA, 2005) e a coletânea *Amazonia: políticas públicas e diversidade cultural* (Editora Garamond, 2006). *E-mail:* elenisefaria@gmail.com.

**SCHWEICKARDT, Kátia Helena Serafina Cruz.** 44 anos. Doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010); Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM (2001). Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1990) e em Ciências Sociais pela UFAM (1997). É Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação – PPG em Sociologia e do PPG em Ciências do Ambiente da UFAM. Pesquisadora do CNPQ, coordena o Projeto de Pesquisa “Mulheres da floresta...”. *E-mail:* <katia-helena@uol.com.br>.

**SIMONIAN, Ligia T. Lopes.** 61 anos. Ph. D. em Antropologia, pós-doutora, professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA- Universidade Federal do Pará – UFPA. Dentre suas publicações, tem um livro, artigos e capítulos de livros sobre mulheres na Amazônia e em uma perspectiva interdisciplinar, publicados no país e no exterior. É autora do projeto de pesquisa que, no contexto do NAEA e da UFPA, foi aprovado e viabilizou a proposta e produção desta Enciclopédia. Tem bolsa de pesquisa pelo Projeto NAEA-BNDES. *E-mail:* <simonianl@gmail.com>.

**TELES, Eliana Rodrigues.** 41 anos. Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal do Pará – UFPA e bolsista da CAPES. M. Sc. em Planejamento do Desenvolvimento Regional – PLADES do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA. Publicou em coautoria com Acevedo Marin e com Araújo Tapajós Marlon, o artigo Quilombolas do rio Gurupá e a judicialização da violência. *Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: territórios quilombolas e conflitos* (Manaus, UEA Ed., 2010), E-mail: <elianteles@yahoo.com.br>.

**TOVAR, Patricia.** 53 anos. Nació en Bogotá y se recibió como antropóloga en la Universidad Nacional de Colombia. Cursó la Maestría en Antropología Urbana Aplicada, en el City College de Nueva York en el año de 1987 y luego un doctorado en Antropología Cultural en The Graduate Center of The City University of New York (CUNY). Realizó un pos doctorado en la misma universidad. Fue investigadora y coordinadora del área de Antropología Social en el Instituto Colombiano de Antropología e Historia – ICAN. Ha hecho varias investigaciones y tiene publicaciones sobre la violencia, relaciones de género y familia. En el momento actúa como profesora de antropología en el John Jay College of Criminal Justice, CUNY en Nueva York. *E-mail:* <ptovar@jjay.cuny.edu>.



Esta obra foi publicada  
em dezembro de 2011, na  
cidade de Belém. Fonte  
Aldine401 BT, corpo 11/16.  
E-Books – Série Icamíabas.





---

**E**sta Enciclopédia ilustra uma tentativa séria de construir uma contra lógica que se dirige à compreensão das mulheres biografadas como construtoras de uma história amazônica que pode ser contada a partir das vozes próprias de suas autoras ou de parentes, amigos, pesquisadores, histórias que se entrecruzam e se movimentam na busca de uma construção identitária pluralizada. São mulheres que viveram e vivem muito intensamente a condição feminina e sua relação com a natureza amazônica. Enfim, as biografadas são mulheres de vários cenários, tempos e origens pan-amazônicas.

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marilena Loureiro da Silva

